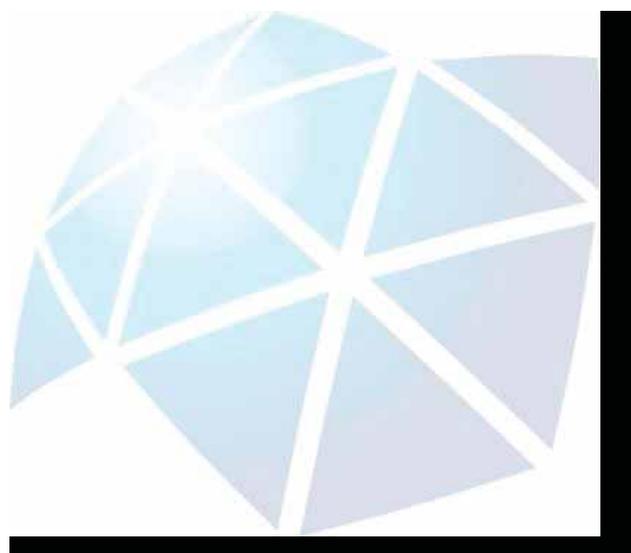


Unesp  UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara – SP

MARIA TERESA GARBIN MACHADO

**O ENSINO PROFISSIONAL ESTADUAL
PAULISTA DOS ANOS DE 1940 A 1970:
TRAJETÓRIA NA CIDADE DE ORLÂNDIA**



**ARARAQUARA – SP
2014**

MARIA TERESA GARBIN MACHADO

**O ENSINO PROFISSIONAL ESTADUAL
PAULISTA DOS ANOS DE 1940 A 1970:
TRAJETÓRIA NA CIDADE DE ORLÂNDIA**

Tese de Doutorado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Educação Escolar.

Linha de pesquisa: Estudos históricos, filosóficos e antropológicos sobre escola e cultura

Orientadora: Profa. Dra. Rosa Fátima de Souza Chaloba

**ARARAQUARA – SP
2014**

Maria Teresa Garbin Machado

O ENSINO PROFISSIONAL ESTADUAL PAULISTA DOS ANOS DE 1940 A 1970: TRAJETÓRIA NA CIDADE DE ORLÂNDIA

Tese de Doutorado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Educação Escolar.

Linha de pesquisa: Estudos históricos, filosóficos e antropológicos sobre escola e cultura

Orientador: Profa. Dra. Rosa Fátima de Souza Chaloba

Data da defesa: 19 de agosto de 2014.

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: **Profa. Dra. ROSA FÁTIMA DE SOUZA CHALOBA**
Universidade Estadual Paulista/UNESP/
Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara

Membro Titular: **Prof. Dr. JOSÉ VAIDERGORN**
Universidade Estadual Paulista/UNESP/
Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara

Membro Titular: **Profa. Dra. SUELI SOARES DOS SANTOS BATISTA**
Faculdade de Tecnologia de Jundiaí/Ceeteps

Membro Titular **Profa. Dra. MARIA LÚCIA MENDES DE CARVALHO**
Centro Estadual Tecnológico Paula Souza/São Paulo

Membro Titular: **Profa. Dra. ALESSANDRA DAVID**
Centro Universitário Moura Lacerda/Ribeirão Preto

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

Dedico este trabalho aos alunos da Etec Professor Alcídio de Souza Prado
e aos meus netos, representantes do futuro,
como um legado do resgate do passado.

Dedico também a todas as pessoas que integraram
ou fazem parte atualmente da equipe escolar desta escola,
responsáveis pela construção de sua história de sucesso.

AGRADECIMENTOS

À professora Rosa Fátima de Souza Chaloba, pela confiança em mim depositada e pela orientação paciente e segura na qual compartilhou tanto saberes como lições de vida.

Aos professores José Vaidergorn e Sueli Soares dos Santos Batista, pelas valiosas contribuições por ocasião do exame de qualificação.

Às professoras Alessandra David, Maria Lúcia Mendes de Carvalho, Vera Teresa Valdemarin e aos professores Macioniro Celeste Filho e José Carlos Araújo, por terem aceitado o convite de participação na banca de defesa, e também por fazerem parte de minha trajetória acadêmica e profissional.

À equipe escolar da Etec Professor Alcídio de Souza Prado, pelo carinhoso apoio na pesquisa e coleta das fontes, nas pessoas de seu diretor, professor Luís Cesar Petita e dos funcionários Nilton César da Silva, Émerson de Oliveira e Odete Aparecida Amaral de Brito; e também aos professores Guilherme Nonino Rosa e Ana Cláudia Pedrosa Massaro, pelo admirável trabalho desenvolvido no resgate do acervo iconográfico do Centro de Memória da referida escola.

Ao Dr. Luís Sérgio da Silva Sordi, guardião da memória iconográfica de Orlândia, e ao seu filho Dr. Murilo, pela gentileza na disponibilização dos jornais de coleção particular, que trouxeram um grande enriquecimento às pesquisas.

Ao professor e ex-diretor da escola objeto deste trabalho, Luiz Fregonesi Filho, pessoa admirável que, como um dos principais atores de sua trajetória histórica, foi responsável por muitos sucessos conquistados.

Aos alunos estagiários André Neves Costa da Silva e Ricardo Costa Mota, pela colaboração na coleta e organização das fontes documentais.

À minha família, especialmente ao meu marido Roberto, pela compreensão de minhas ausências e distanciamentos em prol da construção e concretização de um dos maiores sonhos de minha vida profissional.

RESUMO

Este trabalho apresenta a história da Escola Técnica Estadual Professor Alcídio de Souza Prado, da cidade de Orlandia, localizada no interior do estado de São Paulo, desde sua instalação, em 1949, como Curso Prático Profissional, até o ano de 1978. Este recorte temporal é justificado pela extinção do 1º grau quando, após a profissionalização compulsória determinada pela Lei nº 5.692/71, a escola foi destinada a acomodar o 2º grau local. Desta forma, em atendimento à distribuição da rede física da época, acolheu cursos das outras escolas da cidade, ampliando significativamente sua clientela escolar. O Curso Prático Profissional de Orlandia, de 1949 a 1964, com matrículas em cursos de iniciação profissional para rápida inserção no mercado de trabalho, acolheu meninos e meninas após o curso primário, proporcionando uma formação para os que não tinham condições de continuidade de estudos. Com as denominações Escola Artesanal (1954), Escola Industrial (1963) e Ginásio Industrial (1965), a escola ofereceu ainda, de 1963 a 1978, o curso ginásial industrial, posteriormente denominado 1º grau. Este, ao contribuir para a ampliação da confiabilidade da população da cidade em relação à Escola Industrial, proporcionou sua inserção definitiva no cenário educacional da região. Portanto, o objetivo deste estudo é demonstrar a inserção da escola objeto deste trabalho no contexto econômico e social local, bem como sua importância como instituição escolar quanto à formação profissional na cidade de Orlandia. Uma vez que o ensino profissional possui particularidades, diferenciando-o do ensino propedêutico, foi apresentado inicialmente um relato a respeito da evolução deste tipo de ensino no estado de São Paulo. Para uma melhor apreciação da história da escola objeto deste trabalho e sua inserção local, foi resgatada a trajetória histórica da cidade na qual se insere, tendo como arcabouço teórico a história cultural, dentro da história das instituições escolares. Como principais fontes, foram adotadas a legislação educacional, relatórios do Recenseamento Geral do Brasil produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no recorte cronológico de 1940 a 1970, documentos relacionados à escola, documentos escolares como livros de matrículas e de atas, entre outros, jornais locais de diferentes épocas, e fotos relacionadas à história da cidade e da escola. Por meio destas fontes, procurou-se traçar um caminho de possibilidades quanto à inserção desta escola nas épocas enfocadas, bem como sua relevância em relação à clientela atendida, principalmente dentro dos cenários sociais e políticos de cada momento histórico orlandino.

Palavras-chave: História da Educação. História das Instituições Educativas Brasileiras. Educação Profissional.

ABSTRACT

This study presents the history of the Alcídio de Souza Prado State Technical School located in the city of Orlandia, State of São Paulo, since its opening in 1949 as a Vocational Practical Course, until the year 1978. This date is justified by the extinction of primary school when, upon compulsory professionalization brought by the enactment of Federal Law 5,692/71, the school was designed to accommodate the secondary school level. Thus, in accordance with the distribution of the Physical Network at that time, it hosted courses from other schools in the city, significantly expanding its clientele. The Vocational Practical Course of Orlandia, enrolling in vocational training courses for a quick entry into the labor market, welcomed, between 1949 and 1964, boys and girls after primary school, providing foundation for those who were unable to continue their studies. With the designations of Craft School (1954), Industrial School (1963) and Industrial Elementary School (1965), this study's school also had, between 1963 and 1978, the industrial elementary course, later named primary school level. It contributed to expanding the credibility of the city's population in the Industrial School, guaranteeing its final inclusion in the educational scenario of the region. Therefore, the purpose of this study is to demonstrate the integration of this school into the local economic and social contexts, as well as its importance as an educational institution for vocational training in the city of Orlandia. Since vocational education has particularities that differentiate it from Prep schools, a report on the evolution of that type of education in the state of São Paulo was initially prepared. For a better appraisal of the history of this school and its local insertion, the historical trajectory of its city was recovered and the Cultural History was used as a theoretical framework within the history of educational institutions. The main sources used were the Educational Laws, reports on the General Census in Brazil prepared by the Brazilian Institute of Geography and Statistics for the period between 1940 and 1970, documents related to the school, school documents such as enrollment books and minute books, among others, local newspapers from different periods, and photos related to the city and the school's history. By evoking such sources, we sought to produce a path of possibilities regarding the school's insertion in the analyzed periods, as well as its relevance to its clientele, particularly within the social and political scenarios of each historical moment of Orlandia.

Keywords: History of Education. History of Brazilian Educational Institutions. Vocational Education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Articulação entre os níveis de ensino segundo as “leis orgânicas” 1942–1946.....	63
Figura 2	Articulação tendencial entre os níveis de ensino segundo a LDB de 1961 e legislação correlata.....	83
Figura 3	Lei nº 5.692/71 – ensino médio.....	94
Figura 4	Estação ferroviária de Vila Orlando.....	105
Figura 5	Localização do município de Orlandia no estado de São Paulo	107
Figura 6	Autoridades à frente da Prefeitura Municipal em 1911.....	107
Figura 7	Grupo Escolar Coronel Francisco Orlando.....	108
Figura 8	Ginásio Estadual de Orlandia.....	118
Figura 9	Oswaldo Ribeiro Junqueira.....	121
Figura 10	Propaganda do Estabelecimento Bordignon	122
Figura 11	Propagandas da Elmo S.A e da Cia. Mogiana de Óleos Vegetais.....	122
Figura 12	Propaganda da Indústria Fabrizio.....	125
Figura 13	Propaganda da Casa Bucci.....	126
Figura 14	Entrada principal do prédio onde foi instalado o Curso Prático Profissional	129
Figura 15	Prédio do Ginásio Estadual de Orlandia.....	130
Figura 16	Matrícula de aluna de Serviços Domésticos do Curso Prático Profissional de Orlandia	133
Figura 17	Oficina feminina da Escola Profissional de Franca.....	142
Figura 18	Certificado de conclusão do curso de Ajustagem Mecânica, da Escola Artesanal de Orlandia (frente)	152
Figura 19	Certificado de conclusão do curso de Ajustagem Mecânica, da Escola Artesanal de Orlandia (verso)	153
Figura 20	Prédio principal com entrada pela rua Hum	156
Figura 21	Casarão do lado oposto da rua Hum.....	157
Figura 22	Propaganda da Casa São João e do Cine São João, com foto do cinema	158
Figura 23	Cooperativa Carol em 1977	167
Figura 24	Pátio interno do prédio principal da rua Hum.....	171
Figura 25	Certificado de conclusão do curso Ginásial Industrial (frente).....	173
Figura 26	Certificado de conclusão do curso Ginásial Industrial (verso)	173
Figura 27	Desfile comemorativo em 1965	175
Figura 28	Oficina mecânica do Ginásio Industrial	178
Figura 29	Selo comemorativo dos 60 anos.....	179
Figura 30	Palácio da Cultura, antiga Biblioteca Municipal.....	182
Figura 31	Mostra no Banco do Brasil	196
Figura 32	Desfile comemorativo dos 25 anos do Ginásio Industrial	198
Figura 33	Placa comemorativa do Jubileu de Prata	199
Figura 34	Construção do 2º pavimento do prédio do GIE Professor Alcídio de Souza Prado	204
Figura 35	Placa comemorativa da inauguração da Escola	210

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Escolas profissionais subordinadas à Superintendência da Educação Profissional e Doméstica do Estado de São Paulo e matrículas em 1934	44
Tabela 2	Matrículas do ensino profissional paulista.....	58
Tabela 3	Escolas profissionais particulares subordinadas à Superintendência da Educação Profissional e Doméstica do Estado de São Paulo, em 1942	60
Tabela 4	Matrículas no ensino industrial paulista, de 1947 a 1953	70
Tabela 5	Matrícula geral no ensino médio (2º ciclo) – 1960-1970	88
Tabela 6	Origem dos alunos dos cursos de Ajustadores Mecânicos e de alunas do curso de Serviços Domésticos do Curso Prático Profissional, Escola Artesanal e Escola Industrial de Orlandia	134
Tabela 7	Idades dos alunos no ato da matrícula dos cursos de Ajustadores Mecânicos e de alunas do curso de Serviços Domésticos do Curso Prático Profissional e Escola Artesanal de Orlandia.....	135
Tabela 8	Comparação dos exames de admissão e alunos frequentes na primeira prova parcial da 1ª série do curso de Ajustadores Mecânicos do Curso Prático Profissional e Escola Artesanal de Orlandia	139
Tabela 9	Comparação dos exames de admissão e alunos frequentes na primeira prova parcial da 1ª série do curso de Serviços Domésticos do Curso Prático Profissional e Escola Artesanal de Orlandia.....	140
Tabela 10	Matrículas e concluintes masculinos (Ajustadores Mecânicos) e matrículas e concluintes femininos (Serviços Domésticos) de 1949 a 1964, do Curso Prático Profissional de Orlandia, Escola Artesanal de Orlandia e Escola Industrial de Orlandia.....	143
Tabela 11	Cursos extraordinários de iniciação, diurnos e noturnos, masculinos e femininos do Curso Prático Profissional e Escola Artesanal de Orlandia	144
Tabela 12	Cursos ordinários e extraordinários de iniciação, diurnos e noturnos, masculinos e femininos do Curso Prático Profissional, Escola Artesanal e Escola Industrial de Orlandia, de 1949 a 1964	146
Tabela 13	Estudantes por faixa etária do município de Orlandia em 1962	160
Tabela 14	Matrículas do curso ginásial industrial da Escola Artesanal de Orlandia em 1963.....	164
Tabela 15	Matrículas no curso ginásial industrial da Escola Artesanal de Orlandia em 1964.....	168
Tabela 16	Distribuição de aulas conforme o horário do curso ginásial, na 1ª, 2ª e 3ª séries, em 1964, na Escola Industrial de Orlandia	169
Tabela 17	Matrículas no curso ginásial industrial na Escola Industrial de Orlandia em março de 1965.....	172
Tabela 18	Matrículas no curso ginásial industrial do Ginásio Industrial de Orlandia em 1966	175
Tabela 19	Matrículas no curso ginásial industrial no Ginásio Industrial de Orlandia em 1967	176
Tabela 20	Matrículas no curso ginásial industrial do Ginásio Industrial de Orlandia em 1968	180
Tabela 21	Matrículas no curso ginásial industrial do Ginásio Industrial de Orlandia em 1969	183

Tabela 22	Matrículas no curso ginásial industrial no GIE Prof. Alcídio de Souza Prado em 1970	188
Tabela 23	Matrículas do curso ginásial industrial no GIE Prof. Alcídio de Souza Prado em 1971	191
Tabela 24	Matrículas do 1º grau, de 5 ^{as} a 8 ^{as} séries no GIE Prof. Alcídio de Souza Prado em 1972	192
Tabela 25	Matrículas do 1º grau, de 5 ^{as} a 8 ^{as} séries no Ginásio Industrial Estadual Prof. Alcídio de Souza Prado em 1973.....	194
Tabela 26	Matrículas do 1º grau, de 5 ^{as} a 8 ^{as} séries no GIE Prof. Alcídio de Souza Prado em 1974	196
Tabela 27	Matrículas do 1º grau, de 5 ^{as} a 8 ^{as} séries e da 1. série do 2º grau no GIE Prof. Alcídio de Souza Prado em 1975.....	201
Tabela 28	Matrículas do 1º grau, de 6 ^{as} a 8 ^{as} séries no Centro Estadual Interescolar Prof. Alcídio de Souza Prado em 1976.....	205
Tabela 29	Matrículas do 2º grau no Centro Estadual Interescolar Prof. Alcídio de Souza Prado em 1976.....	207
Tabela 30	Matrículas do 1º grau, de 7 ^{as} a 8 ^{as} séries no Centro Estadual Interescolar Prof. Alcídio de Souza Prado em 1977.....	212
Tabela 31	Matrículas do 2º grau no Centro Estadual Interescolar Prof. Alcídio de Souza Prado, em 1977	213
Tabela 32	Matrículas das 8 ^{as} séries do 1º grau na Escola Estadual de Segundo Grau Prof. Alcídio de Souza Prado em 1978.....	216
Tabela 33	Matrículas do 2º grau na Escola Estadual de Segundo Grau Prof. Alcídio de Souza Prado, em 1978	217
Tabela 34	Curso ginásial de 1963 a 1978, na escola objeto deste trabalho	218
Tabela 35	Segundo grau, de 1975 a 1978, na escola objeto deste trabalho	222
Tabela 36	Comparação de matrículas efetuadas na escola objeto deste trabalho de 1949 a 1978	226

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Escolas profissionais primárias e secundárias do estado subordinadas à Superintendência da Educação Profissional e Doméstica do Estado de São Paulo em 1942	59
Quadro 2	Escolas profissionais agrícolas do estado subordinadas à Superintendência da Educação Profissional e Doméstica do Estado de São Paulo, em 1942.....	59
Quadro 3	Núcleos de ensino profissional subordinados à Superintendência da Educação Profissional e Doméstica do Estado de São Paulo, em 1942	60
Quadro 4	Escolas profissionais municipais subordinadas à Superintendência da Educação Profissional e Doméstica do Estado de São Paulo, em 1942	60
Quadro 5	Escolas e cursos profissionais subordinados à Superintendência da Educação Profissional e Doméstica do Estado de São Paulo, em 1942	60

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Alesp	Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo
Bird	Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento
Carol	Cooperativa dos Agricultores da Região de Orândia
Ceeteps	Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
CFESP	Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Condephaat	Conselho do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo
DRE	Divisão Regional de Ensino
EE	Escola Estadual
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ETE	Escola Técnica Estadual
Etec	Escola Técnica Estadual
FATEC	Faculdade de Tecnologia
GEPCIE	Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Cultura e Instituições Educacionais
Gepemhep	Grupo de Estudos e Pesquisas em Memórias e História da Educação Profissional do Centro Paula Souza
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Idort	Instituto da Organização Racional do Trabalho
MEC	Ministério da Educação e Cultura
PPG	Plano Plurianual de Gestão
Prodem	Programas de Desenvolvimento do Ensino Médio
PRP	Partido Republicano Paulista
Senac	Serviço Nacional do Comércio
Senai	Serviço Nacional da Indústria
ORT	Sociedade Israelita Pró-Organização, Reconstrução e Trabalho
Usaid	United States Agency for International Development

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 O ENSINO PROFISSIONAL ESTADUAL PAULISTA: DE COMPENSATÓRIO E ASSISTENCIAL À ESCOLA TÉCNICA PROFISSIONAL DO TRABALHADOR URBANO	26
2.1 Período Colonial e Império	26
2.2 A República	31
2.3 A rede profissional paulista	35
2.4 O ensino profissional diante da Lei Orgânica do Ensino Industrial	61
2.5 O ensino profissional diante da Lei 6.052/61 e da Lei 4.024/61	75
2.6 O ensino profissional diante da Lei 5.692/71.....	89
3 O ENSINO PROFISSIONAL ESTADUAL NA CIDADE DE ORLÂNDIA ..	103
3.1 A cidade	104
3.2 O curso prático profissional.....	126
3.2.1 <i>Os cursos de Ajustadores Mecânicos e Serviços Domésticos</i>	131
3.2.2 <i>Os cursos extraordinários</i>	144
3.3 A escola artesanal.....	150
3.4 A escola industrial	161
3.4.1 <i>O curso ginásial</i>	163
4 O GINÁSIO INDUSTRIAL	171
4.1 O Ginásio Industrial Professor Alcídio de Souza Prado.....	178
4.2 O Centro Estadual Interescolar Professor Alcídio de Souza Prado	205
4.3 A Escola Estadual de Segundo Grau Professor Alcídio de Souza Prado	215
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	224
FONTES	240
REFERÊNCIAS	253
ANEXO A – LEI Nº 77, DE 23 DE FEVEREIRO DE 1948	260
ANEXO B – RELAÇÃO DE LIVROS ESCOLARES DA ESCOLATÉCNICA ESTADUAL PROFESSOR ALCÍDIO DE SOUZA PRADO UTILIZADOS COMO FONTES DOCUMENTAIS	262

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta a história da Escola Técnica Estadual Professor Alcídio de Souza Prado, localizada na cidade de Orlândia, interior de São Paulo, desde sua instalação em 1949, como curso prático profissional, até 1978, quando, após sua transformação em Centro Estadual Interescolar, teve seu curso de 1º grau extinto.

O objetivo deste estudo é demonstrar a inserção da escola objeto deste trabalho no contexto econômico e social local, bem como sua importância como instituição escolar de formação profissional na cidade de Orlândia. Desta forma, ao investigar sua história a partir da década de 1940, foram buscadas as origens da formação profissional local dentro da compreensão das causas de sua concepção quanto aos aspectos políticos, econômicos e sociais, tanto na amplitude nacional, voltada à história deste tipo de ensino no Brasil, como em suas dimensões estadual (São Paulo) e municipal.

O recorte temporal definido para este trabalho inicia-se em 1949, ano da instalação da escola, e segue até 1978. Tal demarcação justifica-se pelo oferecimento, no período considerado, de cursos ordinários de Ajustadores Mecânicos e de Serviços Domésticos em atendimento a um tipo de clientela específica representativa do ensino profissional e do curso ginásial industrial (correspondente ao atual 1º grau), extinto em 1978. Tal fato ocorreu em virtude do acolhimento pela escola do 2º grau da cidade, decorrente da implantação da rede física local imposta pela Lei n.º 5.692/71 (BRASIL, 1971), que determinou a profissionalização compulsória deste grau de ensino.

A investigação da história da escola objeto deste trabalho requer um compartilhamento de inter-relações com a dinâmica histórica da própria cidade do nordeste paulista. Fundada em 1910, por conta de sua localização privilegiada em relação ao trajeto da Estrada de Ferro Mogiana, e do conseqüente caminho de escoamento da produção de café a partir de Minas Gerais, a cidade foi se desenvolvendo estrategicamente ao diversificar suas atividades agrícolas, superando a crise cafeeira de 1929. Acompanhando a tendência do deslocamento rural para os centros urbanos nas décadas seguintes, o município orlandino teve um aumento na quantidade de empresas, em um processo de industrialização significativo, acompanhado da ampliação e de melhorias na infraestrutura urbana, como iluminação e calçamento das ruas.

Esta nova realidade demandou uma mudança da mão de obra, anteriormente voltada somente às necessidades agrícolas e, desta forma, tornou-se relevante a criação de uma escola profissional com oferecimento de cursos rápidos e sem possibilidade de continuidade de

estudos. A principal finalidade era oferecer uma formação voltada ao atendimento da demanda local, representada por pequenas indústrias e empresas ligadas ao setor de transporte, tanto ferroviário como rodoviário.

Quando o curso prático foi instalado, em 1949, o município orlandino já possuía um ginásio particular que, transformado em estadual, atendia à clientela voltada ao ensino propedêutico, com possibilidade de continuidade de estudos. Uma vez que o prédio do ginásio estadual era muito amplo, o curso prático profissional foi instalado em uma de suas alas, compartilhando, desta forma, o mesmo endereço em seus primeiros dez anos de funcionamento.

O cenário educacional orlandino do recorte temporal delimitado neste trabalho envolveu outras escolas, além das citadas, que também fizeram parte da educação escolar da pesquisadora, uma vez que, nascida em Orlândia, teve sua formação primária e secundária na própria cidade. Além da escolaridade, os caminhos interligaram-se profissionalmente, como professora de Ciências Físicas e Biológicas na Escola Estadual Oswaldo Ribeiro Junqueira, denominação atual do antigo Instituto de Educação, até 2001, quando se aposentou pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. A trajetória como docente de Biologia prossegue até os dias de hoje na Escola Técnica Estadual Professor Alcídio de Souza Prado, nome atual da escola objeto deste trabalho, na qual também desempenhou a função de diretora em dois mandatos sucessivos, de 2004 a 2012.

Sendo assim, este trabalho representa um contraponto constante entre subjetividades, reminiscências e a imprescindível postura acadêmica, revestida de uma visão desvelada e mais objetiva, necessária e inerente à pesquisa.

O interesse da pesquisadora pelo enfoque histórico do ensino profissional resultou da necessidade de entendimento das razões para as sucessivas mudanças políticas, organizacionais, metodológicas e curriculares vivenciadas como docente de uma escola técnica na qual convivem a educação para a cidadania e a educação para o trabalho, presentes e complementares nos cursos de ensino médio e técnicos de nível médio.

Buscando no passado as raízes do ensino profissional, procurou-se uma melhor contextualização do papel deste tipo de ensino nos dias atuais para que, a partir de suportes e alicerces constituídos, fosse possível um melhor entendimento do papel social e da responsabilidade inerente a uma escola técnica perante a comunidade na qual se encontra inserida. Esta busca encontrou reforço em grupos de pesquisa do Centro Paula Souza, autarquia estadual à qual a escola pertence atualmente e de pesquisadores da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (Unesp).

O Grupo de Estudos e Pesquisas em Memórias e História da Educação Profissional do Centro Paula Souza (Gepemhep), sob a coordenação da Profa. Dra. Maria Lúcia Mendes de Carvalho, reúne professores e bibliotecários da instituição interessados no estudo da história das escolas profissionais, sendo também responsável pela implementação dos Centros de Memória das escolas técnicas (CENTRO PAULA SOUZA, s.d.a).

O Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Cultura e Instituições Educacionais (Gepcie), certificado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), sob a coordenação das professoras doutoras Rosa Fátima de Souza Chaloba e Vera Teresa Valdemarin, encontra-se, desde 2000, na Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara. O foco deste grupo tem sido voltado ao trabalho de organização de fontes e acervos e, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar, tem desenvolvido projetos de pesquisa individuais e coletivos com abordagem na relação entre cultura e escola (FCLAr, s.d.).

Para uma melhor compreensão do objeto de estudo deste trabalho, foi adotado o aporte teórico da história cultural ou nova história, associada à chamada “*école des annales*”, apoiada em Lynn Hunt (1992), Jacques Le Goff (1990), Peter Burke (1992, 2005), Roger Chartier (2003), Antoine Prost (2008), entre outros.

Burke (1992) pontua algumas diferenças entre o paradigma da história tradicional e a nova história, elencadas abaixo:

- no paradigma tradicional, a história diz respeito à política, enquanto a nova história está focada em toda atividade humana;
- os historiadores tradicionais pensam na narrativa dos acontecimentos, enquanto a nova história preocupa-se com a análise das estruturas;
- a história tradicional oferece uma visão de cima, concentrada nos grandes feitos de pessoas famosas, enquanto a nova história enfoca a história vista de baixo, exemplificada pela cultura popular, das pessoas comuns, na história das mentalidades, na história dos discursos, entre outras;
- a história tradicional privilegia os documentos oficiais como fontes, enquanto a nova história busca evidências em atividades humanas diversas;
- o paradigma tradicional despreza questionamentos abertos e variados, enquanto a nova história considera tanto movimentos coletivos como individuais, levando-se em conta as tendências e diversos aspectos dos acontecimentos;
- a história tradicional apresenta os fatos de maneira objetiva, como realmente aconteceram, sem tendências viciosas, desprezando a visão particular do passado,

enquanto a nova história considera a percepção do mundo como variante de convenções, conforme a cultura e a percepção particular de cada um.

Para Le Goff, a história nova tem o dever de responder algumas das grandes interrogações de nossa época:

porque em nosso mundo, onde muda a memória coletiva, onde o homem, o homem qualquer, diante da aceleração da história, quer escapar da angústia de tornar-se órfão do passado, sem raízes, onde os homens buscam apaixonadamente sua identidade, onde procura-se por toda parte inventariar e preservar os patrimônios, constituir banco de dados, tanto do passado como para o presente, onde o homem apavorado procura dominar uma história que parece lhe escapar, quem melhor do que a história nova pode lhe proporcionar informações e respostas? (1990, p. 51).

A influência da história cultural estendeu-se para novas correntes historiográficas, como a história das instituições, que, no Brasil, ocorreu sobretudo a partir dos anos 1990, uma vez que, anteriormente, os estudos privilegiavam as políticas públicas e a evolução das ideias pedagógicas, com poucas referências às práticas escolares. Estas temáticas, tidas como legítimas, começaram a ser questionadas, privilegiando temas como a cultura escolar e abrangendo pesquisas a respeito das instituições escolares, entre outros (FURTADO, 2012).

Conforme a mesma autora, neste contexto de rompimento com as velhas tradições de pesquisa, as investigações a respeito das instituições escolares, juntamente com seus arquivos e fontes, ganharam espaço na historiografia brasileira, deslocando os olhares do pesquisador para o seu interior na busca da compreensão dos saberes encerrados em documentos e outros tipos de fontes.

As fontes utilizadas neste trabalho compreenderam documentos como livros de matrículas e de atas, ofícios, planilhas e fotografias que, ao olhar do pesquisador, possibilitaram a obtenção de notícias e informações a respeito do passado histórico-educativo da própria escola e de outras instituições.

Le Goff (1990) diz, porém, que um documento não se encontra em isolamento e, sim, contextualizado, adquirindo significado quando reflete ou explica um fato e um tempo de produção humana. Desta forma, o pesquisador, dentro de sua sensibilidade, deve

conscientizar-se de que fontes são produções humanas, subjetivas e representativas de interesses pessoais.

Hunt (1992) também afirma que documentos descritivos de ações simbólicas do passado não são textos inocentes e transparentes, uma vez que foram escritos por autores com diferentes intenções, sendo necessário que os historiadores criem suas próprias estratégias para realizar as leituras pertinentes.

Portanto, o trabalho do pesquisador exige atenção e sensibilidade para que desafios sejam vencidos na utilização de documentos como fontes. A transformação destes em conhecimento histórico, ao buscar uma contínua aproximação com o real, deve ser acompanhada pela consciência de que, distante de ser definitivo e acabado, este pode ser revisto, reestudado e complementado.

Os documentos encontrados, principalmente livros de matrículas, representaram muitas possibilidades de estudo, porém com limites delineados, sendo que lacunas a respeito da quantidade de alunos por turmas, períodos de funcionamento e informações a respeito dos docentes permaneceram no desconhecido.

As fontes utilizadas neste trabalho foram coletadas na Escola Professor Alcídio de Souza Prado, sendo disponibilizadas com boa vontade e atenção pelos funcionários responsáveis, que também colaboraram no trabalho investigativo necessário, uma vez que os arquivos encontravam-se organizados apenas quanto à guarda e conservação documental.

Para Mogarro (2005), o arquivo escolar assume um papel fundamental na construção da memória e da identidade histórica da escola, uma vez que, constituído de documentos específicos produzidos no cotidiano e no contexto das práticas administrativas e pedagógicas, são produtos da “escrituração”, revelando as relações sociais desenvolvidas pelos atores educativos, sendo as escolas estruturas complexas, universos específicos carregados de características e contradições do sistema educativo e, por isso, com identidade própria e carregada de historicidade.

Juntamente com a documentação escrita, foi utilizada uma parte da memória iconográfica da escola, uma vez que as fotos fazem parte do acervo de seu Centro de Memória. Neste trabalho, ao serem inseridas, ofereceram um olhar complementar ao texto escrito, uma vez que o uso da fotografia tem conquistado relevância na história da educação por constituírem, conforme Chartier (1990), uma forma de representação da realidade.

Para este autor, uma fotografia deve ser analisada além de sua estética, contexto de produção ou técnica utilizada, considerando seus aspectos temporais, sociais e históricos. Sendo assim, uma produção fotográfica não é suficiente para retratar ou viabilizar a

interpretação de uma dada realidade, tornando-se imperativo ao pesquisador relacionar as imagens com outros tipos de fontes.

Também para Mogarro (2005), por meio das fotografias e imagens, torna-se possível a observação e análise da riqueza dos espaços, dos ambientes, dos objetos e das pessoas, possibilitando muitas abordagens de investigação.

Burke (1992) adverte que, assim como os historiadores, os fotógrafos não apresentam reflexos da realidade, mas, sim, representações desta, uma vez que as imagens são selecionadas, tanto conforme interesses, crenças, valores, preconceitos, como por débitos, conscientes ou inconscientes às convenções pictóricas.

Como o resgate dos registros iconográficos escolares tem sido objeto somente de iniciativas atuais, muitas fotos não foram recuperadas pelo Centro de Memória em decorrência do desconhecimento sobre a catalogação e arquivamento de fontes diversas para pesquisas por parte de dirigentes e funcionários anteriores.

As fontes escolares, compreendidas também por livros de matrículas ou outras escriturações, documentos e pastas diversas, foram encontradas em acervos depositados em armários de aço, reservados para este fim, em um espaço ligado à Diretoria de Serviço Acadêmica da escola. Este “espaço de memória” é um lugar arejado e limpo, denotando cuidado com a guarda, conservação e preservação dos documentos depositados.

Para este trabalho, foram utilizados como fontes catorze livros de exames de admissão, matrículas e apuração de resultados finais, dois de registro de professores e funcionários, dois de registros de diplomas e um de reuniões pedagógicas. Tais livros, em bom estado de conservação, com registros manuscritos e folhas numeradas, estão relacionados conforme listagem constante no Anexo B deste trabalho.

No entanto, a grande maioria das escolas públicas não se preocupa com a preservação e conservação de documentos, sendo que a falta de espaço tem sido um grande entrave, mesmo para o simples depósito de acervos documentais, o que denota a ausência de uma cultura de valorização de materiais escolares produzidos, para que no futuro tornem-se fontes históricas.

Da mesma forma, também os acervos documentais das escolas técnicas, produzidos pelas instituições de ensino e seus atores, encontram-se de forma dispersa, sem qualquer acondicionamento adequado, e muitas vezes em estado de deterioração. Algumas iniciativas recentes, como a instalação dos Centros de Memória, já citados, têm sido felizes exceções, no resgate de documentos e registros de caráter administrativo, pedagógico e histórico, exigidos pela administração e pelo cotidiano burocrático.

Além de documentos, também foram utilizados como fontes, jornais e revistas de época, tanto oficiais como da própria cidade que, por meio de suas notícias, compõem a memória de cada momento histórico. Foram coletados na Biblioteca Pública Municipal e em coleções particulares, sendo que os exemplares com periodicidades interrompidas constituíram registros de uma ou outra época.

Na cidade de Orlandia, ainda há a Casa da Cultura, o Museu Municipal e a Câmara Municipal, cujos acervos modestos proporcionaram poucas contribuições. O Museu, que atualmente se encontra em reforma, conta com uma coleção de jornais antigos em deterioração e sem possibilidade de consulta. A Câmara Municipal, recém-instalada em novo prédio, pouco possui da memória legislativa local, e a Casa da Cultura tem suas atividades centradas em agendamento e organização de eventos culturais.

A pesquisa nos jornais de diferentes épocas permitiu a coleta de informações, notícias e opiniões divulgadas a respeito do cenário político, social e cultural da cidade, bem como a verificação de como a escola objeto deste estudo encontrava-se inserida em relação à população orlandina. O cotidiano foi registrado por meio de manchetes, colunas sociais e esportivas, com destaques para eleições, inaugurações, festividades e eventos diversos. As propagandas, também observadas, constituíram evidências a respeito da economia local, indicando, conforme Cruz e Peixoto (2007), a articulação de publicações com interesses empresariais e comerciais em diferentes conjunturas.

No entanto, é sabido que a imprensa, com impregnações representativas de elites intelectuais, impõe suas ideologias políticas e de controle do poder sobre os leitores. Em uma pequena cidade do interior, os jornais locais eram tidos como uma fonte acessível de informações, embora se baseassem em reinterpretações, principalmente a partir do poder estadual. Estes aspectos puderam ser observados na imprensa orlandina, com visíveis enaltecimentos a diversas figuras locais no poder.

No presente trabalho, foram utilizadas as seguintes revistas e jornais da cidade de Orlandia, abaixo listados em ordem cronológica de consulta e encontrados na Biblioteca Municipal, na escola e em um acervo particular:

- O jornal *Cidade de Orlandia*, cujo jornalista responsável era Jacinto do Amaral Narducci, foi visitado em suas publicações semanais encontradas entre fevereiro de 1951 a junho de 1952, em seus anos II, III e IV.
- O jornal *O Imparcial*, editado em Orlandia, cujo responsável era Crispim José de Carvalho Filho, foi visitado em números esparsos, de 1952 a 1955, tendo circulado de 1952 a 1956.

- O jornal *Folha de Orlândia* teve três gerações ou fases. A primeira teve como diretor Cyro Armando Catta Preta, e foram encontrados números esparsos de 16 de outubro de 1960 (número 16) a 22 de julho de 1962 (número 107), em seus anos I e II. A segunda fase, com tiragem de dois mil exemplares, tinha como jornalista responsável Divo Marino e os diretores Antônio Luiz Sanitá, Adilson Francisco Nunes, Luiz Sérgio da Silva Sordi e Mário Antônio da Silva Sordi. Foi iniciado em seu Ano I, em 30 de março de 1973, tendo sido visitado até 7 de janeiro de 1978, em seu Ano IV, e em 30 de março de 2010 (edição comemorativa). A terceira fase, com tiragem semanal de 1,2 mil exemplares, foi editada pela Gráfica de Orlândia Ltda. a partir de março de 1989, não sendo conhecida sua finalização. Teve como diretor Mário Antônio da Silva Sordi.
- *O Prumo* compreendeu uma edição comemorativa em número único, de 1º de fevereiro de 1969, com tiragem de 3 mil exemplares e distribuição gratuita. Composto e impresso pela Gráfica São José, em Orlândia, teve como responsáveis pela edição Walter Francelin e Otacílio Gonçalves Ferreira.
- O jornal *O Regional* foi composto e impresso na Gráfica São José, em Orlândia, e teve como diretor Walter Francelin e, como secretário, Otacílio Gonçalves Ferreira. Tinha como *slogan*: “Semanaário dedicado aos interesses de toda uma região”. Para esta pesquisa, foi visitado em números esparsos em seus anos I, iniciado em 30 de março de 1969, e II, iniciado em 6 de janeiro de 1970, até 5 de julho de 1970 (número 57).
- *O Apelo* foi um jornal estudantil do Centro Interescolar Professor Alcídio de Souza Prado. Seus redatores, Luciano Cezar Rodrigues, Gilberto J. Zancopé e Eugênio Bucci, explicaram que o nome representava a voz do estudante contra a censura e a favor da liberdade, buscando o aperfeiçoamento do ensino. Foram encontrados somente dois números deste jornal, de 23 de março e da 1ª. quinzena de 1976. O número de publicações deve ter sido pequeno.
- O jornal *Atual*, de tiragem semanal de 3 mil exemplares, teve como jornalista responsável Donizeti Aparecido Garcia, circulando de 16 de novembro de 1990 a 24 de outubro de 1992.
- O jornal estudantil *Alcídio News* foi iniciado em 1995, sendo produzido por professores, funcionários e colaboradores discentes. Seu supervisor foi Eduardo Chediack Barbarossa, com revisão da diretora da escola, professora Maria Inês

Cutlac. O jornalista responsável era Paulo de Almeida Machado, e a impressão foi realizada na Sociedade Diário de Notícias, de Ribeirão Preto. Produzido a partir de 1995, e de periodicidade mensal, foram encontrados números esparsos de 1996 e de 2000.

- O jornal *Feitiço da Vila*, com tiragem semanal de 2 mil exemplares, tem como jornalista responsável Otacílio Gonçalves Ferreira, com início de suas atividades em dezembro de 1998, circulando até os dias de hoje. Inicialmente teve periodicidade mensal, sendo que, a partir de seu segundo ano de circulação, passou a ser quinzenal e, em seguida, semanal.
- A revista *Hoje* foi uma edição especial de Natal, publicada em dezembro de 2013, tendo como Diretor Chester Martins e impressão na Indústria Gráfica Cristal, de Franca.

Portanto, dentro do recorte temporal de 1949 a 1978 foram encontrados jornais e revistas dos anos de 1951 e 1952 (*Cidade de Orlandia*), 1952 a 1955 (*O Imparcial*), 1960 a 1962 (*Folha de Orlandia – 1ª fase*), 1968 a 1970 (*Folha de Orlandia – 2ª fase*), 1969 (*O Prumo*), 1969 a 1970 (*O Regional*) e de 1973 a janeiro de 1979 (*Folha de Orlandia – 3ª fase*). Apesar das publicações dos jornais *Feitiço da Vila*, *Atual*, *Alcídio News* e uma edição comemorativa do jornal *Folha de Orlandia* não pertencerem ao período cronológico citado, foram encontradas notícias relativas ao período citado.

Como referências, foram buscadas pesquisas a respeito da educação profissional, bem como trabalhos relacionados a outras escolas profissionais. Para a construção do delineamento histórico da cidade e região, os levantamentos demográficos, agrícolas e outros efetuados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foram um importante suporte.

O presente trabalho encontra-se dividido em quatro seções, iniciadas pela introdução.

Na segunda seção, por meio de uma revisita às raízes históricas do ensino profissional paulista, buscou-se uma tessitura deste tipo de ensino dentro de uma cronologia que perpassou, de maneira breve, pelas raízes jesuíticas da educação brasileira do período colonial ao período imperial brasileiro. Do período republicano até o final da década de 1970, esta revisita foi costurada de maneira mais particularizada, no sentido de oferecer ao leitor uma contextualização do ensino profissional paulista, uma vez que este tipo de ensino, por ter suas particularidades, carece de uma melhor apresentação, visando ampliar as possibilidades de apreciação do foco da pesquisa, inserido nas seções posteriores.

O pano de fundo, representado pelo cenário da educação brasileira em suas diferentes épocas, encontrou respaldo nos estudos de José Mário Pires Azanha (1999), Clarice Nunes (2002), Otaíza de Oliveira Romanelli (2006), Rita Beatriz Enge (2007), Eliane Mimesse (2008), Rosa Fátima de Souza (2008, 2011) e Ângela Rabello Maciel de Barros Tamberlini (2001).

O ensino profissional brasileiro foi abordado tendo como suporte estudos de Luiz Antônio Cunha (2000a, 2000b, 2000c), Celso Suckow da Fonseca (1961, 1986a, 1986b), Osvaldo Vieira do Nascimento (2007), Carmen Sylvia Vidigal Moraes (2001), Carmen Sylvia Vidigal Moraes e Júlia Falivene Alves (2002) e Acácia Kuenzer (2001).

O ensino profissional paulista foi enfatizado de forma mais particularizada apoiado nos referenciais de Zoraide Rocha de Freitas (1954), Arnaldo Laurindo (1962), Ester Buffa e Paolo Nosella (1998), Silvia Maria Manfredi (2003), Itapuan Bôtto Targino (2009) e Carmen Sylvia Vidigal Moraes (2001) e Sylvia Vidigal Moraes e Júlia Falivene Alves (2002).

Tornam-se necessárias, porém, algumas ressalvas em relação a esta seção.

Uma delas refere-se à escassez de literatura dedicada ao ensino profissional no estado de São Paulo, com muitas lacunas a serem preenchidas por novas pesquisas, principalmente de 1962 à década de 1970.

A constatação acima encontra respaldo em Manfredi (2003), ao afirmar que, para reconstruir a história da educação brasileira **no** e **para** o trabalho, dificuldades fazem-se presentes na tradição historiográfica da pesquisa, uma vez que se observa uma concessão de privilégio de estudos para a educação dos ensinos médio e superior. Esta acontece, principalmente, pela preocupação com o ensino das elites e do trabalho intelectual em detrimento do ensino profissional.

O professor Luiz Antônio Cunha, em prefácio dedicado a Moraes (2003), Também afirma que a bibliografia rarefeita sobre o ensino profissional destinado aos trabalhadores representa uma eloquente expressão do elitismo da educação brasileira.

A outra ressalva diz respeito ao fato de que muitos autores consultados também foram atores na construção do ensino profissional. Desta forma, seus trabalhos, com impregnações de experiências e enfoques pessoais, revelam participações no campo educacional ou no cenário político deste tipo de ensino. Seguem abaixo alguns dados a respeito destes autores.

- O professor e engenheiro Celso Suckow da Fonseca foi diretor da Escola Técnica Nacional no Rio de Janeiro, que atualmente recebe seu nome, por quatro vezes (1943-1951, 1960-1963, 1963-1966, 1966-1969). Seu último mandato foi apenas iniciado, em razão de seu falecimento em 26 de outubro de 1966. Foi autor da

História do ensino industrial no Brasil (1961), considerada obra pioneira (NASCIMENTO, 2007).

- O engenheiro, docente e educador Osvaldo Vieira do Nascimento foi consultor do Banco Mundial (Bird) e da Organização das Nações Unidas Para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), assessor do Conselho Federal de Educação e técnico do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), onde se aposentou (NASCIMENTO, 2007).
- O professor Arnaldo Laurindo foi normalista, professor, diretor de escola e superintendente do ensino profissional do estado de São Paulo por mais de 14 anos, desde 1947. Foi também, entre outros cargos e funções em mais de 30 anos de serviço público dedicados à educação e ao ensino, secretário interino da Educação do estado de São Paulo, deputado estadual, presidente do Centro do Professorado Paulista e membro do Conselho Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) de São Paulo (LAURINDO, 1962).
- A professora Silvia Maria Manfredi atuou no magistério de ensino superior, participou de equipes de avaliação e pesquisa da Fundação Brasileira para o Ensino de Ciências (Funbec) e, no campo da educação de trabalhadores, atuou em projetos e atividades de docência e pesquisa e em entidades sindicais no estado de São Paulo (MANFREDI, 2003).
- A professora dos cursos secundário e profissional Zoraide Rocha de Freitas foi vice-diretora e diretora da Escola Industrial. Foi a primeira mulher nomeada para este cargo, em 1937. Atuou como técnica de educação no Departamento de Ensino Profissional do Estado de São Paulo. Pertenceu à Academia Ribeirão-Pretana de Letras e Academia Paulista de Educação (FREITAS, 1954; APEDU, s.d.).
- O pedagogo Itapuan Bôto Targino foi diretor da Escola Técnica Federal da Paraíba e supervisor das escolas técnicas federais. Exerceu as funções de secretário-geral da Assembleia Legislativa da Paraíba, foi diretor do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba e participou do Conselho Estadual de Educação da Paraíba por três vezes, do Conselho Estadual da Cultura da Paraíba por três vezes e do Conselho Municipal de Educação de João Pessoa por duas vezes, entre outras funções (TARGINO, 2009).

A terceira seção é dedicada à escola objeto deste trabalho no recorte cronológico a partir de sua instalação, em 1949, como Curso Prático Profissional de Orlândia, continuando sua trajetória até a década de 1960, quando recebeu a denominação de Ginásio Industrial.

Neste período, o acanhado Curso Prático Profissional, iniciado com uma turma masculina de Ajustadores Mecânicos e uma feminina de Economia Doméstica, foi ganhando corpo e, ao estender seus cursos ordinários e extraordinários em turmas diurnas e noturnas, ganhou outras denominações, como Escola Artesanal, em 1954, e Escola Industrial, em 1963.

Para melhor situar a escola em seu entorno e estabelecer um panorama constante como pano de fundo, foi retomada, de forma breve, a história da cidade de Orlândia, acrescida com observações levantadas a partir dos censos demográficos de diferentes décadas. Autores locais, como os professores Azis Abrahão e Cyro Armando Catta Preta, este último poeta e ex-prefeito, Adélia Diniz Junqueira Bastos e João Francisco Franco Junqueira, registraram com seus olhares fragmentos da história da cidade em diferentes épocas, ainda a serem resgatados totalmente, embora a Prefeitura Municipal tenha publicado um livro pertinente ao assunto, organizado por Sandra Regina Félix em 2012 (FELIX, 2012).

As fontes utilizadas nesta seção foram livros diversos da diretoria de serviço da escola, com apontamentos a respeito de matrículas e outros dados, documentos escolares e institucionais, o plano plurianual (PPG) da própria escola, bem como jornais de diferentes épocas.

Com grandes contribuições em referências, foram citados nesta seção a professora Rosa Fátima de Souza, pelo suporte oferecido sobre a história do trabalho escolar do século XX, e pesquisadores relacionados ao ensino profissional.

A quarta seção teve como objetivo abordar a continuidade da trajetória do Ginásio Industrial de Orlândia a partir de 1965 até sua transformação em Centro Estadual Interescolar, em 1976, e seguindo até o término do curso ginásial industrial/1º grau em 1978, demarcando o fim do período temporal deste trabalho.

Durante o período abordado nesta seção, o Ginásio Industrial teve sua denominação alterada para Ginásio Industrial Estadual Professor Alcídio de Souza Prado (em 1968), para Centro Estadual Interescolar Professor Alcídio de Souza Prado (em 1976) e, para Escola Estadual de Segundo Grau Professor Alcídio de Souza Prado (em 1978).

Tanto na terceira como na quarta seções, a contextualização do cenário local, com ênfase maior no aspecto educacional do ensino secundário, teve como suporte fontes constituídas por jornais e censos demográficos.

Como este trabalho apoiou-se em fontes inerentes à escola, compreendidas por documentos, livros e fotos referentes mais ao seu corpo discente, este foi privilegiado em detrimento dos professores e funcionários. Uma vez que as fontes escolares encontradas constituíram registros voltados aos alunos, o trabalho da equipe escolar ficou subentendido e apreciado somente como suporte necessário ao cotidiano e manutenção da escola.

Porém, outras pesquisas, com novos olhares, poderão surgir no sentido de valorizar a aparente atuação silenciosa das equipes escolares que, em diferentes momentos cronológicos, deixaram suas valiosas contribuições na trajetória histórica desta escola.

2 O ENSINO PROFISSIONAL ESTADUAL PAULISTA: DE COMPENSATÓRIO E ASSISTENCIAL A ESCOLA TÉCNICA PROFISSIONAL DO TRABALHADOR URBANO

Para serem apresentadas as diversas interfaces do ensino profissional estadual paulista quanto à sua identidade compensatória e assistencial do início do século XX e dos desdobramentos voltados ao trabalhador assalariado urbano que se seguiram, torna-se necessária uma revisita às raízes históricas deste tipo de ensino.

Segundo Cunha (2000a), em virtude da influência marcante da antiguidade clássica proveniente da herança cultural trazida pelos colonizadores ibéricos desde a educação jesuítica, a cultura brasileira assumiu a conotação de que o trabalho manual era indigno do homem livre. A hierarquização entre o conhecimento intelectual e o manual, representativa da cristalização desta mentalidade, foi aplicada por meio da atribuição dos trabalhos manuais aos escravos, enquanto os filhos dos colonos eram distanciados e isentos do trabalho físico e destinados ao intelectual.

2.1 Período Colonial e Império

Na província de São Paulo, no período colonial, o ensino profissional consistia da aprendizagem de conhecimentos rudimentares nos engenhos de açúcar, inerentes às necessidades de uma sociedade rural na qual aos escravos eram ensinadas a carpintaria, a arte de tecer, de forjar o ferro, de fazer sapatos, canoas e de edificar, sendo que, muitas vezes, estes ensinamentos eram apresentados por jesuítas, juntamente com ensinamentos cristãos. Em suas cartas, Anchieta refere-se ao ensino de ofícios para brancos e índios, e Nóbrega cita o ofício de teareiro, ministrado no Colégio de São Vicente, em 1573. Em meados do século XVI, o irmão Mateus Nogueira foi celebrizado como “ferreiro de Jesus Cristo”.

O parágrafo acima, representativo do início do ensino profissional paulista, contém trechos de uma conferência do professor Armando Hildebrand, diretor do Ensino Industrial do Ministério de Educação e Cultura, durante sessão solene comemorativa dos 50 anos do ensino profissional do estado de São Paulo, em setembro de 1961 (HILDEBRAND apud LAURINDO, 1962).

No Brasil colonial foram introduzidas as corporações de ofício pelos portugueses, e os mestres de ofícios eram encarregados pelas câmaras municipais de transmitir os conhecimentos técnicos e a prática das profissões manuais a jovens aprendizes. Porém, o

mercado de São Paulo não estimulava o desenvolvimento industrial, uma vez que suas necessidades eram supridas pela pequena indústria doméstica e artesanato, juntamente com a ajuda do mercado estrangeiro (HILDEBRAND apud LAURINDO, 1962).

Também nesta época, Fonseca (1986b) aponta que as atenções de Portugal estavam voltadas para a exploração do ouro em Minas Gerais, em razão de sua maior rentabilidade.

Conforme Targino (2009), a vinda da família real para o Brasil, em 1808, marcou uma fase de grandes realizações nas áreas da economia, educação e cultura. A abertura dos portos para o comércio exterior e a permissão para instalação de estabelecimentos fabris marcaram o destino, naquele momento, da implantação das primeiras fábricas brasileiras, proibidas desde o alvará de 1785, “salvo aquelas que se tecessem fazendas grossas de algodão, próprias para uso e vestuário dos negros e enfiar ou empacotar fazendas (tecidos)” (TARGINO, 2009, p. 36).

Extintas as corporações de ofício pela primeira Constituição do Império, em 1824, os centros de aprendizagem assistemática das profissões manuais da província tiveram seu fim, permanecendo as organizações pedagógicas mantidas por entidades beneficentes e de serviço social (HILDEBRAND apud LAURINDO, 1962).

Entre estas havia as mantidas pelo Estado e outras de iniciativas particulares, que se constituíram em organizações pedagógicas mantidas por sociedades beneficentes e de serviço social, acolhendo órfãos ou expostos, em regime de internato. Estes menores recebiam, geralmente, noções das primeiras letras, gramática, geometria e álgebra e aprendizado para trabalho em oficinas e fábricas, no caso dos meninos, e ensino de ocupações domésticas e rudimentos de ensino comercial, no caso das meninas.

Como iniciativa governamental voltada ao sexo feminino, pode ser citada a instalação do Seminário das Educandas, em 1825, na chácara da Glória e, posteriormente, na chácara de D. Veridiana Prado, destinado à assistência e educação de órfãos. A partir de 1870, sua direção passou às Irmãs da Congregação de São José, sendo remodelado, em 1935, para manter uma escola profissional secundária (HILDEBRAND apud LAURINDO, 1962).

Manoel (1996) aponta que o currículo para a educação feminina na época da instalação do Seminário das Educandas era não profissionalizante, conforme decreto imperial de 1827, e, sim, voltado para a formação de donas de casa, com ensinamentos de leitura, escrita, quatro operações, gramática, moral cristã, doutrina católica e prendas domésticas. O conservadorismo da sociedade paulista e da doutrina católica seguiu em continuidade até o início do século XX, considerando toda a proposta de profissionalização feminina um

atentado às leis criadas por Deus e um retrocesso à barbárie e ao desmoroamento da sociedade civil.

Mesmo no século XIX, Moraes (2003) aponta que as educandas deveriam deixar o seminário entre os 15 e 20 anos, pelo casamento ou para o professorado, uma vez que, ao lado da enfermagem, o magistério primário constituía via de acesso respeitável ao mercado de trabalho para jovens alfabetizadas, solteiras e sem posses.

Como iniciativa voltada ao sexo masculino, foi inaugurado em 1844 e extinto em 1868 o Seminário dos Educandos de Santana, ou Casa de Educação dos Meninos Pobres da Imperial Cidade de São Paulo. Destinado aos expostos e órfãos, o Seminário oferecia ensino em oficinas da instituição ou fábricas que recebessem como aprendizes meninos maiores de 12 anos (FONSECA, 1986b). Também merece ser citado o Instituto de Educandos Artífices, criado em 1874 e extinto em 1881 pela força policial da província. O instituto visava “facilitar ao menino pobre e desvalido a sua educação industrial, impedindo, assim, que, por falta dela, desviem-se do amor ao trabalho e tornem-se maus e prejudiciais cidadãos” (HILDEBRAND, apud LAURINDO, 1962, p. 102).

Além das instituições citadas acima, na década de 1870 a iniciativa popular espalhou-se em empreendimentos particulares, destacados por Moraes (2003).

- Colônias orfanológicas, com o lema “o trabalho moralizado de mãos dadas com a instrução”: visando oferecer a instrução e amparo à classe “miserável e abandonada” (p. 72).
- Colônias agrícolas em Casa Branca e Amparo: representativas de iniciativas municipais.
- Instituto Santa Rosa: “sociedade protetora da infância desvalida”, obra assistencial para meninos desvalidos, complementada com ensinamentos de alfaiataria, música, funilaria, pintura, serviços de pedreiro e, como diferencial, horticultura, sendo que a rígida profissionalização dos jovens, ao lado do comportamento “ordeiro” e “moralizado”, conferia a utilidade social da instituição.
- Liceu dos Salesianos: criado como instituição benemérita para recolhimento, instrução e profissionalização de órfãos e abandonados, oferecia estudo em oficinas de encadernação, sapataria, carpintaria e tipografia, além do ensino das primeiras letras, aritmética, catecismo e música.
- Escolas da maçonaria: primeiras a oferecerem, na província, aulas noturnas para alfabetização de adultos, trabalhadores livres ou escravos em cidades como São

Paulo, Mogi mirim, Campinas, Araraquara, Tatuí, Sorocaba, Taubaté e Itu, seguindo o lema “sabemos abrir escolas e bem medir as esmolas” (p. 94).

- Escola da Propagadora: “obra do povo, pelo povo e para o povo”, criada como uma empresa de iniciativa privada de atendimento às demandas do mercado de trabalho por meio da qualificação de cidadãos livres às diversas profissões, sem cunho assistencial. Uma vez que a instrução popular era vista como a “vacina civilizadora, o sagrado dever higiênico de que pende diretamente o destino das coletividades humanas” (p. 95), esta escola não se sustentava na caridade como forma social de agir, mas na apelação da imposição dos direitos e deveres da cidadania. Ofereceu cursos noturnos de instrução primária a adultos trabalhadores e crianças, e cursos secundários de mecânica industrial e desenho e escrituração mercantil. Além de escola, a Propagadora tornou-se sede de palestras, preleções, reuniões e congressos, constituindo-se em foco de propaganda e afirmação política do grupo fundador.

O cunho assistencialista concedido ao trabalho manual é reforçado por Fonseca (1986b) ao afirmar a posição dos governos que, em uma perseverança secular, destinavam o ensino dos ofícios sempre aos pobres, desvalidos, desamparados, órfãos, miseráveis, expostos, abandonados, cegos e surdos-mudos.

Os últimos vinte anos do Período Imperial, na província de São Paulo, foram marcados pela reorganização das elites dirigentes ligadas à produção cafeeira, facção economicamente mais poderosa, centralizada em Campinas e estendida pela região Oeste de São Paulo. A garantia da produção e reprodução deste capital era centrada na formação de um mercado livre de força de trabalho e do operariado rural e urbano (MORAES, 2003).

O cenário paulista foi sendo alterado em atendimento à economia cafeeira, e o escoamento do café, desde as lavouras até o porto de Santos, foi atendido por inaugurações de estradas de ferro, sendo que a São Paulo Railway, desde 1867 percorria 139 quilômetros entre Santos e Jundiaí. A população, mais heterogênea com o recebimento de imigrantes desde 1827, e concentrada, cada vez mais, nos centros urbanos, concedeu à indústria, ainda incipiente, uma mão de obra mais experiente (FONSECA, 1986b).

Em 1872, o recenseamento da província de São Paulo indicava a existência na indústria paulista de 80% de brasileiros empregados e 20% de estrangeiros, com a inversão, em 1895, de 22% de brasileiros e 78% de estrangeiros. Como a mão de obra europeia tinha preferência, na época, por apresentar-se mais qualificada e tradicional, foram instaladas

sociedades de amparo e propagação da instrução pública, principalmente no setor profissional, no sentido de reverter esta situação (HILDEBRAND apud LAURINDO, 1962).

A Sociedade Propagadora da Instrução Popular, já citada como uma iniciativa de particulares para o oferecimento de instrução profissional, uma vez que o governo, com olhar assistencialista, tinha o ensino de ofícios voltado somente aos menores abandonados, foi ampliada e organizada, em 1882, sob o nome de Liceu de Artes e Ofícios.

Segundo Moraes (2003), a fundação do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, a partir da reativação da escola da Propagadora, foi direcionada ao ensino profissional, no sentido de suprir as necessidades do mercado industrial da época. A formação de profissionais deveria ser focada na dignidade do operário brasileiro, dando-lhe instrução, uma vez que o operário europeu tinha representatividade nacional e social. Partilhando destas ideias, Leôncio de Carvalho defendeu a propagação do ensino primário e profissional como “o mais urgente remédio contra os efeitos da crise social que ameaça o país” (MORAES, 2003, p. 124).

O Liceu passou por crises financeiras, sendo mencionada a falta de apoio das “classes ricas”, em 1884. Também sofreu críticas diversas pelo fato de acolher alunos de ambos os sexos, com idades de 9 a 80 anos, por seu caráter laico, apolítico e sem preconceitos de nacionalidade, uma vez que acolhia muitos imigrantes. Seus cursos para formação de carpinteiros, marceneiros, pedreiros, serralheiros, gravadores, estucadores, abridores, alfaiates, canteiros, chapeleiros, douradores, entalhadores, fundidores, litógrafos, maquinistas, ourives, oleiros, modeladores, sapateiros e seleiros foram reorganizados, em 1882, com matérias divididas no grupo das ciências aplicadas e das artes, e todo o sistema pedagógico foi baseado no desenho geométrico (MORAES, 2003).

As grandes feiras internacionais, como a de Londres, em 1851, e as exposições pedagógicas contribuíram, na época, para aproximar os grupos dominantes das experiências do ensino profissional realizadas em outros países. Desta forma, inovações como a implantação do saber fazer pela via escolar e a adoção do método intuitivo, bem como a participação ativa do aluno, levaram ao entendimento de que o trabalho manual era o meio mais eficaz de moldar o caráter, o que concedeu ao treino manual e industrial a importância no ensino moderno. No ano de 1888, 738 alunos estavam matriculados no curso primário (243 adultos e 235 crianças) e nas aulas nos cursos suplementares de português, francês, inglês, aritmética, história, geografia, química, desenho e geometria, pintura e taquigrafia, sendo 468 brasileiros e o restante, imigrantes (MORAES, 2003).

O Liceu seria fechado no início do próximo período desta seção, na República, por antagonismos ao governo do Estado, e reaberto em seguida, em prédio alugado, oferecendo o

curso preliminar, de desenho e secundário, chegando a ter 496 alunos nesta época. Afetado por conflitos partidários e disputas políticas, sofreria um retrocesso, mantendo-se como era na década de 1880, como uma escola noturna para alfabetização de trabalhadores e aprofundamento em algumas aulas, de nível secundário, sendo amplamente reformulado em 1895, sob a orientação de Ramos de Azevedo (MORAES, 2003).

Embora se salientasse a necessidade brasileira, em alguns segmentos, de “menos bacharéis e mais industriais, menos ensino clássico e literário e mais ensino técnico científico” (FONSECA, 1961, p. 158), o Império caracterizou-se por uma apresentação especial da cultura aristocrática para a formação de elites, abandonando a educação popular.

E ainda, enfatizando as ideias de Fonseca, a respeito do Império:

Com a passagem do ensino primário e do secundário para a alçada das Províncias sucedera o inevitável: à falta de diretrizes gerais e de condições econômicas uniformes, a eficiência fora pequena; em vários casos, o ensino primário limitara-se, apenas, a ministrar leitura, escrita e contas. Enquanto isso, o ensino superior expandira-se em quantidade e qualidade, formando uma nata de letrados, doutores e bacharéis, que ocupavam postos da administração, da política e do magistério. Havia-se, então, operado uma verdadeira separação em classes. De um lado, uma minoria de homens altamente instruídos, vivendo uma vida intelectual intensa e divorciada das duras realidades nacionais, e de outro, enorme massa de povo analfabeto, ou quase, arcando com as tarefas pesadas dos trabalhos humildes. (1961, p. 147-148).

2.2 A República

Moraes e Alves (2002) apontam que, a partir de 1889, o Estado republicano e a presença do trabalho livre, aliados ao desenvolvimento comercial, urbano e industrial, propiciaram o surgimento de interesses e necessidades voltados à implementação de novas medidas no campo do ensino popular e profissional. Sendo assim, nos primeiros governos republicanos, o ensino popular foi expandido sensivelmente com escolas primárias oficiais constituídas pelos grupos escolares, escolas reunidas e isoladas.

Enquanto as escolas isoladas eram instaladas na zona rural, distrital ou urbana, tendo como destinatários operários e colonos, tanto nacionais como imigrantes, os grupos escolares

caracterizaram-se como estabelecimentos mais eficientes e equipados, com clientela constituída de populações heterogêneas urbanas (MORAES; ALVES, 2002).

Em relação ao estado de São Paulo, Souza diz que:

A expansão do ensino público no estado de São Paulo privilegiou a zona urbana, em detrimento da rural. Embora o crescimento das matrículas tenha permanecido muito aquém das necessidades da demanda escolar, uma rede significativa de grupos escolares foi implantada no estado. (2008, p. 47).

No primeiro período republicano, até 1930, o poder político do estado de São Paulo, representado pelas oligarquias economicamente mais poderosas e empreendedoras, também constituía o setor intelectualizado da elite paulista, preocupado com a implementação da nacionalidade brasileira. Sendo assim, sucessivos governos paulistas investiram em um sistema de ensino com ênfase na instrução primária e popular (MORAES, 2003).

Além do desafio de educar a população, o governo republicano também convivia com muitos problemas sanitários, como o saneamento da febre amarela e acomodação de mendigos, órfãos, tuberculosos e outros em asilos. Diante desta realidade, o trabalho passou a ser visto como mecanismo de afirmação social, liberdade e igualdade, e a escola passou a ser considerada um recurso estratégico na conformação da sociedade de classes (MORAES, 2003).

Neste contexto, o ensino profissional passou a ser visto pelos liberais paulistas como uma resposta à formação do cidadão operário, mais civilizado, inserido no trabalho livre e na força industrial, de conformidade com os moldes do modelo europeu.

Em 1900, a cidade de São Paulo, com 240 mil habitantes, constituía residência da burguesia latifundiária e comercial e elo entre a produção agrícola e o porto de Santos. Aos 636 estabelecimentos industriais existentes no País por ocasião da Proclamação da República foram acrescidos, até 1909, outros 3.362, denotando um grande crescimento que refletiu na quantidade de operários empregados que, de 24.369 homens em 1889, havia sido ampliada para 34.362 (FONSECA, 1961).

O desenvolvimento da indústria exigia homens com conhecimentos especializados, capazes de realizar seus serviços usando técnicas próprias, demandando urgência de providências por parte do governo federal quanto à necessidade do estabelecimento do ensino profissional. Fonseca (1961) pontua que, em atendimento a esta situação, o presidente da República, Nilo Peçanha, por meio do decreto 7.566, de 23 de setembro de 1909, criou, nas

capitais dos estados, 19 escolas de aprendizes artífices para o ensino profissional primário e gratuito. Por este feito, tornou-se conhecido como o “fundador do ensino profissional no Brasil”, embora, nas considerações do decreto citado, tenha constado a preferência aos candidatos “desfavorecidos da fortuna”, conforme segue:

Considerando:

que o aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência, que para isso se torna necessário, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável ensino técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade, escola do vício e do crime; que é um dos primeiros deveres do Governo da República formar cidadãos úteis à Nação. (FONSECA, 1961, p. 163).

Nunes (2002) enfatiza que o Estado republicano criou estas escolas diante da necessidade de moralização dos órfãos e pobres, sendo colocadas como mais uma alternativa aos trabalhadores, além do curso rural, em uma trajetória diferente da delineada às elites, que seguiam o ensino primário e o secundário propedêutico, complementado pelo ensino superior, preservando a configuração de uma organização dualista da educação brasileira.

Conforme Nascimento (2007), das 19 escolas, 18 foram inauguradas em capitais de estados, com exceção do estado do Rio de Janeiro, em virtude da instalação da escola em Campos, terra natal de Nilo Peçanha.

Fonseca (1961) aponta ainda que, em suas trajetórias, estas escolas federais enfrentaram muitas dificuldades, além do estigma de destinação de clientela. A evasão era intensa, uma vez que os alunos, principalmente por fatores econômicos, abandonavam os cursos para procurar trabalho nas fábricas e oficinas no fim da 3ª ou 4ª série. Mesmo com a interrupção dos estudos, os evadidos ofereciam aos patrões conhecimentos adquiridos superiores aos dos operários antigos, que nunca haviam cursado escolas profissionais. Porém, a inadequação dos prédios, as oficinas mal aparelhadas, a variação de programas de escola para escola e a falta de preparo dos mestres de ofício levaram à necessidade da criação do Serviço de Remodelação do Ensino Profissional Técnico, com novas propostas e regulamentado por meio do Decreto 9.070, de 25 de outubro de 1911. Entre as providências

assumidas, a comissão instituída determinou a publicação de livros técnicos em português, para uso nas escolas profissionais.

O currículo foi organizado em seis anos, distribuídos em dois tipos de cursos: o curso de adaptação e preparatório para os anos seguintes, com duração de três anos, e o curso técnico profissional, com também três anos, destinado aos que tinham completado o curso preparatório. Nos dois primeiros anos do curso preparatório, além da alfabetização, os alunos trabalhavam com couros e tecidos; no terceiro ano dedicavam-se aos trabalhos manuais com madeira, chapas de metais e massa plástica. Nos três últimos anos, ou seja, no curso técnico profissional, os alunos exercitavam-se com latoaria, serralheria, forja, fundição, mecânica, madeira, artes gráficas e artes decorativas (NASCIMENTO, 2007).

Outras duas providências marcantes que foram tomadas constituíram-se na instituição da merenda escolar e na industrialização das escolas profissionais. A merenda escolar, instituída por Portaria de 26 de setembro de 1922, foi vista como um atrativo para a procura destas escolas. A esse respeito Fonseca (1961) destaca as palavras de João Lüderitz, chefe do Serviço de Remodelação do Ensino Profissional Técnico e primeiro diretor nacional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai):

Deveras notável foi o aumento da freqüência nas escolas com a distribuição da sopa escolar ao meio-dia. Isto bem veio confirmar a opinião externada por este Serviço, que sem o auxílio aos alunos, nas escolas, com a merenda e pagamento por obra realizada, como gratificação, não se conseguirá nunca despertar satisfatoriamente o interesse no proletariado nacional, pela educação industrial (FONSECA, 1961, p. 190).

A industrialização das escolas de aprendizes artífices foi introduzida como um regime das associações cooperativas e de mutualidade que oficializou o funcionamento das oficinas fora das horas regulamentares, com a permissão de uso, tanto por aprendizes como de pessoal estranho às escolas. Segundo Nascimento, consistia fundamentalmente em:

1. autorizar os diretores das escolas a aceitarem encomendas, desde que o solicitante fornecesse a matéria-prima e pagasse à escola a mão-de-obra e as despesas necessárias;
2. permitir que a escola, em certos casos e a juízo do diretor, realizasse a encomenda solicitada, caso dispusesse de matéria-prima, com o pagamento em horas de trabalho aos aprendizes, mestres e contra-mestres, de um

percentual do custo total da encomenda, como remuneração da obra por eles executada fora das horas regulamentares;

3. determinar que o lucro da escola devia ser calculado em um valor máximo de 20% sobre os preços de custo da obra ou encomenda;

4. assegurar a preferência de oferta de trabalho aos alunos (aprendizes) e ex-alunos nas empreitadas ou tarefas para as quais tivessem aptidão especial;

5. autorizar a escola a admitir diaristas ou tarefeiros (prestadores de serviços eventuais) estranhos, desde que pagos pelas quotas da mão-de-obra constante do orçamento. (2007, p. 123-124).

Embora consideradas não tão eficientes, as escolas profissionais federais marcaram uma fase nova na aprendizagem de ofícios no Brasil, permanecendo até 1942, quando foram transformadas em escolas industriais pela Lei Orgânica do Ensino Industrial.

Dados coletados por Nascimento (2007) pontuam que nos 33 primeiros anos de funcionamento destas escolas, passaram por elas 141 mil alunos, com a média de 4,3 mil alunos por ano. No entanto, em relação aos cursos, foi constatado que os noturnos de alfabetização tiveram uma contribuição modesta em relação ao número de matrículas. A frequência e evasão apresentaram dados discrepantes de escola para escola e de ano para ano, e a escola de São Paulo apresentou grande evasão, sendo que, em 1937, teve 35,6% de evadidos e nenhum aluno concluinte.

No entanto, conforme Freitas (1954), a escola recebida pela cidade de São Paulo impôs-se por realizações marcantes e pela eficiência do ensino, contribuindo para mudar a compreensão do papel das escolas profissionais no atendimento da indústria em expansão.

2.3 A rede profissional paulista

No estado de São Paulo havia mais instituições governamentais e particulares de caráter assistencial do que para formação de trabalhadores qualificados, necessários por conta da industrialização. Segundo Moraes (2003), além do Liceu de Artes e Ofícios e da Escola de Aprendizes Artífices, existiam, com atividades semelhantes, algumas outras instituições, como o Instituto de Educandos Artífices, de caráter oficial, o Instituto D. Ana Rosa, de caráter particular, ambos já citados, e o Instituto D. Escholástica Rosa, criado em 1900, para abrigar meninos, na cidade de Santos. Em 1885 foi inaugurado pelos padres salesianos o Liceu de Artes e Ofícios do Sagrado Coração de Jesus e continuaram os cursos noturnos da maçonaria

e escolas de indústrias nos bairros operários. Os cursos operários funcionaram de 1893 a 1907, quando foram substituídos por escolas isoladas municipais, escolas agrupadas em bairros ou sede de distritos e por escolas ambulantes. Nestas escolas prevalecia a evasão em torno de 50% nos cursos, a falta de professores e conflito com os horários das fábricas e das aulas.

Neste contexto, ainda havia a limitação legal do trabalho de menores nas fábricas. O termo “menor” referia-se às crianças e adolescentes infratores ou moralmente abandonados, próximos da marginalidade, necessitando de assistência e proteção moral (COSTA, 2006).

Conforme Moraes (2003), em caso de infração por um menor, o Código de Menores recomendava a isenção penal e a internação em casas de educação, consideradas insuficientes e representadas pelo Instituto Disciplinar de Tatuapé. Criado em 1902, o Instituto atendia cinquenta crianças internas, como uma prisão, com técnicas de sanções, compensatórios e emulação, ou seja, castigos morais. Para a disciplinação das meninas havia o Seminário das Educandas, que formava egressas em professoras e em prendas domésticas.

Procurando melhorar as condições de recuperação de menores infratores, o Governo Federal, no decreto nº 13.064, de 1918, que regulamentou as escolas de aprendizes artífices, também determinou a obrigatoriedade do curso primário para todos os alunos, apenas com a dispensa de portadores de certificados de exames feitos em escolas estaduais ou municipais, sendo a idade mínima de matrícula reduzida de 12 para 10 anos, com a justificativa de que esta redução não alteraria a aprendizagem nas oficinas (FONSECA, 1961).

O Governo Estadual paulista, acompanhando a tendência da Federação, pelo então seu presidente Dr. Manoel Joaquim de Albuquerque Lins, e por iniciativa de seu secretário do Interior, Dr. Carlos Augusto Guimarães, pelos decretos de 28 de setembro de 1911, em execução das Leis nº 1.214 e 1.215, de 1910, criou a Escola Profissional Masculina e a Escola Profissional Feminina na capital, e as de Amparo e Jacareí, no interior. Esta última, instalada em 17 de fevereiro de 1913, teve vida efêmera (FREITAS, 1954; LAURINDO, 1962). Conforme Moraes e Alves (2002), a atual Etec Cônego José Bento, de Jacareí originou-se da Escola Agrícola Industrial Mista, instalada em 5 de julho de 1935.

A criação destas quatro escolas pioneiras constituiu o início de um novo estágio no desenvolvimento do ensino profissional de São Paulo. Laurindo (1962) apresenta o ensino profissional do estado de São Paulo com uma periodização em quatro fases. Primeira: de 28 de setembro de 1911, data da criação das primeiras escolas profissionais pelo governo do estado, até 1934, quando foi criada a Superintendência da Educação Profissional e Doméstica. Segunda: de 1934 a 1942, quando foi promulgada a Lei Orgânica do Ensino Industrial.

Terceira: do advento da Lei Orgânica do Ensino Profissional até a promulgação da Lei 6.052 (SÃO PAULO, 1961), de 3 de fevereiro de 1961, que reorganizou o ensino profissional paulista, tendo em vista a autonomia concedida pela Lei Federal nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959. Quarta: a partir da promulgação da Lei estadual nº 6.052/61.

As Escolas Profissionais Masculina e Feminina foram instaladas no bairro do Brás, no qual havia grande concentração de operários e imigrantes. Desta forma, o governo paulista, atendendo ao setor fabril, visava contribuir para a qualificação da mão de obra, tornando o operário brasileiro competitivo com o estrangeiro. O novo trabalhador deveria apresentar um perfil com qualidades do operário europeu, porém com “ordem, disciplina, devoção ao trabalho e elevado espírito patriótico”, constituindo o oposto do trabalhador imigrante, quando influenciado por ideias libertárias e anarquistas (MORAES; ALVES, 2002).

A Escola Profissional Masculina, com primeiros formandos em 1914, teve como primeiro diretor o professor Aprígio de Almeida Gonzaga, também responsável pelo ensino profissional no estado por mais de vinte anos (MORAES; ALVES, 2002).

Em seu início, a escola ensinava noções elementares de português, matemática, desenho e modelagem, ministradas de forma particularizada, conforme o curso profissional escolhido. O curso de mecânica funcionava em três oficinas de ferraria, de serrilharia e forjaria e de fundidor e ajustador, com um professor para cada disciplina e um mestre para cada oficina. As aulas eram por classes ou grupos de alunos, divididos de acordo com o grau de adiantamento, para alunos maiores de 12 anos, com curso primário ou conhecimentos a ele equivalentes (MORAES; ALVES, 2002).

O Decreto nº 1.711, de 1919, introduziu nas escolas profissionais o ensino de Português, Geografia, História do Brasil e Instrução Moral e Cívica. Porém, a nova concepção do trabalho manual, aliada ao cultivo do intelecto, provocou reações de descontentamento e o governo voltou atrás, relegando para mais tarde o ensino de Geografia e História, fazendo permanecer apenas, como novidade, o ensino de Português (SILVEIRA apud LAURINDO, 1962; FONSECA, 1986b).

Em sua história, a Escola Profissional Masculina destacou-se por suas exposições anuais, pelas visitas do presidente Getúlio Vargas, em 1940 e 1941, e pela formação de profissionais competentes. Também merecem destaque alguns itens de sua produção, tais como o primeiro automóvel brasileiro, conhecido como “a baratinha”, em 1917, e caldeirões e granadas, que recebiam cargas explosivas na Escola Politécnica, para a Revolução Constitucionalista de 1932. Em razão da visita do presidente, em 1941, a Escola Profissional Masculina recebeu a denominação de Escola Técnica Getúlio Vargas. Em 1964, ela foi

desmembrada, e o então ginásio industrial foi transferido para as atuais Escolas Técnicas Estaduais Rocha Mendes e Martin Luther King, e para o atual endereço da Escola Técnica Getúlio Vargas, no Ipiranga (MORAES; ALVES, 2002).

A Escola Profissional Feminina, atualmente denominada Escola Técnica Estadual Carlos de Campos, também instalada no Brás, em 1911, ofereceu inicialmente aulas teóricas de português, aritmética, geografia e desenho geométrico, entre outras disciplinas, e atividades práticas nas oficinas, como a de confecção, que se caracterizou como a mais procurada, uma vez que fornecia aprendizagem geral de costura (MORAES; ALVES, 2002).

Outras atividades práticas eram as de rendas e bordados e de flores e chapéus. Os cursos eram destinados a meninas maiores de 12 anos, diplomadas pelo grupo escolar ou com conhecimentos equivalentes. Conforme indica a documentação da época, as alunas eram oriundas de classes trabalhadoras, constituídas de famílias de imigrantes, principalmente italianos. Documentos da escola evidenciam o rigor com o qual eram tratados assuntos como a disciplina das alunas, as atribuições das professoras, e a dedicação ao trabalho e à pátria, sendo prerrogativa do diretor, autoridade máxima na escola, a definição dos primeiros regulamentos disciplinares e das normas de funcionamento da instituição (MORAES; ALVES, 2002).

Enquanto escola somente feminina, ofereceu, em diferentes momentos, os cursos Vocacional, Educação Doméstica, Aperfeiçoamento para Mestras, Formação de Mestras em Educação Doméstica, Dietética para Donas de Casa e Auxiliares de Alimentação, Dietética, Dietética Profissional, Confecções, Bordados, Roupas Brancas, Desenho e Pinturas, Economia Doméstica e Prendas Manuais (MORAES; ALVES, 2002).

Como até 1930 não havia professores formados especialmente para ministrar aulas nas escolas profissionais, o corpo docente era constituído de professoras primárias, mestras e auxiliares. Contratadas temporariamente, compreendiam, na maioria das vezes, de senhoras da alta sociedade paulistana, que dominavam artes e ofícios para as quais a escola oferecia os cursos. Em 1931 foi implantado o primeiro Curso Normal na Escola Profissionalizante Feminina, no qual as alunas eram geralmente as que tinham obtido melhor desempenho no curso profissional (MORAES; ALVES, 2002).

O curso de Formação de Professores de Educação Doméstica e Auxiliares de Alimentação, com duração de dois anos, criado em 1926, teve grande aceitação na época, juntamente com os Cursos Práticos de Conhecimentos de Alimentação. Estes, diurnos e noturnos e com a duração de três meses, tiveram uma frequência média de 180 senhoras de diversas camadas sociais, desde donas de casa a moças trabalhadoras. A escola inaugurou, em

1931, um dispensário de puericultura com a finalidade de proporcionar às alunas um campo de observação e prática do assunto (FONSECA, 1986b).

De acordo com Moraes e Alves, estas primeiras escolas oficiais, instaladas na gestão Oscar Thompson da Diretoria da Instrução Pública, fizeram parte de um projeto para formação de mão de obra qualificada, objetivando atingir filhos de trabalhadores, seguidores da profissão de seus pais, que constituíam “uma fonte inesgotável de atividade e energia, alimentando as forças vivas de nosso estado” (2002, p. 17).

As primeiras escolas profissionais paulistas tiveram seus diretores normalistas nomeados pelo Governo Estadual, e funcionavam de forma autônoma, vinculadas à Diretoria Geral do Ensino do Estado, que não possuía inspetores especializados para este tipo de ensino. Na reforma da instrução pública, operada de acordo com a Lei nº 2.095, de 24 de dezembro de 1925, regulamentada pelo Decreto nº 4.101, de 14 de setembro de 1926, quando o presidente do estado era o Dr. Carlos de Campos, foi criado o cargo de inspetor especial de trabalhos manuais, na Diretoria Geral de Instrução Pública (Secretaria do Interior), encarregado de prestar orientações às escolas durante suas visitas. Em 1930, na reforma Lourenço Filho, este cargo foi extinto e criado, em seu lugar, o cargo de assistente técnico do ensino profissional (LAURINDO, 1962).

Ao final da década de 1920, o ensino profissional oficial funcionava regularmente em São Paulo, Amparo, Franca, Campinas, Ribeirão Preto, Rio Claro, Sorocaba, Mococa, São Carlos, Santos, Santo André, Jaú, Botucatu, Lins, Santo Antônio do Pinhal e Limeira, entre outras cidades (MORAES; ALVES, 2002).

No interior, os cursos mais procurados nas escolas profissionais eram o de Mecânica, em virtude do campo aberto para o conserto de máquinas agrícolas e oficinas de companhias ferroviárias, e o de Economia Doméstica, com oficinas de confecções, seguido pelo de Bordados, Flores e Chapéus (MORAES, 2001).

O Liceu de Artes e Ofícios paulista, com aprendizes selecionados entre os pobres mais aptos ao ensino de ofícios, e a educação profissional constituída no estado apresentaram uma nova configuração ao terem como destinatários trabalhadores assalariados urbanos em um processo de qualificação e disciplinamento voltado ao mercado de trabalho fabril (MANFREDI, 2003).

Moraes (2003) diz que o já citado Liceu de Artes e Ofícios (LAO), fundado em 1882, foi reformulado em 1895 sob a orientação de Ramos de Azevedo e passou por várias fases até 1934, constituindo um verdadeiro estabelecimento industrial. Os novos empreendimentos de infraestrutura urbana necessitavam de mão de obra especializada, o que propiciou a instalação

da Escola de Engenharia do Mackenzie College por capitais norte-americanas, em 1896, e da Escola Politécnica, pelo governo do Estado, em 1894. Reestruturado, o Liceu agiu como um complemento aos cursos de Engenharia Civil e Arquitetura da Escola Politécnica, uma vez que os dois estabelecimentos tinham professores comuns, como Ramos de Azevedo, que era proprietário de um escritório técnico, responsável pela construção de inúmeros edifícios públicos e residências particulares. Portanto, a reestruturação do Liceu, com o objetivo de formar quadros intermediários para as indústrias da construção e de mobiliário, nasceu associada à teia de negócios do mercado imobiliário, principalmente do escritório de Ramos de Azevedo, para o qual as oficinas do Liceu produziram inúmeras encomendas. Durante sua história, seus produtos em série, como manufaturas, artesanato e obras de arte, envolveram desde a produção de vagões para a Estrada de Ferro Sorocabana até chaves, fechaduras e aparelhos de medição de água na década de 1920. Além da atuação direta na construção civil, também foram produzidas balas de fuzil na Revolução de 1932 e projetos de indústria bélica, moldes e formas para indústrias como a Lever, Palmolive e Gessy, mãos de bonecas para a fábrica da Estrela, garrafas de Crush, ferramentas à máquina e artesanato para matrizes (MORAES, 2003).

A proposta educativa do LAO nos primeiros anos do século XX destacou-se pela criação das “oficinas-escolas”, em oposição às “escolas-oficinas”, o que significava priorizar a transmissão do conhecimento durante a prática profissional, de maneira a instruir fazendo. O aluno-aprendiz, ao observar o trabalho dos mestres e realizar sua parte, iria se tornar um especialista ou um “operário efetivo ou artífice”. Ao lado da aprendizagem das oficinas, os alunos desenvolviam, no período noturno, o curso preliminar, até atingir o curso de aperfeiçoamento, em um “programa especial de belas artes”. O “trabalhador completo” constituía o operário educado artisticamente, portador de “bom gosto”, criativo, enfim, capaz de “criar estilo”. Desde o fim do século XIX, obras e artefatos eram encomendados por fazendeiros enriquecidos, já que a suntuosidade e o luxo constituíam a representação simbólica da riqueza e poder, e a realização destes projetos envolvia, em sua maioria, estrangeiros ou imigrantes familiarizados com tradições ornamentais de várias procedências. Nos anos iniciais do século XX, a predominância do *art-nouveau*, chamado por alguns de “rococó da era maquinista”, passou a compor a paisagem paulistana da *belle époque* nas residências dos fazendeiros, coretos de jardins públicos, estações de estradas de ferro, cemitérios, quartéis, grupos escolares e em revistas tipo *Careta*, *Fom-fom*, *Pirralho* e outras (MORAES, 2003).

Com a reforma de Ramos de Azevedo, a partir de 1895, o trabalhador formado no Liceu, chamado de “operário-completo”, passou a ter níveis diferentes. Havia os operários dos cursos noturnos de alfabetização, mestres e oficiais, que frequentavam o “ensino profissional” durante dois ou quatro anos nas oficinas da escola, e o pessoal destinado a um curso especial de artes, considerado por seus organizadores como a semente da futura Escola de Belas Artes de São Paulo, que aspiravam construir. Houve críticas, como a exploração do trabalho de alunos para fins comerciais, encurtamento do tempo de aprendizagem do trabalhador, colocação da qualificação técnica do trabalhador como sujeição moral, inclusão de cápsulas disciplinares na formação de operários úteis ao Estado e a própria “modernização” de 1934, como um adestramento de operários, em adequação à Superintendência do Ensino Técnico Profissional e Doméstico (MORAES, 2003).

Kuenzer (2001) apresenta um panorama mais geral das opções educativas de antes de 1932, com o curso primário rural e profissional, com quatro anos de duração. O curso primário poderia ser sucedido pelo ginásial, pelo curso normal (antecedido de dois anos de adaptação) e pelo curso técnico comercial (antecedido de três anos de curso propedêutico). Já ao curso rural sucedia, necessariamente, o curso básico agrícola, com dois anos de duração, e ao curso profissional sucedia o curso complementar, também com dois anos. O acesso ao curso superior era conseguido por meio de exames, mas apenas para os que tivessem concluído a 5ª série do curso ginásial, sendo que os concluintes da 6ª série obtinham o curso de bacharel em Ciências e Letras. A mediação entre o ginásio e o ensino superior era feita por meio de estudos livres e exames. A proposta curricular determinada para o curso ginásial pela reforma João Luiz Alves (1925) era essencialmente propedêutica, incluindo Língua e Literatura Portuguesa e Latina, Línguas Estrangeiras Modernas, Matemática, Geografia, História, Física, Química, História Natural e Cosmografia, Filosofia, Sociologia, Desenho e Instrução Moral e Cívica. As outras modalidades – normal, técnico comercial e agrícola – eram nitidamente voltadas para as demandas de um processo produtivo no qual a indústria de transformação era incipiente e não davam acesso ao curso superior.

Em 1930, a denominada “República do Café com Leite”, em virtude alternância dos coronéis do leite de Minas Gerais e barões do café de São Paulo no controle da presidência da República, que havia durado quarenta anos, foi derrubada, iniciando-se uma nova fase. Esta, dividida em três períodos, iniciou-se com Getúlio Vargas no Governo Provisório; o segundo período compreendeu o governo de Vargas após a promulgação da Constituição de 1934, e o terceiro, de 1937 a 1945, à frente do Estado Novo.

Manfredi (2003) observa ainda que o período republicano anterior a 1930 caracterizou-se por grandes transformações e ebulição social nas quais foram gestadas novas práticas e concepções de educação profissional. Ao lado da visão assistencialista e compensatória, surgiu a concepção orientada para o trabalho como antídoto à preguiça e vadiagem e às ideias revolucionárias, a anarco-sindicalista de educação integral, e a visão de formação profissional para o mercado de trabalho, segundo os padrões do regime fabril e do trabalho assalariado paulista.

No período compreendido entre 1930 e 1937, a industrialização e a urbanização nacionais continuaram, sendo que a produção industrial apresentou-se superior ao valor da produção agrícola em 1933, e cidades, como Rio de Janeiro e São Paulo, ultrapassaram a casa de um milhão de habitantes.

Atento a estas mudanças e suas implicações, o Governo Provisório criou, como uma de suas primeiras medidas, o Ministério da Educação e Saúde Pública, sendo indicado Francisco Campos para ocupar a nova pasta. No primeiro semestre de 1931 foi baixado um conjunto de sete decretos, conhecidos como “Reforma Francisco Campos”, a saber:

- Decreto n. 19.850, que criou o Conselho Nacional de Educação,
- Decreto n. 19.851, que dispôs sobre a organização do ensino superior no Brasil e adotou o regime universitário,
- Decreto n. 19.852, que dispôs sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro,
- Decreto n. 19.890, que dispôs sobre a organização do ensino secundário,
- Decreto n. 19.841, que restabeleceu o ensino religioso nas escolas públicas,
- Decreto n. 20.158, que organizou o ensino comercial e regulamentou a profissão de contador e
- Decreto n. 21.241, que consolidou as disposições sobre a organização do ensino secundário (SAVIANI, 2007).

O recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública, em substituição do Serviço de Remodelação do Ensino Profissional Técnico, criou a Inspeção do Ensino Profissional Técnico, responsável pela direção, orientação e fiscalização de todos os serviços relativos ao ensino profissional técnico em todo o território nacional. A chefia desta Inspeção foi entregue ao engenheiro Francisco Montojos, que permaneceu como diretor, mesmo após a

transformação desta em Superintendência do Ensino Profissional pelo decreto 24.558, de 3 de julho de 1934 (FONSECA, 1961).

No estado de São Paulo, pautado nos movimentos de renovação escolar estendidos por todo o País, Fernando de Azevedo, à frente da educação paulista como diretor geral de Instrução, instituiu o Código de Educação por meio dos decretos nº 5.425, de 5 de março de 1932, e nº 5.884, de 21 de abril de 1933. Entre as mudanças instituídas na Diretoria Geral do Ensino do Estado, a chefia do Serviço de Educação Secundária Geral e Profissional foi desdobrada em chefia do Serviço da Educação Secundária e Normal, e chefia de Serviço da Educação Profissional (LAURINDO, 1962).

Em relação à educação profissional, o Código de Educação promoveu a criação dos cursos pré-vocacionais e vocacionais e de uma rede de escolas que funcionavam no interior como cursos práticos de ensino profissional (FONSECA, 1986b).

Os cursos pré-vocacionais e os vocacionais foram instituídos visando a uma articulação entre as escolas primárias e o ensino profissional. Os cursos pré-vocacionais, com duração de um ano, eram destinados a alunos que haviam terminado a 4ª série dos grupos escolares e, tendo a idade mínima de 14 anos, intencionavam dedicar-se a uma profissão industrial, comercial ou agrícola. Além de intensificar a cultura primária, estes cursos visavam informar e orientar os alunos a respeito das profissões, oportunizando, pelo conhecimento prático do trabalho profissional, a escolha profissional mais adequada às suas aptidões. Os cursos vocacionais, com duração de mais um ano, eram direcionados para uma escolha definitiva do ofício, com seções masculinas e seções femininas. Os alunos tinham como disciplinas teóricas apenas português, geografia e história do Brasil, aritmética, geometria e desenho, devendo estagiar, em período igual, pelas diversas oficinas oferecidas (FONSECA, 1986b).

O ensino profissional crescente no estado paulista passou da Diretoria Geral do Ensino para a Superintendência da Educação Profissional e Doméstica em 13 de agosto de 1934, pelo Decreto nº 6.604. Esta superintendência, subordinada à Secretaria da Educação e Saúde Pública, foi inicialmente instalada junto ao Instituto Profissional Feminino, na capital, tendo como primeiro superintendente o professor Horácio Augusto da Silveira (LAURINDO, 1962).

Segundo Laurindo (1962), ao ser instalada, em 1934, a Superintendência da Educação Profissional e Doméstica tinha sob sua subordinação:

- três escolas profissionais municipais primárias: em Tatuí, com 150 alunos; em Limeira, com 108 alunos; e em Rio Claro, com 128 alunos;

- o Seminário das Educandas (patronato profissional para órfãs), mantido pelo Estado, com o ensino de ocupações domésticas e rudimentos de ensino comercial, com 140 alunas em regime de internato;
- escolas profissionais particulares na capital, em um total de 182, a saber: Instituto Ana Rosa, Escola Profissional Salesiana D. Bosco, Escola Profissional Particular D. Pedro II, Escola Profissional Superior de Mecânica e Eletricidade, 29 escolas profissionais, 122 escolas de corte e costura, duas escolas de desenho e pintura, escola de desenho, escola de pintura, escola de economia doméstica, escola de tecelagem, escola de telegrafia, três escolas de belas artes, três escolas de caligrafia e 14 escolas de datilografia;
- escolas profissionais particulares no interior, em um total de 528, a saber: Instituto Borges de Itu, 45 escolas profissionais, 375 escolas de corte e costura, duas escolas de corte, escola de corte, costura e bordados, duas escolas de bordados, escola de desenho, três escolas de desenho e pintura, escola de desenho, pintura e escultura, três escolas de pintura, 13 escolas de artes, escola de caligrafia, duas escolas de taquigrafia, 30 escolas de datilografia, 46 escolas de música e duas escolas de piano;
- escolas profissionais estaduais, com as respectivas matrículas, conforme Tabela 1 abaixo.

Tabela 1 – Escolas profissionais subordinadas à Superintendência da Educação Profissional e Doméstica do Estado de São Paulo e matrículas em 1934 (Continua)

ESCOLAS ESTADUAIS	MATRÍCULAS MASCULINAS	MATRÍCULAS FEMININAS	TOTAL
Instituto Profissional Masculino, da capital, criado pelo Decreto 2.118-B, de 28/9/1911 e instalado a 17/11/1911	957		957
Instituto Profissional Feminino, da capital, criado pelo Decreto 2.118-B, de 28/09/1911 e instalado a 11/12/1911 (Inauguração oficial a 16/03/1912). Anexo, um dispensário de puericultura		1375	1375
Escola Profissional Masculina Secundária de Amparo, criada pelo Decreto 2.118-A, de 28/9/1911 e instalada a 1/03/1912	402		402

Tabela 1 – Escolas profissionais subordinadas à Superintendência da Educação Profissional e Doméstica do Estado de São Paulo e matrículas em 1934 (Continuação)

ESCOLAS ESTADUAIS	MATRÍCULAS MASCULINAS	MATRÍCULAS FEMININAS	TOTAL
Escola Profissional Mista Secundária, de Rio Claro, criada pela Lei 1.635, de 31/12/1918 e instalada a 6/9/1920	212	132	344
Escola Profissional Mista Secundária Dr. Júlio Cardoso, de Franca, criada pela Lei 1.635, de 31/12/1918 e instalada a 25/4/1924	97	215	312
Escola Profissional Mista Secundária, de Ribeirão Preto, criada pela Lei 1.709, de 27/12/1919 e autorizada a funcionar pelo Decreto 4.255, de 30/6/1927, e instalada a 11/7/1927	199	332	531
Escola Profissional Mista Secundária Bento Quirino, de Campinas, autorizada a funcionar pela Lei 2.228, de 20/12/1927 e instalada a 23/12/1927. Anexo, um dispensário de puericultura	136	397	533
Escola Profissional Mista Cel. Fernando Prestes, de Sorocaba, criada pela Lei 1.860, de 30/12/1921 e instalada a 9/6/1929. Anexo, um dispensário de puericultura	558	198	756
Escola Profissional Mista Secundária Cel. Francisco Garcia, de Mococa, criada pelo Decreto 4.730, de 5/6/1930 e instalada a 20/8/1931	210	180	390
Escola Profissional Mista Secundária, de São Carlos, criada pelo Decreto 4.694, de 13/2/1930 e instalada a 13/5/1932. Anexo, um dispensário de puericultura	219	163	382
Instituto D. Escolástica Rosa, de Santos, autorizada a funcionar de acordo com o Decreto 6.222, de 18/12/1933 e instalada a 1/1/1934 (com internato)	199	174	373
TOTAIS	3189	3166	6355

Fonte: Laurindo (1962)

Uma breve análise da Tabela 1 permite algumas observações, como a diferença no intervalo de tempo entre as datas dos decretos de autorização de funcionamento e a instalação das escolas, sendo que em algumas, este foi muito pequeno e, em outras, como as de Franca, Ribeirão Preto e Sorocaba estendeu-se por seis ou oito anos.

Conforme Lima (2007), a criação e a instalação das escolas profissionais em determinadas cidades dependeram muito mais da força dos políticos da região do que de um projeto planejado de expansão da rede estadual.

Além disso, a Lei Estadual n. 1.709, de 27 de dezembro de 1919, que determinou a criação de duas escolas profissionais na capital e de cinco no interior do estado, estipulou também o encargo da municipalidade em prover o prédio adequado à sua instalação, para doação posterior ao estado, estando o funcionamento dependente ainda da aprovação de visita de inspeção da Diretoria da Instrução Pública. A Escola Profissional de São Carlos, por exemplo, teve seu processo de mediação política, criação e instalação estendido por um período de quatro anos, principalmente pelas transformações políticas decorrentes da Revolução de Outubro, de 1930, liderada por Getúlio Vargas. O prédio cedido pela prefeitura municipal foi adquirido anteriormente de um grupo de médicos, que pretendia construir uma casa de saúde, e a montagem da escola foi custeada pela Câmara Municipal (BUFFA; NOSELLA, 1998).

As escolas de Franca e Rio Claro, criadas pelo mesmo decreto, tiveram inícios de funcionamento mais distanciados, embora a de Rio Claro tenha começado a funcionar mais prontamente em razão da existência de um prédio que recebeu as instalações da escola. Em Franca, porém, conforme Lima (2007), a criação da escola representou uma conquista do Partido Republicano Paulista (PRP), como uma forma de abrandar ressentimentos contra o governo de São Paulo pelo não reconhecimento da Escola de Farmácia e Odontologia em 1916, naquela cidade. A Câmara Municipal fez a doação do terreno e o prédio foi construído especialmente para abrigar a escola profissional, com projeto arquitetônico em traçado geométrico, de acordo com as tendências de racionalização do século XX. Tendo sido construída no centro da cidade, ao lado da câmara municipal, assumiu um *status* de maior relevância do que suas congêneres na capital, que foram instaladas no bairro operário do Brás. Na inauguração, estiveram presentes, entre outras autoridades, o então presidente do estado, Washington Luís, e o diretor-geral da Instrução Pública, Guilherme Kullman.

A escola de Ribeirão Preto, inaugurada após oito anos de sua criação, dependeu dos esforços da própria cidade, que fundou a Associação Cooperadora da Escola Profissional de Artes e Ofícios, em 1922, para erguer o prédio que, quase pronto, foi doado à prefeitura local. Esta, após a conclusão da obra, entregou-o ao governo estadual para o início do funcionamento regular. Em Sorocaba, a escola foi instalada em um terreno de 10.000 m², doado por um cidadão (FONSECA, 1986b).

Conforme Laurindo (1962), as escolas estaduais tinham, entre 1934 e 1942, a configuração descrita a seguir.

- Escolas Profissionais Primárias: destinavam-se à preparação elementar de jovens maiores de 12 anos, com cursos de dois anos, visando ao exercício de profissões de base manual e mecânica e à continuação dos cursos nas escolas profissionais secundárias. De acordo com as necessidades do meio onde se localizavam, as escolas ofereciam às alunas os cursos de Artes Domésticas e Puericultura; Corte e Confecções; Bordados; Flores e Chapéus; Luvária e Coleteria; Estenografia, Mecanografia e Correspondência Comercial. As escolas masculinas ofereciam Tornearia; Entalhação, Tapeçaria e Empalhação; Pintura e Decoração; Laticínios; Estenografia; Mecanografia e Correspondência Comercial; Instalações Elétricas e Aparelhos de Rádio; Douração e Niquelação; Fiação e Tecelagem; Artes Gráficas; Serralheria e Marcenaria e Entalhação. O ensino abrangia uma parte de cultura geral com aulas de Português, Geografia e Matemática elementar e a parte de preparação profissional, sendo que este tipo de escola permitia a anexação de cursos noturnos de aperfeiçoamento de obreiros.
- Escolas Profissionais Secundárias: com um curso de três anos, destinavam-se à formação de artífices e obreiros mediante aquisição de técnicas profissionais baseadas na cultura propedêutica necessária à exata compreensão social das profissões quanto ao seu valor, natureza e significado. Seus alunos e alunas, maiores de 13 anos, eram selecionados nos cursos vocacionais ou oriundos das escolas profissionais primárias. O curso tinha duas partes, sendo a de cultura geral com distribuição durante as séries conforme a variação dos trabalhos e as necessidades de cada escola, compreendendo aulas de português, história do Brasil, geografia, aritmética, geometria, noções de álgebra e trigonometria, higiene e puericultura, economia doméstica, plástica aplicada às profissões e desenho profissional. A parte de preparação profissional, com cursos ligados ao ferro e à madeira para as seções masculinas, constava dos grupos de Mecânica (com cursos de Fundição, Ferraria e Calderaria, Ajustagem e Serralheria, Tornearia e Fresagem), de Marcenaria (com cursos de Tornearia, Entalhamento e Ebanisteria Artística), e outros cursos, em atendimento às necessidades locais, como Eletrotécnico, Ferroviário, Laticínios, Tecelagem, Artes Gráficas, Segeria, Selaria, Trançagem, Construções Navais etc. Para as seções femininas, os cursos

principais eram Corte e Confecções; Roupas Brancas, Rendas e Bordados; Pintura e Educação Doméstica.

- Escolas Noturnas de Aprendizado e Aperfeiçoamento Profissional: os cursos de aprendizado continham noções gerais da língua materna, matemática aplicada aos ofícios, desenho profissional e trabalhos práticos do ofício escolhido, e os cursos de aperfeiçoamento ofereciam aulas de desenho artístico ou escultura, conforme a especialidade profissional do obreiro, com aulas das 19 às 21 horas, para operários de 18 a 50 anos.
- Escolas Profissionais Agrícolas Industriais: tomando como exemplo a de Pinhal, foram criadas visando à preparação de operários e mestres de cultura, capatazes e administradores agrícolas, e formação de donas de casa orientadas para as atividades do campo. O candidato à matrícula deveria ter 14 anos completos (os meninos) ou 13 anos (as meninas), ser vacinado e não sofrer de moléstia contagiosa, ser diplomado por grupo escolar ou demonstrar preparo equivalente, e ser aprovado em exame de português e aritmética, em nível exigido para matrícula no 1º ano do ginásio. O ensino era ministrado no curso primário, de três anos, destinado à formação de operários agrícolas e de donas de casa, e no curso complementar de um ano, para especialização e aperfeiçoamento dos candidatos a mestres de cultura, capatazes e administradores. Os cursos compreendiam duas partes: a propedêutica ou geral, e a de preparação técnica profissional. A parte propedêutica ou geral constava de aulas de português; geografia econômica e história do Brasil; aritmética, álgebra e geometria; noções de ciências físicas e naturais; desenho técnico; higiene; educação física; economia rural e, para as alunas, puericultura, com atividades práticas no dispensário, anexo ao estabelecimento. A parte técnica-profissional era dividida nas seções agrícola e industrial. A seção agrícola, para os alunos, constava de estudos teóricos e práticos de agricultura geral; agricultura especializada; noções de zootecnia e veterinária; máquinas agrárias e noções de agrimensura, nivelamento, irrigação e drenagem. As alunas tinham aulas de criação; laticínios; horticultura e jardinagem. A seção industrial dos alunos constava de aulas para habilitação de atividades rurais em trabalhos de metal, madeira, tijolos, pedra, cimento, couro (selaria e trançagem); mecânica agrícola (remontagem, desmontagem e reparos de máquinas agrícolas) e tecnologia de indústrias rurais. As alunas tinham aulas de costura em geral, e economia e artes domésticas. A escola citada ainda mantinha o

curso complementar de especialização e aperfeiçoamento com prática intensiva de trabalhos agrícolas e de criação, e cursos rápidos para trabalhadores rurais da região, de um a doze meses.

- Cursos Pré-Vocacionais: já citados neste trabalho, eram destinados a alunos concluintes da 4ª série do curso primário e com idade máxima de 14 anos, com intenção de seguir profissão industrial, comercial ou agrícola. Previstos pelo Código da Educação de 1933, surgiram pela necessidade de articulação da escola primária com o ensino profissional.
- Cursos Vocacionais: nestes cursos, a partir das condições discriminadas no Código de Educação, os alunos (seção masculina) podiam escolher o ofício a ser aprendido após um mês de observação, podendo, no segundo semestre do ano letivo, por indicação do professor ou mestre ou à vista de provas clínicas e antropométricas, mudar o ramo de trabalho. Nas seções femininas, as alunas escolhiam a profissão após estágios rotativos nas oficinas de costura, rendas e bordados, flores e chapéus, com a aquisição, ainda, de noções de economia doméstica.
- Cursos de Aperfeiçoamento para Mestres: foram ministrados nas escolas profissionais da capital, que passaram a ser denominadas Institutos Profissionais pelo Código de Educação de 1933. No Instituto Profissional Masculino ofereciam aulas na parte geral e na parte profissional, que continha aulas de mecânica em geral (tornearia, ajustagem e fresagem); ebanisteria artística; entalhamento; pintura artística; desenho profissional de mecânica; escultura e eletrotécnica. No Instituto Profissional Feminino também havia a parte geral e a parte Profissional, com aulas de confecções e corte, roupas brancas, rendas e bordados; flores, chapéus e artes aplicadas; desenho profissional e plástica; economia doméstica e puericultura. Concluídos os dois anos de curso, os alunos estagiavam em sua especialidade técnica por seis meses para recebimento do diploma. O provimento dos cargos de mestre era efetuado mediante concurso de provas entre diplomandos dos cursos de aperfeiçoamento e, para ajudantes de mestre, de notas obtidas nos respectivos diplomas.
- Cursos de Educação Doméstica: a educação doméstica era ministrada obrigatoriamente nas seções femininas dos cursos secundários, visando à formação de futuras donas de casa. Compreendia aulas de higiene, especialmente

alimentar; puericultura; economia doméstica (arte culinária e artes domésticas) e contabilidade doméstica, ainda com atendimento ao meio rural, com aulas de criação de animais, laticínios, horticultura e jardinagem, ou ao meio urbano. Em muitas escolas funcionavam os dispensários de puericultura, que prestavam assistência à primeira infância e serviam de campo de observação e experimentação às alunas. Em 1939, os cursos de educação doméstica foram transformados em cursos de Educação Doméstica e Dietética para donas de casa, no qual eram ministradas aulas de arte culinária, artes domésticas, contabilidade doméstica, puericultura, dietética, higiene e noções de química.

- Cursos de Formação de Mestras de Educação Doméstica e Auxiliares de Alimentação: em 1939, o Curso de Formação de Mestras de Educação Doméstica do Instituto Profissional Feminino, na capital, foi transformado no Curso de Formação de Mestras de Educação Doméstica e Auxiliares de Alimentação, com dois anos de duração. No primeiro ano eram ministradas aulas teóricas e práticas de puericultura e dietética, higiene e contabilidade doméstica. No segundo, aulas práticas de puericultura no dispensário anexo ao estabelecimento e em hospitais infantis, aulas teóricas e práticas de dietética e aulas de higiene. As diplomadas tinham preferência para nomeação nos serviços de alimentação, lactários e cozinhas, bem como para o exercício de professora e de ajudante das escolas profissionais estaduais, mediante concurso. Poderiam também ingressar nos cursos de dietologia do Instituto de Higiene da Universidade de São Paulo.

Em regime de cooperação, mereceram destaque:

- escola técnica profissional: anexa ao Instituto Profissional Masculino, na capital, mantida em colaboração com sindicatos industriais, destinava-se ao aperfeiçoamento de operários já em serviço nas indústrias;
- escolas profissionais municipais: poderiam ser equiparadas às estaduais, desde que atendessem aos mesmos padrões quanto à instalação, programas, fiscalização e inspeção, ficando a cargo das municipalidades as providências necessárias;
- aprendizado agrícola e industrial ministrado na Escola de Educação Doméstica da Liga das Senhoras Católicas; cursos de técnico em eletricidade e em química, na Escola Técnica Mackenzie e curso para formação e seleção de operários de serviços marítimos e portuários, anexos ao Instituto D. Escolástica Rosa, de Santos;

- núcleos de ensino profissional e cursos de ferroviários: o governo paulista estabeleceu um sistema de cooperação com as diretorias das estradas de ferro, municipalidades e empresas particulares para a criação de núcleos de ensino profissional em locais onde não existissem escolas profissionais.

Os núcleos acima mencionados surgiram em razão da expansão da rede ferroviária paulista, que demandou a formação de mão de obra específica. A iniciativa pioneira neste sentido foi a criação da Escola Profissional de Mecânica, em 1924, a partir do curso de mecânica prática do Liceu de Artes e Ofícios, por sugestão do engenheiro Roberto Mange (FONSECA, 1986a).

Criado com subsídios do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio e convênio com as empresas ferroviárias Cia. Paulista, Cia. Sorocabana, Cia. Mogiana e a São Paulo Railway, o curso de mecânica do Liceu foi fundamental para a gestação de uma nova proposta do ensino profissional fundamentada nos princípios da organização científica do trabalho. Segundo Mange, a nova realidade econômica, política e social instaurada pela fábrica impunha um redirecionamento na formação do trabalhador técnico e moralmente disciplinado, refutando o preconceito comum de que os artífices das profissões mecânicas eram simples operários, cuja função não exigia uma séria instrução profissional. A formação do operário completo, elemento de valor positivo para a empresa, seria possível diante de um plano racional e científico de ensino, com a proposta da combinação simultânea do ensino básico teórico e da instrução prática nas oficinas, de forma progressiva e com seriação metódica de representações gráficas ou desenhos, visando a uma padronização do trabalho. A organização racional do ensino profissional da Escola Mecânica colocou-a como um “laboratório experimental”, no qual também foram aplicados os métodos psicotécnicos de seleção e orientação profissional, a serem enfocados mais adiante neste trabalho (MORAES, 2003).

Com o surgimento de outros cursos com resultados considerados convincentes, organizados pelas próprias estradas de ferro, uma solução global foi concretizada em 1934, sob a mediação do Instituto da Organização Racional do Trabalho (Idort) e do Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional (CFESP), sob os auspícios do governo estadual e das estradas de ferro que cortavam o território paulista. Estas eram a E. F. Sorocabana, Cia. Paulista de Estradas de Ferro, E. F. Central do Brasil, Cia. Mogiana de Estradas de Ferro, E. F. Araraquara, E. F. Campos do Jordão, E. F. Noroeste do Brasil e Tramway de Cantareira (FONSECA, 1986a; LAURINDO, 1962).

O CFESP, criado pelo Decreto Estadual 6.537, de 04/07/1934, foi estruturado como “órgão técnico orientador e coordenador de todos os empreendimentos destinados à seleção e ao preparo do pessoal ferroviário”, devendo funcionar de acordo com o ensino técnico oficial (FREITAS, 1954).

O primeiro diretor do Centro Ferroviário foi o engenheiro Roberto Mange, também fundador da Escola Profissional de Mecânica e do Serviço de Ensino e Seleção Profissional da E. F. Sorocabana, ambos ancestrais do Centro, que tratou de cuidar, tanto da formação fundamental, do preparo especializado e do aperfeiçoamento técnico como dos mais aptos aos vários postos das carreiras ferroviárias (FONSECA, 1986a).

A partir de 1935, foram entrando em funcionamento os Núcleos de Ensino Profissional em Araraquara, Bauru, Jundiá, Pindamonhangaba e Bebedouro (este último, com vida efêmera), sendo que os da Lapa (Capital), Cruzeiro e Ribeirão Preto, apesar de criados, não chegaram a funcionar. Os cursos de ferroviários que funcionaram em escolas profissionais foram os de Sorocaba (desde 1931), Rio Claro (instalado em 1935), Campinas (instalado em 1935) e na Capital, junto ao Instituto Profissional Masculino, instalado em 1936 (LAURINDO, 1962).

Conforme Carvalho e Batista (2012), o relatório de 1936 da Superintendência do Ensino Profissional e Doméstico ao secretário dos Negócios da Educação e Saúde Pública traz que os cursos de ferroviários surgiram como um elemento de ligação entre a Superintendência da Educação Profissional e o Centro Ferroviário. Estes cursos, com uma proposta curricular para o desenvolvimento propedêutico dos aprendizes, envolvendo processos e métodos didáticos intermediados na seção de ensino das escolas profissionalizantes, contribuíram para disseminar a experiência demonstrada no curso de ferroviários anexo à Escola Profissional de Sorocaba.

Inicialmente, os Cursos Ferroviários visaram à formação de ajustadores, operadores mecânicos, mecânicos-eletricistas, caldeireiros-ferreiros e carpinteiros, instalados em oficinas especiais anexas às próprias oficinas gerais das estradas, sendo a parte teórica dada nas escolas profissionais existentes nas localidades onde o curso funcionasse. A formação profissional, considerada em conjunto com a seleção dos alunos, era ensinada por meio de séries metódicas, de tal forma que, diante da sucessão das técnicas empregadas, o aluno fosse capaz de tomar iniciativas de ação de maneira racional diante da execução de uma peça, porém em um regime de liberdade vigiada (FONSECA, 1986a).

Freitas (1954) enfatiza que a série metódica de operações, em ordem crescente de dificuldades, destinada ao desenvolvimento da habilidade manual e profissional do aprendiz,

representava quase uma evolução biológica da formação profissional. Para estímulo à economia, a cada operação era proposta a produção de uma peça aproveitada na estrada de ferro. O aluno conhecia-a antes do início dos trabalhos por meio de um desenho com todas as indicações tecnológicas indispensáveis ao “método de trabalho”. Este constituía-se em “séries especializadas” com quadros demonstrativos e explicativos, colocados bem à vista dos alunos, a respeito dos “processos racionais do trabalho em oficinas mecânicas”, bem como do modo **certo** de usar o ferramental ao lado do modo **errado**.

O ensino das oficinas de aprendizagem é descrito detalhadamente no relatório de 1936, acima citado, da Superintendência do Ensino Profissional e Doméstico ao secretário dos Negócios da Educação, conforme apresentam Carvalho e Batista:

O processo usado nos cursos ferroviários nessa parte do ensino destaca-se pela importância fundamental das medidas postas em prática nas oficinas de aprendizagem, verdadeiras forjas de trabalho sadio e methodico. Consiste o processo na execução de uma série methodizada de operações [...] Essas operações são feitas numa tal sucessão que representam quase uma evolução biológica na formação profissional. (2012, p. 13).

Em 1940, mais quatro estradas de ferro aderiram às oito anteriores afiliadas ao Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional, que foram: Rede de Viação Paraná-Santa Catarina, Rede Mineira de Viação, Viação Férrea Federal Leste Brasileiro e a The Great Western of Brazil Railway Co. Ltda., (posterior Rede Ferroviária do Nordeste). Em 1941, aderiram à rede a Viação Cearense e a Estrada de Ferro de Goiás; em 1942, a Estrada de Ferro de Nazaré (Bahia) e a Viação Férrea do Rio Grande do Sul, e, em 1943, a Estrada de Ferro Vitória a Minas. A ação do Centro estendia-se a outros estados brasileiros, com 57% da quilometragem total das estradas de ferro em tráfego no País sob sua orientação quanto ao ensino e seleção profissional. O Centro foi extinto em 1945, após a criação do Serviço Nacional da Indústria (Senai), que passou, por meio de sua divisão de transportes, a prestar assistência técnica e orientação às escolas ferroviárias (FONSECA, 1968a).

O Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional também executou o estudo e aplicação de provas para seleção na admissão ou acesso das diferentes funções ferroviárias a partir de 1937. Estes trabalhos preparatórios serviram de base para a instalação dos gabinetes de psicotécnica, pela Superintendência Profissional paulista, conforme Decreto-Lei nº 11.812,

nos Institutos Masculino e no Feminino da Capital, e no Instituto D. Escolástica Rosa, de Santos (LAURINDO, 1962).

O Serviço de Psicotécnica da Superintendência exercia suas atividades diretamente na seleção do trabalhador certo para o trabalho certo, seguindo a organização racional do ensino profissional nos Institutos Profissionais Masculino e Feminino da capital, e na medida de suas possibilidades, nas Escolas Profissionais estaduais. Seu objetivo era estudar os meios e aplicar os processos para melhor aproveitamento das aptidões individuais e dos elementos do trabalho, auxiliando o êxito da aprendizagem profissional e facultando ao aluno a obtenção do máximo rendimento no exercício da profissão. A esse trabalho acrescentou-se o acompanhamento do rendimento individual dos estudantes durante a aprendizagem escolar, mediante provas e exames psicotécnicos, incluindo serviços de “readaptação profissional” de operários já em trabalho nas indústrias (LAURINDO, 1962; MORAES; ALVES, 2002).

Freitas (1954) enfatiza uma apreciação a respeito das séries metodizadas no ensino prático das oficinas das escolas paulistas, uma vez que elas representam o resultado de estudos e observações a respeito das diferentes dificuldades sucessivas até a execução de um trabalho completo, com acompanhamento e avaliação dos alunos, que eram direcionados vocacionalmente, conforme segue:

O número de trabalhos varia, conforme as necessidades de cada oficina e a maior sequência de movimentos. Feito no curso vocacional, é uma verificação de aptidão daquele ramo. Se a série for de dez trabalhos, por exemplo, e o aluno executar até o 3º ou o 4º, isso não significa incapacidade. [...] Com os resultados da aplicação das séries, encontramos alguns alunos de pouca habilidade. A culpa disso é não terem tido o curso prevocacional. O que mais deve interessar são os alunos médios, porque em todo trabalho, em todo ensino, há sempre os muito bons e os retardatários. Como o fim, nesse caso, é só verificar aptidões, estes últimos alunos não nos interessam, tidos como não predispostos para determinados ofícios; e aqueles, os ótimos, não necessitam de grande atenção, porque aprendem sempre, com qualquer professor, em qualquer escola, e sob qualquer método. Os médios é que precisam ser encaminhados, uma vez que estamos nos referindo ao curso vocacional. Numa série metodizada, não há trabalhos difíceis nem fáceis. Se todos os alunos fizessem com a maior facilidade e justeza a série toda, ela deixaria de ser uma “série”, por se tornar desnecessária e imprestável. O mesmo aconteceria se nenhum a pudesse realizar. Estaria difícil demais e

portanto, inútil. A série só é boa se a média de alunos a executar. A série deverá ser metodizada: cada uma das operações de trabalho tem a mesma série. [...] Como cada série compreende uma sucessão crescente de dificuldades, sabe-se que não deve o aluno repetir um trabalho. Fazendo sempre o mesmo, não progride; estaciona. [...] Nas nossas escolas profissionais, o ensino deverá ser generalizado, porque são aprendizes que ainda não escolheram uma profissão e, portanto, todos os conhecimentos dos sub ramos do ofício deverão ser adquiridos por eles. A especialização só se fará de fato, a partir do 2º. ano. Uma série metodizada não representa um trabalho burocrático, mas de quem conhece todas as modalidades do trabalho e compreende a sua técnica, para poder julgá-lo com acerto. [...] Quando num determinado trabalho, verificarmos que a média é muito alta, é isso sinal de que está fácil demais e não serve de aprendizado. Na oficina, para avaliação do trabalho executado pelo aluno, baseando-se na medida justa, no tempo e forma, marcam-se os desvios. A nota absoluta será 100 para quem não tiver desvios. Para os outros alunos, subtrai-se de 100 a soma dos desvios encontrados. Tira-se a média de acôrdo com o tempo. A série será adequada, se a nota média dos grupos dos alunos for harmônica. Pelo registro das notas compreende-se se está bem ou mal distribuída. Não é, porém, o professor quem dirá se a série está boa, mas sim o resultado da nota média dos grupos. Exemplos: **A média foi 25.** Está difícil a execução da série; deveria ficar para quando os alunos já estivessem mais adestrados. **A média deu 90.** Foi fácil demais ou deveria ter sido executada muito antes. A média apreciável é de 45 a 60. Se a turma toda tira 10, 15 ou 90, não é considerada má ou boa; porque não lhe cabe culpa pela menor ou maior facilidade dos trabalhos apresentados. (FREITAS, 1954, p. 99-101; grifos do autor).

Muitas inovações foram implementadas pela Superintendência da Educação Profissional e Doméstica, voltadas tanto aos alunos como à melhoria da rede de escolas. Dentre estas, podem ser destacadas:

- colônias de férias: em 1933 foi instituída a primeira colônia de férias em Santos, anexa à Escola Secundária Mista D. Escolástica Rosa, para alunos preferencialmente menos dotados de saúde e mais necessitados de banhos de mar. Outras colônias foram criadas em Amparo, Rio Claro, Serra Negra, Araraquara, Poços de Caldas, Franca e Santo Antônio do Pinhal. Os alunos eram conduzidos

para a praia ou para o interior, de maneira inversa aos seus domicílios. As colônias de férias deixaram de funcionar no período da Segunda Guerra Mundial e também pelos problemas financeiros dos anos subsequentes (FONSECA, 1986b; FREITAS, 1954; LAURINDO, 1962; MORAES; ALVES, 2002);

- **Corporação Escolar dos Bandeirantes:** fundada em 1936 e extinta em 1938, tinha por fim desenvolver a prática das virtudes morais e cívicas, ao lado da preparação técnica da ginástica e exercícios militares. Com base no escotismo de Baden Powell, seguiam normas de vida higiênica ao ar livre, com a prática de exercícios físicos e adestramento voltado à defesa nacional, por meio de instrução militar. As apresentações eram em formações de infantaria, com o lema “Vive em nós a alma bandeirante”. Os “bandeirantes técnicos” dividiam-se em quatro seções: bandeirantes de infantaria, especializados em topografia, desenho, trabalhos de eletricidade, mecânica, tipografia, ferrovia, radiotelegrafia etc.; bandeirantes cavalarianos, que eram técnicos em veterinária, selaria etc.; bandeirantes navais, que praticavam construção naval, mecânica aplicada às embarcações, exercícios de navegação, de topografia, de orientação etc.; e bandeirantes da saúde, com alunas voltadas a serviços de enfermagem, administração hospitalar, puericultura, administração doméstica, administração de campanha, formação de monitoras de educação física, correspondência, estenografia, datilografia, línguas, fotografia, radiotelegrafia, arte culinária etc.; e técnicas de campanha compatíveis com o sexo. Nos núcleos do interior, cabia ainda aos alunos desenvolver campanhas contra o analfabetismo, difundir noções de higiene rural e cooperar para o desenvolvimento da educação física da juventude (FREITAS, 1954; LAURINDO, 1962; MORAES; ALVES, 2002);
- **radiotelegrafia e radiotelegrafia:** em 1937, começou a funcionar uma rede radiotelegráfica, com estação central instalada na Superintendência, sob o prefixo PST2, e com instalações transmissoras-receptoras em escolas da rede de escolas profissionais, em um total de 17 escolas em 1942. Esta rede de rádio veio facilitar a comunicação e o trabalho junto às escolas subordinadas a ela, bem como a divulgação de cursos periódicos e sistemáticos de interesse coletivo e conferências a respeito de assuntos cívicos, sociais, patrióticos etc., além de programas musicais. Também se prestava à divulgação do serviço dos bandeirantes técnicos, nas transmissões de serviço, e de atividades e práticas dos cursos de eletrotécnica

das escolas profissionais (FREITAS, 1954; LAURINDO, 1962; MORAES; ALVES, 2002).

- seções industriais e produção de renda: a partir de 1917, as seções industriais iniciaram suas atividades para aperfeiçoar a capacidade profissional dos alunos e aumentar a receita das escolas, suprindo o pagamento das despesas que não eram cobertas pelas verbas governamentais. Nas seções industriais, trabalhavam, com remuneração, os alunos diplomados e os mais adiantados dos respectivos cursos, produzindo mobiliários artísticos, máquinas para a lavoura e produtos dos cursos femininos. A partir de 1933, o Código de Educação estipulou que, sob a responsabilidade do Diretor, a renda escolar seria reaplicada integralmente na escola. Após a dedução do custo da matéria-prima, a renda seria dividida em duas partes iguais: uma destinada aos alunos que haviam executado o trabalho vendido e outra direcionada à escola. A partir de 1935, a renda das escolas passou a ser integralmente recolhida ao estado. Estas práticas foram alvo de críticas, como: falta de espaço nas escolas para as devidas instalações, pouca autonomia dos diretores e, principalmente, limitação de aprendizado dos alunos, que ficavam envolvidos em situações de encomendas seriadas, desinteressantes e repetitivas, tornando os cursos de aperfeiçoamento verdadeiras indústrias (FONSECA, 1986b; LAURINDO, 1962; MORAES; ALVES, 2003);
- instituição da carreira do magistério profissional: para substituir antigos mestres, geralmente estrangeiros e formados empiricamente nas oficinas, foi instituída a carreira do magistério profissional, uma reivindicação dos reformadores, concretizada pelo Código de Educação de 1933. O provimento dos cargos para mestres e contramestres da parte prática passou a ser feito mediante concurso de notas (para os cargos iniciais) obtidas nos referidos diplomas de formação profissional e, daí em diante, por meio de provas. Em 1935 foram preenchidos 46 cargos e em 1936, dez. Os cargos de professores das aulas teóricas, não previstos em lei, eram preenchidos em caráter de interinidade. Somente em 1939 foi determinada a realização de concurso para efetivação de diretores e vice-diretores por meio de títulos e tempo de serviço (FREITAS, 1954; LAURINDO, 1962; MORAES; ALVES, 2003).

A rede de ensino profissional, ao buscar sua própria identidade, apresentou terminologias próprias e particulares. A **industrialização** ou montagem de **seções industriais**,

iniciada nas escolas de aprendizes artífices em 1911 e implementada nas escolas estaduais paulistas a partir de 1917, consistiu na produção em série de encomendas para obtenção de renda a ser reaplicada na escola, além de aperfeiçoar a capacidade profissional dos alunos dos cursos de aperfeiçoamento e recém-diplomados. As **séries metodizadas**, ou **metódicas**, consistiram em uma metodologia para montagens e estudos nas oficinas por meio de uma sucessão crescente de dificuldades a serem vencidas pelos alunos, até a execução de um trabalho completo.

Tais particularidades, segundo Moraes (2003), encontraram identificação na proposta de “educação científica”, norteada pela organização científica do trabalho, com base em princípios tayloristas e nos fundamentos da psicotécnica. O cenário era de crescimento acelerado das indústrias paulistas e marcado por confrontos entre grupos dominantes e a classe operária. A autora enfatiza que, nesta conjuntura de crise, os métodos e técnicas tayloristas poderiam ter sido utilizados como estratégias de controle sobre a força do trabalho. Desta forma, tanto a série metódica dos desenhos, que reforçaria o domínio sobre o trabalhador, como os testes psicotécnicos, dirigidos ao controle das aptidões, serviria como elemento neutralizador dos pontos de resistência à eficácia do taylorismo.

Fonseca (1986b) apresenta um quadro demonstrativo, por quinquênios, com o número de matrículas do ensino profissional paulista, apontando o crescimento de índices a partir de 1930, revelador de uma nova política de educação voltada à formação da classe trabalhadora, bem como o aumento crescente de matrículas femininas.

Tabela 2 – Matrículas do ensino profissional paulista

ANOS	NÚMERO DE ESCOLAS	MATRÍCULAS MASCULINAS	MATRÍCULAS FEMININAS	TOTAL DE MATRÍCULAS
1911	2	259	176	435
1916	3	903	581	1.484
1921	4	1.694	598	2.292
1926	5	2.056	1.017	3.073
1931	9	3.505	3.002	6.507
1936	28	5.544	4.821	10.365
1940	42	-	-	11.503

Fonte: Fonseca (1986b)

Em 1942, a Superintendência do Ensino Profissional possuía sob sua supervisão as escolas profissionais citadas nos Quadros 1, 2, 3, 4, 5 e Tabela 3.

Quadro 1 – Escolas profissionais primárias e secundárias do estado, subordinadas à Superintendência da Educação Profissional e Doméstica do Estado de São Paulo em 1942

INSTALAÇÃO	ESCOLAS
1911	Instituto Profissional Masculino – Capital (anexos: Escola Técnica Profissional e Cursos de Ferroviários)
1911	Instituto Profissional Feminino – Capital
1913	Escola Profissional Secundária Masculina “João Belarmino”, de Amparo
1920	Escola Profissional Secundária Masculina, de Rio Claro (anexos, Cursos de Ferroviários)
1924	Escola Profissional Secundária Mista “Dr. Júlio Cardoso”, de Franca
1924	Escola Profissional Secundária Mista, de Ribeirão Preto
1927	Escola Profissional Secundária Mista “Bento Quirino”, de Campinas (anexos, Cursos de Ferroviários)
1929	Escola Profissional Secundária Mista “Cel. Fernando Prestes”, de Sorocaba (anexos, Cursos de Ferroviários)
1931	Escola Profissional Secundária Mista “Cel. Francisco Garcia”, de Mococa
1933	Escola Profissional Secundária Mista, de São Carlos
1934	Instituto “D. Escolástica Rosa”, de Santos (Escola Profissional Secundária Mista, mantendo internato para os alunos) – anexo, um Curso de Formação e Seleção de Operários para Serviços Marítimos e Portuários
1935	Escola Profissional Secundária Feminina do Seminário de Educandas – Capital (anexo, um internato para as alunas)
1937	Escola Profissional Secundária Mista, de Botucatu
1938	Escola Profissional Primária Mista “Dr. Sales Gomes”, de Tatuí
1939	Escola Profissional Secundária Mista, de Lins
1942	Escola Profissional Secundária Mista “Joaquim Ferreira do Amaral”, de Jaú

Fonte: Laurindo (1962)

Quadro 2 – Escolas profissionais agrícolas do estado, subordinadas à Superintendência da Educação Profissional e Doméstica do Estado de São Paulo, em 1942

INSTALAÇÃO	ESCOLAS
1935	Escola Profissional Agrícola Industrial de Pinhal
1938	Escola Profissional Agrícola Industrial “Cônego José Bento”, de Jacaré
1940	Escola Profissional Agrícola Industrial “D. Sebastiana de Barros”, de São Manuel (masculina)
1940	Escola Profissional Agrícola e Industrial do Educandário “D. Duarte”, Capital (masculina)

Fonte: Laurindo (1962)

Quadro 3 – Núcleos de ensino profissional subordinados à Superintendência da Educação Profissional e Doméstica do Estado de São Paulo, em 1942

INSTALAÇÃO	ESCOLAS
1935	Núcleo de Ensino Profissional de Araraquara
1935	Núcleo de Ensino Profissional de Bauru
1935	Núcleo de Ensino Profissional de Jundiá
1936	Núcleo de Ensino Profissional de Pindamonhangaba

Fonte: Laurindo (1962)

Quadro 4 – Escolas profissionais municipais subordinadas à Superintendência da Educação Profissional e Doméstica do Estado de São Paulo, em 1942

INSTALAÇÃO	ESCOLAS
1935	Escola Profissional Secundária Feminina Municipal de Araraquara
1936	Escola Profissional Secundária Mista Municipal “Dr. Júlio de Mesquita”, em Santo André
1935	Escola Profissional Primária Mista Municipal de Jundiá
1936	Escola Profissional Primária Feminina Municipal “Dr. Joaquim Batista”, de Jaboticabal

Fonte: Laurindo (1962)

Quadro 5 – Escolas e cursos profissionais subordinados à Superintendência da Educação Profissional e Doméstica do Estado de São Paulo, em 1942

INSTALAÇÃO	ESCOLAS
1935	Escola de Educação Doméstica, da Liga das Senhoras Católicas – Capital
1938	Escola Profissional Secundária Feminina da Associação Cívica Feminina – Capital
1935	Curso de Comércio para Auxiliares de Escritório, da Liga das Senhoras Católicas – Capital
1939	Curso de Comércio para Auxiliares de Escritório, do Colégio Nossa Senhora do Sion – Capital
1939	Curso de Classificadores de Algodão, da Bolsa de Mercadorias – Capital

Fonte: Laurindo, 1962.

Tabela 3 – Escolas profissionais particulares subordinadas à Superintendência da Educação Profissional e Doméstica do Estado de São Paulo, em 1942

INSTALAÇÃO	ESCOLAS	QUANTIDADE
1935 a 1942	Capital	396
1935 a 1942	Interior	254
TOTAL		650

Fonte: Laurindo, 1962

A apreciação destes dados permite verificar que, no período de 1934 a 1942, caracterizado pela organização da Superintendência do Ensino Profissional, houve uma significativa expansão da rede de escolas profissionais paulistas. A rede de escolas profissionais estaduais aumentou de 11, em 1934, para vinte, em 1942.

Para Laurindo (1962), a Superintendência recém-criada, em 1934, foi extremamente benéfica, uma vez que veio sanar antigos problemas por meio de oportunas iniciativas, como a unificação de diretrizes gerais, administrativas e pedagógicas seguidas por todas as escolas profissionais do estado. A rede de escolas a ela vinculadas apresentou uma grande ampliação, com o enquadramento de escolas particulares e cursos profissionais, em regime de cooperação com prefeituras municipais, diretorias de estradas de ferro do estado e com instituições particulares, equiparação e reconhecimento de escolas e cursos profissionais particulares, e instalação de escolas agrícolas. As escolas profissionais subordinadas receberam também dispensários de puericultura, instalações de seções industriais e, como inovações, foram instituídos o serviço de psicotécnica, a rede radiotelegráfica e radiotelefônica, a carreira do magistério profissional, colônias de férias para alunos e a Corporação Escolar dos Bandeirantes (LAURINDO, 1962).

2.4 O ensino profissional diante da Lei Orgânica do Ensino Industrial

O Estado Novo compreendeu o período de 1937 a 1945 do governo autoritário vigente no Brasil, garantido por um golpe de Estado promovido por Getúlio Vargas, que continuou na presidência. Caracterizado pela centralização do governo como agente de desenvolvimento econômico, e tomando o modelo da industrialização, foram realizados pesados investimentos públicos na criação de infraestrutura necessária ao desenvolvimento do parque industrial brasileiro. A legislação foi marcada pela Constituição de 1937 e pelas Leis Orgânicas do Ensino.

A Constituição de 1937, imposta ao País como ordenamento legal, foi a quarta constituição brasileira, posterior à de 1824, outorgada pelo Imperador, à Republicana de 1891 e à de 1934, esta última produzida pela Assembleia Constituinte eleita pelo povo.

Como o Estado Novo pregava, entre outros temas, a preparação da mão de obra para as novas indústrias com ênfase no ensino profissional, o então ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, incentivou as Leis Orgânicas do Ensino, também conhecidas como Reforma Capanema, concretizada por meio dos seguintes Decretos Leis: nº 4.048 (de 22 de janeiro de 1942, que criou o Senai); nº 4.043 (de 30 de janeiro de 1942, que regulamentou o

ensino industrial); nº 4.244 (de 9 de abril de 1942, que regulamentou o ensino secundário); nº 4.481 (de 16 de julho de 1942, que obrigou as indústrias a matricularem cerca de 8% de seus operários nas escolas do Senai); nº 4.936 (de 7 de novembro de 1942, que ampliou o âmbito do Senai, abrangendo os setores de transportes, comunicações e pesca); nº 4.984 (de 21 de novembro de 1942, que compeliu empresas oficiais com mais de 100 trabalhadores a manter escolas de aprendizagem para a formação de seus quadros profissionais); nº 6.141 (de 28 de dezembro de 1943), que regulamentou o ensino comercial. Porém, o Serviço Nacional do Comércio (Senac) só foi criado em 1946 (NASCIMENTO, 2007).

Conforme Saviani (2007), o conjunto da reforma tinha uma ordenação lógica, decorrente de uma concepção materializada em uma mesma estrutura organizacional, que previu um ensino primário elementar com duração de quatro anos, acrescido do primário complementar de apenas um ano. O ensino médio ficou organizado verticalmente em dois ciclos, o ginásial, com duração de quatro anos, e o colegial, com duração de três anos. Horizontalmente, a disposição dos ramos secundário e técnico-profissional evidenciou o caráter dualista, uma vez que o ramo secundário, destinado às elites condutoras, tinha acesso a qualquer curso superior. O ramo industrial subdividiu-se em industrial, comercial e agrícola, além do normal, que mantinha interface com o secundário.

A Lei Orgânica do Ensino Industrial teve seu anteprojeto elaborado por uma comissão de educadores a partir de iniciativa do Ministério da Educação e Saúde, levando em conta a Constituição de 1937 que, inspirada em experiências alemãs, definiu o papel do Estado, das empresas e dos sindicatos na formação profissional, atribuindo às empresas industriais o dever de formar seus aprendizes em escolas, de forma sistemática (NASCIMENTO, 2007).

Quanto ao ensino estadual paulista, conforme Laurindo (1962), este momento foi demarcado como a terceira fase dos cinquenta anos do ensino profissional paulista, iniciada pela vigência da Lei Orgânica do Ensino Industrial, em 1942, e com seu término em 1961, com a Lei nº 6.052 (SÃO PAULO, 1961), que reorganizou o ensino industrial paulista em decorrência da autonomia concedida pela Lei Federal nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959.

Na exposição de motivos que acompanhou o projeto da Lei Orgânica do Ensino Industrial, submetida à consideração do presidente da República, o ministro da Educação, Gustavo Capanema assim se expressou:

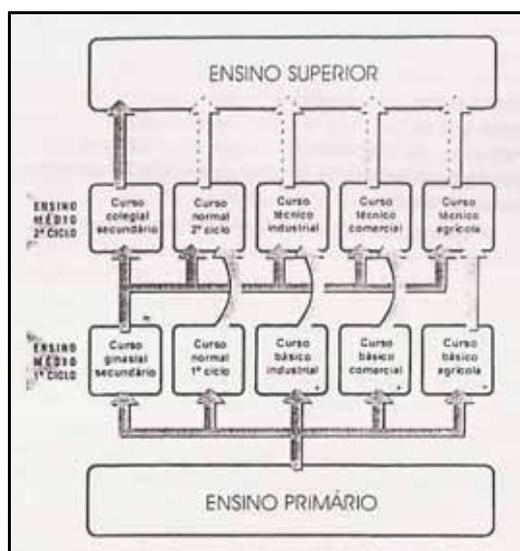
Não dispõe ainda o nosso país de uma legislação nacional do ensino industrial, sendo esta modalidade de ensino dada, pelos poderes públicos e por particulares, sem uniformidade de conceituação e de diretrizes, sem

métodos e processos pedagógicos precisos e determinados, sem nenhum sistema de normas de organização e de regime, mas com tantas definições e preceitos quantos grupos de estabelecimentos, ou quantos estabelecimentos. (LAURINDO, 1962, p. 192).

Sendo assim, o curso industrial passou a ser ministrado em dois ciclos, com o primeiro ciclo dividido em quatro ordens de ensino: o industrial básico (com duração de quatro anos), o de mestria (depois do anterior, com duração de dois anos), o artesanal e a aprendizagem (ambos com duração variável). O segundo ciclo foi constituído de duas ordens de ensino: o técnico (com duração de três ou quatro anos) e o pedagógico (com duração de um ano), com a finalidade de formar pessoal docente e administrativo para o ensino técnico (FONSECA, 1986a; LIMA, 2007).

Além dos cursos correspondentes aos dois ciclos, a Lei Orgânica também estabeleceu os cursos conhecidos por extraordinários e os avulsos. Os extraordinários constavam de três modalidades: de continuação, destinados a dar às pessoas sem profissão uma qualificação profissional; os de especialização, voltados ao ensino de uma especialidade a trabalhadores que haviam feito curso industrial ou técnico; e os de aperfeiçoamento, visando à melhoria dos conhecimentos de trabalhadores com algum curso prévio. Os cursos avulsos, ou de divulgação, tinham a finalidade de oferecer conhecimentos de atualidades técnicas (FONSECA, 1986a).

Figura 1 – Articulação entre os níveis de ensino segundo as Leis Orgânicas 1942-1946



Fonte: Cunha (2000c)

A promulgação da Lei Orgânica do Ensino Industrial trouxe uma legislação uniforme para todo o País, que obrigou as escolas que desejassem ter seus diplomas válidos a enquadrarem-se nas normas que a nova legislação estabelecia, e as escolas paulistas, como todas as outras, passaram a ter novas denominações. As que ministravam somente cursos previstos na Lei como constituintes do primeiro ciclo do ensino industrial perderam suas designações antigas de escolas profissionais e passaram a chamar-se escolas industriais. As que tinham cursos do segundo ciclo passaram à categoria de escolas técnicas. Desta forma, as escolas públicas estaduais requereram o reconhecimento oficial e foram, pouco a pouco, por decretos sucessivos, obtendo os favores da Lei (FONSECA, 1986b).

No estado de São Paulo, as escolas primárias e secundárias, masculinas, femininas ou mistas, tiveram suas denominações alteradas para escolas industriais em virtude do enquadramento à legislação federal, conforme a Lei Orgânica do Ensino Industrial, pelo Decreto-lei nº 15.040, de 19 de setembro de 1945. Foram incluídas neste decreto a Escola Industrial Carlos de Campos (capital), Escola Industrial João Belarmino (Amparo), Escola Industrial Bento Quirino (Campinas), Escola Industrial Júlio Cardoso (Franca), Escola Industrial Joaquim Ferreira do Amaral (Jaú), Escola Industrial Francisco Garcia (Mococa), Escola Industrial Escolástica Rosa (Santos), Escola Industrial Fernando Prestes (Sorocaba), Escola Industrial Sales Gomes (Tatuí), Escola Industrial Fernando Costa (Lins). Por outros decretos seguintes foram dadas as denominações para a Escola Industrial Dr. Armando de Sales Oliveira (Botucatu), Escola Industrial José Martimiano da Silva (Ribeirão Preto), Escola Industrial Paulino Botelho (São Carlos) e Escola Industrial Prof. Aprígio Gonzaga, de Rio Claro (LAURINDO, 1962).

A Lei Orgânica do Ensino Profissional suscitou muitas críticas controversas, sendo que algumas encontram-se apresentadas abaixo.

Fonseca (1986b) salienta a importância da definição do ensino industrial como de segundo grau, em paralelo com o ensino secundário, o que permitiu a articulação com outras modalidades de ensino, conforme o artigo 18, alínea III, da Lei Orgânica do Ensino Industrial. O ingresso em escolas superiores diretamente relacionadas com os cursos concluídos passou a ser garantido aos portadores de diploma de curso técnico, sendo que, anteriormente, sem possibilidade de continuidade de estudos, o egresso do curso inicial era predestinado a ser um mecânico, marceneiro ou eletricitista, sendo que, na situação após a Lei Orgânica, poderia aspirar às escolas de Engenharia, Arquitetura, Química ou de Belas-Artes.

Para Nascimento (2007), o deslocamento do ensino profissional para o nível médio permitiu que o ensino primário passasse a ter conteúdo exclusivamente geral, com a função

principal de seleção dos mais “educáveis”, diferentemente das escolas de aprendizes artífices, que recrutavam os alunos provavelmente “menos educáveis”, em virtude de suas origens sociais e culturais. Com esta nova graduação das etapas da escolaridade, mesmo que o ensino industrial recrutasse os piores dentre os concluintes do ensino primário urbano, seu potencial de aprendizagem seria provavelmente superior à dos “desvalidos” da situação anterior. A possibilidade prática dessa medida repousava na expansão e no crescimento da rede de escolas primárias estaduais e municipais. O autor enfatizou também a eliminação do forte conteúdo ideológico assistencialista das escolas de aprendizes artífices, uma vez que a prioridade no processo de recrutamento passou a ser a “aptidão, incluindo as atitudes consideradas adequadas ao desempenho eficiente de uma atividade industrial qualquer” (NASCIMENTO, 2007, p. 192).

Kuenzer (2001) aponta que, somente em 1942, o ensino médio, ou secundário de 2º ciclo, passou a ser estruturado como curso, com estudos regulares para os que iriam desempenhar funções intelectuais. A dualidade estrutural continuou presente e permanente em uma sociedade de forças produtivas com delimitações claras da divisão social e técnica do trabalho.

Para Nunes (2002), as Leis Orgânicas de Ensino promoveram os ajustes necessários às mudanças exigidas pelo desenvolvimento da indústria, carente de mão de obra qualificada, porém mantendo a separação entre a formação dos intelectuais e a dos trabalhadores.

Targino (2009) aponta que a Lei Orgânica de Ensino Industrial, além de dar unidade de organização aos cursos profissionais em todo o território nacional, trouxe também os seguintes avanços: a) definiu o ensino industrial como de segundo ciclo (hoje ensino médio), equiparando-o ao ensino secundário da época; b) garantiu o ingresso em escolas superiores dos portadores do ensino técnico; c) introduziu a orientação educacional nas escolas técnicas; d) estabeleceu o regime de dois ciclos de estudos: o curso industrial básico e o técnico-industrial.

Um consenso representativo, no que diz respeito a esta lei, pode ser bem expresso nos dizeres de Buffa e Nosella (1998) ao afirmarem que a Lei Orgânica do Ensino Industrial talvez tenha sido a mais importante referência histórica para este tipo de ensino.

Fonseca (1986a) aponta ainda que, na gestão Capanema, o País adotou uma nova gestão educacional, com o ensino industrial deixando de ser um ramo desprezado na educação, passando de elementar a de segundo grau. Sua destinação aos pobres e deserdados evoluiu, sendo transformada em um campo aberto de atividades a todas as camadas sociais; os obstáculos que impediam o acesso aos cursos superiores foram derrubados. Com a

democratização do ensino industrial, este passou a receber prédios modernos e oficinas equipadas, com novos olhares da sociedade e do governo.

Em tempos de guerra, a necessidade do preparo de mão de obra nacional para suprir a importação dos técnicos estrangeiros e a preocupação com a qualificação da força de trabalho para a industrialização do Estado Novo levaram não só à promulgação da Lei Orgânica do Ensino Industrial, mas à criação do Senai. Este foi gestado a partir de uma proposta da comissão organizada pelo Ministério da Educação, como uma iniciativa do Estado para delegar às indústrias o treinamento de sua força de trabalho. Tal iniciativa provocou reações contraditórias por parte dos empresários, que temiam os custos decorrentes, e do próprio Capanema, que via com ressalvas as diretrizes que estavam sendo tomadas para o ensino profissional (LIMA, 2007).

Nascimento (2007) sugere a possibilidade de um conflito ideológico na cúpula do governo a respeito do controle sobre o ensino industrial pelo fato de a Lei Orgânica ter sido assinada oito dias após o decreto que criou o Senai, o que, para ele, demonstra claramente a intenção governamental de efetivar a delegação às empresas das responsabilidades pelo ensino profissional de certo número de aprendizes, menores de 14 anos, que deveriam assumir como empregados. O autor também coloca que a criação quase simultânea da Lei do Ensino Industrial e do Senai foi, na verdade, fruto de uma grande e importante conversação política e da capacidade de negociação e de transigência mútua entre governo e empresários.

Com o tempo, o Senai mostrou-se uma iniciativa bem-sucedida na tarefa de fornecer cursos de aprendizagem industrial rápida, diferenciando-se das escolas oficiais, que não apresentaram condições técnicas para acompanhar o crescente desenvolvimento tecnológico. Por outro lado, o Senai mostrou-se eficiente também na aplicação prática do discurso de racionalização e administração científica do trabalho, defendida pelos idealizadores do projeto, especialmente Roberto Simonsen e Roberto Mange. Assim sendo, o Senai, que teria um papel secundário dentro do sistema de ensino pensado por Capanema, acabou por firmar-se de maneira destacada como um sistema paralelo de ensino profissional (LIMA, 2007).

Em São Paulo, o Senai, com suas atividades iniciadas em setembro de 1942, teve como primeiro diretor regional o engenheiro Roberto Mange, colaborador na comissão incumbida pelo presidente da República para criar uma nova entidade para o aprendizado profissional no País, constituída por Roberto Simonsen, Euvaldo Lodi e Valentim Rebouças. A experiência de Mange com os métodos pedagógico e da psicotécnica no Centro Ferroviário do Estado de São Paulo (CFESP) teve uma influência visível e clara na organização inicial do Senai, inclusive com o aproveitamento de auxiliares do antigo Centro Ferroviário, que seria

absorvido em 1945 pelo próprio Senai, passando a constituir sua divisão de transportes (FONSECA, 1986b).

A partir de 1943, o recém-instalado Senai, procurou minimizar a falta de mão de obra habilitada para a indústria paulista, principalmente na época da guerra, com programas de cursos rápidos emergenciais de formação e de aperfeiçoamento. Um levantamento realizado por esta instituição demonstra que em 1946 havia na capital do estado 12.530 indústrias, com 352.642 empregados, e no interior do estado estavam instaladas 13.900 firmas industriais, com 244.586 empregados, perfazendo um total de 26.430 firmas, com 597.228 empregados. Dentre as indústrias, 27% pertenciam ao ramo das tecelagens, 15,3%, ao ramo mecânico e de material elétrico, 15,2%, ao ramo da construção e mobiliário e 10,8%, ao ramo da alimentação. Outros ramos com porcentagens menores consistiam em vestuário (7,2%), urbanos (2,1%), extrativos (1,4%), artefatos de couro (1%), artefatos de borracha (1,2%), joalheria e lapidação de pedras preciosas (0,3%), química e farmacêutica (5%), papel e papelão (2%), gráfica (2,2%), vidros, cristais, espelhos, cerâmicas de louça e porcelana (3,1%), artefatos de cortiça, brinquedos e colchoaria (0,5%), pesca (0,1%), transportes (4%), comunicação (1,2%) e não especificados (0,4%) (FONSECA, 1986b).

Ao comemorar dez anos, em 1952, o Senai, sob o lema “educação integral”, possuía 18 unidades no interior do estado de São Paulo e seis na capital, a saber: Roberto Simonsen no Brás, Artes Gráficas no Cambuci, Mooca, Barra Funda, Ipiranga e Lapa (FREITAS, 1954).

A Lei Orgânica trouxe novo alento às iniciativas de ordem particular para o ensino industrial, que proliferaram pela capital e em algumas cidades maiores do interior. Dentre estas, podem ser citadas a Sociedade Israelita Pró-Organização, Reconstrução e Trabalhos (ORT), a Escola Técnica Antártida, vinculada à Companhia Antártida Paulista, entre outras, na Capital, sendo que também o Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo criou, em 1943, a Escola Técnica Ramos de Azevedo, de forma a adaptar-se às novas exigências advindas com a Lei Orgânica. No interior, em cidades como Ribeirão Preto e São José dos Campos, foram criadas escolas industriais a partir de associações mantenedoras (FONSECA, 1986b). A deposição de Getúlio Vargas, em 1945, alterou substancialmente o cenário federal. O ministro Capanema foi substituído pelo ministro Raul Leitão da Cunha, que reorganizou o ministério, convertendo as antigas divisões em diretorias, sendo que a Diretoria do Ensino Industrial ficou encarregada de orientar e fiscalizar o ensino industrial nas escolas (FONSECA, 1986a).

O início deste período foi marcado por uma série de dificuldades de ordem econômica, principalmente em virtude da Segunda Guerra Mundial (1939- 1945). O estado de guerra, no Brasil, foi declarado pelo presidente da República em 1942, por meio do Decreto nº 10.358,

de 31 de agosto de 1942, que ordenou a “mobilização geral”, impondo medidas à defesa do território nacional. As escolas industriais, conforme o Decreto-Lei federal nº 4.800, intensificaram o ensino de defesa passiva, cujos trabalhos poderiam ser mobilizados pelas indústrias de guerra. Outras providências foram tomadas, como a ampliação de oficinas para uso eventual pelas autoridades militares, o aproveitamento de resíduos industriais e coleta pelos alunos de metais úteis, a fim de minimizar a crise de matéria-prima, e a mobilização geral dos sentimentos cívicos, como manutenção de permanente vigília em defesa do Brasil (LAURINDO, 1962).

Como exemplos de iniciativas e mobilizações neste sentido, realizadas pelas escolas industriais, merecem registro a coleta de borracha usada, feita por alunas do Instituto Profissional Feminino, em 1943, e a participação de alunos da Escola Industrial Fernando Prestes, em Sorocaba no Dia da Vitória, em 1945 (MORAES; ALVES, 2002).

No entanto, o início deste período também é lembrado pela reconstitucionalização do País pela promulgação, em 18 de setembro de 1946, da nova Constituição Federal, que, contrariamente à de 1937, declarou que a organização dos sistemas de ensino caberia aos estados e ao distrito federal.

O governo paulista promulgou sua Constituição Estadual em 9 de julho de 1947, em um contexto caracterizado pelo aumento na produção de manufaturas, anteriormente importadas, pela instalação de hidrelétricas e pela indústria automobilística. A demanda de mão de obra habilitada tornou-se mais urgente e, em atendimento a esta necessidade, foram criados os Cursos Práticos de Ensino Profissional, por meio do Decreto-Lei nº 16.108 (SÃO PAULO, 1946), de 14 de setembro de 1946 (LAURINDO, 1962).

Estes tinham a finalidade de ensinar a menores e adultos uma habilidade profissional, onde o governo julgasse conveniente, mediante doação de terreno pela municipalidade para construção de prédio. Com duração de um ou dois anos, os cursos práticos tinham como destinatários alunos de 12 anos, vacinados e não portadores de doença contagiosa, com capacidade física e aptidão mental para realizarem os trabalhos do respectivo curso, e que tivessem diploma de curso primário ou tivessem recebido ensino primário em grau considerado suficiente, a ser verificado em exame de admissão (LAURINDO, 1962).

Estes cursos, de caráter eminentemente prático, tinham um conteúdo teórico reduzido, constituído de Português, Aritmética, Tecnologia e Desenho Técnico, e iniciaram seu funcionamento em Salto (23/2/1948), Guaratinguetá (20/10/1948), Bragança Paulista (21/4/1949), Orlandia (25/6/1949), Ourinhos (21/10/1949), Ibitinga (1/11/1949) e Batatais (1/12/1949), todos posteriormente transformados em escolas artesanais. No ano seguinte,

começaram a funcionar cursos práticos em Catanduva (1/3/1950), Pirajuí (19/3/1950), Bananal (22/5/1950), Igarapava (1/8/1950), Itatiba (14/9/1950) e Porto Ferreira (16/11/1950), Iguape, Marília e Promissão. Em continuidade, foram criados os de Assis (9/4/1951), Araçatuba (20/3/1953), Barretos (11/5/1953), Mirassol (18/5/1953) e Presidente Prudente. Todos os cursos práticos citados também foram mais tarde transformados em escolas artesanais (FONSECA, 1986b).

O governo paulista criou mais 79 cursos práticos em cidades do interior, muitos dos quais não chegaram a ser iniciados e outros foram transformados em escolas artesanais, conforme as necessidades locais e as disponibilidades financeiras. Os cursos práticos, conforme Decreto nº 23.227-E (SÃO PAULO, 1954b), de 24 de março de 1954, passaram a ter a denominação de escolas artesanais, uma vez que, como funcionavam principalmente no interior do estado, embora sob legislação estadual, não podiam conceder a seus egressos o direito de acesso aos cursos básicos industriais, o que se tornou possível nas escolas artesanais (LAURINDO, 1962).

Também foram inauguradas escolas industriais em Araraquara (22/8/1950), Casa Branca (20/8/1950) e Piracicaba (4/5/1951). Outras escolas passaram a ser chamadas de técnicas, embora a única que realmente mereceu esta denominação, por não ministrar apenas cursos industriais, foi a Escola Getúlio Vargas, de São Paulo (FONSECA, 1986b).

Em âmbito federal, a legislação da Reforma Capanema, de 1942, foi sofrendo alterações, como a permissão do ingresso no segundo ciclo do ensino secundário aos egressos do ensino industrial, desde que o estudo fosse completado em disciplinas que diferiam nos dois cursos, conforme a Lei nº 1.076, de 31 de março de 1950. Esta estabeleceu o direito dos concluintes do primeiro ciclo do ensino comercial, industrial, ou agrícola à matrícula nos cursos do segundo ciclo do ensino secundário mediante aprovação nos exames das disciplinas que não faziam parte dos cursos profissionalizantes, mas que estavam inseridas no currículo do primeiro ciclo do secundário.

Para Nascimento (2007), porém, os efeitos práticos desta medida produziram resultados duvidosos. Os estudantes do primeiro ciclo dos cursos industriais que pretendessem continuar seus estudos, ou se evadiam para se matricularem no primeiro ciclo em um curso secundário, ou pagavam cursos particulares das matérias não lecionadas no curso industrial, mas sobre as quais tinham de prestar exames de adaptação.

Outra modificação ocorreu em 1953, com a Lei da Equivalência, que articulou o ensino industrial com qualquer escola superior, corrigindo a situação anterior, na qual um

egresso do ensino industrial, por exemplo, somente poderia cursar o ensino superior voltado às engenharias (FONSECA, 1961).

Entretanto, conforme Nascimento (2007), a referida lei, em seu artigo 2º, ao facultar o direito de ingresso em qualquer curso superior ao aluno que tivesse concluído um curso técnico profissional, em seu parágrafo único, mantinha a exigência dos exames de adaptação.

Cunha (2000c) esclarece que os requisitos para a admissão aos cursos técnicos, com duração de três ou quatro anos, mesmo exigindo a conclusão do primeiro ciclo de ensino de 2º grau, capacidade física e aptidão mental para os trabalhos escolares previstos e aprovação nos exames vestibulares, não eram tão rigorosos quanto o aproveitamento da conclusão do curso técnico para estudos superiores. Estes só poderiam ser realizados em cursos superiores “diretamente relacionados” com o curso concluído, sujeitos ainda à verificação das condições do preparo, não especificadas. A Lei nº 1.821, de 21 de março de 1953 estabeleceu o que era entendido como “cursos relacionados” para efeito de ingresso do concluinte da escola técnica em cursos superiores, como sendo os de Engenharia, Química Industrial, Arquitetura, Física, Química e Desenho. A verificação das condições de preparo a que se referia a Lei Orgânica foi definida, atribuindo ao candidato a obrigação de demonstrar ter cursado certas disciplinas de cultura geral ou, então, certificar sua aprovação em exames dessas mesmas disciplinas em estabelecimento de ensino secundário federal ou equiparável.

Mesmo com estas dificuldades para o prosseguimento de estudos, o impulso dado ao ensino industrial paulista, concretizado pela criação de cursos práticos, escolas técnicas e industriais, revelou um aumento substancial nas matrículas, conforme a Tabela 4 abaixo:

Tabela 4 – Matrículas no ensino industrial paulista, de 1947 a 1953

ANOS	SEXO MASCULINO	SEXO FEMININO	TOTAL
1947	4.360	3.245	7.605
1948	6.434	3.899	10.333
1949	6.114	4.322	10.436
1950	6.709	5.641	12.350
1951	6.986	5.403	12.389
1952	7.895	5.824	13.719
1953	8.595	5.957	14.552

Fonte: Fonseca (1986b)

A ampliação da rede também proporcionou a continuidade de práticas e a implementação de inovações inerentes à rotina do ensino profissional das escolas pertencentes

ao Departamento de Ensino Profissional paulista (anterior Superintendência do Ensino Profissional, até 1951).

- Setor de psicotécnica: denominado Serviço de Pesquisas e Orientação Educacional em 1948, Serviço de Pesquisas e Orientação Educacional em seguida, e Serviço de Psicotécnica a partir de 1954. Este serviço, em continuidade, era constituído das seguintes seções técnicas: pesquisas psicopedagógicas, com “enquetes” entre os diretores a respeito dos problemas e necessidades do ensino profissional, e pesquisas a respeito das populações escolares e industriais dos 305 municípios que, em 1949, compunham o estado paulista; orientação educacional, com serviço de colocação de diplomados em contato com instituições empregadoras; seleção escolar e laboratório psicotécnico, que funcionava como clínica de orientação semelhante às existentes em outros países, e voltada à orientação educacional, psicológica e profissional de adolescentes e adultos (LAURINDO, 1962).
- Rede de radiocomunicação: Laurindo (1962) e Freitas (1954) afirmam que, com autorização de funcionamento, a partir de 1937 a rede radiotelegráfica e radiotelefônica, também em continuidade, estabelecia comunicação interna entre o Departamento de Ensino Profissional e as escolas subordinadas. Até 1962, era constituída de 22 estações, sendo uma central no próprio Departamento de Ensino Profissional e as outras localizadas nas escolas industriais de Mogi das Cruzes, Amparo, Campinas, Ribeirão Preto, Franca, Araraquara, Rio Claro, Limeira, Santos, Sorocaba, Botucatu, Piracicaba, São Carlos, Mococa, Tatuí, Lins, Jaboticabal, Iguape, Jundiaí, Jaú e Casa Branca. As transmissões eram realizadas diariamente a partir das 14 horas, de segunda a sexta-feira, e aos sábados a partir das 9h 30min.
- Serviço médico – setor de higiene escolar e industrial: até 1942, atuava somente nas escolas com internato e na Escola Profissional Carlos de Campos, na capital. A partir de 1943, passou a cuidar da saúde dos alunos, orientando as alunas nas práticas de economia doméstica, e na fiscalização das instalações e oficinas escolares. Por meio do fichamento médico dos alunos, os subnutridos e doentes eram encaminhados às colônias de férias em Santos, e para campeonatos escolares esportivos, até 1952, quando foram suspensos. O subsetor de alimentação, que atuava em orientações nutricionais, classificava os alunos em três grupos. Os alunos internos, bolsistas do Estado, faziam gratuitamente as refeições na escola;

os alunos considerados desnutridos, segundo o setor médico, recebiam alimentação em conformidade com suas necessidades até o alcance da normalidade física; e os demais alunos externos pagavam as refeições, conforme as possibilidades de suas famílias (LAURINDO, 1962). Em Moraes e Alves (2002) podem ser apreciadas fotos do refeitório da Escola Agrícola Industrial de Jacareí, na década de 1940, onde as refeições eram servidas separadamente para alunos e alunas, e do refeitório da Escola Industrial de Santos, na década de 1950.

- Dispensários de puericultura: instalados junto às escolas profissionais, sob orientação médica, com a finalidade de ministrar noções de puericultura prática às alunas dos cursos ordinários femininos, assistir gratuitamente crianças e dar educação sanitária às mães. Inicialmente instalados junto às escolas industriais de Mococa, Ribeirão Preto, Rio Claro, São Carlos, Sorocaba e na escola agrícola de Pinhal, em 1961 passaram a funcionar também junto à Escola Industrial Carlos de Campos, na capital, e nas Escolas Industriais Bento Quirino de Campinas, de Santos, de Franca e de Botucatu (FREITAS, 1954). Em Moraes e Alves (2002) podem ser apreciadas fotos de alunas em aula prática de puericultura e higiene da Escola Industrial de Franca, em 1943, e de mães e crianças no dispensário de puericultura da Escola Industrial de Sorocaba, na Semana da Criança, em 1945.
- Gabinetes dentários: a partir de 1948 foram sendo instalados gabinetes dentários, primeiramente na Escola Técnica Getúlio Vargas, Escola Industrial Carlos de Campos, Escola Industrial do Seminário das Educandas, todas na capital, e na Escola Industrial Bento Quirino de Campinas e de Santos. De 1948 a 1961 foram instalados nas escolas industriais do interior de Amparo, Araraquara, Botucatu, Casa Branca, Franca, Jaboticabal, Jaú, Jundiaí, Limeira, Lins, Piracicaba, Ribeirão Preto, Rio Claro, Santo André, São Carlos, Sorocaba, Tatuí, e nas escolas artesanais de Bebedouro e Taquaritinga (LAURINDO, 1962).
- Internatos: em 1961 funcionavam internatos para alunos desprovidos de recursos, para um total de 309 meninos na Escola Técnica Getúlio Vargas, na capital, e nas escolas industriais de Sorocaba, Franca, Lins, Mococa e Santos. As meninas órfãs, de 7 a 13 anos, eram acolhidas no Internato do Seminário das Educandas, que possuía 120 internas em 1961 (LAURINDO, 1962).
- Ensino profissional: por meio do Decreto nº 26.311, de 24 de agosto de 1956, este fundo foi instituído para promover recursos a partir da venda de produtos

manufaturados nas escolas oficiais e dos materiais inservíveis, rendas de cantinas, fornecimento de refeições, contribuições de terceiros ou outras receitas. Administrado por um conselho, 50% da arrecadação era aplicada na própria unidade escolar e o restante era compartilhado com outras escolas da rede. Este efeito altruísta, com escolas mais equipadas ajudando outras, nem sempre serviu de estímulo para a maioria das escolas. Porém convém ressaltar que anteriormente, todo o resultado da produção das escolas era recolhido ao tesouro do Estado, sem recebimento direto da reaplicação destes investimentos (LAURINDO, 1962; FONSECA, 1986b).

Cunha (2000c) enfatiza que, após 19 anos da promulgação da “lei” orgânica, vigente de 1942 a 1961, o número de escolas, no Brasil, que ofereciam cursos básicos, mais que triplicou. Porém, as matrículas nem chegaram a dobrar de quantidade, o que se explica por uma expansão feita por meio de unidades escolares de pequeno porte, resultante de esforços do setor público. De 339 escolas de ensino industrial existentes em 1961, 162 eram mantidas pelo governo federal, e as demais, pelos governos estaduais, sendo que 108 delas eram localizadas no estado de São Paulo.

No entanto, o mesmo autor coloca que a contribuição destas escolas talvez não tenha sido significativa quanto à formação da força de trabalho necessária à indústria e pontua fatores que justificam tal dúvida. Um destes fatores consistiu na rigidez da legislação, que estabelecia cursos, currículos e modos de funcionamento escolares padronizados, o que impedia a adaptação do ensino às transformações econômicas, principalmente durante a industrialização. Após a década de 1950, com a implantação de setores inteiros da economia, como a produção de navios, automóveis, vagões ferroviários, aparelhos eletrodomésticos, e a expansão de outros, como a produção e distribuição de energia elétrica, extração de minérios e metalurgia, surgiu a demanda por trabalhadores cujo perfil era incompatível com o de operários formados conforme currículos desenhados no início da década anterior. A rigidez burocrática impedia que as escolas industriais pudessem cumprir satisfatoriamente até mesmo o que tinha sido estabelecido, e as mais simples providências administrativas dependiam de portarias de ministro e/ou secretário estadual de educação. Além disso, os diretores de escolas federais eram nomeados pelo presidente da República, e os das estaduais, pelos governadores, inibindo a autonomia destes gestores. Os recursos financeiros eram alocados segundo itens de despesa específicos, cuja transferência para outras necessidades era impossível, faltando

recursos para compras, por exemplo, e sobrando dinheiro para pagamento de serviços de terceiros.

O maior indicador dessa dúvida, porém, foram as elevadas taxas de evasão, percebidas na proporção de concluintes sobre o total de matrículas, tornando mais caro e improdutivo o funcionamento dos cursos básicos industriais. Em 1960, em todo o País, apenas 20% dos alunos matriculados nestes cursos chegaram ao final dos estudos, e a grande causa atribuída à evasão continuava sendo a econômica, uma vez que os alunos deixavam os cursos precocemente para ajudar no orçamento doméstico (FONSECA, 1986a).

As demais causas da evasão, além da reprovação, eram equipamento de ensino insuficiente, corpo docente improvisado, carência de metodologia didática apropriada e insuficiência de recursos materiais e organizacionais. A estes, Cunha (2000c) acrescenta a persistência da destinação destas escolas aos “desvalidos” e delinquentes, o que atraía alunos sem disposição favorável à aprendizagem, configurando também a carência de recursos humanos.

Este conjunto de fatores colocou a escola industrial no ponto mais baixo de seu prestígio no final de década de 1950.

Soluções foram pensadas para a melhoria dos cursos industriais, como descentralização da administração escolar, simplificação de currículos e definição de novas normas para os cursos pedagógicos destinados à formação de professores. Tais preocupações levaram à constituição de uma comissão para estudo de reforma do ensino industrial pelo Ministro da Educação, Cândido Mota Filho, em 1955.

O panorama brasileiro, já no governo Juscelino Kubitschek de Oliveira, identificado pelo *slogan* “50 anos em 5”, tinha no transporte, na produção de energia e na produção industrial suas grandes prioridades e, desta forma, era imensa a necessidade de mão de obra qualificada em todos os setores, particularmente no industrial.

Requeriam-se novos perfis profissionais, com conhecimentos gerais e tecnológicos que não eram mais atendidos pelos cursos básicos e de aprendizagem industrial, que foram sendo substituídos pelos cursos técnicos industriais de segundo ciclo ou de nível médio ou de segundo grau.

Desta forma, as escolas, tanto federais como estaduais, passaram a ser denominadas escolas técnicas e escolas agrotécnicas, por terem os cursos técnicos, industriais ou agrícolas como principal atividade (NASCIMENTO, 2007).

Tais mudanças ocorreram legalmente por meio da Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, assinada pelo presidente Juscelino Kubitschek, regulamentada pelo Decreto nº 47.038, de 16 de outubro, que reformulou o ensino industrial em todo o País (FONSECA, 1986a).

A Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, aumentou a duração do curso técnico industrial de três anos ou mais para quatro anos ou mais, e eliminou o exame vestibular, a não ser quando o número de candidatos superasse o de vagas. O currículo tornou-se obrigatoriamente flexível pela introdução de matérias optativas (o currículo era constituído de três partes, sendo disciplinas de cultura geral, de cultura técnica e estágio não obrigatório em indústrias, supervisionado por docente). Ainda em 1959, foi introduzido o curso técnico noturno, com duração de cinco anos ou mais, de acordo com o Regulamento do Ensino Industrial e conforme Decreto nº 47.038, de 16 de outubro de 1959 (CUNHA, 2000c).

Embora, tanto a lei como o decreto citados acima, se referissem somente às escolas da rede federal, permitindo que as escolas mantidas por estados, municípios e particulares se regulassem seguindo a “lei” orgânica de 1942, os diplomas expedidos somente poderiam ser registrados no Ministério da Educação se a escola que os emitisse estivesse enquadrada nas novas normas. Desta forma, a legislação federal tornou-se, indiretamente, comum a todas as escolas, fossem estaduais, municipais ou particulares (CUNHA, 2000c).

De modo geral, os documentos legais de 1959 fizeram com que o curso industrial básico perdesse o seu caráter profissional e o curso de aprendizagem fosse reconhecido como o único adequado à formação de operários qualificados. Tal mudança foi apoiada no controle da precocidade da escolha profissional, uma vez que os alunos do curso industrial podiam concluir o curso com 15 anos de idade. Cunha (2000c) critica tal postura legal que levou ao reconhecimento da hegemonia do Senai na preparação de operários qualificados, em detrimento das escolas que ofereciam curso industrial básico.

2.5 O ensino profissional diante da Lei nº 6.052/61 e da Lei nº 4.024/61

Buffa e Nosella (1998) apontam que, dentre as modificações introduzidas pela Lei Federal nº 3.552 para o ensino industrial, uma teve grande importância pela abertura do controle sobre os sistemas estaduais e municipais do ensino industrial, anteriormente exercido pelo Ministério da Educação e Cultura.

Diante da autonomia concedida legalmente, o governo de São Paulo, por sua vez, instituiu uma comissão para procedimento de estudos a respeito da reorganização do ensino

industrial paulista, cujo trabalho culminou com a Lei nº 6.052, de 3 de fevereiro de 1961, assinada pelo governador Carvalho Pinto (FONSECA, 1986b).

Esta lei, que dispunha sobre o sistema estadual do ensino industrial, do ensino de economia doméstica e de artes aplicadas, determinou, conforme Laurindo (1962), o início da quarta fase do desenvolvimento do ensino profissional mantido pelo estado paulista.

O ano de 1961 também foi marcado pela comemoração do cinquentenário da instituição do ensino profissional no estado de São Paulo.

Conforme Laurindo (1962), na mensagem que acompanhou o projeto da Lei nº 6.052, de 24 de março de 1960, o governador Carvalho Pinto enfatizou que:

Reconhecendo que a formação profissional não poderia continuar a ser ministrada a jovens recém-egressos do ensino primário, como até agora vem ocorrendo, o Curso Básico foi previsto com o objetivo de completar a base da cultura geral ministrada pela escola primária, oferecendo ao jovem, simultaneamente, a iniciação técnica, a orientação profissional e a possibilidade de ingressar em um emprego ou prosseguir estudos. O Curso Básico, do mesmo nível do curso ginásial, será um “ginásio moderno” que sem postergar a valorização do homem, pela sua cultura, dará ao educando a atitude científica conforme o exigem a era tecnológica que o mundo atravessa e a crescente industrialização que o Estado de São Paulo reclama. (LAURINDO, 1962, p. 346).

Acompanhando a mesma linha de pensamento da lei federal de 1959, o governador apontou que o curso básico de 1º ciclo, de quatro anos, não deveria conduzir à formação de artífices ou profissionais de qualquer tipo, e, sim, oferecer educação de base, de forma a ampliar as possibilidades de desenvolvimento de cada aluno, despertando o interesse dos jovens pelas carreiras técnicas. Uma vez alcançadas, dariam posterior acesso a cursos universitários. O curso técnico de 2º ciclo, de três ou mais anos, contrariamente ao anterior, voltado especialmente à formação profissional, teria o objetivo de oferecer amplos conhecimentos técnicos e científicos voltados ao trabalho na indústria, nos laboratórios e nos centros de pesquisas tecnológicas (LAURINDO, 1962).

Para os egressos do curso primário, sem possibilidade de continuidade dos estudos pelo curso básico por motivos socioeconômicos, o governador complementou com a previsão de cursos de iniciação. Com a duração de dois anos, estes cursos, com caráter substitutivo dos ministrados nas escolas artesanais, teriam a finalidade educativa de preencher um “hiato

nocivo” entre o término da educação primária, em torno dos 11 anos de idade do aluno, e o ingresso no mercado de trabalho, a partir de 14 anos. Por sua vez, a proposta dos cursos de aprendizagem considerou a necessidade da formação imediata dos jovens com idade de 14 anos, objetivando o preparo do futuro operário qualificado. Ainda com o propósito de oferecer amplas oportunidades de estudo aos trabalhadores, o anteprojeto previu o funcionamento noturno de cursos básicos, de aprendizagem e técnicos. Para atender as pessoas em regime de tratamento ou de adaptação, internadas em institutos de assistência ou de reabilitação, em sanatórios ou hospitais, o anteprojeto apresentou a criação de Centros de Ensino Profissional (LAURINDO, 1962).

A Lei nº 6.052/61 também tratou do ensino de economia doméstica e de artes aplicadas, como ramo independente, mas paralelo ao ensino industrial, evitando-se a situação anterior, na qual o ensino de economia doméstica e de artes aplicadas oferecia somente o preparo às jovens como futuras donas de casa e agentes de elevação do padrão de vida familiar. A oportunidade de habilitação em exercício era concedida em profissões relacionadas com atividades domésticas e artes aplicadas (LAURINDO, 1962).

Enquanto o curso técnico de 2º ciclo apresentou o formato voltado para a formação profissional, o curso básico de 1º ciclo foi pensado como um ginásio moderno, com o objetivo de despertar no educando a atitude científica, evitando-se a prematura especialização (LAURINDO, 1962).

Conforme Cunha (2000c), o processo de transformação das escolas industriais já havia dado um novo salto quando foi nomeada uma comissão pelo Ministério da Educação para trabalhar na complementação do regulamento do ensino industrial, objeto da Lei nº 3.552/59, já comentada, de dois anos antes. Os estudos desta comissão foram materializados pelo Decreto nº 50.492, de 25 de abril de 1961, que, entre outras inovações, mudou o nome do curso básico industrial para “ginásio industrial”, prevendo também a possibilidade de os estabelecimentos de ensino secundário transformarem seus cursos em ginásios industriais, seguindo uma tendência de unificação de nomes dos cursos do ensino médio, de modo a diminuir o preconceito popular contra o ensino profissional.

Neste sentido, e buscando dar uma resposta aos ideais de inovação pedagógica e de formação para o trabalho, e ainda aproveitando a abertura legal da Lei nº 6.052/61 em seu artigo 25, foi definido um novo tipo de ensino médio, representado pelos ginásios vocacionais. Gestados como um tipo de escola que atendesse às exigências da sociedade paulista em transformação econômica, os ginásios vocacionais foram regulamentados pelo Decreto Estadual nº 38.643, de 27 de junho de 1961, sendo que, mais tarde, na esfera federal,

a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), em dezembro de 1961, os ginásios vocacionais passaram a fundamentar-se no artigo 104 da referida Lei (TAMBERLINI, 2001).

Para Laurindo (1962), os ginásios vocacionais vieram atender à insatisfação em razão do “velho” tipo de escola, o ginásio acadêmico, com currículo extremamente rígido e uniforme para todas as unidades, onde quer que estivessem localizadas.

Tamberlini (2001) coloca que, entre março de 1962 e março de 1963, foram criados cinco ginásios vocacionais: “Oswaldo Aranha”, no Brooklin, na capital; “João XXIII” em Americana, “Cândido Portinari” em Batatais, “Chanceler Raul Fernandes” em Rio Claro; e “Embaixador Macedo Soares” em Barretos, funcionando em tempo integral e abrangendo as quatro séries do antigo ginásio. Em março de 1968 foram instalados cursos noturnos e de 2º ciclo do ensino secundário no ginásio vocacional da capital e no ginásio vocacional de São Caetano do Sul, que, ao contrário dos demais, funcionava em meio período, visando reduzir custos para possibilitar a ampliação da experiência a outros estabelecimentos da rede. Como uma experiência única na história da educação brasileira, este projeto educacional era coordenado pelo Serviço de Ensino Vocacional e subordinado diretamente ao Gabinete da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. O currículo oferecia uma formação voltada tanto para a prática quanto para a universidade, dentro de uma formação humanista, unindo o saber e o fazer, buscando solucionar a questão do ensino dual, como também abrindo caminho para a ascensão social. O currículo dos ginásios abrangia áreas de conhecimentos intelectuais, como Estudos Sociais (História e Geografia), Português, Matemática, Ciências e Inglês, e práticas educativas, como Educação Artística, Educação Musical e Educação Física. A iniciação técnica compreendia práticas agrícolas, práticas comerciais, artes industriais e economia doméstica. Em 1969, foram criados cursos complementares junto ao Ginásio Vocacional da capital, visando transmitir experiências de estudo e trabalho de jovens do ginásio e do 2º ciclo, pais e pessoas da comunidade, no sentido de atender às necessidades de reciclagem ocupacional e profissional, bem como ao desafio da educação permanente. Outras iniciativas podem ser apontadas, como programas de ação comunitária, envolvendo projetos de comprometimento de alunos com a realidade local, e treinamento e capacitação de docentes, oferecidos a mais de 7.500 professores. A extinção da experiência ocorreu com a invasão simultânea das seis escolas em 1969 e a publicação do Decreto Estadual nº 52.460/1970, que extinguiu o ensino renovado em todas as escolas experimentais estaduais.

Para Cunha (2000), os ginásios vocacionais foram inspirados nos cursos vocacionais criados por Roberto Mange, em nível pós-primário, que funcionaram no Senai, de 1945 a

1958. Porém, o objetivo, neste caso, era combater o “hiato nocivo” entre o término do ensino primário e a idade do início do trabalho, entre os 12 e 14 anos, no qual os jovens poderiam causar problemas econômicos, profissionais, familiares e até mesmo políticos. A proposta foi ministrar um curso de um ano de duração, compreendendo conhecimentos gerais e trabalho manual, bem como orientação profissional, com sondagem de aptidões para atividades industriais, visando ao devido encaminhamento. O autor também pontua que, por apresentarem novidades pedagógicas, estas escolas atraíram professores especialmente qualificados e motivados, bem como alunos dotados de alto rendimento educacional e provenientes de famílias de alta renda financeira, o que levou à alcunha de elitistas, e alvo de acusação de serem focos de subversão política. Quando incorporados à rede estadual pela instituição do exame de admissão unificado em 1967, como medida de democratização do ensino público, para muitos, esta iniciativa constituiu uma medida de extinção de uma experiência revolucionária no ensino, que ameaçava a política educacional dos governos autoritários.

Fonseca (1986a) traça uma ligação entre a ideia da criação dos ginásios industriais, de iniciativa federal, com os cursos básicos vocacionais, adotada pelo governo paulista. Apesar de denominações diferentes, a finalidade era atrair a juventude para o trabalho relacionado com a indústria e a ciência, uma vez que as matrículas eram muito desproporcionais – 754.608 no curso ginásial e 20.383 nos cursos industriais básicos, em 1960, no País. Para o autor, houve uma inversão do tradicionalismo histórico, pois, ao invés de o ensino secundário influenciar o industrial, era este que invadia os estabelecimentos secundários, transformando o antigo sentido acadêmico e literário dos ginásios em uma forma nova e muito mais apropriada para a formação da juventude em uma época marcada pelos conhecimentos tecnológicos.

Ao incluir em seu “plano de ação” a reorganização do Ensino Profissional do Estado, o governador Carvalho Pinto mobilizou construções de prédios para novas escolas industriais por intermédio do Fundo Estadual de Construções Escolares da Secretaria da Educação, prosseguindo no desenvolvimento deste programa com a construção, ampliação e equipamento de prédios destinados às escolas estaduais de ensino primário e médio. No setor de ensino industrial, até 1961, foram concluídas nove de dez escolas programadas para a capital e desenvolvidos projetos para início de construção de prédios para 13 escolas industriais do interior do estado (LAURINDO, 1962).

No ano de 1961, o ensino industrial e o de economia doméstica e de artes aplicadas, do Departamento do Ensino Profissional, pertencente à Secretaria dos Negócios da Educação paulista era ministrado nos seguintes tipos de escolas:

- instituto pedagógico do ensino industrial: nível superior (formação de docentes, orientadores e administradores escolares);
- escola técnica industrial (cursos técnicos industriais);
- escola técnica de economia doméstica e de artes aplicadas (cursos técnicos e cursos de aprendizagem profissional);
- escola industrial (cursos de aprendizagem industrial e de economia doméstica e de artes aplicadas);
- escola de economia doméstica e de artes aplicadas (cursos de aprendizagem de economia doméstica e de artes aplicadas);
- centro de aprendizagem profissional (cursos especiais de aprendiz profissional, agro-industrial ou de economia doméstica e de artes aplicadas para a zona rural e zona litorânea);
- núcleo de aprendiz profissional, com cursos especiais em institutos de assistência ou de reabilitação, sanatórios ou hospitais. (LAURINDO, 1962, p. 395).

Da mesma forma, pertenciam à rede do Departamento do Ensino Profissional as seguintes escolas estaduais:

- escola de ensino pedagógico industrial: Instituto Pedagógico do Ensino Industrial – capital;
- escolas técnicas (cursos de 1º e 2º ciclos de grau médio): Carlos de Campos (Capital), Seminário das Educandas (Capital), João Belarmino (Amparo), Profa. Anna de Oliveira Ferraz (Araraquara), Dr. Armando de Sales Oliveira (Botucatu), Bento Quirino (Campinas), Dr. Francisco Nogueira de Lima (Casa Branca), Dr. Júlio Cardoso (Franca), Prof. Basilides de Godoy (Jaboticabal), Joaquim Ferreira do Amaral (Jaú), Dr. Antenor Soares Gandra (Jundiaí), Trajano Camargo (Limeira), Fernando Costa (Lins), Francisco Garcia (Mococa), Presidente Vargas (Mogi das Cruzes), Cel. Fernando Febeliano da Costa (Piracicaba), José Martimianiano da Silva (Ribeirão Preto), Prof. Aprigio Gonzaga (Rio Claro), Júlio de Mesquita (Santo André), Escolástica Rosa (Santos), Paulino Botelho (São Carlos), Fernando Prestes (Sorocaba) e Sales Gomes (Tatuí), em um total de 23 escolas;
- escolas artesanais (cursos de nível da 2ª Série do 1º Ciclo de grau médio): da Lapa, Albert Einstein na Mooca, da Penha e da Vila Maria, na Capital. No

interior, em Adamantina, Aguai, Americana, Araçatuba, Araras, Assis, Avaré, Cel. Raphael Brandão em Barretos, Batatais, Prof. Stello Machado Loureiro em Bebedouro, Birigui, Cel. Ladislau Leme em Bragança Paulista, Caçapava, Garça, Guaratinguetá, Ibitinga, Igarapava, Iguape, Ipauçu, Darcy Vieira em Itapetininga, Rosa Perrone Scavone em Itatiba, Marília, Mirassol, Orlândia, Oswaldo Cruz, Josefa Navarro Leme em Ourinhos, Pirajuí, Porto Ferreira, Presidente Prudente, Promissão, Salto, Pedro Bradran em São Joaquim da Barra, São José do Rio Preto, Taquaritinga e Tupã, em um total de 44 escolas artesanais;

- cursos ferroviários (em cooperação com as Diretorias das Estradas de Ferro do estado): Estrada de Ferro Sorocabana, com cursos em Assis, Botucatu, Itaiçi, Itapetininga, Presidente Prudente, Santos, Sorocaba e São Paulo (Barra Funda), com a Estrada de Ferro Araraquara, na cidade do mesmo nome, com a Estrada de Ferro São Paulo-Minas, em Bento Quirino, com a Estrada de Ferro Campos do Jordão, em Pindamonhangaba;
- escolas industriais particulares com auxílio do estado: Escola Industrial da Associação Cívica Feminina, na capital;
- escolas técnicas industriais, particulares, em convênio entre o estado, união e instituição particular: Escola Técnica Industrial Prof. Everardo Passos, em São José dos Campos, com cursos básicos industriais de 1º ciclo;
- escolas particulares equiparadas ou reconhecidas pelo estado: Instituto Santa Amália, da Liga das Senhoras Católicas, com curso para formação de professoras de educação doméstica e de trabalhos manuais, Curso de Formação de Professoras de Educação Doméstica e de Trabalhos Manuais da Universidade Católica de Campinas, em Campinas, e Escola Artesanal da Assistência ao Litoral de Anchieta, em Ubatuba;
- escolas particulares equiparadas (fiscalizadas e orientadas, de níveis diversos): 775 na capital, com 1.106 cursos, e 625 no interior, com 743 cursos.

Com um total de 90.859 alunos matriculados na capital, e 46.994 no interior, em 1960, o ensino profissional foi deixando a concepção assistencialista, porém suscitando opiniões diversas quanto a esta trajetória.

Para Manfredi (2003), os mecanismos legais e as estruturas formativas historicamente construídas ao longo das décadas de 1940 a 1970 foram cristalizando concepções e práticas

escolares dualistas, tendo, de um lado, a concepção de educação escolar acadêmico-generalista com oferta de acesso a um conjunto básico de conhecimentos cada vez mais amplos. Do outro lado, a educação profissional, oferecendo um conjunto de informações relevantes apenas para o domínio de um ofício, sem aprofundamento teórico científico ou humanístico necessário ao prosseguimento dos estudos ou qualificação em outros domínios.

Fonseca (1986b) pontua que a ação do Departamento do Ensino Profissional paulista, em 1961, apresentou-se muito diferente da tímida tentativa lançada em 1911, sendo que as escolas industriais e técnicas acompanharam o surto industrial, fornecendo às fábricas, usinas e oficinas a mão de obra qualificada ao ritmo acelerado do progresso de São Paulo.

O ano de 1961, além da Lei estadual nº 6.052, de 03 fevereiro, e do Decreto Federal nº 50.492, de 25 de abril, foi marcado pela Lei de Diretrizes e Bases nº 4.024 (LDB 4.024), de 20 de dezembro. Após 13 anos tramitando pelo Congresso Nacional, inicialmente destinada a um País pouco urbanizado, acabou sendo aprovada para um Brasil industrializado.

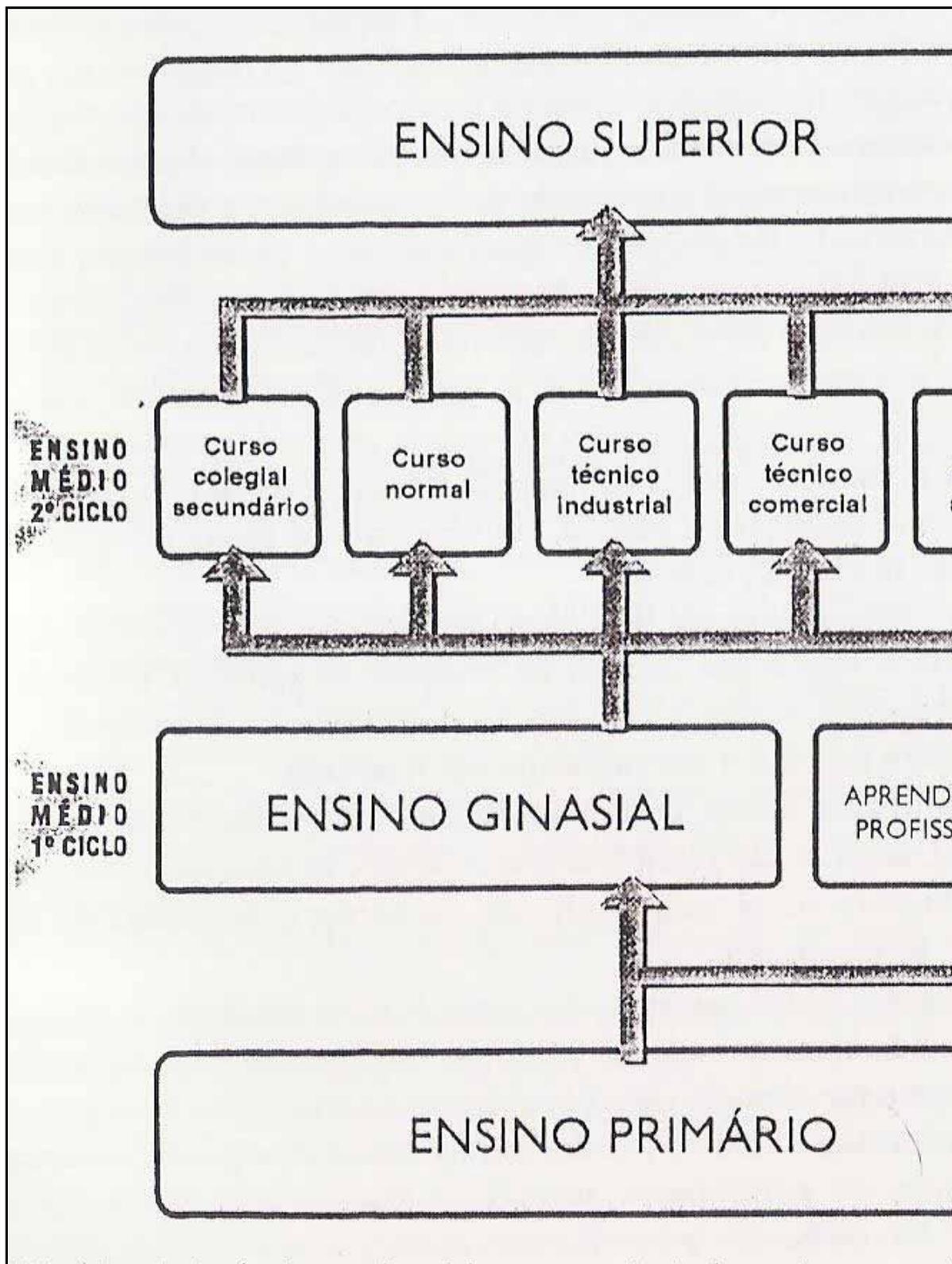
Nunes (2002) aponta que, com esta lei, houve o reconhecimento da legitimidade de outros saberes além do acadêmico, integrando o ensino profissional ao sistema regular de ensino, estabelecendo, desta forma, a plena equiparação entre cursos profissionalizantes e propedêuticos para fins de prosseguimento de estudos, o que permitiu ao Senai e Senac a organização dos cursos mediante as exigências legais para obtenção de equivalência aos níveis primário e médio.

As razões apontadas para a articulação dos vários ramos de ensino médio, ou 2º ciclo (colegial secundário, normal, técnico industrial, técnico comercial e técnico agrícola), foram três, conforme Cunha (2000c), a saber: formação básica comum a todos, seguindo um imperativo da justiça social em uma sociedade democrática; postergamento da especialização para o 2º ciclo, conforme a psicopedagogia; e adequação às necessidades industriais, com formação de trabalhadores qualificados em nível de 2º ciclo e sem qualificação especial aos níveis primário e 1º ciclo.

Cunha (2000c) argumenta que, a não ser pela questão da eliminação da restrição de validade do diploma para o ingresso em cursos superiores não relacionados com o curso técnico do candidato, a LDB 4.024 não exerceu outra influência significativa para o ensino técnico industrial, uma vez que este continuou sob marcante processo centralizador, apesar da legislação descentralizadora do ensino em geral. Embora tenha cessado o poder antecipado da legislação federal quanto ao reconhecimento e equiparação do ensino, permaneceu o controle posterior do Ministério da Educação e Cultura (MEC) quanto ao registro de diplomas, que se tornou um instrumento eficaz de organização do ensino industrial, juntamente com portarias

normatizadoras em matéria pedagógica da Diretoria do Ensino Industrial, representativa da parte executiva do MEC.

Figura 2 – Articulação tendencial entre os níveis de ensino segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1961) e legislação correlata



Fonte: Cunha (2000c)

Kuenzer (2003), porém, pontua que a LDB 4.024, além da completa equivalência dos cursos técnicos ao secundário para efeito de ingresso nos cursos superiores, facultou também às instituições a criação de pré-técnicos, com a duração de um ano. Os cursos secundários foram estruturados com disciplinas de caráter geral e obrigatórias para todos os cursos técnicos e desenvolvidas em três séries. Nos cursos técnicos industriais, o currículo passou a ter somente disciplinas vinculadas a cada especialidade, e o estágio para os cursos técnicos industriais passou a ser obrigatório por um período não inferior a um ano.

Quanto ao ensino secundário, Souza (2011) assinala que a LDB 4.024 avançou pouco em relação às expectativas de renovação, sendo que entre as mudanças mais significativas podem ser assinaladas: a equivalência plena entre todos os ramos do ensino médio, a autonomia dos estados quanto à organização e inspeção de redes de escolas secundárias e a flexibilização na ordenação curricular. Além disso, o governo federal deixou de estabelecer um currículo único, padronizado e centralizado para o secundário, embora a nova estrutura curricular tenha determinado a inclusão de disciplinas obrigatórias e optativas, bem como práticas educativas.

A autora enfatiza ainda que estas alterações trouxeram pouco impacto à estrutura dominante no secundário e, principalmente, estiveram longe de delinear o tão propalado “novo padrão de qualidade do ensino secundário”, defendido por vários educadores brasileiros, muitos na liderança da educação pública no País, uma vez que as propostas de modernização curricular do secundário deveriam pautar-se pelo currículo científico e pela articulação intrínseca entre educação e trabalho. Algumas mudanças nos conteúdos curriculares refletiram esta tendência ao excluir a obrigatoriedade do latim e reduzir a participação das línguas estrangeiras na formação geral.

As múltiplas legislações efetuadas levam a uma reflexão retrospectiva, levando em conta as últimas legislações significativas do ensino profissional e secundário. Sendo assim, observa-se que a Lei Federal nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, ao introduzir modificações no ensino industrial, concedeu uma maior autonomia aos sistemas estaduais e municipais do ensino industrial. Em consequência desta concessão, o governo do estado de São Paulo promulgou a Lei nº 6.052, de 03 de fevereiro de 1961, que dispunha sobre o sistema de ensino industrial e de economia doméstica e de artes aplicadas. Esta lei possibilitou a instalação dos colégios vocacionais por meio do Decreto Estadual nº 38.643, de 27 de junho de 1961.

Portanto, embora a lei de 1959 tenha vigorado por apenas dois anos, por ser substituída pela LDB 4.024, proporcionou alterações significativas sequenciais.

Buffa e Nosella (1998) apontam ainda que, mais importante do que simplesmente registrar as leis, as reformas e as comissões constituídas para estudar os problemas do ensino industrial é compreender as razões de fundo dessas contínuas mudanças, uma vez que nem mesmo as rápidas transformações tecnológicas podem explicar tamanha profusão legislativa. No cenário político federal, que passou por mudanças dos governos de Jânio Quadros a João Goulart, nos anos seguintes algumas constatações foram feitas. Entre estas, as de que metade da população brasileira continuava analfabeta, que o prosseguimento dos estudos por meio do ensino secundário não proporcionava acolhimento para a demanda e que o ensino superior continuava sendo para alguns poucos eleitos.

Procurando minimizar esta situação, foi instituído o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, previsto para 1963-1965, que fixou para a educação a necessidade de expansão do ensino primário, o desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica e a formação e treinamento de pessoal técnico por meio da implantação de uma rede de ginásios modernos.

Desta forma, de 1961 a 1965, a Diretoria do Ensino Secundário do Ministério da Educação elaborou e implantou sucessivos projetos de ginásios, denominados “modernos”, “orientados para o trabalho” e “polivalentes”. Com estrutura curricular semelhante, ofereciam, nas duas 1^{as} séries, disciplinas de caráter geral e disciplinas vocacionais destinadas à sondagem de aptidões, como artes industriais ou técnicas agrícolas, que tinham sua carga horária ampliada nas duas últimas séries. Os alunos escolhiam uma das áreas dentre as industriais, técnicas agrícolas, técnicas comerciais, educação para o lar, ou o aprofundamento dos estudos gerais (CUNHA, 2000c).

Para o mesmo autor, este novo tipo de modelo de ginásio do ensino médio não obteve sucesso porque as novas escolas, dotadas de instalações especiais e de professores altamente qualificados, acabaram sendo ocupadas por alunos oriundos dos setores de mais alta renda das camadas médias, e não por alunos das classes trabalhadoras. Por outro lado, a iniciação para o trabalho e a sondagem de aptidões não foram adequados às condições concretas do mercado de trabalho. As artes industriais eram artesanais, trabalhadas com materiais diversos, como metal, madeira, cerâmica, couro e outros, manuseando ferramentas simples, enquanto o processo de trabalho caminhava para a destruição do artesanato pela indústria mecanizada e automatizada, determinando a sobrevivência somente do artesanato de luxo.

A educação para o lar, voltada aos ensinamentos domésticos, como preparo de alimentos e roupas, conservação da casa e elaboração de orçamentos domésticos, não agradava aos pais pela restrição de formação para “forno e fogão” (CUNHA, 2000c).

No estado de São Paulo, conforme Tamberlini (2001), a Secretaria da Educação chegou a iniciar estudos para a implantação dos ginásios orientados para o trabalho (GOTs), criticados por terem uma educação tecnicista voltada à formação apenas para a produção nas máquinas, excluindo a cultura geral e a formação crítica e reflexiva, que caracterizava o ensino vocacional.

Conforme Souza (2011), outra experiência inovadora foi a criação dos ginásios pluricurriculares, em 1966. Ao lado das disciplinas de cultura geral, foram introduzidas práticas educativas de natureza técnica, com a finalidade de familiarizar o adolescente com o mundo da produção, do trabalho e da tecnologia. Essa formação compreendia técnicas agrícolas, artes industriais, técnicas comerciais e educação para o lar, sendo que esta última visava “reintegrar os jovens no grupo familiar, interessando-os nas tarefas do lar, preparando-os para as responsabilidades e atividades de membro da família e ensinando-os como resolver os problemas que resultam dessa responsabilidade” (SOUZA, 2011, p. 11).

A política educacional voltada ao ensino profissional visava expandir as matrículas nas escolas técnicas de nível médio como estímulo à adaptação da mão de obra para as demandas dos setores produtivos, tendência reforçada por estudos da década anterior de 1950, que denunciava a média nacional de três engenheiros para um técnico na indústria, proporção esta inversa à do meio internacional. No entanto, em razão da função propedêutica dos cursos técnicos, pesquisas apresentadas por Cunha (2000c) em relação ao ensino médio e profissional do estado de São Paulo, realizadas na década de 1960, revelaram que:

- no 1º ciclo do ensino industrial a origem socioeconômica dos alunos era mais modesta do que a dos alunos do ginásio, sendo que no 2º ciclo, tanto do ramo secundário como do industrial, era muito semelhante;
- o 1º ciclo do ensino industrial era ponto final na trajetória escolar para muitos alunos (a evasão também era altíssima), que dirigiam-se diretamente para o mercado de trabalho. Assim, o 2º ciclo do ensino industrial era abastecido com 75,5% de ginásianos;
- 68,5% dos alunos das escolas técnicas industriais pretendiam continuar seus estudos após o término do curso, e o objetivo do diploma de técnico era de propiciar um emprego capaz de manter a continuidade dos estudos. Em caso de fracasso nos vestibulares, uma carreira profissional já estaria sendo seguida, com a vantagem de que os concluintes de cursos técnicos industriais gozavam da dispensa do serviço militar. (CUNHA, 2000c, p. 144-145).

A justaposição dos alunos de orientação para o mercado de trabalho e para a continuidade dos estudos era apoiada no fato de que os concluintes dos cursos técnicos não encontravam oportunidades de emprego compatíveis com sua formação nos postos de trabalho e na remuneração oferecida. Conforme Cunha (2000c), isto ocorria em virtude do corporativismo dos profissionais de nível superior, ocupando cargos que poderiam ser destinados a técnicos de nível médio, mas que, em razão de suas denominações, eram excluídos deles.

Outro fator que fortalecia a procura por cursos superiores era a ideia de que estes eram instrumentos de ascensão social e de prestígio. Sendo assim, jovens de setores de alta renda da classe média buscavam nas escolas técnicas, colégios de aplicação das universidades e nos colégios militares um ensino gratuito de qualidade (CUNHA, 2000c).

Sensibilizado, o governo paulista de Abreu Sodré implantou a reforma Ulhôa Cintra, concedendo maior consistência às políticas renovadoras do ensino secundário, com o reforço da diretriz de universalização do ensino obrigatório (SOUZA, 2011).

Abreu Sodré foi o primeiro governador nomeado para o estado no Regime Militar e, apesar da centralização federal, empreendeu uma reforma, de 1967 a 1969, na Secretaria Estadual de Educação. Esta reforma descentralizadora criou três coordenadorias (ensino básico e normal, ensino superior e ensino técnico), dez divisões regionais de ensino (DREs), às quais estavam subordinadas as Delegacias de Ensino (Des) (ENGE, 2007).

A reforma Ulhôa Cintra, que recebeu o nome do Secretário de Estado de Educação de 1967 a maio de 1970, quando saiu por pressões militares, constituiu-se em uma descentralização da estrutura da secretaria, revogando dezenas de atos que compunham uma legislação acumulada desde a década de 1930. No plano pedagógico, foram reformulados os programas do então ensino primário, adotados em “caráter experimental” em 1949, quase vinte anos antes, com a concessão de mais autonomia ao professor e a instituição de ciclos na seriação escolar, sob o nome de níveis, reinventados posteriormente. Na área do ensino secundário e normal foram retomados os concursos de títulos e provas para ingresso. As séries iniciais dos antigos cursos clássico, científico e normal foram unificadas, sendo criadas na 3ª série áreas propedêuticas e pré-profissionalizantes. Em 1970, foi instituído nas escolas públicas o período de planejamento prévio ao início das atividades escolares, prática que permanece até os dias de hoje. A instituição e implantação da escolaridade de oito anos para toda a população na área do ensino público estadual, abrangendo o ensino primário e o ginasial, trouxe, em consequência, uma política de grande expansão do ensino ginasial e

unificação e reorganização dos exames de admissão, que deixaram de constituir uma barreira de exclusão para a matrícula na 1ª série ginasial. Na verdade, Ulhôa Cintra desprivatizou a escola pública em São Paulo, que era de excelente qualidade, mas reservada para poucos e, portanto, não democrática (AZANHA, 1999).

Os reformadores investiram na generalização da escola comum fundamental de oito anos de duração mediante a integração do curso primário com o curso ginasial, anteriormente previsto no Plano Estadual de Educação relativo à transformação de todas as modalidades do 1º ciclo do ensino secundário em ginásio pluricurricular e à extensão da experiência pedagógica de unificação do grupo escolar-ginásio. A reforma, portanto, antecipou a experiência do ensino fundamental instituído em âmbito nacional, posteriormente, na reforma do ensino de 1º e 2º graus (Lei nº 5.692/71). Outra medida inovadora tomada pelos reformadores no final dos anos 1960, foi a adoção do exame de admissão unificado, visando facilitar o acesso ao curso ginasial e integrar a escola comum de oito anos (SOUZA, 2011).

Em relação ao 2º ciclo (curso colegial), a reforma instituiu o colegial integrado, visando eliminar duas distorções: o inchamento desqualificado da escola normal, cujos índices de matrícula vinham aumentando de forma acelerada, e a concepção do ensino secundário como curso preparatório para os exames vestibulares. O colegial integrado compreendia um tronco comum de dois anos de formação geral básica, seguido de um ano (3ª série) organizado em áreas optativas diversificadas e voltadas à formação profissional. Os documentos que normatizaram a Reforma Ulhôa Cintra foram o Decreto nº 50.133, de 2 de agosto de 1968, a Resolução CEE 36, de 30 de dezembro de 1968, e o Ato 24, de 20 de janeiro de 1969 (SOUZA, 2011).

A Tabela 5, abaixo, apresenta a situação de matrículas, conforme as preferências dos ramos no ensino médio no Brasil, de 1960 a 1970. Pode-se observar:

- a grande preferência pelo ramo secundário, que representou sempre mais do que a metade do total de matrículas, e a preferência significativa pelo ramo normal;
- a quantidade reduzida de matrículas do ramo industrial, sendo que o ramo agrícola ainda é o menos procurado, o que denota o caráter urbano do ensino médio;
- embora com matrículas comparativamente em quantidade menor, constata-se que o ramo industrial teve suas vagas ampliadas, constituindo 2,23% do total em 1960 e passando a 4,9% em 1970.

Tabela 5 – Matrícula geral no ensino médio (2º ciclo) – 1960-1970

ANO	RAMO SECUNDÁRIO	RAMO COMERCIAL	RAMO NORMAL	RAMO AGRÍCOLA	RAMO INDUSTRIAL	TOTAL
1960	113.570	81.258	64.763	1.601	5.952	267.144
1961	125.327	91.119	72.421	1.811	10.459	301.137
1962	138.272	100.642	82.784	1.851	12.121	335.761
1963	156.347	109.115	109.885	2.442	18.807	396.596
1964	167.242	114.819	131.185	3.102	22.692	439.040
1965	189.576	121.858	169.690	3.709	24.277	509.110
1966	224.153	132.215	209.588	4.144	23.313	593.413
1967	261.911	143.296	246.274	5.243	30.589	687.313
1968	311.255	166.352	281.792	6.188	34.113	801.075
1969	394.826	190.987	274.367	7.060	41.254	908.494
1970	462.366	219.101	262.690	8.166	49.522	1.001.825

Fonte: Cunha, 2000c

Torna-se relevante enfatizar a grande evasão flagrada no ensino técnico industrial. Tomando por base somente os últimos anos de 1968, de 34.113 matrículas, apenas 4.322 alunos o concluíram. Em 1969, de 41.254 alunos matriculados, 5.044 formaram-se, perfazendo, respectivamente, evasões de 87,34% e 87,78% (CUNHA, 2000c).

Para Cunha (2000c), a ação recíproca de aproximação entre os ramos do ensino de 1º grau e ensino secundário permitiu o acréscimo de conteúdos e práticas profissionalizantes ao curso ginásial, adequando-o de forma mais distante do mundo artificial dos livros e dentro do mundo do trabalho. Da mesma forma, o ensino industrial foi despojado de conteúdos propriamente profissionais, sendo que as escolas industriais dos anos 1940 transformaram-se nos ginásios industriais dos anos 1960 (CUNHA, 2000c).

2.6 O ensino profissional diante da Lei nº 5.692/71

Enquanto o cenário do ensino profissional configurava-se com aspectos mais do que insuficientes para servir aos propósitos do mundo do trabalho, o pano de fundo da política educacional brasileira era representado pelos governos dos generais presidentes da ditadura do período militar, iniciada em 1964, e dentro de um quadro de concentração de capital, internacionalização da economia e contenção de salários, a formação técnica assumiu um papel destacado nas mediações da prática educativa sob a intervenção de acordos internacionais. Entre junho de 1964 e janeiro de 1968 foram firmados doze acordos entre o Ministério da Educação e Cultura e a Agency for International Development (Usaid), denominados acordos MEC-Usaid, que comprometeram a política educacional brasileira às determinações específicas de técnicos norte-americanos.

Oliveira (2003) diz que os acordos MEC-Usaid visavam dar assistência técnica, assessorar pedagogicamente a educação e, principalmente, promover a doutrinação ideológica, cimentada na ideia de que a educação seria capaz de integrar o País ao campo do capitalismo central.

Romanelli (2006) ressalta que, por meio destes acordos, a Usaid atingiu de alto a baixo todo o sistema de ensino, nos níveis primário, médio e superior; nos ramos acadêmico e profissional; no funcionamento da reestruturação administrativa, planejamento e treinamento de pessoal docente e técnico; e no controle do conteúdo geral do ensino, principalmente na publicação e distribuição de livros técnicos e didáticos.

Desta forma, apesar da evasão e do razoável distanciamento do ensino profissionalizante ministrado em relação às necessidades do mercado de trabalho, o ensino profissional veio servir de modelo implícito do novo ensino médio que viria a seguir (CUNHA, 2000c).

No final da década de 1960, o Governo Federal encontrava-se diante de uma crise decorrente da insuficiência de oferta de vagas para o ensino superior, representativo de aspirações quanto à ascensão social e sucesso no mercado de trabalho. Este descontentamento, gerador de representações estudantis incômodas, somava-se à insatisfação da indústria pela falta de profissionais habilitados.

O governo, então, nomeou uma comissão para definir os rumos da política educacional brasileira, que elaborou um documento conhecido como Relatório Meira Matos, tendo sido criado, em continuidade aos estudos sobre a realidade educacional, o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária ou GT, cujas influências geraram documentos a respeito de medidas de contenção e reformas das estruturas educacionais vigentes (ROMANELLI, 2006).

Uma das conclusões apresentadas referiu-se à universidade, reconhecendo seu papel de mobilidade social que, ao provocar uma demanda pelos cursos superiores, impossibilitava a profissionalização (em nível médio) da massa estudantil. Diante disso, a profissionalização do nível médio passou a ser vista como uma exigência seletiva da destinação dos mais capazes para a universidade e oferecimento de ocupação aos menos capazes. Conforme Romanelli (2006), este posicionamento também se configurou como um mecanismo de contenção da demanda de educação superior a limites mais estreitos.

Neste contexto, o ponto de maior impacto no ensino secundário foi a reforma imposta pela Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, que instituiu a profissionalização compulsória. Para Ramos (2005), o ensino técnico realmente assumiu uma função manifesta de formar técnicos e uma, não manifesta, de formar candidatos aos cursos superiores.

No âmbito do Departamento de Ensino Médio do MEC foram instituídos os Programas de Desenvolvimento do Ensino Médio (Prodem), objetos de contratos de empréstimo com o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (Bird) que, juntamente com a Associação Internacional de Desenvolvimento (AID), constituem o Banco Mundial (com sede em Washington, EUA), cuja missão inicial foi financiar a reconstrução dos países devastados durante a Segunda Guerra Mundial. Atualmente, seu objetivo principal prioriza a luta contra a pobreza, sendo operacionalizado por meio de financiamentos e empréstimos aos países necessitados e funcionando por sistema de cotas fixadas e normatizadas pelos países constitutivos (NASCIMENTO, 2007).

Os contratos firmados tinham a finalidade de tratar dos aspectos mais complicados da reforma promovida em 1971. O primeiro projeto foi a semente germinadora dos Centros Federais de Educação Tecnológica, nitidamente voltado para a contenção da demanda por vagas nas universidades, tratando da formação de técnicos de nível superior, que se situariam entre o técnico de nível médio e o engenheiro de formação tradicional. Um segundo projeto foi desenvolvido para implantar colégios agrícolas, centros interescolares, colégios integrados, além de escolas técnicas do Senai e do Senac, visando à ampliação de 40 mil matrículas. Um terceiro foi dedicado às regiões Norte e Nordeste, envolvendo o 1º grau mediante a implantação de centros interescolares e colégios integrados (RAMOS, 2005).

Romanelli (2006) apresenta aspectos das mudanças produzidas pela Lei nº 5.692 quanto à estrutura do ensino, cursos, princípios e conteúdos – explicitados a seguir – uma vez que estão diretamente relacionados à nova configuração do ensino profissionalizante compulsório.

- A estrutura do ensino foi ampliada em relação à obrigatoriedade escolar de oito anos, da faixa etária de sete aos 14 anos, aumentando as obrigações do Estado em relação à educação do povo e em modificações estruturais profundas na educação elementar. As modificações estruturais ocorreram em dois planos complementares. No plano vertical, o curso primário e o curso ginásial foram fundidos no curso fundamental de oito anos, eliminando-se o estrangulamento entre o primário e o ginásial pelos exames de admissão, considerados um dos agentes responsáveis pela seletividade e consequente marginalização dos concluintes do curso primário. No plano horizontal, foi eliminado o dualismo antes existente entre escola secundária e escola técnica, com a criação de uma escola única de 1º e 2º graus.

- Os cursos foram constituídos de ensino de 1º grau obrigatório, com oito anos de duração e carga horária de 720 horas anuais, oferecendo formação geral, sondagem educacional e iniciação para o trabalho, e o ensino de 2º grau. Este, com três anos de duração e carga horária de 2,2 mil horas, ou quatro anos de duração e carga horária de 2,9 mil horas, destinava-se à formação do adolescente, com objetivo primordial de oferecer habilitação profissional. Conforme o glossário do parecer CFE 45/72, “habilitação profissional” significa

condição resultante de um processo por meio do qual uma pessoa se capacita para o exercício de uma profissão ou de uma ocupação técnica, cujo desempenho exija, além de outros requisitos, escolaridade completa ao nível de 2º grau ou superior. (ZOTTI, 2004, p. 181).

- A Lei teve como princípios a integração, continuidade e terminalidade. A integração referiu-se à junção verticalizada do primário com o ginásial e, no sentido horizontal, pela substituição da antiga estrutura dualista por um sistema único de escola voltado para a educação básica geral e preparação para o trabalho. A continuidade foi proporcionada pela base de uma educação mais ampla nas 1^{as} séries do 1º grau para a formação especial e às habilitações profissionais no 2º grau, com passagem gradativa do geral para o particular como garantia de continuidade entre as séries anteriores e posteriores. A terminalidade foi aplicada ao educando que terminou o 1º grau, pela possibilidade de ingresso na força do trabalho após a sondagem de sua vocação, e, ao término do 2º grau, quando a habilitação profissional de grau médio obtida possibilitava a garantia do exercício profissional ou de prosseguimento de estudos em nível superior.
- O currículo pleno do ensino de 1º e 2º graus passou a ser constituído de uma parte geral, obrigatória em todo o território nacional, definindo a continuidade e, outra, de formação especial, que definiu a terminalidade, visando à sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho, no 1º grau, e a habilitação profissional no 2º grau.
- O currículo mínimo, aqui entendido para designar o rol de disciplinas, ou seja, a matriz curricular (ZOTTI, 2004) da parte de educação geral, bem como a parte diversificada relativa às habilitações profissionais do 2º grau, foi fixado pelo Conselho Federal de Educação por meio do Parecer nº 45/72 e Resolução nº 2/72.

As ofertas das habilitações profissionais, em número de 130, deveriam ser pautadas nas necessidades do trabalho, mediante levantamento periodicamente renovado, conforme inclusão pelos Conselhos Estaduais, dentro da área econômica primária (voltada à agricultura, pesca etc.), área econômica secundária (voltada à organização industrial, economia industrial, eletricidade etc.) e área econômica terciária (voltada ao comércio, administração, turismo, enfermagem, vestuário etc.).

- A lei e os pareceres que completaram a Lei nº 5.692/71 previram o tratamento metodológico do currículo, propondo que as matérias que o compunham fossem trabalhadas sob a forma de atividades, áreas de estudo e disciplinas. Zotti aponta que, segundo o Parecer nº 853/71,

matéria é todo campo de conhecimento fixado ou relacionado pelos Conselhos de Educação, e em alguns casos acrescentado pela escola, antes de sua rerepresentação, nos currículos plenos, sob forma didaticamente assimilável de atividades, área de estudos ou disciplinas. (2004, p. 173).

- As atividades, com predominância nas 1^{as} séries do 1º grau, foram definidas como experiências vividas; as áreas de estudo predominantes no final do 1º grau foram constituídas pela integração de conteúdos afins; e as disciplinas, compreendidas como conhecimentos sistemáticos, tinham sua predominância apenas no ensino de 2º grau.

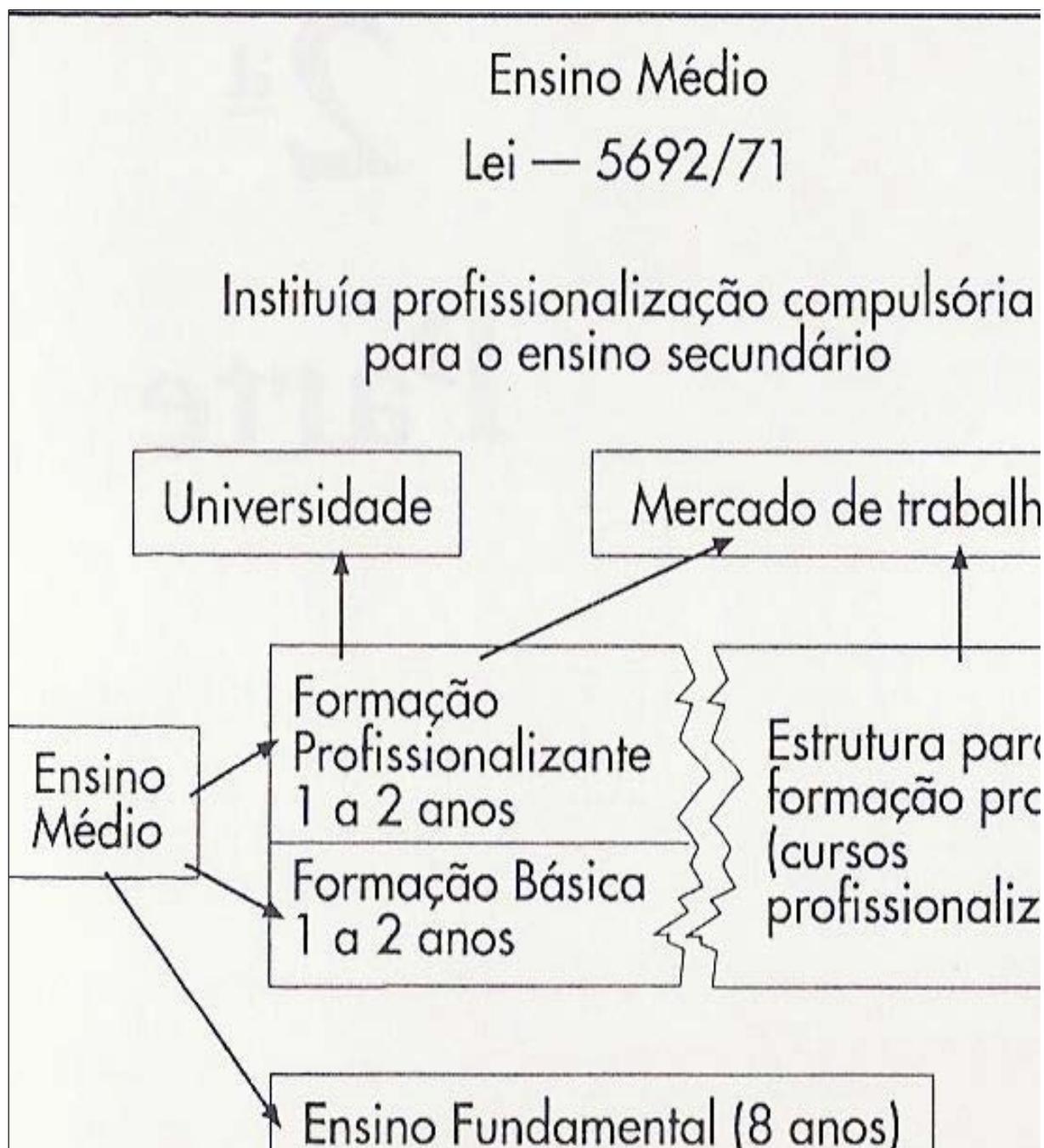
Inúmeras críticas foram feitas quanto à confecção da própria Lei. Freitas e Bicas (2009) pontuam que a abolição definitiva dos exames de admissão, em vigor desde 1925, provocou um impacto na ampliação de matrículas. O Anuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) registrou, em 1965, 11,6 milhões de matrículas nas séries correlatas ao ensino fundamental; em 1970, esse número passou de 15,9 milhões, calculando-se que o crescimento médio das matrículas no período da ditadura militar (1965-1985) foi de 3,9% ao ano. O aumento da obrigatoriedade de quatro para oito anos e a ampliação de matrículas acumularam as já existentes dificuldades de insuficiência de escolas e infraestrutura adequada, dificuldades que foram somadas pelo rebaixamento dos salários e ampliação da jornada de trabalho dos professores.

Outro aspecto enfatizado pelos autores referiu-se à profissionalização, ou formação para o trabalho, uma vez que as novas credenciais escolares, acarretando mudança nos níveis de escolaridade da população, acabaram por elevar a seletividade dos critérios de admissão por parte das empresas, que foram alterados em um escalonamento no qual os postos de trabalho que demandavam uma escolaridade de 2º grau passaram a exigir o curso superior.

Quanto às mudanças curriculares, Freitas e Biccas (2009) afirmam que houve um esvaziamento de conteúdos considerados de valor acadêmico para darem lugar às disciplinas com temáticas profissionalizantes e a substituição das disciplinas história e geografia por estudos sociais e educação moral e cívica. Estas, ministradas com base em manuais com repertórios políticos governamentais, demonstraram a projeção idealizadora do trabalhador, invulnerável aos apelos da luta política por direitos e por democracia.

Cunha (2000c) aponta que a iniciação para o trabalho, prevista para o segundo segmento do ensino de 1º grau, não garantiu qualificação e nem expedição de certificado profissionalizante. Por deixar de ser oferecida ou nem mesmo chegar a existir efetivamente no currículo, seu abandono formal não foi percebido como uma mudança política educacional.

Figura 3 – Lei nº 5692/71 – ensino médio



Fonte: Manfredi (2003)

Quanto às competências das diversas instâncias do poder, no que dizia respeito à definição do currículo do ensino de 2º grau, estas foram explicitadas, iniciando pelo Conselho Federal de Educação, que fixou o núcleo comum, definiu os objetivos e a amplitude das matérias e disciplinas, fixando o mínimo de disciplinas de cada habilitação profissional. As habilitações propostas pelos estabelecimentos de ensino, com pretensão de validade nacional

para os certificados expedidos, também seriam aprovadas por este conselho (CUNHA, 2000c).

As competências dos Conselhos Estaduais de Educação (CEE) compreenderam a organização das matérias da parte diversificada do currículo, bem como a aprovação de habilitações profissionais em âmbito estadual. A competência dos estabelecimentos de ensino envolveu a escolha de disciplinas para a parte diversificada do currículo, podendo também oferecer outras habilitações profissionais para as quais não houvesse sido baixado conteúdo mínimo, desde que aprovadas pelo CEE (CUNHA, 2000c).

Com a promulgação da Lei nº 5.692/71, foi aprovado, cinco meses depois, o Parecer nº 45/72, que relacionou 130 habilitações técnicas a serem oferecidas, que resultaram, em sua quase totalidade, da consolidação das especialidades dos cursos das escolas técnicas industriais, comerciais e agrotécnicas. A essas especialidades/habilitações foram acrescentadas outras para a formação de auxiliares técnicos.

Cunha (2000c) aponta que não houve sintonia entre os cursos escolares e as ocupações constantes dos planos de classificações de cargos das empresas ou das entidades. Também Kuenzer (2001) pontua que este parecer constituiu-se em um cardápio numeroso e variado de habilitações plenas e parciais, cujas estruturas não partiram do domínio científico-tecnológico sólido, mas da especialização estreita. Esta passou a ser obtida por meio de um conjunto de disciplinas reprodutoras, em grande parte, daquelas do curso científico na parte do núcleo comum, que se somaram, sem haver integração, com as disciplinas de formação especial sob a forma de fragmentos sem nenhuma organicidade. A suposta integração entre teoria geral e específica e trabalho ocorreria no estágio, como momento posterior ao processo de aprendizagem.

Após o Parecer nº 45/72, a implantação da reforma seguiu-se conforme a própria lei, que continha a diretriz para a utilização plena dos recursos humanos existentes para este fim, tendo sido aventadas três soluções: a reunião de pequenos estabelecimentos em unidades mais amplas, o entrosamento e a intercomplementaridade dos estabelecimentos de ensino entre si ou com outras instituições sociais, de modo a evitar ociosidade ou deficiências, e a organização de centros interescolares com serviços e disciplinas ou áreas de estudo comuns a vários estabelecimentos de ensino (CUNHA, 2000c).

Ao alterar a estrutura do ensino, a Lei nº 5.692/71 demandou uma reordenação espacial, docente e de recursos da escola. No estado de São Paulo, o governo Laudo Natel, em julho de 1972, aprovou o Plano Estadual de Implantação da Reforma do Ensino de 1º e 2º

graus. Porém os principais problemas relacionados à rede física estadual já vinham sendo equacionados por algum tempo, embora com algumas soluções aventadas (PARIS, 1982).

No ensino primário paulista, a falta de escolas aliada à insuficiência de recursos financeiros para a educação foi uma barreira constante à expansão da rede de ensino pública estadual. As diferentes administrações adotaram soluções de emergência, que possibilitaram a ampliação rápida e econômica da capacidade de matrículas na rede oficial. Exemplos destas medidas foram números flexíveis de alunos, com limites máximos bastante elevados por turma, improvisação de salas de aula em locais inadequados e construção de galpões precários, diminuição do ano letivo, de anos de escolaridade obrigatória e de horas diárias passadas na escola, desdobramento dos cursos, sobretudo no período noturno, e utilização de grupos escolares para funcionamento de escolas secundárias. No caso do ensino médio, a expansão ocorreu em ordem inversa, uma vez que, concebido para minorias, passou a ser visto como um prolongamento da escolaridade elementar obrigatória de forma mais tardia, a partir da década de 1940. Critérios diversificados foram utilizados para a construção dos ginásios, como a influência de deputados estaduais que, por interesses eleitorais, atendiam às reivindicações da população, e a instalação de **seções** no governo de Jânio Quadros nos ginásios oficiais já existentes. Estas seções funcionavam no período noturno, em prédios de grupos escolares, como uma forma de superar a demora na criação de ginásios por meios legais na Assembleia. No início da gestão Ulhôa Cintra na Secretaria da Educação paulista (1967-1971), a escola média sofreu uma mudança qualitativa, quando passou a ser vista como uma continuação natural do antigo primário, sendo que a promulgação da Lei nº 5.692/71 apenas confirmou a tendência já ensaiada pelo estado, da ampliação do número de anos da escolaridade básica (PARIS, 1982).

A implantação da reforma constituiu um período de mudanças e adequação dos espaços físicos aos prédios escolares, sendo que os grupos escolares e os ginásios públicos tornaram-se o 1º grau, com séries de 1ª a 8ª. Os cursos secundários, em edifícios denominados colégios, e conhecidos como colegial, tornaram-se 2º grau, com anos de 1º a 3º, ou 4º, se o curso contasse com modalidades profissionalizantes (MIMESSE, 2008).

Apesar de mecanismos que favoreciam futuras expansões, como as medidas de emergência das administrações anteriores, a rede de ensino paulista, em 1970, apresentava carência de prédios e salas de aula inadequadas, evidenciadas por discursos e mensagens governamentais ou na imprensa.

Em 1971, por exemplo, a rede estadual paulista possuía 2.186 grupos escolares, dos quais 1.366 funcionavam em um ou mais períodos: 777 em três; 37 em quatro; e um em mais

de quatro períodos. Quanto às escolas médias, 965 funcionavam nesses prédios, sendo 297 em um período, 508 em dois, 155 em três, e quatro escolas em quatro períodos (PARIS, 1982).

Ainda segundo a mesma autora, a rede contava, em 1971, com 4.114 estabelecimentos de ensino instalados em cerca de 2.700 prédios, com aproximadamente 65% dos antigos cursos ginasiais instalados em prédios de antigos cursos primários, funcionando independentemente com diretorias e funcionários distintos. Dos 1.448 estabelecimentos de ensino secundário, apenas 483 funcionavam em prédios próprios, e dos 2.186 grupos escolares, 1.637 tinham suas próprias instalações, sendo que os demais localizavam-se em prédios municipais ou particulares. Neste cenário, apesar de o ginásio receber 90% dos alunos concluintes da escola primária em virtude das providências tomadas a partir da gestão de Ulhôa Cintra, dados indicavam que seria necessário expandir a rede paulista em 40%, até o ano de 1974, apenas no 1º grau, com 70% dos prédios de grupos escolares da capital demandando reparos.

Diante do que foi exposto, após estudos nos governos de Laudo Natel (1971-1974) e Paulo Egydio Martins (1975-1978), foi publicado o Decreto nº 7.400/75, visando à efetivação e viabilização da rede física paulista, estabelecendo a estrutura da rede oficial de ensino nas escolas de 1º grau, de 2º grau e centros interescolares.

Conforme Nascimento (2007), os centros interescolares foram uma das ideias sugeridas para a implantação da reforma do ensino médio no sentido de possibilitar a profissionalização por meio das “habilitações básicas”, uma vez que o custo de instalação de oficinas, laboratórios e escritórios revelou-se inviável diante dos recursos disponíveis. As escolas industriais já existentes como centros exclusivos de profissionalização foram elevadas a centros interescolares para receberem estudantes das demais unidades do sistema do ensino médio para fazerem, em suas instalações, a parte profissionalizante do 2º grau.

Conforme Paris (1982), no mesmo Decreto nº 7.400/75 constaram as determinações enunciadas abaixo:

- autorizou o secretário da Educação a criar, conservar, transformar, incorporar, desdobrar, alterar e extinguir classes, cursos e estabelecimentos, além de poder transferir alunos e funcionários de um estabelecimento para outro;
- determinou a prioridade de atendimento no 1º grau aos alunos na faixa etária dos sete aos 14 anos;
- definiu o modelo pedagógico, a integração vertical e horizontal dos estabelecimentos de 1º e 2º graus, respectivamente, da mesma área comunitária, de forma a propiciar a intercomplementaridade destes estabelecimentos;

- determinou a racionalização administrativa da escola, objetivando melhor proveito dos recursos físicos ou humanos;
- definiu a setorização para o recrutamento de alunos, dando prioridade de matrícula nas escolas localizadas próximas às áreas de residência ou trabalho e permitindo a matrícula fora destas apenas se não houvesse vaga na região requerida.

Enge (2007) aponta que a intercomplementaridade de unidades educacionais culminou na adoção do modelo teórico denominado Bolsão Escolar, que consistiu no grupamento de escolas intercomplementares dentro de uma área geográfica de fácil alcance para seus usuários, principalmente para os alunos, formando um único complexo escolar e resultando em uma única unidade administrativa pedagógica.

A setorização, considerada em alguns documentos como a única forma de utilização racional dos recursos físicos existentes, possibilitando a programação de novas obras de acordo com a concentração da demanda escolar, seria compulsória, inicialmente, apenas na 1ª série do 1º grau, ficando aos demais alunos a opção de manterem suas matrículas nas escolas nas quais estudaram no ano anterior. No entanto, o projeto inicial estendeu a setorização a todos os alunos, prevendo o remanejamento de aproximadamente metade de todos os estudantes. Protestos da comunidade foram registrados contra o desaparecimento de escolas tradicionais, como a Escola Caetano de Campos, da cidade de São Paulo, antes considerada uma das escolas de elite, que passaram a receber somente moradores de seus respectivos bairros (PARIS, 1982). Conforme Mimesse (2008), a setorização iniciada no governo Martins foi uma das tentativas de apagar o estigma de que algumas escolas da rede pública estadual eram melhores do que outras em razão de sua boa localização em regiões mais centrais, permitindo melhor acesso e quadro de professores mais completo.

Os prédios construídos anteriormente à Lei nº 5.692/71 para as escolas primárias possuíam programas arquitetônicos simples, compostos basicamente por salas de aula, administração (secretaria e diretoria), sanitários e galpão. Os destinados ao ensino ginásial e secundário, funcionais ou não no mesmo prédio, dispunham de ambientes especiais como laboratórios, biblioteca e anfiteatro, introduzidos no programa arquitetônico dos prédios para estes níveis de ensino a partir da década de 1930. As sucessivas políticas governamentais, voltadas prioritariamente para o atendimento ao ensino primário, determinaram a construção

de uma infinidade de prédios baseados nos programas pedagógicos simples dos então chamados grupos escolares (ENGE, 2007).

Os novos prédios escolares passaram a ser construídos com todos os ambientes complementares considerados indispensáveis ao aprendizado dos alunos, em contraposição à política educacional anterior, que havia investido a maior parte dos recursos, principalmente até 1968, quase que exclusivamente em prédios destinados ao ensino primário. Estes, em comparação aos exigidos pela Lei nº 5.692/71, eram modestos em relação às dependências de vivência, como quadras de esportes, laboratórios, biblioteca, e outros (ENGE, 2007).

Cunha (2000c), porém, aponta que o projeto de construção de novos ginásios, dotados de oficinas, salas ambiente e hortas, revelou-se irrealista. Também Paris (1982) enfatiza que problemas de déficit de salas da aula só foram resolvidos na conclusão do plano de obras do governo Paulo Egydio Martins, que incluiu a construção de aproximadamente 12 mil salas de aula até 1979.

Apesar de todas as dificuldades, no início de 1977 a Secretaria da Educação considerou o Projeto de Redistribuição da Rede Física implantado. Foram remanejados milhares de alunos, 334 diretores, 474 professores dos níveis II e III, 5.343 professores de nível I e 6.151 servidores. Além disso, foram eliminadas diversas superposições de cargos, cursos primário e ginásial que funcionavam no mesmo prédio foram unificados em escolas de 1º grau, escolas isoladas passaram a compor unidades mais amplas e o número de prédios com ocupação acima de três períodos diminuiu (PARIS, 1982).

Quanto ao ensino profissional em si, resta a dúvida se foi reafirmado de maneira satisfatória, ou não, pela Lei nº 5.592/71 e a conseqüente redistribuição da rede física paulista. Embora existam lacunas a serem preenchidas por estudos e pesquisas sobre o ensino profissional, principalmente de 1962 a 1975, algumas opiniões podem ser apresentadas, como as elencadas abaixo.

Segundo Oliveira (2003), pode-se afirmar que a profissionalização não ocorreu realmente nas escolas públicas estaduais e municipais em virtude da carência de professores habilitados na área de educação profissional e da inexistência ou deficiência de laboratórios, oficinas e equipamentos. Constatou-se também a queda da já questionável qualidade de ensino, atribuída ao aligeiramento do currículo acadêmico e à diminuição da carga horária das disciplinas que o compunham em consequência da inclusão compulsória das matérias de cunho técnico-profissional e as de caráter político-ideológico, como educação moral e cívica e organização social e política brasileira.

Buffa e Nosella (1998) afirmam que a bandeira da profissionalização deveria ter agradado particularmente as escolas técnicas, o que, no entanto, não aconteceu, uma vez que a identidade do ensino industrial ficou comprometida e os colégios técnicos perderam grandes verbas próprias de manutenção, ficando o estado liberado desse tipo de ensino. A proposta autoritária e idealista da profissionalização compulsória não conseguiu promover a reorganização das instituições encarregadas da formação de mão de obra especializada para a indústria nos anos 1970, nos quais a industrialização brasileira completou sua fase inicial.

Para Cunha (2000c), diante da falta de recursos financeiros necessários à implantação do ensino profissionalizante, da escassez de docentes habilitados, das dificuldades criadas pela redução da carga horária da parte da educação geral, das dificuldades na cooperação das empresas e da carência de informações do mercado de trabalho, a Lei n.º 5.692/71 sofreu uma reinterpretação por meio do Parecer n.º 76/75.

O Parecer n.º 76/75 defendia não ser viável e nem desejável que todas as escolas de 2º grau fossem transformadas em escolas técnicas, mudando radicalmente o caráter universal e compulsoriamente profissional deste grau de ensino. As razões apontadas para esta reorientação da política educacional sobre a formação específica foram:

- a formação específica pode fazer com que os estudantes levem para as empresas certos vícios resultantes de uma formação que poderia estar distorcida em relação à atividade que iriam efetivamente exercer;
- a formação específica exige que se conheçam dados de difícil obtenção sobre as necessidades do mercado de trabalho, considerando-se que haveria cerca de mil ocupações que exigiriam escolaridade de 2º grau;
- a formação específica exige que as escolas acompanhem as transformações tecnológicas cada vez mais frequentes, o que é muito dispendioso;
- a formação específica dificulta a adaptação a novas ocupações, havendo o perigo do excedente profissional;
- a formação específica exige a reprodução de todo o ambiente das empresas dentro da escola, [elevando em] muito os custos do ensino. (CUNHA, 2000c, p. 201-202).

Como outras regulamentações, o Parecer n.º 76/75 reagrupou as 130 habilitações técnicas em famílias de habilitações básicas, como saúde, edificações, eletrônica, administração e comércio, entre outras; ampliou a carga horária do núcleo comum do ensino

de 2º grau pela adição de tempo das disciplinas já existentes e de mais disciplinas de caráter geral; e segmentou o ensino profissionalizante em duas modalidades de profissionalização: a formação profissional, voltada para o mercado de trabalho, orientada pela economia, e a educação para o trabalho, novidade trazida pelo Parecer nº 76/75, voltada para dentro da escola, articulando o interesse de cada aluno com o do estabelecimento de ensino. O resultado foi a combinação pedagógica da educação geral com a “consciência da educação para o trabalho” mais a aquisição de “habilidades tecnológicas”. Diante da abertura de oportunidades proporcionada por esta divisão de modalidades ocorreu o refinamento da segunda opção (CUNHA, 2000c).

Embora o parecer tivesse sido aprovado por unanimidade, alguns pontos contrários foram veiculados na reformulação da lei, como a relevância do pensamento de que a educação no mundo atual inclui, necessariamente, a dimensão do trabalho, juntamente com as do conhecimento e do exercício de cidadania, a concessão de estímulos às experiências bem-sucedidas do ensino profissionalizante e o repúdio ao retorno da dualidade do ensino brasileiro, formalmente suprimido pela Lei nº 5.692/71 (CUNHA, 2000c).

Para Kuenzer (2001), o Parecer nº 76/75, com seus equívocos e perplexidades, permitiu a coexistência de todas as ofertas possíveis – técnico pleno, técnico parcial e habilitação básica –, acomodando a legislação à realidade e legitimando o que já existia, tal qual antes de 1971. A velha dualidade ressurgiu, no âmbito da legislação, pela reafirmação da função propedêutica, agora chamada de básica, como o caminho preferencial para o ingresso no ensino superior, e os antigos ramos, agora denominados habilitações plenas, como vias preferenciais de acesso ao mundo do trabalho. A ampliação da carga horária do núcleo comum proporcionou a maior fragilidade da educação profissionalizante, determinando o declínio de sua qualidade.

Embora não esteja inserida no recorte cronológico deste trabalho, torna-se oportuno apresentar que, em 18 de outubro de 1982, foi promulgada a Lei nº 7.044/82, denominada de “a reforma da reforma”, que apresentou o esvaziamento do ensino profissionalizante do 2º grau, não invalidando os pareceres elaborados com base na Lei nº 5.692/71. Para Cunha (2000c), em uma surpreendente manobra político-pedagógica, foi acrescentada a possibilidade desejada pelas instituições privadas, que atendiam aos setores de mais alta renda das camadas médias e aos administradores que constatavam a cada dia, a impossibilidade de implantar os ditames da lei anterior. Para Kuenzer (2001), esta lei acabou por constituir um novo arranjo conservador, reafirmando a escola como espaço de inclusão para os já incluídos nos benefícios da produção e do consumo de bens materiais e culturais.

Ao encerrar este capítulo na cronologia do final da década de 1970, tornam-se oportunas algumas reflexões.

No período que antecedeu a República, a sociedade brasileira considerava o trabalho manual indigno ao homem livre (CUNHA, 2000a), e o ensino de ofícios tinha como destinatários os pobres, desvalidos, desamparados, órfãos, miseráveis, expostos, abandonados, cegos e surdos-mudos (FONSECA, 1986b).

Da mesma forma, os valores machistas destinavam à mulher, rica ou pobre, uma posição subordinada dentro da família, da produção e da sociedade (MORAES, 2003).

Ao lado da concepção assistencialista, o trabalho também era visto com uma conotação compensatória de dignificação do homem, de tal forma que o eximia de todos os seus pecados, constituindo-se em um antídoto à preguiça, vadiagem e até às ideias revolucionárias.

A partir da República, o trabalho ganhou outro olhar em virtude do regime fabril paulista, que demandava uma formação profissional voltada ao perfil do trabalhador urbano e assalariado.

Desta forma, em razão da mudança no mercado de trabalho, a representação do trabalhador adquiriu outro significado, correspondente a uma nova configuração da formação profissional.

Esta pequena reflexão conduz aos questionamentos de Buffa e Nosella (1998), apresentados abaixo.

- A proposta da Lei nº 5.692/71 de criar um ginásio único e um colegial compulsoriamente profissionalizante foi fruto de uma política educacional que pretendia desestruturar o sistema de ensino existente em prol das escolas particulares, ou mesmo do Senai e do Senac, ou foi decorrência necessária das mudanças histórico-econômicas da sociedade brasileira na década de 1970, na qual as instituições encarregadas da formação da mão de obra especializada para a indústria precisavam de uma reorganização?
- As escolas profissionais foram vítimas de interesses ideológicos dos políticos ou simplesmente sofreram as consequências do processo de crescimento do Estado e de reorganização de funções?

Para estes autores, de qualquer forma, a solução proposta por esta lei, embora idealista, pautou-se no autoritarismo, e a dualidade escolar permaneceu no período estudado.

Nesta seção buscou-se oferecer ao leitor uma possível familiaridade em relação ao ensino profissional paulista com a intenção de constituir um pano de fundo no cenário deste tipo de ensino na cidade de Orândia, a ser apresentado a seguir.

3 O ENSINO PROFISSIONAL ESTADUAL NA CIDADE DE ORLÂNDIA

No domingo de 1º de julho de 1951, a população orlandina levantou-se em festa para receber o governador do estado de São Paulo, Lucas Nogueira Garcez. Tendo chegado no dia anterior em Uberaba (Minas Gerais) de avião, vindo da capital de São Paulo, o governador e sua comitiva, cumprindo uma pauta de inaugurações e festividades, visitaram diversas cidades do nordeste do estado paulista.

Nas cidades de Igarapava, Miguelópolis, Ituverava e Guará, o governador inaugurou serviços de água e galerias fluviais, prédios de escolas profissionais, grupos escolares e postos de puericultura. Ao chegar a Orlandia, pernitoou como hóspede oficial na fazenda do deputado estadual Oswaldo Ribeiro Junqueira e, no dia seguinte, participou das homenagens e inaugurações nesta cidade. Ao retornar à capital do estado, passou por São Joaquim da Barra, encerrando os compromissos políticos da viagem.

Na cidade de Orlandia, cumprindo um longo protocolo de homenagens e discursos, o governador Lucas Nogueira Garcez inaugurou oficialmente o ginásio estadual, a escola profissional e o posto de saúde. O programa abaixo, veiculado pelo jornal *Cidade de Orlandia*, na edição do mesmo dia, ou seja, 1º de julho de 1951, apresenta a programação do dia.

7,40 hs – Chegada de Sua Excelência, que será recebido na entrada da cidade, pelas formações do Tiro de Guerra 33, do Ginásio Estadual, da Escola Profissional, e do Grupo Escolar.

8 hs – Missa solene, na Praça Mário Furtado, com a presença do Sr. Governador, comitiva e povo.

9 hs – Saudação ao Sr. Governador do Estado, no Palanque Oficial – Desfile do Tiro de Guerra 33, e formações escolares.

10 hs – Inauguração Oficial do Ginásio Estadual e Escola Profissional.

10,30 hs – Inauguração Oficial do Posto de Saúde e visita no Fórum.

11 hs – Visitas às novas instalações da Prefeitura e inauguração do retrato de Sua Excelência o Dr. Lucas Nogueira Garcez, na sala da Câmara Municipal.

Abrilhantarás as festividades a Banda do 3 B. C. de Ribeirão Preto (O GOVERNADOR..., 1951, p. 1).

As inaugurações oficiais da escola profissional e do ginásio estadual vieram ratificar duas aspirações políticas da população orlandina. Uma vez concretizadas, as expectativas da

cidade voltaram-se para instalações futuras de uma escola normal e de um colégio, conforme Projetos de Lei de n^{os}. 204 e 110, propostos pelo deputado estadual Oswaldo Ribeiro Junqueira ao governo estadual (A NOSSA..., 1951; ESCOLA..., 1952).

Com tamanhas preocupações a respeito da educação, qual era o cenário político, social e cultural da época nesta pequena cidade do interior paulista? Que sentido teria uma escola profissional neste contexto?

Procurando apresentar reflexões a respeito, torna-se necessário um rápido retrospecto quanto à trajetória desta cidade desde sua fundação.

3.1 A cidade

No final do século XIX, a região compreendia terras do Coronel Francisco Orlando Diniz Junqueira, localizadas, na época, no município de Nuporanga, nas quais se encontrava a Fazenda Boa Vista, com cultura de café, criação de gado e de cavalos manga-larga. Interessado na política, quando vereador e presidente da Câmara de Nuporanga, o coronel tomou conhecimento de que a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro e Navegação passaria por esta região até a cidade mineira de Uberaba, desbravando uma região agrária até então inaproveitada por falta de meios de transporte (ORLÂNDIA..., 1991).

Como Nuporanga não se encontrava bem localizada em relação ao traçado da estrada de ferro, a região inteira queria conquistar sua sede de comarca diante da provável possibilidade da transferência.

Articulações políticas foram realizadas em todos os sentidos, envolvendo a própria história de Orlandia, iniciada muito antes de sua fundação, como foi apresentado pelo poeta orlandino e ex-prefeito, professor Cyro Armando Catta Preta:

Resfolegando fagulhas
sobre os trilhos avançando,
a Mogiana com seus trens
foi a paisagem mudando
plantando sua estação,
na terra de Cel. Orlando.
Da Estação veio a cidade
que foi crescendo febril,
atraindo muita gente

de outros cantos do Brasil,
mãos dadas com imigrantes,
logo amando o chão gentil. (2007, p. 103-104).

Estrategicamente, em 1900 o Coronel Francisco Orlando fez uma doação de terras à Companhia Mogiana de Estradas de Ferro para a construção de uma estação de trem e, em 1901, a estação Coronel Orlando foi inaugurada. Ao seu redor, surgiram as primeiras moradias, decorrentes de doação gratuita de 270 datas, que valeriam 27 contos de réis, para quem quisesse ali se instalar. Vila Orlando foi reconhecida legalmente pela comarca de Nuporanga, sendo que, a partir de 1907, contava com água encanada proveniente das cabeceiras do córrego dos Palmitos (ORLÂNDIA, 1991).

Figura 4 – Estação ferroviária de Vila Orlando em 1908



Fonte: Prefeitura Municipal de Orlandia (s.d.)

A foto acima (Figura 4) representa um flagrante de uma ocasião especial, na qual moradores da Vila Orlando aguardam a chegada do trem na estação Coronel Orlando.

Como homem de larga visão, e pensando na fundação de uma futura cidade, o coronel Francisco Orlando¹ encarregou o engenheiro Luiz de M. Azevedo Marques, então prefeito de

¹ O Coronel Francisco Orlando Diniz Junqueira nasceu em 03 de dezembro de 1858 na Fazenda Invernada, pertencente ao então município de Cana Verde de Batatais, hoje município de Orlandia, filho de Francisco Marcolino Diniz Junqueira, o capitão Chico, e de Maria de Paula Franco Junqueira. Iniciou as primeiras letras em São Vicente de Férra no estado de Minas Gerais, seguindo depois para o Rio de Janeiro, onde terminou seus estudos. Casou-se com sua prima-irmã, Genoveva Angélica Teixeira (Geny) na Fazenda Melancia, em Uberaba, em 06 de junho de 1882, sendo que sua esposa não via com bons olhos seu envolvimento com a política. De 19 gestações o casal criou seis filhos e em 1905 o Coronel enviuvou. Foi um grande fazendeiro, proprietário das Fazendas Buracão, Monte Belo e Espírito Santo, plantador de café e criador de gado vacum, além de aprimorar cavalos da raça manga-larga. Abolicionista, nunca teve escravos e sempre pertenceu ao Partido Republicano Paulista, aderindo imediatamente ao movimento constitucionalista

Nuporanga, de planejar o traçado de uma cidade, a ser projetada com largas avenidas no sentido norte-sul e com ruas no sentido leste-oeste (FÉLIX, 2012).

Em 1909, Vila Orlando contava com onze casas e mais ou menos cinquenta habitantes (BASTOS, 1999). Segundo Félix (2012), uma vila compreende uma unidade político-administrativa autônoma equivalente a um município, sede do termo, que envolve o território de uma vila, com limites imprecisos.

Enquanto isso, as disputas políticas intensificaram-se para a conquista da sede da comarca, que escapava de Nuporanga. O desfecho final e vitorioso ocorreu em uma sessão da Câmara Municipal nuporanguense, em outubro de 1909, por meio de votação para que a comarca fosse instalada na Vila Orlando. As justificativas pautaram-se no fato de esta “ser considerada um ponto central, com água encanada e maior facilidade de obtenção de rede de esgoto, tão reclamada pela higiene” (ORLÂNDIA, 1991, p. 5).

Desta forma, a instalação oficial do município e comarca na então existente Vila Orlando ocorreu em 30 de março de 1910, em decorrência da transferência da sede do município e comarca de Nuporanga, conforme Lei nº 1.181, de 25 de novembro de 1909. Assim nasceu Orândia, cuja denominação representou uma justa homenagem ao seu fundador, Coronel Francisco Orlando Diniz Junqueira. A comarca de Orândia abrangia os atuais municípios de Nuporanga, Sales Oliveira, Ipuã (antiga Santana dos Olhos D’Água), São Joaquim da Barra, Guaíra (antiga Corredeira), além de Morro Agudo (antiga São José do Morro Agudo), todos atualmente desmembrados. Por esta mesma lei, Nuporanga passou a ser distrito de Paz de Orândia (ORLÂNDIA, 1991).

A instalação do município de Orândia, em 1910, acompanhou a tendência da época quanto ao nascimento e disseminação de cidades no estado de São Paulo. O aumento da quantidade de cidades neste estado foi considerado muito significativo, uma vez que, entre 1872 e 1906, o número de municípios praticamente dobrou. Porém, dos 172 existentes em 1906, apenas 86 eram considerados cidades, que em sua maior parte estavam localizadas em regiões de ocupação agrícola antiga, sendo o restante constituído por vilas. E, para cada cidade, havia uma proporção de quatro povoações, formas de aglomeração extensivas à vida da roça, que deixavam muito a desejar quanto ao modo de vida propriamente urbano (MARTINS, 2011).

O mapa na Figura 5 apresenta a localização do município de Orândia, no estado de São Paulo.

de 1932. Morreu em 09 de julho de 1940, na Fazenda Monte Belo, em Orândia, estando enterrado no cemitério local (FÉLIX, 2012).

Figura 5 – Localização do município de Orlândia no estado de São Paulo



Fonte: Etec, Centro de Memória (s.d.)

Na foto da Figura 6, datada de 1911, tirada na frente do então prédio da prefeitura de Orlândia, situado na rua 1, esquina com a avenida do Café, aparecem, da esquerda para a direita, o Sr. José Aurélio da Silva, primeiro prefeito da cidade; Mansuetto Ferrari, representante do distrito de Morro Agudo; Francisco de Almeida Prado, presidente da Câmara; José Junqueira Reis, representante do distrito de Nuporanga e o coronel Francisco Orlando Diniz Junqueira (JUNQUEIRA, 1999).

Figura 6 – Autoridades à frente da Prefeitura municipal, em 1911



Fonte: Junqueira (1999)

A cidade foi crescendo e, em 1913, mereceu registro em publicação britânica com o título “Impressões do Brasil no Século 20”, sendo que na página 743 consta que, neste ano,

apesar de Orlândia possuir apenas mil habitantes, já era iluminada por luz elétrica e gozava de bom serviço telefônico, estando rodeada de 6 milhões de pés de café (EM 1913..., 1999).

Embora não sejam datados do mesmo ano, estes indicadores urbanos de 1913 podem ser comparados com dados dos 176 municípios existentes no estado de São Paulo em 1906. Destes, apenas 25 possuíam luz elétrica, cinco tinham iluminação a gás, 37 contavam com rede de água, 17 possuíam rede de esgoto, três tinham telefones e 84 eram alcançados por alguma ferrovia. A vida urbana, apesar de ser ainda muito restrita, de qualquer modo era muito mais significativa do que anteriormente, quando se limitava a meia dúzia de cidades, no início da expansão cafeeira. Em 1906, a maioria dos municípios produzia café, cana e cereais, e 33 produziam algodão. Estes dados são indicativos de que, apesar do domínio econômico do café, este não era uma monocultura (MARTINS, 2011).

Ainda em seus primórdios, o coronel demarcou um cinturão ao redor da cidade de Orlândia, transformando-o em sítios e chácaras, decorrentes de lotes também doados a produtores hortifrutigranjeiros com a finalidade de suprir as necessidades da população por ali instalada. Conforme o traçado original, na quadra central mandou construir a igreja Santa Genoveva, em homenagem à sua falecida esposa, e uma casa paroquial, ambas doadas ao bispado de Ribeirão Preto em 1910. Na quadra reservada à escola foi construído um grupo escolar, e na quadra destinada para tais fins, o fórum e a cadeia, com construção iniciada em 1914 (UMA HISTÓRIA..., 2010; FÉLIX, 2012).

Figura 7 – Grupo escolar Coronel Francisco Orlando



Fonte: IBGE, 1957, p. 205

O grupo escolar de Orlândia (Figura 7) foi construído entre 1911 e 1913 e inaugurado em 1914. Suas aulas iniciaram-se em 2 de maio do mesmo ano, um sábado, com seis salas de aula para classes de sexos separados. Em 1948, em homenagem a seu fundador e patrono da escola, passou a ser chamado de grupo escolar Coronel Francisco Orlando. Atualmente a escola pertence à rede municipal de ensino básico, com a denominação de Escola Municipal de Educação Básica Coronel Francisco Orlando, atendendo mais de 700 alunos, do 6º ao 9º ano do ensino fundamental, em 14 salas de aula (FÉLIX, 2012), tendo comemorado cem anos no corrente ano de 2014 (CENTENÁRIO..., 2014).

A construção do edifício fez parte do Projeto Tipo Mogy-Guassu, desenvolvido, principalmente, por José Van Humbeeck e Mauro Álvaro, com a participação de outros arquitetos. Este projeto, cuja finalidade era abrigar grupos escolares, também foi implantado nos municípios de Mogi da Cruzes, Ituverava, Pereiras, Itápolis, Santo André e Itatinga. Nele, o pátio não se encontra totalmente contornado pela edificação, o que permite uma integração visual com o restante do terreno, com uma planta em forma de U, cujo lado direito era destinado às meninas e o esquerdo, aos meninos. Essa separação continuava no pátio descoberto, com um muro de fechamento prolongando-se até o fundo do terreno. No caso do grupo escolar de Orlândia, a planta foi assinada por José Van Humbeeck e a fachada, por G. B. Maroni.

Dado seu alto valor histórico na evolução educacional paulista, esse prédio foi tombado, juntamente com outras 122 escolas públicas da capital e do interior, pelo Conselho do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat), conforme publicação no *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, do dia 7 de agosto de 2002, páginas 1 e 52 (CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO, s.d.).

Seguindo o modelo ideal da escola primária apontada por Souza (2008), o grupo escolar de Orlândia foi instalado em uma construção imponente, na região central da cidade, privilegiando a clientela urbana, oferecendo um curso completo de quatro anos. A eficácia deste sistema de ensino teve seu alicerce na graduação em séries, no cumprimento dos programas, no sistema de avaliação com função pedagógica e disciplinar e na disciplina dos alunos, configurando uma educação para o povo, mas altamente hierarquizada e excludente.

A Figura 7 apresenta uma foto do referido grupo escolar, publicada em 1957, com o prédio com mais de 40 anos. Este conserva até hoje a mesma fachada, sendo que apenas a rua defronte à entrada principal foi modificada pela retirada do canteiro central.

Embora com entrada comum, os espaços de alas, classes e recreios eram separados para atendimento dos dois sexos até 1967, quando se tornaram mistos (FÉLIX, 2012).

A primeira casa bancária, denominada Banco de Custeio Rural de Orândia S.A., surgiu em 1912 e, ao falir, em 1914, abriu espaço para a instalação da Casa Bancária Coronel Orlando, cujo capital era constituído por títulos de empréstimos feitos pelo Coronel aos correligionários políticos. Esta fechou em 1929, quando a crise da bolsa de Nova York fez o preço do café cair de 65\$000 o saco para 5\$000 (JUNQUEIRA, 1999).

Os dados dos anos seguintes de Orândia, conforme referências disponíveis para consulta, referem-se à vida de uma elite voltada ao lazer e à vida em sociedade.

Sendo assim, em 1917 foi inaugurado o primeiro clube da cidade, com um grande baile abrilhantado por orquestra de Ribeirão Preto, que chegou no trem da Mogiana à tarde e retornou no trem da madrugada, às 5 horas da manhã. A esse respeito, relata Bastos:

A pequena cidade de Orândia, por volta de 1916, apesar de pequena, era civilizada. Os rapazes da terra resolveram construir um clube onde a mocidade poderia reunir-se para uma prosa e para dançar. Como naqueles tempos não havia rádio nem televisão, a moda eram jogos de salão, como “perguntas e respostas”, “amigo e amiga”, “a bengala está andando”, quando uma pessoa de olhos vendados, no centro de todos, apontava a bengala para um dos participantes e fazia uma pergunta; se pela voz a pessoa era reconhecida, teria então de tomar a bengala e ficar no centro da roda. (1999, p. 88).

Segundo Luca (2011), o viço das novas cidades, alicerçadas no tripé café, trilhos e imigrantes, era percebido pela crescente população urbana na presença de atividades de cunho agroindustrial e no comércio. No final da década de 1910, as melhorias urbanas incluíam embelezamentos e serviços públicos (água encanada, iluminação pública, calçamento de ruas, arborização, construção de monumentos, chafarizes e praças) e manifestavam-se por escolas mais bem equipadas, pela imprensa diversificada e pela inauguração de teatros e cinemas. Estes, frequentados por um público ávido de emoções e novidades difundidas nas telas, eram representativos da sociabilidade urbana, com suas regras e códigos forjados por uma elite que se esforçava em ser progressista, culta e elegante.

Em 1923, foi iniciado o calçamento da cidade na rua 2, com paralelepípedos vindos de uma pedreira da fazenda Diamante, demorando quase um ano para ser terminado. Nesta época, Orândia tinha mais de trezentos automóveis registrados no município (JUNQUEIRA, 1999).

Além do grupo escolar com o curso primário, a cidade contava com algumas escolas que ministravam aulas particulares. Entre estas, merecem destaque a do Dr. Alfredo de Vasconcelos, com internato e semi-internato, que teve pequena duração, uma vez que seu proprietário voltou-se ao exercício da advocacia, e a do Sr. Antonio Guedes de Azevedo. Esta última, de dimensão bem modesta, funcionou desde 1922 em duas salas de uma casa residencial. Ali eram ministradas aulas aos alunos que tencionavam prestar exames parcelados no ginásio estadual de Ribeirão Preto. Em 1929, esta escola foi comprada pelos senhores Olavo de Paula e Silva e Álvaro Augusto dos Santos Pereira que, após alguns meses, venderam-na para Paulo Emílio dos Santos Pereira, já sob a denominação de Liceu Municipal. Até 1931, os alunos que cursavam aulas no Liceu dependiam de aprovação em exames em Ribeirão Preto para validação do grau médio. Uma grande dificuldade, na época, consistia no acesso a esta cidade, realizado por balsa para atravessar o rio Pardo, uma vez que a construção da ponte só terminou em 1933 (ABRAHÃO, 1984).

Para oficialização do curso ginásial do Liceu Municipal, foi solicitada uma vistoria, realizada por Lourenço Filho, fiscal do Departamento Nacional do Ensino, na qual foram aplicadas provas em doze alunos do primeiro ano ginásial e cinco alunos do segundo ano ginásial. O reconhecimento veio em setembro de 1931, um mês após a visita do fiscal. Neste mesmo ano o Liceu obteve a inspeção condicional do governo federal; em 1934 obteve a inspeção preliminar e, em 1945, conseguiu, por meio de inspeção permanente, o reconhecimento e oficialização admitidos para estabelecimentos particulares para o curso ginásial (ABRAHÃO, 1984).

Tendo adquirido os materiais e as mesmas instalações da escola de Guedes de Azevedo, o Liceu² foi inicialmente instalado em um pequeno prédio na avenida 5. Porém, em razão do internato masculino e feminino, o número de alunos aumentou, passando o Liceu a ocupar de dez a doze casas vizinhas, alugadas para este fim. O então proprietário da escola convidou o professor Geraldo Rodrigues para ser diretor e, em 1934, a referida escola, com a

² Junqueira (1999) aponta que em 1931 o Liceu já contava com cem alunos externos e trinta internos de ambos os sexos e, conforme histórico da própria escola, as casas alugadas estavam sendo destinadas para outros fins, em virtude da valorização imobiliária. No intuito de conservar o ginásio, criou-se uma comissão formada pelo prefeito municipal, Virgílio Ferreira Jorge, Antônio de Quadros, Alcides Costacurta e Nestor Mândio, para angariar fundos necessários à construção de um prédio próprio. A lista de doações foi aberta pelo Dr. Celso Torquato Junqueira, pelos senhores das famílias Almeida Prado e Junqueira, e por João Francisco Diniz Junqueira, sendo completada por outras pessoas. Abrahão (1984) aponta que o prédio foi construído mediante empréstimo público, tomado pela firma proprietária, com o lançamento de letras hipotecárias no valor de um conto de réis cada, subscritas por pessoas da cidade e das imediações e pela Prefeitura Municipal, sendo posteriormente resgatadas por sorteio, semestralmente. A construção ficou em 310 contos de réis, tendo sido realizada pelo empreiteiro orlandino Fortunato Menegassi. O prédio foi instalado na Praça

denominação de Liceu Municipal de Orlândia, passou para a propriedade de uma firma, cuja sociedade era constituída pelo professor e diretor Geraldo Rodrigues, Antonio Siqueira e Nestor Mândio (ABRAHÃO, 1984).

A crise econômica de 1929, que aniquilou economias em várias partes, produziu um efeito, em boa medida e ao contrário, no estado de São Paulo. O café, produto de sobremesa e, na época, um item de luxo no consumo de europeus e americanos, também foi atingido pelo abatimento do mercado. Fundamental para a economia paulista, a situação indicava o início de uma crise e uma depressão que arrastaria tanto as elites como a massa trabalhadora. No entanto, providências de política econômica, com a compra e queima de café, mantiveram a demanda, e o eixo da economia cafeeira foi deslocado para a indústria (MARTINS, 2011).

Luca (2011) acrescenta que a crise de 1929 e a subsequente depressão, mesmo tendo abalado a prosperidade da cafeicultura, também contribuiu para o aprofundamento da diversificação agrícola, pois a escassez de divisas forçou a substituição de mercadorias industrializadas por similares nacionais.

Junqueira (1999) apresenta eventos marcantes para a vida social, cultural e esportiva da cidade na década de 1930. O Theatro Municipal foi inaugurado em janeiro de 1931, com capacidade para mais de quinhentas pessoas e, com lotação completa, teve o lucro da noite inaugural revertido em benefício dos desvalidos da Conferência São Vicente de Paula.

Os esportes mais praticados na cidade eram o polo e o futebol, e em junho deste ano foi inaugurado o campo de futebol da Associação Atlética Orlândia, fundada em 1920, com a presença maciça das famílias orlandinas. O polo³, iniciado na cidade oficialmente em 1924, foi praticado em uma série de jogos durante a inauguração das arquibancadas do campo do Orlândia Polo Club, também em 1931 (JUNQUEIRA, 1999).

Em 1931 nasceram em Orlândia 435 crianças e morreram 239 pessoas. Mesmo sendo uma cidade pequena, contava com bons estabelecimentos comerciais, sendo muitos de imigrantes italianos. A cidade tinha duas farmácias, a farmácia Orlândia, de Virgílio Ferreira Jorge, e a farmácia Santa Genoveva, de Oswaldo Ribeiro Junqueira, um empório de calçados, do Sr. Morandini, a Casa Ítalo Brasileira, de Luiz Izalberti, uma padaria, de Luiz Benine, a loja A Notícia, de Altino Cividanes, a madeireira de Luiz Marcussi, a Casa Econômica, de

Dr. Rosa Martins, n. 1.030, inaugurado em 1º de março de 1939, quando a sociedade mantenedora foi remodelada, com a inclusão dos sócios Celso Torquato Junqueira e Arnaldo Cardoso.

³ O polo foi introduzido em Orlândia por meio de um inglês, que chegou à cidade para trabalhar como administrador de uma revenda Ford. Ao perceber o potencial dos cavalos criados por fazendeiros, convidou os filhos do Coronel Francisco Orlando para iniciar o esporte, motivando a compra de um terreno para instalação de um campo de polo, fundando a Sociedade Hípica de Orlândia e popularizando o esporte, que passou a fazer parte da história orlandina (FÉLIX, 2012).

José Ribeiro de Paula, a Casa Garbim, dos irmãos Antônio e Santo Garbim, a Casa São João, de Hugo Degiovani, com sortimento de secos e molhados, uma empresa de laticínios e a oficina de Pedro Massaro (JUNQUEIRA, 1999).

A economia cafeeira continuava predominante na cidade, sendo que em 1931, ao ser fundado o Sindicato Regional Agrícola de Orlândia, o potencial de produção da região, de propriedade de 56 fazendeiros, foi avaliado em 10.875.000 pés de café, quantia considerada representativa e correspondente a um enorme faturamento (JUNQUEIRA, 1999).

Em 1932 ocorreu a Revolução Constitucionalista, que consistiu em uma luta do estado de São Paulo contra o Brasil, com a duração de noventa dias. A cidade de Orlândia participou com bravura e solidariedade, enviando o primeiro voluntariado que chegou à capital na primeira semana de agosto, ficando disponível ao comando geral, organizado pelo professor Geraldo Rodrigues. Orlandinos tiveram maior atuação, em seguida, no Regimento de Cavalaria do Rio Pardo, do qual fez parte Oswaldo Ribeiro Junqueira, e na Legião Negra, constituída de voluntários negros. Senhoras orlandinas levaram suas máquinas de costura para uma oficina improvisada e fizeram uniformes para os soldados, 24 horas por dia. Mercadorias e dinheiro foram enviados, com destaque para uma contribuição de quatro mil contos de réis, arrecadada da população, para a compra de capacetes de aço. A cidade perdeu um soldado no campo de batalha, próximo à cidade de Capão Bonito e, em sua homenagem, a praça da Matriz recebeu o nome de Mário Furtado, em fevereiro de 1933. Aí encontra-se, atualmente, um monumento ao soldado constitucionalista (JUNQUEIRA, 1999).

Na busca de uma visão mais abrangente da população orlandina, buscaram-se dados nos diversos censos do IBGE. Apoiados nos recenseamentos, inicialmente compreenderam somente o censo da população, em 1872, 1890 e 1900. O recenseamento de 1920, além do censo demográfico, abrangeu os censos da agricultura e da indústria.

O censo demográfico de 1940, afora inquéritos complementares, constou de sete censos distintos, a saber: demográfico, agrícola, industrial, comercial, dos transportes e comunicações, dos serviços e social (IBGE, 1955), e apresentou dados da população orlandina em seus diversos segmentos, uma vez que as outras fontes disponíveis, embora relevantes como únicas contribuições, relatam aspectos de uma pequena elite letrada, representativa de uma parcela privilegiada da população da cidade. Como afirmou Abrahão: “a história de um povo, de uma cidade, ou de uma nação, se constrói, em grande parte, à base daquilo que ficou documentado, em forma de escritos” (1984, p. 7).

Sendo assim, no Censo Demográfico do estado de São Paulo, com dados do Recenseamento Geral do Brasil, realizado em 1940 pelo IBGE (IBGE, 1950), podem ser apreciados os seguintes dados a respeito de Orlândia:

A população era constituída de 19.064 pessoas, sendo 9.820 homens e 9.244 mulheres. (t.1, p. 53).

Desta população, 15.697 pessoas eram brancas, 2.459 pretas, 317 amarelas, 570 pardas e 21 de cor não declarada. (t. 1, p. 58).

Conforme a nacionalidade, 17.789 habitantes eram brasileiros natos ou naturalizados, e 1.261 estrangeiros, sendo que 14 pessoas constam com nacionalidade não declarada. (t. 1, p. 68).

Dos 1.261 estrangeiros, a maior quantidade era constituída de italianos (523), seguidos por 272 portugueses e 251 japoneses. (t. 1, p. 101).

Das 3.445 unidades prediais, 2.522 eram distribuídas na zona rural, 821 na zona urbana, e 102 na zona suburbana. (t. 1, p. 147).

Quanto à instrução, de um total de 15.888 pessoas de 5 anos e mais, 6.860 declararam saber ler e escrever, 9.012 declararam não saber, e 16 pessoas constaram como instrução não declarada (t. 2. p. 314).

Entre as 13.061 pessoas de 5 a 39 anos, 1.671 estavam recebendo instrução, e destas, 1.369 sabiam ler e escrever. (t. 2, p. 111).

Quanto ao grau de escolaridade, 1.174 pessoas de mais de dez anos declararam ter algum curso completo. Destas, 964 possuíam o curso elementar, 125 o grau médio e 63 o grau superior, das quais sete eram mulheres. (t. 1, p. 116).

A população analisada quanto ao ramo de atividade principal exercida foi de 13.058 pessoas. Destas, pontuando os dados mais relevantes, 6.019 homens e mulheres se dedicavam à Agricultura, Pecuária ou Silvicultura; 4.850 mulheres se dedicavam às atividades domésticas ou escolares; 460 homens e mulheres se encontravam em condições inativas; 307 homens e mulheres se dedicavam à atividades sociais; 258 homens e mulheres trabalhavam em indústrias de transformação; 202 pessoas trabalhavam no comércio; 145 em transportes e comunicações; 114 em administração pública, e apenas 59 em profissões liberais, sendo 11 mulheres. (t. 1, p. 90-91).

Diante destes dados, constata-se que a população, de 19.064 pessoas, era predominantemente branca (82,3%) e brasileira nata ou naturalizada (93,3%). Dos estrangeiros, 41,4% eram italianos, seguidos de 21,5% de portugueses e 19,9% de japoneses.

A grande maioria vivia na zona rural (73,2%), seguida por 23,8% na zona urbana, com apenas 2,9% na zona suburbana, considerando-se uma relação de proporcionalidade entre a quantidade de pessoas residentes nas unidades prediais constantes no censo.

Quanto à escolaridade, das pessoas com mais de 5 anos, 43,1% declararam saber ler e escrever, enquanto 56,7% eram analfabetas. Restringindo este universo para pessoas com mais de 5 anos, e até 39 anos, foram contabilizadas 13.061 pessoas, das quais 12,7% estavam recebendo instrução e, destas, 81,9% sabiam ler e escrever.

Esta porcentagem de 12,7% corresponde a 1.671 pessoas entre 5 e 39 anos que estavam recebendo instrução. Embora não tenha sido possível aferir os locais de estudo, estes provavelmente compreendessem o grupo escolar e escolas isoladas, com o curso primário, uma vez que até 1943 o município compunha-se dos distritos de Orlândia e de Sales Oliveira. Considerando o curso ginásial, havia somente o Liceu, de natureza particular.

Das 1.174 pessoas com mais de 10 anos que declararam ter algum curso completo, 82,1% tinham completado o grau elementar, 10,6%, o grau médio, e apenas 5,3% o grau superior, o que revela uma grande elitização quanto aos graus de ensino.

Considerando o total de 13.058 pessoas com 10 anos ou mais computadas nas tabelas a respeito das principais atividades exercidas (IBGE, 1950, t 1, p. 90-91) e a população de fato neste universo considerado (t. 2, p. 134), a porcentagem de pessoas que declararam ter algum curso completo foi de apenas 8,9%. As 63 pessoas com grau superior completo, representadas por 0,4% da população com mais de 10 anos, provavelmente representassem um grupo seletivo e com poder de decisão quanto aos aspectos social, político e educacional da cidade, bem como em relação às representações destes nos jornais circulantes da época.

Quanto ao principal ramo de atividade, em um universo de 13.058 pessoas, a grande maioria (46%) dedicava-se à agricultura e à pecuária, com outras atividades em porcentagens irrisórias, como serviços e atividades sociais (2,3%), indústrias de transformação (1,97%), comércio de mercadorias (1,5%), transportes e comunicações (1,1%), administração pública (0,8%) e profissões liberais (0,4%). Um dado interessante refere-se à porcentagem de 37,49% de mulheres que declararam dedicar-se a atividades domésticas ou escolares.

Convém ressaltar a pequena quantidade de 48 homens e 11 mulheres com profissões liberais (0,4%), que correspondem ao mesmo grupo de pessoas com grau superior. Os que se dedicavam às indústrias de transformação (1,97%) eram representados, principalmente, por

peessoas que trabalhavam na primeira indústria orlandina, a Indústria Fabrízio S.A., de Oswaldo Ribeiro Junqueira.

Os veículos da cidade eram assistidos por oficinas mecânicas e postos de combustíveis, merecendo destaque a primeira oficina, de Luiz Mariotto, e a empresa A. Alves e Cia. Ltda, que iniciou suas atividades em 1944, com um posto de gasolina e lubrificantes (FÉLIX, 2012).

Embora tendo a agricultura como principal atividade econômica, o café foi gradativamente dando lugar a outras culturas, como as de algodão, arroz e milho, e as atividades industriais que surgiram foram se diversificando, com a instalação de máquinas de beneficiamento de algodão e arroz. É o caso da Companhia de Beneficiamento de Produtos Agrícolas, a partir de 1944.

No início da década de 1940, na sede do município de Orlândia, cujo prefeito era Oswaldo Ribeiro Junqueira, havia 686 prédios, com nove ruas e sete avenidas, quase todas pavimentadas, e dois jardins. A sede de Sales Oliveira possuía 303 prédios.

O Liceu de Orlândia, em novo prédio desde 1939, com externato e internato (masculino e feminino), possuía amplas salas de aula com laboratórios completos, biblioteca funcional, refeitório, cozinha, quadras de esportes, dormitórios e salão nobre. Atraindo alunos de toda a região, inclusive de cidades onde funcionavam estabelecimentos semelhantes, como Ribeirão Preto, Uberaba e Batatais, chegou a reunir, somente no internato, nos últimos anos de seu funcionamento, cerca de cem alunos na seção masculina e cinquenta na seção feminina (ABRAHÃO, 1984).

O mesmo autor apresenta alguns atributos que caracterizavam o ensino deste estabelecimento, sob a direção do professor Geraldo Rodrigues:

Corpo docente criteriosamente selecionado; rigor nos estudos; severa avaliação do rendimento escolar; trabalho intensivo de redação e de composição literária; a presença de jornais escolares; austeridade na disciplina; participação de alunos em serviços de vigilância e de secretaria; atividades cívicas bem preparadas; desfiles comemorativos, com artísticos carros alegóricos; ginástica de verdade e competições esportivas; excursões constantes e visitas freqüentes de outras escolas; sessões lítero-artísticas, de teatro, e sessões de debates públicos, entre os alunos; – eis aí uma rápida amostra daquele pequeno universo escolar, em cuja dinâmica, toda ela radiante de vida e de calor, reponta sempre, como seu grande líder e notável

pioneiro, a figura do professor Geraldo Rodrigues. (ABRAHÃO, 1984, p. 10).

A rotina do internato masculino foi registrada em poema de um ex-aluno, Cyro A. Catta Preta:

Saídas domingueiras e diárias
estas após as aulas e o jantar,
ou os Domingos ir passar, no lar,
eram faces diversas, entre as várias

que a escola oferecia, entre ordinárias,
aos alunos, que vinham se formar,
num Liceu diferente e singular
que modificou regras centenárias

tão comuns em regime de internato
o Internato liceniano foi pioneiro
inovando e criando aqui um fato

novo, na Educação, ao transformar
o aluno que era então um prisioneiro,
noutro ser, com prazer, em estudar. (2010, p.134).

Embora Abrahão (1984) tenha apontado o ano de 1945 como data de oficialização do funcionamento do curso ginásial, quando o Liceu oferecia os cursos de jardim de infância, primário e ginásial de cinco anos, dados históricos da escola registram que o Liceu foi transformado em Ginásio de Orlândia em 1º de janeiro de 1943.

De qualquer forma, o perfil elitizado da escola e seu caráter particular, em uma época na qual as cidades do interior não contavam ainda com ensino secundário gratuito, não impediram que alunos carentes de recursos nela estudassem, sendo aceitos como alunos funcionários. Estes executavam diversas funções, atuando como escriturários, bibliotecários, inspetores de alunos, encarregados da conservação e cuidado de salas especiais e laboratórios, entre outras. Ao ocuparem posições estratégicas na escola, exerciam, muitas vezes, papéis de liderança entre os colegas, e por usufruírem de uma convivência mais íntima com o diretor e

com os professores, constituíram um grupo atuante, responsável pelo surgimento de valiosas vocações na literatura, profissões liberais ou na política (ABRAHÃO, 1984).

Este grupo, chamado de “Turma do Tijolo Quente”, era constituído de alunos funcionários que se revezavam nos plantões noturnos na portaria da escola. Como o diretor ficava estudando até altas horas da madrugada, seus pés eram aquecidos com um tijolo quente, mantido pela troca destas peças no fogão à lenha da casa do próprio diretor, que ficava defronte à escola (HOMENAGEM..., 2010).

Em 1948, por meio da Lei nº 78, de 2 de março, a escola passou a ser propriedade do estado, ganhando o nome de Ginásio Estadual de Orlândia e sendo inaugurada oficialmente em 1º de julho de 1951, evento mencionado no início deste capítulo.

Embora no artigo 2º da Lei acima referida constasse a dependência da doação ao estado, por parte da prefeitura municipal de Orlândia, de um terreno de 10.000 m² destinado à construção do respectivo prédio e necessárias instalações, esta contrapartida foi executada por meio da transferência da escola da iniciativa particular para a responsabilidade do estado.

Figura 8 – Ginásio Estadual de Orlândia



Fonte: IBGE (1957)

A Figura 8 apresenta o prédio do antigo Liceu de Orlândia, inaugurado em 1939, com aproximadamente 18 anos, abrigando o Ginásio Estadual de Orlândia, tendo à sua frente a Praça Rosa Martins, que avançava ao encontro da avenida.

Além de ter contribuído para a educação da cidade, o breve relato da história desta escola, embora não seja o foco deste trabalho, tem relevância por sua peculiar origem a partir de um liceu de caráter particular, com internato e externato de projeção regional. Ao se constituir em ginásio, posteriormente estadualizado, assumiu uma trajetória diferenciada da de outros ginásios, como o de Matão, por exemplo, cuja criação partiu de iniciativa do poder municipal, em atendimento aos anseios da população (DINIZ, 2012).

A passagem do ginásio particular para ginásio estadual suscita algumas hipóteses ainda a serem exploradas. Porém, a maior facilidade de acesso à vizinha cidade de Ribeirão Preto, a ampliação de clientela concluinte do ensino elementar e a instalação de ginásios estaduais pela região podem ter enfraquecido a demanda e modificado o perfil do alunado. As famílias de maior poder econômico conduziam seus filhos a escolas de Ribeirão Preto, e alunos concluintes da escola elementar, em quantidade crescente, passaram a buscar a continuidade de escolaridade por meio do grau médio em escola pública.

Diniz (2012) coloca que, no período de 1930 a 1947, entre os ginásios secundaristas criados no estado de São Paulo, fizeram-se presentes escolas da região de Orlandia, e apresenta suas datas de criação, a saber: Franca, em 1934, São Joaquim da Barra, em 1945, Igarapava, em 1946, e Barretos e Batatais, em 1947. Com exceção da escola de Barretos, as contrapartidas oferecidas ao governo estadual consistiram em acordos com as prefeituras municipais no sentido de cessão de terrenos, prédios, materiais didáticos, entre outros.

Souza (2011) aponta que o aumento de ginásios estaduais no estado de São Paulo foi de catorze vezes entre as décadas de 1940 e 1960, e apresenta, conforme estudos de Beisiegel (1964 apud SOUZA, 2011), que o fator determinante do crescimento extraordinário do ensino ginásial foi a ação dos deputados estaduais. Estes, motivados por interesses eleitorais, serviram de mediadores entre as aspirações populares e as iniciativas políticas do Poder Executivo. Para os políticos locais, as instituições de ensino secundário, normal e superior representavam prestígio para o município, revelando o grau de cultura da localidade e um empreendimento altamente lucrativo do ponto de vista simbólico. Para os pais, a escolarização dos filhos era uma oportunidade de ascensão social e caminho de acesso a carreiras prestigiadas e empregos bem remunerados no futuro.

Além do ginásio estadual e do grupo escolar, Orlandia passou a contar com a Escola Técnica de Comércio de Orlandia, a partir de 1943. Funcionando no antigo casarão que anteriormente alojava o Liceu Municipal, formou sua primeira turma de contadores em 1945. Porém, percebe-se que havia dificuldades financeiras para manutenção da escola, uma vez que, em artigo publicado no jornal local, quando contava com oitenta alunos, foi solicitado apoio do poder municipal visando à concessão de bolsas de estudos, conforme segue notícia veiculada no jornal *Cidade de Orlandia*, em 10 de junho de 1951:

Atravessamos uma época de ascensional evolução das atividades comerciais. Portanto, a Escola de Comércio oferece uma garantia para o futuro de todos os rapazes e moças, dentro do menor esforço possível. Além das vantagens

da equiparação do Curso Comercial Básico ao ginásial e do Curso Técnico ao pré-jurídico e outros pré-universitários, garantidos pela Lei Federal, existes nesses cursos, a facilidade de serem aproveitadas as horas noturnas de lazer, e enquanto se descansa, freqüenta-se uma sala de aula, onde se obtém um sossego para o corpo, um desenvolvimento para o espírito e um paliativo para atenuar as agruras das tarefas cotidianas. (A ESCOLA..., 1951, p. 1).

O cenário político do final da década de 1940, quando foi instalado o curso prático profissional, representativo da escola objeto deste trabalho, tinha como principal protagonista o deputado estadual Oswaldo Ribeiro Junqueira⁴, empossado após ter deixado o cargo de prefeito municipal da cidade de Orlandia, em junho de 1949.

Como representante orlandino no governo estadual, ex-prefeito e proprietário da Indústria Fabrício, sua preocupação e compromisso visavam ao atendimento de vários segmentos da população. Ao interceder junto ao governo estadual no sentido de criar um ginásio estadual na cidade, contemplou a parcela da população mais elitizada que, embora voltada à tradição educacional do antigo Liceu, estava ciente das mudanças econômicas e sociais da cidade, que inviabilizavam a continuidade do projeto educacional particular.

E estando a cidade de Orlandia como uma das contempladas com o Curso Prático Profissional, conforme a Lei nº 77 (SÃO PAULO, 1948), de 23 de fevereiro de 1948, foi configurado o atendimento à comunidade de alunos que, ao término do ensino elementar, no grupo escolar ou nas escolas isoladas, não tinha aspirações de continuidade de estudos de grau médio, contentando-se com aquisições voltadas ao mundo do trabalho.

⁴ Oswaldo Ribeiro Junqueira nasceu em 25 de setembro de 1903, na cidade de Uberaba, MG, filho de João Francisco Junqueira e Francisca Ambrosina Castro Junqueira. Aos 19 anos mudou-se para Orlandia, já farmacêutico, diplomado pela única escola de curso superior em Farmácia, na cidade de São Paulo. Suas atividades farmacêuticas iniciaram-se na farmácia de propriedade de Virgílio Ferreira Jorge. Pouco tempo depois, adquiriu sua própria farmácia, denominada Santa Genoveva, no centro da cidade. Em 1932, escreveu o livro *Regimento de Cavalaria do Rio Pardo*, relatando sua participação na Revolução de 1932, como sargento de tropa. Casou-se em junho de 1933 com Brígida Galvão de França, com quem teve os filhos Sílvia, José Oswaldo e Amaury. No mesmo ano tornou-se sócio da primeira indústria de Orlandia: a Indústria Fabrício S.A., fabricante de torradores, frigideiras etc. Ao adquirir a totalidade de suas ações, tornou-se o único proprietário até o ano de 1977, quando faleceu. Destacou-se como agropecuarista e proprietário de fazendas em São Paulo e Minas Gerais, sendo também criador de cavalos da raça manga-larga. Foi um dos fundadores da Cooperativa dos Agricultores da Região de Orlandia (Carol) em 1963. Na vida pública, exerceu o mandato de vereador por duas vezes e foi prefeito também por duas vezes, de 1938 a 1942 e de 1947 a 1949, uma por indicação do governador, outra por eleição. Foi diretor-presidente da Carteira Agrícola do Banco do Estado de São Paulo e eleito deputado estadual em São Paulo por duas vezes, no período de março/51 a março/59. Seu nome foi dado à mais antiga Escola Estadual de 1º e 2º graus de Orlandia, hoje Escola Estadual “Oswaldo Ribeiro Junqueira”. (BLOG ORLÂNDIA ZIP NET, 2013; FÉLIX, 2012).

Figura 9 – Oswaldo Ribeiro Junqueira

Fonte: Junqueira (1999)

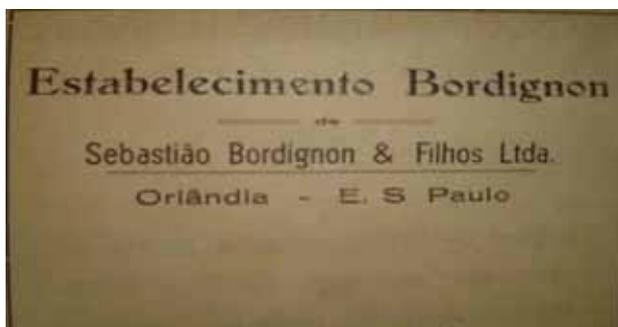
Portanto, ao participar das comemorações das inaugurações oficiais das duas escolas, juntamente com o posto de saúde, a população orlandina externou seu agradecimento ao deputado estadual Oswaldo Ribeiro Junqueira pelas duas conquistas escolares, coincidentemente ratificadas pelas Leis nº 77 e nº 78, ambas de 23 de fevereiro de 1948, publicadas de forma sequencial no *Diário Oficial* de 24 de fevereiro de 1948, e assinadas pelo então governador de estado, Adhemar de Barros.

Os anos 1940 também apresentaram uma diminuição territorial no município de Orlandia, uma vez que, conforme o Decreto Estadual nº 14.334, de novembro de 1944, foi subtraído o distrito de Sales Oliveira, elevado à categoria de município, ficando Orlandia apenas com o distrito sede (FÉLIX, 2012).

Embora a principal atividade econômica continuasse sendo a agricultura, a cidade foi adquirindo indústrias, como Arroz Brejeiro, fundado em 1944, e Estabelecimento Bordignon, que produzia macarrão. Conforme o Censo de 1950, a indústria orlandina empregava 180 funcionários, e nove estabelecimentos industriais tinham mais de cinco pessoas. A única aglomeração urbana, com 3.943 habitantes, possuía 39 estabelecimentos comerciais, sendo 15 do gênero alimentício, 12 de fazendas e armazéns, 12 de louças e ferragens; 3 atacadistas, 70 varejistas, 3 agências bancárias e uma agência da Caixa Econômica Estadual (IBGE, 1957).

Algumas propagandas da indústria local são apresentadas aqui, uma vez que, segundo Luca (2011), constituem importantes indícios das transformações econômicas e sociais em curso, representativas de novos estilos de vida. Destacam-se as propagandas das Figura 10 e 11, publicadas pelo jornal *O Imparcial*.

Figura 10 – Propaganda do Estabelecimento Bordignon



Fonte: Estabelecimento Bordignon (1955)

Figura 11 – Propagandas da Elmo S.A. e da Cia. Mogiana de Óleos Vegetais



Fonte: Elmo S.A. (1955)

A assistência médico-sanitária era representada por posto de saúde e de puericultura, e a assistencial pela Conferência de São Vicente de Paula, que oferecia abrigo a desvalidos, com capacidade para 70 pessoas, e pela Associação de Proteção à Infância Getúlio Lima, fundada em 1949, com o objetivo de dar assistência às gestantes e crianças carentes (IBGE, 1957; FÉLIX, 2012).

A modernidade refletia-se nos aspectos urbanos e culturais. A cidade tinha um cinema, uma tipografia, uma radioemissora e cinco bibliotecas, sendo que 95% de suas ruas tinham pavimentação com paralelepípedos. Na prefeitura estavam registrados 92 automóveis e 110 caminhões, com um fluxo diário de trezentos veículos e cinco trens, considerando que a manutenção desta quantidade em relação à década anterior, deveu-se à diminuição territorial do município, em 1944, desde 1933 constituído pelos distritos de Orlândia e Sales Oliveira.

Segundo Martins (2011), o estado de São Paulo encerrava o meio do século como um estado caracteristicamente industrial, embora com população ainda rural, demonstrando um cenário com extremos, anunciados desde o início do século XX: a modernidade regulada por

uma lentidão agrária e por uma consciência social conservadora e persistentemente caipira. O crescimento da indústria no estado paulista foi geométrico: 4.157 fábricas em 1920; 14.225 em 1940; 24.519 em 1950. Foi ainda mais intenso quanto ao número de operários: 85.466 em 1920; 272.865 em 1940 e 484.844 em 1950.

O cenário orlandino pode ser apreciado tomando como fonte o Censo Demográfico do estado de São Paulo, com dados do Recenseamento Geral do Brasil, realizado em 1950 pelo IBGE. Este Recenseamento Geral foi a sexta operação levada a efeito para o conjunto do País, abrangendo os censos demográfico, agrícola, industrial, comercial e dos serviços, e inquéritos especiais sobre transportes e comunicações (IBGE, 1955, p. VIII). Abaixo seguem alguns dados a respeito da população orlandina em 1950 (IBGE, 1954):

A população era constituída de 10.877 pessoas, sendo 5.671 homens e 5.206 mulheres. (p. 67).

Desta população, 8.471 pessoas eram brancas, 1.546 pretas, 86 amarelas e 768 pardas. (p. 75).

Conforme a nacionalidade, 10.604 habitantes eram brasileiros natos ou naturalizados, e 273 estrangeiros. (p. 91).

Quanto à situação do domicílio, 6.934 pessoas tinham domicílio rural, 3.450 pessoas tinham domicílio urbano, e 493 moravam na zona suburbana. (p. 171).

De 686 domicílios urbanos, 455 tinham água encanada, 589, iluminação elétrica, e 686, aparelho sanitário. (p. 248).

Quanto à instrução, de um total de 8.986 pessoas com mais de cinco anos, 4.906 declararam saber ler e escrever e 4.080 declararam não saber. (p. 202).

Entre as 2.765 pessoas de 5 a 14 anos, portanto em idade escolar, 1.315 sabiam ler e escrever. De um total de 1.170 crianças de 5 a 8 anos, apenas 205 declararam saber ler e escrever. (p. 150).

Quanto ao grau de escolaridade, de 7.565 pessoas de 10 anos ou mais, conforme tabela da atividade principal (Tomo 1, p. 134), 1.585 pessoas declararam ter algum curso completo. Destas, 1.276 possuíam o curso elementar, 268 o grau médio e 41 o grau superior. (p. 107).

Quanto à principal cultura, conforme dados colhidos em 1949, o município de Orlandia colheu 4.914 toneladas de café, de um total de 23.898 da região

de Ribeirão Preto, sendo o município com maior colheita nesta região (Tomo 2, p. 301). A mesma situação ocorreu com o algodão, uma vez que, de um total de 10.214 toneladas colhidas na região de Ribeirão Preto, o município orlandino contribuiu com 2.217 toneladas (p. 357). Quanto à cultura de arroz, de um total de 46.104 toneladas da região de Ribeirão Preto, Orlandia ficou em quinto lugar, com 3.370 toneladas. (p. 365).

A população analisada quanto ao ramo de atividade principal exercida foi de 7.565 pessoas. Destas, pontuando os dados mais relevantes, 2.887 homens e mulheres se dedicavam à agricultura, pecuária ou silvicultura; 2.750 mulheres se dedicavam a atividades domésticas ou escolares; 374 pessoas se dedicavam à prestação de serviços; 315 pessoas trabalhavam em atividades de transformação; 262 homens e mulheres se encontravam em condições inativas; 152 pessoas em transportes, comunicações e armazenagem; 110 homens e mulheres se dedicavam às atividades sociais; 64 em administração pública, defesa nacional e segurança pública e apenas 18 homens em profissões liberais. (p. 134-135).

Diante destes dados, constata-se que a população de 10.877 pessoas era predominantemente branca (77,8%), brasileira nata ou naturalizada (97,4%), e com diminuição de 4% de estrangeiros em relação ao censo anterior, de 1940.

Assim como no censo anterior, a grande maioria vivia na zona rural (63,7%), seguida por 31,7% na zona urbana, com apenas 4,5% na zona suburbana, embora com um aumento de 7,9% de pessoas que foram morar na zona urbana. Os domicílios urbanos tinham água encanada (66,3%), iluminação elétrica (85,8%) e todos possuíam aparelho sanitário.

Quanto à escolaridade, das pessoas com mais de 5 anos, 54,5% declararam saber ler e escrever, enquanto 45,4% eram analfabetas. Restringindo este universo para crianças de 5 a 14 anos e, portanto, em idade escolar, 47,5% declararam saber ler e escrever.

Das 7.565 pessoas com mais de 10 anos, 20,9% declararam ter algum curso completo. Deste universo, 80,5% tinha o grau elementar completo, 16,9% tinha o grau médio e apenas 2,5%, o grau superior. Comparando estes dados com os de 1940, constata-se um aumento de 12% em relação às pessoas que declararam ter algum curso completo, persistindo a predominância do grau elementar, um ligeiro aumento no grau médio de 6%, e uma diminuição de 1,8% no grau superior, exclusivo do sexo masculino.

Por estes indicadores, prevaleceu a continuidade da elitização quanto aos graus de ensino, com os 41 homens com grau superior constituindo um grupo seletivo na cidade.

Quanto ao ramo de atividade principal exercida por um universo de 7.565 pessoas, a maioria (38,6%) dedicava-se à agricultura e pecuária, embora com uma diminuição de 7,4% neste ramo de atividade, seguido por 36,3% de mulheres com atividades domésticas e escolares. As outras atividades seguem em porcentagens irrisórias, como a de indústrias de transformação, que aumentou 2,1%, atingindo 4,9%, serviços e atividades sociais (1,4%), prestação de serviços (4,9%), transportes, comunicações e armazenagem (2%), administração pública, defesa nacional e segurança pública (0,8%), e profissões liberais (0,2%).

Convém ressaltar a pequena quantidade – apenas 18 homens – com profissões liberais (0,2%) e o aumento de 2,1% das indústrias de transformação, esta última representada principalmente por pessoas que trabalhavam nas indústrias e casas comerciais já estabelecidas ou que despontavam pela cidade. Nas Figuras 12 e 13 vemos alguns exemplos em propagandas do jornal *Cidade de Orlandia* (1951).

Figura 12 – Propaganda da Indústria Fabrízio



Fonte: Indústria Fabrízio... (1951)

Figura 13 – Propaganda da Casa Bucci

Fonte: Casa Bucci (1951)

3.2 O curso prático profissional

Tendo como pano de fundo o contexto econômico e social de uma pequena cidade do interior no final da década de 1940, com uma população predominantemente rural e uma economia basicamente agrícola, porém com evidências de modernidade urbana, como ruas calçadas, água encanada, presença de indústrias, carros e caminhões, entra no cenário orlandino a escola objeto deste trabalho, representativa do ensino profissional local.

O Curso Prático Profissional de Orelândia foi criado pela Lei nº 77, de 23 de fevereiro de 1948 (ANEXO A).

Observa-se que não deve ter sido necessário muito esforço político para solicitar um curso prático profissional, uma vez que, somente nesta lei, foram criados 73 destes cursos, além de seis escolas industriais.

A criação de cursos práticos, iniciada em 1947 no estado de São Paulo, acompanhando a tendência política da época, nem sempre logrou sucesso, pois muitos deles, apesar de terem existência legal, não chegaram a ser instalados. Das 73 escolas criadas pela lei acima, apenas 24 constaram na relação apresentada por Laurindo (1962), de escolas estaduais pertencentes ao Departamento do Ensino Profissional, em 1961.

O Decreto-Lei nº 16.108, de 14 de setembro de 1946, publicado no *Diário Oficial do Estado* (DOE), de 18 de setembro de 1946 (SÃO PAULO, 1946), determinou os moldes da criação dos cursos práticos do ensino profissional no interior do estado. Em seu artigo 1º apresentou a finalidade destes cursos: ensinar a menores e adultos uma habilidade profissional, mediante inquérito prévio na cidade e região, regularmente procedido, a fim de

comprovação da necessidade local de mão de obra, segundo as indústrias e produtos predominantes no município interessado na criação.

No artigo 2º, o decreto acima apresentou as seções abrangidas pelos cursos práticos, em um total de dez, a saber:

- 1 – Seção de Trabalhos de Metal:** cursos práticos de serralheria, latoaria, fundição, caldeiraria, solda elétrica, solda oxiacetilênica;
- 2 – Seção de Indústria Mecânica:** cursos práticos de tornearia, limadores, ajustadores, ferraria, reparações de automóveis, cutelaria;
- 3 – Seção de Eletrotécnica:** cursos práticos de instalações domiciliares, aparelhos elétricos, telecomunicação, niquelagem;
- 4 – Seção da Indústria da Construção:** cursos práticos de carpintaria, carpintaria naval, segeria, pintura de letreiros e cartazes, alvenaria e revestimentos, cantaria;
- 5 – Seção de Artes Gráficas:** cursos práticos de tipografia, encadernação, fotografia;
- 6 – Seção de Indústrias Alimentares:** cursos práticos de padaria e confeitaria, artes culinárias, serviço de mesa, serviço doméstico, conservação de alimentos vegetais, conservação de alimentos animais;
- 7 – Seção de Higiene Individual:** cursos práticos de barbearia e cabeleireira, manicura e pedicura;
- 8 – Seção de Artes Industriais:** cursos práticos de marcenaria, tornearia, cerâmica, sapataria, capotaria, malaria, selaria, correaria, luvaria, estofaria, alfaiataria, chapelaria, confecções de flores, rendas e bordados, confecções de roupas brancas, corte e costura, vimaria;
- 9 – Seção de Indústria do Tecido:** cursos práticos de fiação, tecelagem, estamparia, tinturaria;
- 10 – Seção de Indústria da Pesca:** cursos práticos de marinharia, conservação do material de pesca, fabricação dos instrumentos de pesca, preparo e conservação do pescado. (SÃO PAULO, 1946, grifos meus).

Com duração de um ou dois anos, estes cursos eram voltados ao ensino de ofícios industriais simples, funcionando em horário e orientação pedagógica flexíveis, segundo as peculiaridades locais. Também de acordo com o artigo 5º do mesmo decreto, o ensino predominantemente com orientação pedagógica prática compreenderia disciplinas de cultura geral (português e aritmética) destinadas apenas a dar conhecimentos gerais, e disciplinas de

cultura técnica essenciais ao ofício, principalmente de desenho técnico e tecnologia, obrigatórias em todos os cursos, sendo que, conforme o artigo 6º, a conclusão destes faria jus a certificado de habilitação.

O candidato à matrícula em curso prático deveria satisfazer as seguintes condições, em atendimento ao artigo 4º do citado decreto: ter 12 anos feitos; estar vacinado e não ser portador de doença contagiosa; possuir capacidade física e aptidão mental para os trabalhos a serem realizados no curso respectivo, verificadas mediante exame especial; e possuir diploma de curso primário ou ter recebido ensino primário em grau considerado suficiente, verificado em exame de admissão.

De fevereiro de 1948, data da criação do Curso Prático Profissional de Orlândia, a 25 de junho de 1949, quando foi instalado, providências seguiram-se, como a nomeação do primeiro diretor, professor Jacinto do Amaral Narducci, professores e funcionários.

O professor Jacinto do Amaral Narducci foi professor no grupo escolar e no ginásio local e, tendo sido aprovado em concurso para diretor de grupo escolar, foi nomeado para S. João da Boa Vista. No entanto, permaneceu em Orlândia para instalar o Curso Prático de Ensino Profissional, onde permaneceu como diretor até ser designado pela Superintendência do Ensino Profissional do Estado para instalar e dirigir o Curso Prático de Ensino Profissional em Caçapava, em 25 de janeiro de 1951. Além das funções docentes, o professor Narducci foi diretor responsável pelos jornais *Cidade de Orlândia* e *O Guaíra*, da vizinha cidade do mesmo nome, e redator do jornal *A Tribuna*, de São Joaquim da Barra. Em sua despedida, o jornal *Cidade de Orlândia* referiu-se ele como

perda sensível para todos nós, os seus amigos, pois nele tínhamos o companheiro de todos os momentos, o elemento sempre disposto à luta. Jornalista emérito, vibrante e sagaz, tem dirigido com real descortínio esta folha, onde poz o seu talento a serviço do jornalismo e do povo orlandino. (PROFESSOR..., 1951).

A respeito de seu trabalho à frente do curso profissional, o jornal assim se refere:

seu dinamismo e capacidade de trabalho realizaram obra magnífica. Basta que se relembrem as Exposições de trabalho realizadas por aquela casa de ensino, onde se denota que o Diretor pode contar, igualmente, com

Professores à altura de tão delicado mister, qual seja preparar a nossa mocidade para os embates da vida. (CURSO..., 1949d).

Figura 14 – Entrada principal do prédio onde foi instalado o curso prático profissional



Fonte: Etec, Centro de Memória (s.d.)

A Figura 14 apresenta uma foto que constitui a única memória iconográfica do Curso Prático Profissional de Orlândia, provavelmente realizada por um profissional em alguma ocasião específica e sem data definida, e apresenta as pessoas em poses não espontâneas, na ala direita do prédio onde tal curso foi instalado inicialmente. Acima, ao lado da janela, encontra-se o diretor Jacinto do Amaral Narducci e os professores Lázaro de Oliveira e Luiz Fregonesi Filho. Abaixo, ao lado da janela e de óculos, Cyerina Machado Narducci, esposa do diretor Jacinto, e as professoras Maria Tereza Chiaramonti e Maria Bertrami, ambas de Economia Doméstica. Os professores Lázaro de Oliveira e Luiz Fregonesi Filho tornaram-se diretores da escola; a professora Maria Tereza mudou-se para outra cidade, e a professora Maria Bertrami constituiu família e, em sua homenagem, o teatro da cidade recebeu seu nome.

Ainda na foto citada, pertencente ao Centro de Memória da escola, observa-se que o portão lateral do prédio abre-se para um pequeno vestíbulo de entrada que, por ser mais elevado, possui uma escada com alguns degraus.

Embora fosse compromisso da municipalidade mediante o governo estadual a doação de terreno para construção de prédio, o Curso Profissional iniciou seu funcionamento no prédio do antigo liceu municipal, juntamente com o ginásio estadual, criado pela Lei nº 78, publicada no mesmo dia do curso prático, como já mencionado. Portanto, o prédio, construído para o funcionamento do Liceu de Orlandia, passou a abrigar, na ala direita, o Curso Prático Profissional e, no restante, o Ginásio Estadual.

A foto apresentada na Figura 15, sem data, apresenta o prédio do Ginásio Estadual de Orlandia com sua perspectiva voltada para o lado direito. Observa-se o portão lateral, que se abre por meio de um pequeno vestíbulo com degraus e, ao centro, a entrada principal. Atualmente, o prédio conserva sua estrutura, com uma construção acrescentada à direita para instalação posterior do curso primário anexo. O terreno encontra-se todo murado, com exceção da fachada, rodeada de grades de ferro voltadas para a atual Praça Rosa Martins, ainda não construída na época da foto.

Figura 15 – Prédio do Ginásio Estadual de Orlandia



Fonte: Prédio do Ginásio Estadual de Orlandia (s.d.)

Localizado na praça Rosa Martins, n. 30, na região central da cidade, este prédio abriga atualmente a Escola Estadual Oswaldo Ribeiro Junqueira, com sua arquitetura e fachada mantidas. Com dois pavimentos, ocupa o terreno de todo um quarteirão, juntamente com uma pequena praça, quadra e pátios. Em forma de U, tem a fachada voltada para uma avenida e, prolongando-se para o lado esquerdo, contorna a esquina, seguindo para uma rua lateral.

O pavimento superior, na época do Liceu, abrigava os alunos e alunas do internato, inclusive com sanitários masculino e feminino. O pavimento inferior, na parte voltada à

fachada, tem três portas, uma grande e principal centralizada, delimitando as alas direita e esquerda do prédio, e as laterais, mais discretas. O corpo deste pavimento, no lado oposto das entradas, também tem saídas para os pátios das duas alas, separados pelo Salão Nobre.

Além dos dois pavimentos, aproveitando o declive do terreno, há um subsolo com ambientes que abrigavam cozinha, refeitório e sanitários, além de laboratório. Com a diminuição da demanda e a extinção do internato, partes do prédio tornaram-se ociosas, possibilitando o compartilhamento deste espaço escolar, a partir de 1949, com os recém-criados ginásio estadual e curso prático profissional.

A ala direita, que abrigou o Curso Prático Profissional, é menor do que a esquerda, com entrada independente. As acomodações, tidas como provisórias na implantação do curso prático, compreendiam cinco salas distribuídas como salas de aula e secretaria, que se comunicavam pelo lado interno com um dos pátios cujo subsolo abrigava os sanitários e as oficinas. A oficina masculina, com seis bancadas, possuía cinco tornos marca Imor, uma plaina limadora, uma fresadora e uma furadeira de bancada. Na oficina feminina, havia quatro máquinas de costura da marca Elna, conforme afirma o ex-diretor da escola, professor Lázaro de Oliveira.

3.2.1 Os cursos de Ajustadores Mecânicos e Serviços Domésticos

O Curso Prático de Ensino Profissional de Orlândia, mediante pesquisa prévia para sondagem da necessidade e do tipo de mão de obra, teve por principal finalidade o atendimento imediato às necessidades advindas da industrialização da cidade e região. O deputado e industrial Oswaldo Ribeiro Junqueira, compartilhando interesses comuns a outros empresários, percebeu a necessidade de formação de mão de obra qualificada para as empresas em plena expansão, principalmente relacionadas à manutenção elétrica e mecânica de máquinas, a serem inseridas na indústria de torradores, nas empresas de beneficiamento de algodão e arroz e nas oficinas mecânicas e postos de abastecimento de veículos da cidade.

As aulas do Curso Prático Profissional foram iniciadas em 25 de junho de 1949, com cursos ordinários de dois anos, de Ajustadores Mecânicos, para meninos, e Serviços Domésticos, para meninas, que, conforme o Decreto-Lei nº 16.108, de 14 de setembro de 1946, pertenciam respectivamente às seções de indústria mecânica e seção de indústrias alimentares.

O funcionamento da escola foi notícia de primeira página do jornal *Cidade de Orlândia*, de 2 de abril de 1950:

Desde o dia 1.º de Março findo que se acham funcionando os 1º e 2º anos de ambas as secções dos nossos Cursos Práticos de Ensino Profissional, com a matrícula total de 73 alunos, pois as acomodações atuais não comportam um número maior. A diretoria daquele estabelecimento já solicitou autorização para o funcionamento dos Cursos Extraordinários, noturnos, de Corte e Costura e de Ajustagem Mecânica. Logo que seja ela concedida, terão lugar os exames de seleção, uma vez que até a presente data já se inscreveram cerca de 150 candidatos de ambos os sexos. (ESCOLA..., 1951).

A clientela destes cursos era constituída por filhos e filhas de famílias de baixa renda que, após terminarem o primário, não tinham outra alternativa além de frequentar cursos de profissionalização rápida, com um currículo modesto, para o imediato aproveitamento no mercado de trabalho, sem vislumbre de continuidade de estudos, tanto social, como legalmente. Após a conclusão dos cursos, eram aproveitados em oficinas e postos de combustíveis da cidade e região e indústrias. As meninas frequentadoras do curso de Serviços Domésticos visavam à aquisição de algum refinamento em sua cultura geral e das lidas domésticas, diferentemente de filhas de famílias mais abastadas da cidade, que eram encaminhadas ao ginásio estadual, com possibilidade de continuidade dos estudos, conforme o histórico da escola inserido no Plano Plurianual de Gestão (CENTRO PAULA SOUZA, s.d.b).

Para conhecer o perfil dos alunos dos cursos de Ajustagem mecânica e Serviços Domésticos foi realizado um levantamento em dois livros de matrículas e notas, separados por curso, nos quais constam dados como filiação, naturalidade do aluno e do pai, profissão e endereço do responsável pela educação do aluno matriculado, conforme foto de uma das folhas abaixo (Figura 16). Não consta se a matrícula foi para a 1ª ou 2ª série de cada ano, sendo que este dado não foi obtido em nenhuma outra fonte de maneira particularizada. Porém, como as quantidades de alunos cada ano são menores do que os totais de alunos constantes em outras fontes, supõe-se que as matrículas aqui apresentadas sejam relativas somente aos alunos iniciantes dos cursos. Também, no caso de fichas com endereço em branco, subentendeu-se que a residência era na zona urbana de Orlândia.

Outra ressalva refere-se ao fato de que os registros foram preenchidos apenas de 1949 a 1958, embora estes cursos tenham recebido matrículas até 1963. Os dados foram transformados em porcentagens, para facilitar a leitura, embora, em alguns casos, não haja o

preenchimento exato do universo de 100%, uma vez que foram desprezados dados considerados irrisórios.

Figura 16 – Matrícula de aluna de Serviços Domésticos do Curso Prático Profissional de Orlândia

Handwritten student registration form for 'Serviços Domésticos' from the 'Curso Prático Profissional de Orlândia' (1949c). The form includes a header with the student's name 'Luzia', a section for 'QUADRO GERAL DE NOTAS' with columns for 'CULTURA GERAL' and 'CULTURA TÉCNICA', and a 'RESUMO' section at the bottom.

Módulo	CULTURA GERAL					CULTURA TÉCNICA			
	Port.	Mat.	Hist.	Geog.	Outros	Mat.	Desen.	Outros	Prat.
1º Bimestre	9,0	9,0				9,0	9,0	9,0	9,0
2º Bimestre									
3º Bimestre									
4º Bimestre									
5º Bimestre									
6º Bimestre									
7º Bimestre									
8º Bimestre									
9º Bimestre									
10º Bimestre									

RESUMO:

Nota global de cultura geral: _____

Nota global de cultura técnica: _____

Nota total de matrícula: _____

Fonte: Curso Prático do Ensino Profissional de Orlândia (1949c)

Os estudos a respeito da clientela dos cursos de Ajustadores Mecânicos e Serviços Domésticos de 1959 a 1964 foram construídos levando-se em conta os totais de matrículas constantes em um levantamento, que faz parte de uma série de documentos encontrados em uma pasta denominada Registro Federal e Documentos Biográficos. Esta possui documentos que datam de 1964 a 1982, e encontra-se depositada na Diretoria de Serviço Acadêmico da Etec Professor Alcídio de Souza Prado. O documento considerado para os próximos quadros, que faz parte desta pasta, realizado em 1964, consta de duas folhas, e dele foram retirados os totais de matrículas de 1949 a 1964, que constam na respectiva coluna com a mesma denominação.

Apesar de haver algumas incoerências quanto a dados quantitativos entre os livros de matrículas e de exames encontrados com este documento e outras listagens constantes na mesma pasta, estas últimas tornaram-se de grande relevância, uma vez que não foram localizados prontuários de alunos, relações de salas de aulas, ou qualquer outra fonte que pudesse ser consultada quanto à composição discente das séries.

Convém enfatizar que, embora os livros de matrículas não representem os totais de alunos realmente frequentes, estes encerram dados exclusivos das clientelas consideradas, que foram analisadas sob os aspectos de suas origens e idades, bem como de profissão e nacionalidade dos pais.

Tabela 6 – Origem dos alunos dos cursos de Ajustadores Mecânicos e de alunas do curso de Serviços Domésticos do Curso Prático Profissional, Escola Artesanal e Escola Industrial de Orândia.

ANO	TOTAL DE MATRÍCULAS	ORLÂNDIA		MORRO AGUDO	NUPORANGA	SALES OLIVEIRA	S. JOAQUIM DA BARRA
		ZONA URBANA	ZONA RURAL				
1949	70	63%	37%				
1950	73	83,5%	15%	1,5 %			
1951	57	83%	17%				
1952	117	53%	9%	11%	13%	6%	0,1%
1953	67	67%	16%	2%	3%	10%	2%
1954	58	58%	14%	27%	0,3%		0,3%
1955	72	72%	1%	27%			
1956	91	91%		7%			0,2%
1957	97	97%		3%			
1958	84	84%			16%		
1959	45						
1960	48						
1961	38						
1962	29						
1963	7						
1964	6						

Fontes: Curso Prático do Ensino Profissional de Orândia (1949b, 1949c) e Escola Industrial de Orândia (1964a)

Os dados da Tabela 6, acima, permitem a constatação de que os cursos citados atendiam, em sua maior parte, alunos e alunas da zona urbana da cidade, como também os que residiam na zona rural e nas cidades vizinhas. Estes dependiam de transporte escolar, que era oferecido também aos alunos das outras escolas, conforme consta em notícia do jornal *O Imparcial*, de 13 de março de 1955:

O ônibus da Prefeitura de Orândia está transportando, gratuitamente, alunos de Morro Agudo, Fazenda Agudo e suas secções e São João, que se destinam

ao Ginásio Estadual, Escola Normal, Escola Profissional e Grupo Escolar de Orândia. (NOTAS LOCAIS, 1955, p. 1).

Quanto às idades dos alunos no ato da matrícula no curso de Ajustadores Mecânicos, foram encontradas 426 fichas com este dado preenchido, de 1949 a 1959, sendo que as idades variaram de 12 (alguns poucos ainda com esta idade incompleta) a 20 anos. A idade mais comum foi de 14 anos, uma vez que tal curso atendia, principalmente, meninos que saíam do curso elementar e procuravam uma escolaridade rápida. A partir desta idade, houve um decréscimo gradativo, tanto para cima como para baixo. Acima de 18 anos, a procura diminuía sensivelmente (nove alunos de 19 anos e apenas dois de 20 anos).

No curso de Serviços Domésticos foram analisadas 394 matrículas, de 1949 a 1961, com idades variáveis de 12 a 27 anos. A idade de matrícula mais comum foi também a de 14 anos, e as menores foram as idades de 17 a 19 anos, sendo que de 21 a 27 anos somente 11 alunas matricularam-se. Embora tenha prevalecido a idade de 14 anos, tanto para os meninos como para as meninas, estas tiveram uma distribuição nos percentuais de idades que se prolongaram em faixas de idades mais velhas.

A Tabela 7 abaixo apresenta um resumo deste levantamento, no qual não foram inseridas as idades de 17 a 19 anos por não terem apresentado porcentagens significativas. O total de 100% também não foi atingido, uma vez que as porcentagens menores foram desprezadas e muitas fichas encontravam-se em branco:

Tabela 7 – Idades dos alunos no ato da matrícula dos cursos de Ajustadores Mecânicos e de alunas do curso de Serviços Domésticos do Curso Prático Profissional e Escola Artesanal de Orândia

IDADES	CURSO DE AJUSTADORES MECÂNICOS	CURSO DE SERVIÇOS DOMÉSTICOS
12 anos	12%	12%
13 anos	19%	15%
14 anos	27%	18%
15 anos	21%	12%
16 anos	10%	12%
20 anos		12%

Fontes: Curso Prático do Ensino Profissional de Orândia (1949b, 1949c) e Escola Industrial de Orândia (1964a)

Quanto à profissão dos pais, muitas fichas não continham este dado. Porém, a maior quantidade referia-se à categoria de lavrador, com 176 fichas no livro de matrículas masculino, e 249 fichas no livro de matrículas feminino. Em seguida, a profissão com maior quantidade no preenchimento foi a de operário, com 29 fichas no livro de matrículas masculino, e 42 fichas no livro de matrículas feminino.

A partir destes dados, pode-se concluir, a respeito da profissão declarada pelos pais no ato da matrícula de seus filhos e filhas nos cursos de Ajustadores Mecânicos e Serviços Domésticos que:

- 62,7% dos pais eram lavradores;
- 10,4% declararam-se operários;
- 5,3% trabalhavam no comércio;
- 3,9% declararam-se motoristas;
- 2,2% eram domésticas e declaravam-se responsáveis pela educação do matriculado(a) na falta dos pais;
- 1% trabalhava como mecânico;
- 1% era ferroviário;
- Apenas 0,4% era viajante;
- 3,9% constituíram a porcentagem da somatória de pais que se declararam com profissões mais categorizadas, como bancários, funcionários, contadores e guarda-livros;
- 8,7% compreenderam a somatória dos pais que se declararam pedreiros, marceneiros, carpinteiros, seleiros, sapateiros e barbeiros.

Quanto à nacionalidade, muitas matrículas não apresentaram este dado nos dois cursos nos anos considerados. Porém, os pais estrangeiros que se autodeclararam foram 33 portugueses, 25 italianos, 22 japoneses, 10 sírios, 10 espanhóis, sete austríacos, dois argentinos e um inglês.

Para matricularem-se, os alunos dos cursos citados tinham de prestar o exame de admissão. Em 1949, este compreendeu provas de língua pátria, matemática e nível mental, aplicadas por meio de testes de seleção enviados pela Superintendência de Ensino Profissional, conforme ata de 27 de maio de 1949. Em 1950, conforme ata de exames de admissão realizados em 25 e 27 de fevereiro, foram entregues folhas datilografadas com questões de português e matemática. Em 1951, de acordo com ata de 21 e 22 de fevereiro, as

provas de português e matemática foram enviadas pelo Serviço de Pesquisas e Orientação da Superintendência do Ensino Profissional. Em 1952, de acordo com ata de 3 de março, os exames de admissão foram aplicados com provas de língua pátria e matemática por meio de textos de seleção enviados pelo Departamento de Ensino Profissional (CURSO PRÁTICO DO ENSINO PROFISSIONAL DE ORLÂNDIA, 1949a).

Em 1953, os exames de admissão foram realizados em 3 de março, com aplicação de testes de seleção de língua pátria e matemática, enviados pelo Departamento do Ensino Profissional; em 1954, os exames de admissão de 16 e 17 de fevereiro constaram de provas de nível mental, aritmética e língua pátria, enviadas pelo Serviço de Pesquisas e Orientação Educacional do Departamento do Ensino Profissional. Em 1955, conforme ata de 25 de fevereiro e de dia não determinado de março, foram aplicadas provas do exame de admissão de Português e Matemática. Estas, foram confeccionadas na escola, de acordo com modelo enviado pelo Departamento de Ensino Profissional e, em 1956, de acordo com ata de exames realizados de 1º a 10 de março, foram repetidos os mesmos procedimentos do ano anterior (CURSO PRÁTICO DO ENSINO PROFISSIONAL DE ORLÂNDIA, 1953).

Em de 20 de março de 1957, conforme ata, foram registradas provas de português e matemática nos exames de admissão para os mesmos cursos; o mesmo ocorreu em 10 de março de 1958, com provas de português e matemática. Na ata de 19 de fevereiro de 1959, as provas aplicadas foram de nível mental, português de matemática; e o mesmo se repetiu, conforme ata de 18 de fevereiro de 1960, com provas de português, matemática e nível mental, não tendo constado nenhuma informação a respeito da confecção das provas aplicadas (CURSO PRÁTICO DO ENSINO PROFISSIONAL DE ORLÂNDIA, 1956).

Em 28 de fevereiro de 1961, foram realizados os exames de admissão para os cursos citados, com provas de nível mental, aritmética e português. Em 1º de março de 1962, conforme ata, foi realizada a escolha de vagas para outros cursos, não ultrapassando os limites estipulados pela Portaria nº 34, de 31 de janeiro de 1962, modificada pela Portaria nº 81, de 9 de março de 1962 e Decreto nº 38.643, de 27 de junho de 1961, não sendo registrada mais nenhuma ação a respeito do ingresso de alunos, em livro próprio, quanto aos cursos de Ajustagem Mecânica e Educação Doméstica, que continuaram, em 1962, apenas com as 2^{as} séries. O citado decreto dispunha que, para matrícula nos cursos industriais ou de economia doméstica e de artes aplicadas, de aprendizagem profissional, o exame de verificação de conhecimentos seria aplicado quando houvesse necessidade, sempre que o número de candidatos fosse superior ao de vagas. Este seria feito por meio de provas de habilitação ou seleção, constituídas de provas de português e de matemática, de nível de quarto ano da escola

primária, no mínimo (CURSO PRÁTICO DO ENSINO PROFISSIONAL DE ORLÂNDIA, 1960).

Convém ressaltar que o curso de Ajustadores Mecânicos, a partir de 1957 aparece com a denominação de Ajustagem Mecânica, e o de Serviços Domésticos permaneceu com esta denominação até 1958, quando foi substituído por Educação Doméstica, embora tenham sido flagrados desencontros de denominações.

Os exames de admissão eram motivo de apreensão por parte dos candidatos, tanto que havia curso particular preparatório, conforme propaganda veiculada no jornal *Cidade de Orlandia*, em 14 de janeiro de 1951.

CURSO DE ADMISSÃO:

GINÁSIO
ESCOLA DE COMÉRCIO
ESCOLA PROFISSIONAL

Sob orientação dos professores Onofre Gozuen e Jair Silveira, acha-se em funcionamento, desde o dia 18 do corrente, o Curso de Admissão. Informações sobre o curso, com os referidos professores. (CURSO DE ADMISSÃO, 1951, p. 4).

Ao mesmo tempo, outra propaganda a respeito, também de curso preparatório para o exame de admissão, porém exclusivo ao ginásio estadual, foi colocada no mesmo jornal em 21 de janeiro de 1951:

CURSO DE ADMISSÃO GRATUITO

De acordo com a indicação e ponderação de nossa Câmara, a Prefeitura de Orlandia manterá, a partir de amanhã, segunda-feira, até a época dos exames, um curso de admissão ao nosso ginásio. O Curso será inteiramente gratuito e terá carácter intensivo, com 4 horas de aula. Os interessados deverão procurar maiores informações na Prefeitura local. (CURSO DE ADMISSÃO GRATUITO, 1951, p. 4).

As tabelas abaixo apresentam a seleção de candidatos relacionada ao exame de admissão nos cursos de Ajustagem Mecânica e de Serviços Domésticos. Como os livros só trazem as matrículas anuais com nomes dos alunos e alunas em ordem alfabética, sem distinção de série, não foi possível chegar às quantias exatas de matrículas das 1^{as} séries e das 2^{as} séries separadamente, em cada ano. As fichas de alunos que concluíram as séries anuais estão com as notas preenchidas, evidenciando o término da 1^a ou da 2^a série, porém as fichas de alunos matriculados com nenhuma nota lançada, em virtude do abandono do curso, não apresentaram nenhum dado a respeito da série de matrícula.

Sendo assim, os dados do resultado da admissão foram comparados com as quantidades de alunos presentes nas primeiras provas parciais das 1^{as} séries, representativas da frequência real. Estas provas parciais eram realizadas no mês de junho de cada ano, com resultados lançados em atas, bem como as provas finais, realizadas no mês de dezembro.

A tabela 8 abaixo refere-se ao curso de Ajustadores Mecânicos.

Tabela 8 – Comparação dos exames de admissão e alunos frequentes na primeira prova parcial da 1^a série do curso de Ajustadores Mecânicos do Curso Prático Profissional e Escola Artesanal de Orlandia.

ANO	ADMISSÃO			PROVAS PARCIAIS
	ALUNOS INSCRITOS	ALUNOS PRESENTES	ALUNOS APROVADOS	
1949	48	39	36	20
1950	19	19	17	15
1951	21	21	20	8
1952	53	53	53	46
1953	39	26	25	19
1954	25	23	22	13
1955	21	21	21	17
1956	-	39	39	30
1957	48	48	48	39
1958	51	51	51	37
1959	27	27	27	24
1960	34	34	33	32
1961	-	40	25	24

Fontes: Curso Prático de Ensino Profissional de Orlandia (1949a, 1953, 1956, 1960)

Segue abaixo a Tabela 9, com dados relativos aos exames de admissão do curso de Serviços Domésticos.

Tabela 9 – Comparação dos exames de admissão e alunos frequentes na primeira prova parcial da 1ª série do curso de Serviços Domésticos do Curso Prático Profissional e Escola Artesanal de Orlândia

ANO	ADMISSÃO			PROVAS PARCIAIS
	ALUNOS INSCRITOS	ALUNOS PRESENTES	ALUNOS APROVADOS	
1949	63	51	46	27
1950	18	18	17	21
1951	18	15	15	8
1952	56	56	54	43
1953	48	33	29	19
1954	19	15	15	8
1955	6	6	6	5
1956	-	28	27	12
1957	27	27	27	18
1958	32	32	32	29
1959	15	15	15	10
1960	18	18	17	10
1961	-	25	15	14

Fontes: Curso Prático Profissional de Orlândia (1949a, 1953, 1956, 1960)

Algumas observações merecem ser pontuadas. No ano de 1949, as provas foram, ao mesmo tempo, parciais e finais, uma vez que os cursos iniciaram-se em julho em razão da instalação da escola, e o ano letivo, excepcionalmente, encerrou-se em dezembro do mesmo ano, conforme consta nas fontes consultadas, não tendo sido encontrada nenhuma justificativa registrada.

Na Tabela 9, referente ao curso de Serviços Domésticos, no ano de 1950, foram aprovadas 17 alunas, porém, nas provas parciais, constam 21 alunas, sendo que este aumento não foi explicitado nas atas (CURSO..., 1949a).

Nos anos de 1956 e 1961 também não constam nas respectivas atas a quantidade de alunos inscritos (CURSO..., 1953, 1960).

Estes dados demonstram que o exame de admissão representava o início de um processo seletivo e excludente, embora não tenha sido possíveis melhores reflexões pela ausência de dados relativos às quantidades de matrículas iniciais.

Durante o curso de Ajustadores Mecânicos, que aparece também com o nome de Ajustagem Mecânica, os alunos passavam por provas nas disciplinas de português, matemática, desenho, tecnologia e oficina. Tomando por base o ano de 1957, a média final da disciplina era calculada pela média aritmética das médias das provas mensais, constantes de folhas individuais, das notas da primeira prova parcial (realizada em junho, com exames teóricos e práticos em cada disciplina) e das notas das segundas provas parciais (realizadas em

novembro, também com exames teóricos e práticos em cada disciplina). O conjunto destas notas gerava uma nota final determinante de aprovação, reprovação, ou de segunda época, realizada em fevereiro do ano seguinte. Não foram encontradas anotações mais elucidativas a respeito da disciplina de Oficina (CURSO..., 1956).

Durante o curso de Serviços Domésticos, era seguido o mesmo cálculo do curso de Ajustagem Mecânica, com as disciplinas de português e matemática como cultura geral, e desenho, tecnologia e oficina como cultura técnica. No entanto, conforme ata da apuração das notas das segundas provas parciais do ano letivo de 1956 do curso de Serviços Domésticos no 1º e 2º anos, datada de 30 de novembro, aparecem outros componentes ou disciplinas, provavelmente resultantes das disciplinas citadas de cultura técnica, conforme segue.

foram concluídas as segundas provas parciais das alunas do 1º e 2º Anos do Curso de Serviços Domésticos, provas essas realizadas nos seguintes dias, perante os professores e mestres das respectivas disciplinas: 1º Ano: Dia 19, desenho e tecnologia; Dia 20, higiene e serviços domésticos práticos; Dia 21, português e prática de oficina; Dia 22, matemática; Dia 23, contabilidade doméstica e arte culinária; Dia 26, serviços domésticos teóricos. No 1º Ano os exames práticos de oficina tiveram início dia 21 às 9,30 horas, respeitando-se as demais provas. 2º Ano: Dia 19, tecnologia e desenho; Dia 21, matemática; Dia 22, português e artes domésticas; Dia 24, aproveitamento de quintais e enfermagem; Dia 26, puericultura. Os exames práticos de oficina tiveram início dia 20 em diante, às 7,10 horas, respeitando-se as demais provas até a conclusão das peças de corte, costura e bordados. Os resultados obtidos, lançados nas provas escritas gráficas ou práticas e constantes das folhas de avaliação das provas práticas, todas arquivadas, são as discriminadas no quadro abaixo (seguem os nomes das alunas, com apenas cinco notas, de zero a dez: português, matemática, desenho, tecnologia e oficina) (CURSO..., 1956, f. 2- 2v).

Para Lima (2007), os cursos profissionalizantes femininos da década de 1950 revelam os valores presentes no universo das mulheres na época. Na escola profissional de Franca, objeto do trabalho desta pesquisadora, os cursos femininos não formavam mão de obra para a indústria, mas preparavam as alunas para serem mães e donas de casa, atendendo às expectativas dos pais, que não queriam que suas filhas trabalhassem fora de casa. Para as próprias alunas, educadas segundo o padrão conservador da sociedade da época, e que

objetivavam o casamento, os cursos femininos também eram mais do que suficientes quanto às aspirações voltadas à educação.

A mesma autora apresenta ainda que os cursos femininos passaram a ser vistos como um meio de divulgação de novas propostas da sociedade, surgidas na esteira do movimento de racionalização, uma vez que nos cursos de economia doméstica eram agregadas disciplinas de higiene, dietética e outras, que direcionavam à mulher o papel de disseminar mudanças de comportamento a partir do próprio lar.

Embora a cidade de Franca fosse bem maior que Orlândia, acredita-se que as expectativas femininas quanto ao curso de Economia Doméstica deviam ser as mesmas, com cenário similar ao representado na foto abaixo (Figura 17), que representa as alunas em aula de trabalhos manuais.

Figura 17 – Oficina feminina da Escola Profissional de Franca



Fonte: Lima (2007)

Ainda em relação aos cursos ordinários de Ajustagem Mecânica e de Serviços Domésticos, segue a Tabela 10 abaixo, representativa do total de matrículas iniciais de cada ano das 1^{as} e 2^{as} séries, focando a evasão, justificada também pela dificuldade de transporte, embora esta fosse providenciada pelas prefeituras das cidades vizinhas. A prioridade deste tipo de transporte era quanto ao atendimento de alunos do grupo escolar e do ginásio estadual, mas também atendia os destinatários dos cursos profissionalizantes oriundos da região do entorno da cidade. As quantidades de matrículas constituem evidências de que a população em geral, embora reconhecendo a importância do preparo para o mundo do trabalho, mantinha a preferência pelo ensino propedêutico em relação ao ensino profissional.

Tabela 10 – Matrículas e concluintes masculinos (Ajustadores Mecânicos) e matrículas e concluintes femininos (Serviços Domésticos) de 1949 a 1964, do Curso Prático Profissional de Orlândia, Escola Artesanal de Orlândia e Escola Industrial de Orlândia.

ANO	MATRÍCULAS INICIAIS MASCULINAS	MATRÍCULAS INICIAIS FEMININAS	CONCLUINTES MASCULINOS	CONCLUINTES FEMININOS
1949	30	40	-	-
1950	31	42	8	20
1951	30	27	7	6
1952	58	59	4	2
1953	54	54	6	5
1954	30	21	7	2
1955	27	10	4	4
1956	50	34	8	2
1957	65	36	10	8
1958	80	37	22	3
1959	45	28	3	11
1960	48	23	11	3
1961	38	32	10	2
1962	29	14	6	4
1963	7	0	0	0
1964	6	0	6	0

Fonte: Escola Industrial de Orlândia (1964a)

Quanto à evasão evidenciada, esta pode ter sido resultante de muitos fatores, como os já relacionados: dificuldade de transporte, rigidez nos critérios avaliativos, com provas orais e escritas, sistema engessado que não permitia inclusão de alunos sem a passagem obrigatória pelo exame de admissão, excesso de disciplinas avaliadas de forma particularizada, deixando de lado o desempenho global do aluno, falta de professores habilitados, e outras causas internas quanto ao funcionamento e frequência dos cursos. Porém, uma das maiores causas da evasão estava relacionada ao mercado de trabalho, que absorvia os alunos dos cursos masculinos antes da conclusão do curso. Convidados a ingressar nas indústrias, oficinas e postos de serviço, estes evadiam após a aquisição de conhecimentos básicos de cultura técnica suficientes para a lida na rotina de trabalho, o mesmo ocorrendo com as meninas, que eram direcionadas para o trabalho em ateliês de costura ou em atividades voltadas ao setor de alimentação e puericultura.

3.2.2 Os cursos extraordinários

Além dos cursos ordinários, o Curso Prático Profissional ofereceu cursos extraordinários anuais diurnos e noturnos, a partir de 1950, que também com a exigência de exames de admissão, ofereciam as mesmas disciplinas dos cursos ordinários, ou seja: cultura geral, com português e matemática, e cultura técnica, com desenho, tecnologia e oficina.

Conforme Benedetti (2013), os cursos extraordinários, com a duração total de três anos, eram divididos na 1ª série extraordinária, com as séries subsequentes de continuação e complementar, com certificado de conclusão na especialidade em cada série. A autora refere-se ao curso ou seção de Torneiro e Ajustador Mecânico na escola profissional de Limeira, que teria sido semelhante ao da escola profissional de Orlandia. Nele, eram ministradas duas aulas de português e duas de matemática em uma noite, como disciplinas de cultura geral. Em outra noite, eram ministradas quatro aulas de desenho técnico e, nas outras três noites, aulas de oficina, compreendendo as disciplinas de cultura técnica. Não havia aulas de canto orfeônico e de educação física, nem intervalo ou lanche, e as aulas iniciavam-se a partir das 19 horas.

A Tabela 11 apresenta os cursos de Ajustadores Mecânicos, Torneiro Mecânico de iniciação, Torneiro Mecânico de continuação (noturno), Ajustagem Mecânica, Desenho, Corte e Costura (que em 1956 aparece como Corte, Costura e Bordados) e Serviços Domésticos, na escola objeto deste trabalho.

Tabela 11 – Cursos extraordinários de iniciação, diurnos e noturnos, masculinos e femininos do Curso Prático Profissional e Escola Artesanal de Orlandia

(Continua)

ANO	1			2			3			4			5			6			7		
	AJUSTADORES MECÂNICOS			TORNEIRO MECÂNICO INICIAÇÃO			TORNEIRO MECÂNICO CONTINUAÇÃO			AJUSTAGEM MECÂNICA			DESENHO			CORTE E COSTURA			SERVIÇOS DOMÉSTICOS		
	A	B	C	A	B	C	A	B	C	A	B	C	A	B	C	A	B	C	A	B	C
1950	33															39					
1951	15	6	4													26	8	0			
1952	15	15	3													20	9	4			
1953	11	7	2													16	10	0			

Tabela 11 – Cursos extraordinários de iniciação, diurnos e noturnos, masculinos e femininos do Curso Prático Profissional e Escola Artesanal de Orlandia

(Conclusão)

ANO	1			2			3			4			5			6			7		
	AJUSTADORES MECÂNICOS			TORNEIRO MECÂNICO INICIAÇÃO			TORNEIRO MECÂNICO CONTINUAÇÃO			AJUSTAGEM MECÂNICA			DESENHO			CORTE E COSTURA			SERVIÇOS DOMÉSTICOS		
1954	24	17	5													11	7	4			
1955				9	6											23					
1956				5	5	2			24	4	4					21	7	6			
1957				5	5	4						18	12	2		11	5	19	19	20	0
1958	17	9	3	5	5	2	5	4	2							19	12	1			
1959	37	14	2	5	3	0										12	12	1			
1960	25	10	0	10	10	6										25	11	4			
1961	32	13	3				6	6	2							16	5	0			

Fontes: Curso Prático do Ensino Profissional de Orlandia (1950, 1954)

Como não foram encontradas listagens de matrículas, a Tabela 11 contém três colunas: A corresponde à quantidade de alunos aprovados em exame de admissão; B diz respeito à quantidade de alunos que constam nas primeiras provas parciais do mês de junho de cada ano; e C refere-se à quantidade de alunos aprovados. Uma grande evasão é evidenciada pelos dados apresentados, sendo que, em muitas turmas, nota-se a falta de aluna ou aluno aprovado ou concluinte do curso de um ano. A tabela segue até 1961, uma vez que, a partir do ano seguinte, outros cursos, preferencialmente noturnos, passaram a ser oferecidos.

Os cursos ordinários e extraordinários do Curso Prático Profissional tinham ampla divulgação, bem como as matrículas, de acordo com propaganda veiculada no jornal *Cidade de Orlandia*, em 21 de janeiro de 1951.

ESCOLA PROFISSIONAL MATRÍCULAS

Já se acham abertas, devendo encerrar-se no fim do presente mês, as inscrições de matrículas, de alunos e de alunas nos Cursos Práticos de Ensino Profissional e nos Cursos Noturnos anexos àquele estabelecimento. Os interessados deverão comparecer o mais breve possível à Secretaria daquela Escola (última porta do prédio do Ginásio do Estado) que se acha

aberta, diariamente, das 13 às 16 horas, e as 2^{as}, 3^{as}, 4^{as} e 6^{as} feiras das 19,30 às 20,30 horas. (ESCOLA PROFISSIONAL, 1951, p. 1).

Embora com dados conflitantes em alguns casos, comparando-se com os livros de atas de exames dos cursos ordinários e extraordinários consultados, a Tabela 12 oferece uma visão geral dos cursos oferecidos, evidenciando, mais uma vez, a evasão.

Tabela 12 – Cursos Ordinários e Extraordinários de Iniciação diurnos e noturnos, masculinos e femininos, do Curso Prático Profissional, Escola Artesanal e Escola Industrial de Orlândia, de 1949 a 1964

(Continua)

ANO	CURSOS	MATRÍCULAS INICIAIS			NO FIM DO ANO		CONCLUIN- TES	
		TOT.	MASC.	FEM.	MASC.	FEM.	MASC.	FEM.
1949	Ord. de Aj. Mecânica e Serviços Domésticos	70	30	40	20	27	0	0
1950	Ordinários	124	31	42	20	39	8	20
	Ext. de iniciação		20	31	16	26	0	0
1951	Ordinários	98	30	27	14	11	7	6
	Ext. de iniciação		15	26	5	5	4	0
1952	Ord.	152	58	59	35	27	4	2
	Ext. de iniciação		15	20	3	9	3	6
1953	Ordinários	149	54	54	22	20	6	5
	Ext. de iniciação		11	22	4	6	4	3
	Ext. de continuação		3	5	1	0	0	0
1954	Ordinários	100	30	21	13	7	7	2
	Ext. de iniciação		25	14	6	4	5	4
	Ext. de continuação		4	4	1	3	0	3
	Ext. complementar		2	0	1	0	1	0
1955	Ordinários	75	27	10	15	8	4	4
	Ext. de iniciação		11	23	0	0	0	0
	Ext. de continuação		0	4	0	0	0	0
1956	Ordinários	137	50	34	29	10	8	2
	Ext. de iniciação		29	24	7	7	6	6
1957	Ordinários	160	65	36	46	15	10	8
	Ext. de iniciação		23	36	9	10	6	7
1958	Ordinários	161	80	37	48	26	22	3
	Ext. de iniciação		21	18	7	1	5	1
	Ext. de continuação		15	0	2	0	2	0

Tabela 12 – Cursos Ordinários e Extraordinários de Iniciação diurnos e noturnos, masculinos e femininos, do Curso Prático Profissional, Escola Artesanal e Escola Industrial de Orlândia, de 1949 a 1964

(Conclusão)

ANO	CURSOS	MATRÍCULAS INICIAIS			NO FIM DO ANO		CONCLUIN- TES	
		TOT.	MASC.	FEM.	MASC.	FEM.	MASC.	FEM.
1959	Ordinários	136	45	28	29	20	3	11
	Ext. de iniciação		42	21	3	2	0	2
1960	Ordinários	130	48	23	35	19	11	3
	Ext. de iniciação		35	24	12	9	6	4
1961	Ordinários	138	38	32	27	17	10	2
	Ext. de iniciação		30	16	10	5	3	0
	Ext. de continuação		6	0	0	0	2	0
	Pré-industrial		16	0	0	0	0	0
1962	Ordinários	94	29	14	20	7	6	4
	Ext. noturno		20	31	8	7	0	0
1963	Ordinários	30	7	0	7	0	0	0
	Ext. de iniciação		23	0	11	0	10	0
1964	Ordinários	103	6	0	6	0	6	0
	Ext. noturno		49	48	19	20	0	0

Fonte: Escola Industrial de Orlândia (1964a)

A análise da Tabela 12 permite estabelecer algumas ponderações:

- de um total de 1857 alunos e alunas, 878 foram frequentes até o final do ano, configurando uma evasão total de 53%;
- de um total de 1.033 alunos, 511 foram frequentes até o final do ano, configurando uma evasão total de 50%;
- de um total de 824 alunas, 367 foram frequentes até o final do ano, configurando uma evasão total de 55%;
- das 1.857 matrículas iniciais, apenas 443 alunos e alunas concluíram os cursos, configurando uma perda de 76%;
- das 1.033 matrículas iniciais masculinas, apenas 288 alunos concluíram os cursos, configurando uma perda de 72%;
- das 824 matrículas iniciais femininas, apenas 155 alunas concluíram os cursos, configurando uma perda de 81%;
- entre os cursos ordinários e extraordinários de iniciação, estes últimos tiveram maior evasão, sendo que muitas turmas chegaram a não apresentar nenhum concluinte em 1950, 1955, 1962 e 1964;
- em cinco turmas anuais às quais os cursos extraordinários de continuação foram oferecidos, não houve nenhum concluinte nos anos de 1950, 1953 e 1955;

- é importante enfatizar que, a partir de 1963, o curso ginasial entrou em funcionamento, aumentando o número de matrículas anuais da escola.

Conforme apresentado, a evasão acima era corrente em todo o País em relação aos cursos profissionais, sendo que as maiores causas relacionadas às escolas eram o insuficiente equipamento de ensino, corpo docente improvisado, carência de metodologia adequada e de recursos humanos, atraindo alunos com condições menos favoráveis à aprendizagem. Além destas razões, as famílias retiravam seus filhos antes de completarem os cursos para ajudarem no orçamento familiar, entrando no mercado de trabalho com os conhecimentos já adquiridos (FONSECA, 1986b; CUNHA, 2000c).

Também Benedetti (2013) apresenta em Limeira, escola objeto de seu trabalho, que o abandono dos cursos era grande. As causas levantadas foram atribuídas à necessidade de trabalhar, uma vez que a lei permitia o trabalho para maiores de 14 anos, às dificuldades inerentes aos estudos, à dificuldade de conciliar trabalho e estudo, ou ainda pela prestação do serviço militar.

Acompanhando a mesma tendência, todos estes fatores faziam-se presentes na escola objeto deste trabalho, com o acréscimo da dificuldade de transporte, que só não era maior, porque seu funcionamento era reafirmado pelo atendimento às outras escolas.

Porém, contrariamente às dificuldades aqui elencadas, alguns fatores podem ter favorecido a implantação e funcionamento desta escola em seu início. Dentre estes, ressalta-se o poder político da cidade, acenando de modo bem favorável à continuidade do curso prático, acasalado com o jogo de influências da elite econômica, que via na escola uma solução para a formação de mão de obra adequada às necessidades do mercado de trabalho da cidade. A situação confortável também se configurou perante os jornais da época, uma vez que um deles, considerado jornal a favor da situação, tinha como responsável o próprio diretor da escola, em seus anos iniciais.

Outro aspecto que reforçou a intencionalidade e a persistência do curso prático profissional foi o perfil obstinado de seus primeiros diretores, que apresentaram um envolvimento e características pessoais marcantes para a época.

O primeiro diretor em Orlândia, professor Narducci, além de funções escolares também atuava como jornalista, como já dito. Ao ser transferido, em 1951, assumiu a direção da escola, em seu lugar, o Sr. Onofre Sebastião Gozuen (a grafia apareceu incorreta na notícia do jornal), conforme segue em reportagem do jornal *Cidade de Orlândia*, de 4 de fevereiro de 1951:

NOVO DIRETOR DE ESCOLA PROFISSIONAL

Por decreto de 21 de janeiro p. findo vem de ser nomeado Diretor de nossa Escola Profissional, o benquisto moço, Prof. Onofre Sebastião Gosuen. Moço, idealista, trabalhador e dinâmico, estudante de Direito, tão logo chegou à nossa terra, em Agosto p. passado, mostrou-se disposto a colaborar pelo engrandecimento cada vez maior de Orlândia. De um belíssimo passado no Ensino Profissional, onde militou durante sete anos, ocupou vários cargos de professor tendo sido professor em Rio Claro, do atual mestre de Mecânica, Prof. Lázaro de Oliveira, terminando sua carreira no referido ensino, na Superintendência do Ensino Profissional, como funcionário na secção técnica, com funções de técnico em Educação. Conhecedor dos problemas educacionais da educação técnico-profissional, de princípios seguros, aceitou, disposto, a direção dessa casa de ensino, que é para nossa terra, na cruzada comum do ensino, com seus mestres e professores, uma promessa alviçareira [sic] de progresso e de luz. Ao distinto diretor, e aos seus competentes mestres, os votos de felicidades de “Cidade de Orlândia”. (NOVO..., 1951, p. 1).

A escola também tinha sua projeção perante a comunidade orlandina por meio das solenidades de entrega de certificados que, por serem eventos marcantes, mereciam destaque nas notícias de jornais, juntamente com as das outras escolas, como as formaturas do grupo escolar, do ginásio estadual e da escola de comércio. O convite aberto à população era sucedido pelo relato do evento ocorrido, em publicação posterior, como o do jornal *Cidade de Orlândia*, de 16 de dezembro de 1951:

FORMATURA DOS ALUNOS DA ESCOLA PROFISSIONAL DE ORLÂNDIA

Realizou-se no Teatro Municipal desta cidade, sexta-feira p. passada, dia 14, a entrega de diplomas aos novos artífices diplomados pelos Cursos Práticos desta cidade. Foi o seguinte o programa:

- 1 – Abertura pelo diretor da escola, professor Onofre Gozuen
- 2 – Entrega dos diplomas (seguem os nomes de seis alunas e sete alunos)
- 3 – Falou o orador da turma, aluno Celso Mosna

4 – Usou da palavra o diretor da escola, que apresentou o paraninfo, o professor Roseno Beletti, técnico de Educação, chefe do Departamento de Ensino Profissional

5 – Proferiu um belíssimo e profundo discurso, o paraninfo professor Roseno Beletti, que com altos conhecimento do Ensino Profissional exaltou o valor e a necessidade dos técnicos para o Brasil

6 – Após o encerramento, foi inaugurada a exposição dos trabalhos da escola, sendo nesta ocasião servida u'a mesa de chá a todos os presentes. (FORMATURA..., 1951, p. 4).

Uma vez que os cursos extraordinários tinham seriação anual, com formação de novas turmas diurnas e noturnas sempre a cada início de ano letivo, *grosso modo* a evasão dos cursos ordinários, com duração de dois anos, ficava dissimulada.

O professor Gozuen permaneceu no cargo de diretor da escola, de 02 de fevereiro de 1951 a 26 de julho de 1952, quando foi removido para a cidade de Franca, onde foi prefeito de 1956 a 1959, tendo posteriormente sido também deputado estadual pelo Partido Republicano Paulista.

O diretor seguinte foi o professor Lázaro de Oliveira, que assumiu o cargo em 26 de julho de 1952, conforme o Livro de Termos de Posse e Compromisso, havendo, portanto, um hiato entre o exercício dos dois diretores (CURSO..., 1949d).

E, estando ainda o curso prático instalado provisoriamente junto a outra escola estadual, mudanças tornaram-se urgentes e necessárias.

Apesar de compartilharem o mesmo prédio, as duas escolas tinham rotinas completamente diferentes e não havia nenhum contato entre seus corpos docente e discente. Conforme relatos de alguns ex-alunos do curso ginásial da zona urbana da cidade, estes ignoravam completamente a existência de outra escola no mesmo prédio, sendo que a única convivência entre discentes de ambas as escolas ocorria somente durante o transporte pelo ônibus escolar.

3.3 A Escola Artesanal

Procurando estabelecer melhorias curriculares, em 1954 o Curso Prático Profissional foi transformado em Escola Artesanal por meio do Decreto Estadual nº 23.227-E (SÃO

PAULO, 1954b), de 24 de março de 1954, publicado no DOE de 30 de março de 1954. O artigo 1º segue abaixo transcrito.

Artigo 1º – Passam a funcionar como Escolas Artesanais [sic] os Cursos Práticos de Ensino Profissional, criados de acordo como disposto no Decreto-lei n. 16.108, de 14 de setembro de 1946, nas cidades de Araçatuba, Assis, Bananal, Batatais, Barretos, Bebedouro, Birigui, Bragança Paulista, Caçapava, Catanduva, Guaratinguetá, Ibitinga, Igarapava, Iguape, Ipauçu, Itatiba, Marília, Mirassol, Orllândia, Ourinhos, Pirajuí, Porto Ferreira, Presidente Prudente, Promissão, Salto, Tietê e Tupã. (SÃO PAULO, 1954b, p. 1).

Sendo assim, o Curso Prático Profissional de Orllândia teve sua denominação alterada para Escola Artesanal de Orllândia, e não Artesanal, como aparece no citado decreto. Esta alteração ocorreu em atendimento à Lei nº 2.663, de 21 de janeiro de 1954, publicada no *Diário Oficial* de 22 de janeiro de 1954 com a correta grafia da palavra “artesanal”.

A alteração de denominação, de Curso Prático Profissional para Escola Artesanal, encontra justificativa nos dizeres de Buffa e Nosella (1998) que, referindo-se à clientela destas escolas, consideram que esta não era propriamente pobre, sendo constituída, em sua maioria, por filhos de trabalhadores que buscavam uma profissão ensinada com seriedade e disciplina. Desta forma, o ensino profissionalizante ia deixando para trás o caráter assistencial de ensino destinado a pobres e desvalidos. Esta afirmação encontra suporte no levantamento realizado na escola objeto deste trabalho sobre as profissões dos pais de alunos e alunas matriculadas nos cursos de Ajustadores Mecânicos (de 1949 a 1959), e no de Serviços Domésticos (de 1949 a 1961).

Embora a educação brasileira estivesse ainda sob a legislação da Reforma Capanema, de 1942, esta foi sofrendo alterações. Quanto ao ensino profissional, a partir de 1950, por meio da Lei nº 1.076, alunos do primeiro ciclo do ensino comercial, industrial ou agrícola podiam se matricular nos cursos do segundo ciclo do ensino secundário, desde que aprovados em disciplinas presentes no currículo do primeiro ciclo secundário que não faziam parte dos cursos profissionalizantes. Em 1953, a Lei da Equivalência articulou o ensino industrial com qualquer escola superior, desde que fossem realizados exames de adaptação.

No entanto, estas alterações não se refletiram na Escola Artesanal de Orllândia, que continuou oferecendo os mesmos cursos de um ou de dois anos, apenas com alterações

curriculares que pudessem proporcionar aos alunos a continuidade de estudos nas escolas industriais de Franca e de Ribeirão Preto.

Lima (2007) salienta que a escola de Franca era muito procurada por oferecer internato (desativado somente em 1970), acolhendo alunos das cidades de Morro Agudo, Orlandia e Batatais. Os alunos permaneciam na escola, só retornando às suas cidades em julho e nas férias de final de ano, tendo aulas de segunda a sábado, em período integral.

Na Escola Artesanal de Orlandia, a intencionalidade de cursar os cursos ordinários e extraordinários sem aspirações de continuidade aos estudos era quase que totalmente predominante, uma vez que havia a opção pelo ginásio estadual gratuito em outra escola.

Seguem abaixo fotos de um certificado de conclusão da Escola Artesanal.

Figura 18 – Certificado de conclusão do curso de Ajustagem Mecânica da Escola Artesanal de Orlandia (frente), em 1955



Fonte: Etec, Diretoria de Serviço Acadêmica, (s.d.)

Figura 19 – Certificado de Conclusão do Curso de Ajustagem Mecânica da Escola Artesanal de Orlândia (verso), em 1955



Fonte: Etec, Diretoria de Serviço Acadêmica, (s.d.)

Além das formaturas, a Escola Artesanal encontrava destaque perante a população orlandina e da região por meio das exposições de trabalhos dos alunos, também noticiadas nos jornais locais juntamente com a relação nominal dos formandos por curso concluído. Segue abaixo o comunicado publicado no jornal *O Imparcial*, em 12 de dezembro de 1954, com convite aberto à comunidade em geral para a exposição de trabalhos, que representavam evidências concretas do aprendizado de alunas e alunos.

EXPOSIÇÃO DE TRABALHOS DOS ALUNOS DA ESCOLA PROFISSIONAL

A Diretoria da Escola Artesanal de Orlândia comunica que estará aberta a exposição de trabalhos dos alunos daquela Escola a partir das 13 horas do dia 12 do corrente, nos seguintes dias e horários:

Dia 12 das 13,00 às 16,30 e das 19,00 às 21,30,

Dia 13 das 14,00 às 16,30 e das 19,00 às 21,30,

Dia 14 das 14,00 às 16,30 e das 19,00 às 21,30. (EXPOSIÇÃO, 1954, f. 4).

Lima (2007) apresenta relatos a respeito das exposições na escola profissional de Franca, que devem ser similares às exposições de Orlândia e de outras escolas profissionais. Os trabalhos dos alunos eram confeccionados durante todo o ano letivo e a exposição anual, realizada em dezembro, aproveitando o clima de festa de formatura dos alunos, significava a coroação do êxito do ensino profissional na cidade. A direção da escola convidava a

imprensa, políticos e empresários para a abertura da exposição, que durava de três a quatro dias. Os alunos não tinham privilégio, em relação ao público interessado, na compra dos produtos, que eram vendidos a preço de custo. Com as peças geralmente todas liquidadas, o dinheiro arrecadado era repassado ao estado, que enviava matéria-prima para ser trabalhada no ano seguinte.

Relato semelhante é encontrado no Plano Plurianual de Gestão da Etec Professor Alcídio de Souza Prado de Orlandia, na seção destinada ao histórico, ressaltando o grande sucesso destas exposições, que produziam verbas próprias para aquisição de materiais das aulas práticas ministradas nas oficinas e para o consumo na confecção de costuras e bordados. Também foi enfatizado que a renda obtida na venda dos produtos das exposições era revertida para um fundo de educação profissional do estado (CENTRO PAULA SOUZA, 2013b).

Gaeta (2010) afirma que, por meio das exposições, as escolas praticavam uma dupla estratégia: a de promover a educação estética dos alunos e visitantes e dar visibilidade à educação escolar. Desta forma, as exposições constituíam-se em espaços de sociabilidade e de estética das sensibilidades.

Também Sanfins (2013), em seu trabalho a respeito da escola profissional de Matão, afirma que as exposições eram realizadas para apresentar os ambientes, estrutura física e métodos de ensino das escolas, visando despertar o interesse das pessoas que as visitavam. Ao apresentarem a educação sob novas propostas voltadas a materiais didáticos e métodos pedagógicos mais práticos, as exposições seguiam as tendências dos eventos internacionais e nacionais do século XX.

Apesar das melhorias curriculares e do reconhecimento da população sobre a importância dos cursos profissionais no preparo de mão de obra adequada às necessidades do mercado de trabalho da cidade e da região, a Escola Artesanal e o Ginásio Estadual continuavam compartilhando o mesmo prédio de maneira paralela, seguindo cada escola com sua missão na educação orlandina.

O ensino propedêutico continuava sendo oferecido pelo Ginásio Estadual, cuja luta, nessa época, era pela instalação de uma escola normal. A este respeito foram registradas opiniões contrárias, como a veiculada pelo jornal *Cidade de Orlandia*, em 4 de maio de 1952, com o título “Rede de Escolas Normais do Estado”. Esta contava com 150 escolas normais no estado de São Paulo, sendo 70 oficiais e 80 livres, ou seja, uma escola deste tipo para cada dois ou três municípios paulistas (REDE..., 1952, p. 4).

O mesmo jornal apresenta outra notícia, em 25 de maio de 1952, com um apelo ao deputado Oswaldo Ribeiro Junqueira para que fosse realizada uma intervenção política para

obtenção da escola normal. Sob o título “Escola Normal: apêlo ao deputado Oswaldo Junqueira”, pedia-se a instalação deste curso em 1953 (ESCOLA NORMAL, 1952, p. 4).

Atendendo a esta expectativa, a escola normal foi criada pela Lei nº 2.641, de 20 de janeiro de 1954. Em seguida, o ginásio estadual foi transformado em Colégio Estadual de Orândia pela Lei nº 2.947, de 4 de janeiro de 1955, noticiada no jornal *O Imparcial*, sob o título “Promulgada a Lei n. 2.947, que cria o Colégio, em Orândia” (PROMULGADA..., 1955, p. 1).

Em 1956 foi criado o cargo de diretor do Colégio Estadual de Orândia, ocupado pelo professor Geraldo Rodrigues até sua aposentadoria, em 1973.

Além do curso ginásial, o Colégio Estadual foi ampliando seus cursos, com a implantação do curso primário, em 1956, em atendimento às aulas e estágios dos alunos do curso normal, o curso científico, a partir de 1956, e o clássico, a partir de 1960.

A trajetória desta escola atingiu seu período áureo quanto à tradição da cultura e do ensino da cidade com a transformação do Colégio Estadual em Instituto de Educação Estadual de Orândia, pela Lei nº 4.749, de 31 de janeiro de 1959. O Instituto de Educação passou a ter, além do curso de formação de professores primários, o de aperfeiçoamento, o de especialização em educação pré-primária, e o de administração escolar, este último para diretores de escola, com a duração de dois anos, equivalendo ao 1º e 2º anos de Pedagogia (ABRAHÃO, 1984).

Com sua história ainda a ser escrita, prevalecem na memória de seus ex-alunos os jornais escolares (como o *Espaço Vital*), as reuniões do grêmio estudantil, os desfiles comemorativos e ambientes como a biblioteca, o salão nobre e o laboratório de ciências, além da antiga Praça Rosa Martins, na frente do prédio.

O ano de 1959 trouxe para a Escola Artesanal dois momentos marcantes em sua história.

O primeiro referiu-se à transferência do diretor Lázaro de Oliveira para a escola Artesanal de São Joaquim da Barra, em 6 de junho de 1959, sendo sucedido pelo professor Luiz Fregonesi Filho, cujo mandato de 23 anos prolongou-se até 22 de dezembro de 1982, quando se aposentou.

O comprometimento destes diretores manifestou-se tanto por sua permanência por períodos significativos na função gestora, concedendo, desta forma, uma razoável estabilidade à escola, como por seu conhecimento da intimidade da rotina escolar antes de galgarem a função administrativa em razão de sua atuação como professores.

O segundo momento importante consistiu na mudança da Escola Artesanal para um prédio próprio, destinado exclusivamente a ela.

Diante do crescimento da Escola Artesanal e do Ginásio Estadual, transformado em Instituto de Educação, o único prédio que abrigava ambas escolas tornou-se insuficiente. Desta forma, após muitas intermediações políticas entre o diretor Luiz Fregonesi e a prefeitura municipal, foi cedido um prédio para instalação da Escola Artesanal na avenida do Café, n. 367, na região central da cidade. Este havia sido desocupado em virtude da transferência da sede da prefeitura municipal para outro prédio na praça Coronel Orlando, no qual se encontra até hoje. Este prédio, por sua vez, foi originariamente construído para acomodar o antigo teatro municipal da cidade, inaugurado em 1931 (JUNQUEIRA, 1998).

Desta forma, a Escola Artesanal, em data imprecisa de 1959, foi alojada em acomodações exclusivas após dez anos de funcionamento. Suas instalações, com um total de 525 m², consistiram em um prédio principal e um casarão situado defronte, mas do outro lado da rua Hum (Um), na esquina com a avenida do Café, permitindo a acomodação de 136 alunos na época.

O prédio principal sofreu algumas adaptações e ampliações, como a reforma da garagem de veículos para acomodar a oficina de mecânica e a construção de uma cozinha-refeitório para aulas de economia doméstica.

Apesar de contar com instalações exclusivas e melhoradas, a escola sofria o desconforto de sua acomodação distribuída em dois prédios, o principal e o casarão adaptado. Desta forma, as salas de aula e oficinas eram separadas por uma rua, demandando constante trânsito de alunos e equipe escolar entre ambas.

Figura 20 – Prédio principal com entrada pela rua Hum



Fonte: Etec, Centro de Memória (s.d.)

Figura 21 – Casarão do lado oposto da Rua Hum



Fonte: Etec, Centro de Memória (s.d.)

As fotos acima, provavelmente tiradas por um profissional e sem data, mostram as fachadas do prédio principal e do casarão separados pela rua Hum e com um dos lados voltados para a avenida do Café.

Em seu rastro de progresso, a cidade de Orlândia continuou seu desenvolvimento acompanhando o estado de São Paulo que, entre 1949 e 1959, teve registrados altos níveis de concentração nos setores de ponta, como os de mecânica (78%), material elétrico (80%), transportes (78%) e derivados de petróleo (72%), com a participação do estado na indústria nacional saltando para 56% em 1959. Somente nos ramos de fumo, couro e peles e madeira, o estado paulista detinha menos de 40% da produção nacional (LUCA, 2011).

Na década de 1950, eventos diversos marcaram a história do município orlandino quanto ao seu crescimento econômico e social, merecendo destaque a inauguração do Cine São João, em 1954, e o início da construção da estação rodoviária. No setor empresarial, a partir de 1952, iniciaram-se as atividades da Companhia Mogiana de Óleos Vegetais, que chegou a ser a maior produtora individual de sementes de soja no Brasil, empregando mais de novecentos funcionários. A Metalúrgica Orlandia, fundada em 1954, produzia arames e telas, com uma quantidade semelhante de funcionários. O Brejeiro, empresa estabelecida desde 1944, estendia seus investimentos para o beneficiamento de arroz, desvinculando-se de negócios voltados ao aproveitamento do algodão.

Figura 22 – Propaganda da Casa São João e do Cine São João,
com foto do cinema



Fonte: Casa São João e Cine São João (1955)

A cidade estendia-se, chegando até Vila Marcussi, e os investimentos da prefeitura municipal foram direcionados para melhorias no abastecimento de água, com a instalação de uma estação de captação e tratamento da água proveniente do córrego dos Palmitos, entre 1952 e 1955.

Continuando o período considerado, torna-se relevante retomar dados a respeito da cidade de Orlandia na década de 1960, retirados do Censo Demográfico do Estado de São Paulo e do Recenseamento Geral do Brasil, realizado em 1960 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1962a). O Recenseamento Geral de 1960 foi a sétima operação levada a efeito no País, abrangendo os censos demográfico, agrícola, industrial, comercial e de serviços, além dos inquéritos especiais sobre as atividades de construção civil, da produção e distribuição de energia elétrica e do comércio e administração de imóveis, tomando por base setembro de 1962 (IBGE, 1962a).

Nele, estão contidos os seguintes dados a respeito de Orlandia:

- a população era constituída de 12.067 pessoas, sendo 6.155 homens e 5.912 mulheres (IBGE, 1962a);
- quanto à situação do domicílio, 5.346 pessoas tinham domicílio rural e 6.898 pessoas tinham domicílio urbano (IBGE, 1962c);

- de 2.372 domicílios particulares permanentes, 1.115 tinham abastecimento de água da rede geral, 1.928 possuíam iluminação elétrica e 461 tinham abastecimento de água de poço ou de nascente (IBGE, 1962a);
- quanto à instrução, de um total de 10.257 pessoas com mais de cinco anos, 5.650 declararam saber ler e escrever, sendo 1.888 estudantes (IBGE, 1962a);
- dos 1.888 estudantes, 697 tinham de 5 a 9 anos (de um total de 1.815 crianças); 934 tinham de 10 a 14 anos (de um total de 1.586 jovens); 172 tinham de 15 a 19 anos (de um total de 1.262 pessoas); e 85 tinham 20 ou mais anos de idade (de um total de 5.594 pessoas), sendo que o total deste universo compreendeu uma população de 10.257 pessoas (IBGE, 1962a);
- quanto à principal cultura, conforme dados colhidos em 1958, o município de Orlândia colheu 4.511 toneladas de café, de um total de 65.012 da região de Ribeirão Preto, sendo o quarto município com maior colheita nesta região (IBGE, 1962b);
- a colheita de algodão de 1959 colocou Orlândia em segundo lugar na região de Ribeirão Preto, uma vez que, de um total de 16.478 toneladas colhidas na região, o município orlandino produziu 2.087 toneladas. Quanto à cultura de arroz, de um total de 28.613 toneladas da região de Ribeirão Preto, Orlândia ficou em 12º lugar, com 1.107 toneladas (IBGE, 1962b);
- a população analisada quanto aos setores e condição de atividade exercida foi de 12.067 pessoas, sendo 3.854 economicamente ativas e 8.213 inativas. Das pessoas ativas, pontuando os dados mais relevantes, 1.942 homens e mulheres dedicavam-se a atividades agropecuárias e extrativas; 449 trabalhavam em atividades industriais; e 1.463 pessoas dedicavam-se a outras atividades economicamente ativas (IBGE, 1962a).

Diante destes dados, constatou-se um aumento na população que, de 10.877 pessoas registradas no censo de 1954, passou para 12.067, sendo o município de Orlândia o 10º em número de habitantes da região de Ribeirão Preto, cujo município possuía 145.267 habitantes.

Os municípios vizinhos de Orlândia tinham as seguintes populações: Nuporanga com 5.611 habitantes, Sales Oliveira com 7.823 habitantes e São Joaquim da Barra com 20.080 habitantes.

Diferentemente dos censos anteriores, ocorreu uma inversão na porcentagem de pessoas que viviam na zona urbana. De 31,7% de pessoas com domicílio urbano no censo de 1954, esta porcentagem passou para 56% no censo de 1962, configurando a tendência do êxodo rural para os núcleos urbanos. No município orlandino, 97% dos domicílios eram atendidos por abastecimento de água da rede geral e 81% deles possuíam iluminação elétrica.

Quanto à escolaridade, de 10.257 pessoas com mais de 5 anos, 55% delas declararam saber ler e escrever e, destas, 1.888 pessoas, ou 18,4% da população considerada, eram estudantes. O quadro abaixo apresenta porcentagens da população estudantil em comparação com as populações em idade de frequentar escolas e as que tinham algum tipo de escolaridade.

Tabela 13 – Estudantes por faixa etária do município de Orlandia em 1962

POPULAÇÃO	FAIXA ETÁRIA	QUANTIDADE DE ESTUDANTES	% DE ESTUDANTES POR FAIXA ETÁRIA
1.815	5 a 9 anos	697	38,4%
1.586	10 a 14 anos	934	58,8%
1.262	15 a 19 anos	172	13,6%
5.594	20 anos ou mais	85	1,6%
10.257 (TOTAL)		1.888 (TOTAL)	

Fonte: IBGE (1962a)

Os dados apresentados na Tabela 13 permitem a constatação de que, mesmo na faixa de 10 a 14 anos, com a maior porcentagem de estudantes por faixa etária, esta se apresentou muito longe do ideal, no sentido da inclusão da clientela na escola. Os alunos inseridos no ensino primário eram distribuídos pelo Grupo Escolar Coronel Francisco Orlando e nas escolas rurais, sendo que, como o segundo grupo escolar e o curso primário anexo ao Instituto de Educação Estadual tiveram suas atividades iniciadas a partir de junho de 1962, provavelmente fizeram parte do universo de estudantes considerado. Acima do ensino primário, os alunos encontravam-se distribuídos entre o Ginásio Estadual e a Escola Artesanal, e os 85 estudantes de 20 anos ou mais anos frequentavam os cursos da Escola Artesanal e da Escola Comercial de Orlandia.

Nos setores e condições de atividade exercidas por um conjunto de 12.067 pessoas analisadas, 31,9% foram consideradas economicamente ativas. Destas, 50% dedicavam-se a atividades agropecuárias e extrativas, 38% a outras atividades economicamente ativas não especificadas pelo censo, e 11,6% trabalhavam em atividades industriais.

A agricultura cafeeira, que colocou Orlândia como maior produtora na região de Ribeirão Preto no censo de 1954, apesar de ter diminuído apenas de 4.914 para 4.511 toneladas de café no censo de 1962, não acompanhou o crescimento da região, que, de 23.898 toneladas passou para 65.012. Desta forma, Orlândia passou para o quarto lugar na produção da região de Ribeirão Preto, o mesmo ocorrendo com a cultura do algodão, que caiu do primeiro para o segundo lugar, e a de arroz, que, de quinto lugar foi para o 12º.

Quanto à atividade industrial, estabelecendo uma relação com os 4,9% de pessoas que se dedicavam às indústrias de transformação no censo anterior, verificou-se um aumento de 315 para 449 pessoas absorvidas por este setor que, distribuído em 28 estabelecimentos, colocou o município orlandino em 12º lugar, em um total de 22, na região de Ribeirão Preto (IBGE, 1962a).

3.4 A Escola Industrial

Acompanhando as melhorias da cidade, a Escola Artesanal, ainda instalada no prédio da avenida do Café, contava, em 1960, com 130 alunos, ampliando sua representatividade perante a cidade e região, embora o Instituto de Educação conservasse sua importância, pelos cursos oferecidos e maior quantidade de alunos. Em notícia do jornal *Folha de Orlândia*, ficou o registro de um grande desfile promovido por esta escola.

Teve lugar, no último domingo, como havíamos noticiado, um desfile escolar dos alunos do Instituto de Educação de Orlândia. A comemoração cívica fora transferida do dia 7 de setembro, homenageava, portanto, a Pátria Brasileira, porém, ao mesmo tempo homenageava o Dia do Professor, que transcorre exatamente a 15 de outubro [...] Organizado pela nossa escola secundária, em colaboração com a Prefeitura Municipal, alcançou o desfile grande beleza, colocando-se entre os mais importantes e empolgantes momentos de nossa cidade [...] Tinha uma beleza à parte o pelotão dos arcos com alunas que marchavam agitando seus arcos coloridos ao ritmo da fanfarra [...] o pelotão das bananinhas, em trajes característicos, estalando seus tamancos nas pedras do calçamento [...] As bandeiras, guardadas por soldadinhos estilizados, davam ao conjunto a nota de civismo e brasilidade. A maior atração, entretanto, como nos outros anos, foi o majestoso e empolgante carro alegórico. (O DESFILE..., 1961).

Conforme Renk (2008), os desfiles cívicos e comemorativos são exemplos de momentos festivos da vida escolar que, ao ficarem registrados na memória de seus atores, provocam um resgate do tempo, do espaço e das relações sociais. Carregados de simbolismo, os desfiles são constituídos de participantes enfileirados e uniformizados carregando estandartes e bandeiras, sendo representativos de uma festa de ordem, diferentemente do carnaval, classificado como uma festa de desordem, pela inversão da hierarquia e da organização.

Iniciados em uma área de concentração, os desfiles possuem itinerário e sequência predeterminados das escolas participantes, e seu momento mais importante ocorre na frente do palanque oficial, onde se reúnem os políticos locais e pessoas com visibilidade social em uma cidade pequena, por meio de uma apresentação principal, na qual as escolas apresentam exhibições musicais ou coreografias especiais. Em seguida, o desfile dirige-se à área de dispersão (LACERDA, 2012).

Quanto à Escola Artesanal, as melhorias também se refletiram em nível legal, com a mudança de denominação para Escola Industrial de Orlândia do tipo “A”, conforme Decreto nº 41.895 (SÃO PAULO, 1963a), de 30 de abril de 1963, publicado no DOE de 4 de maio de 1963. A denominação “tipo A” veio em atendimento ao Decreto nº 41.761, de 29 de março de 1963, que alterou o anterior Decreto nº 38.643, de 27 de junho de 1961. Em seu artigo 32, as escolas industriais foram classificadas em categorias, tomando-se como critério o número e a natureza dos cursos ordinários que mantinham. Desta forma, foram enquadradas na categoria “A” as escolas industriais que mantinham apenas cursos de aprendizagem profissional, ou estes e curso básico vocacional (ginásio industrial, na forma da Lei Federal nº 4.024/1961) com número incompleto de suas séries em funcionamento. Foram enquadradas na categoria “B” as escolas industriais que mantinham, além dos cursos de aprendizagem profissional, curso básico vocacional (ginásio industrial, na forma da Lei Federal nº 4.024/1961) com todas as suas séries em funcionamento.

A alteração da denominação Escola Artesanal para Escola Industrial atendeu à Lei Estadual nº 6.052, de 03 de fevereiro de 1961, porém de forma tardia, uma vez que foi superada pela promulgação da Lei n. 4.024/61, em 20 de dezembro do mesmo ano.

Nos anos 1960, 1961 e 1962, a escola continuou oferecendo cursos ordinários de Ajustadores Mecânicos e de Economia Doméstica e cursos extraordinários de Torneiro Mecânico e Corte e Costura de iniciação e de continuação. A quantidade total de matrículas persistiu de uma forma estável de 1959 a 1961, com 136, 130 e 138 matrículas,

respectivamente, com um ligeiro declínio em 1962, para 94 alunos (ESCOLA..., 1964a; ESCOLA..., s.d).

O efeito emblemático da denominação “escola industrial” prevaleceu no ideário da população das cidades onde estas escolas existiram, de tal forma que, mesmo tendo havido alterações de nomes em seguida, muitas escolas profissionais permanecem identificadas até hoje como “escolas industriais” (SANFINS, 2013; LIMA, 2007).

3.4.1 O curso ginasial

Além da mudança de denominação, a partir de 1963, a Escola Industrial teve sua importância reafirmada perante a comunidade orlandina e da região pela instalação do curso ginasial. A autorização para a instalação do curso, bem como para expedição de diplomas com validade nacional, ocorreu de acordo com o artigo 4º da Portaria Ministerial nº 558, de 5 de dezembro de 1963, do Ministério da Educação e Cultura, e pela Portaria da Diretoria do Ensino Industrial de 2 de janeiro de 1964, publicada em 13 de janeiro de 1964, no *Diário Oficial da União*, Seção I, Parte I, p. 305 e 307, que apresentou em seu artigo 1º:

Fazer público que, até a presente data, estão legalmente autorizados a funcionar, e em conseqüência, em condições de expedir diploma e certificados com validade nacional, os estabelecimentos de ensino industrial, com os respectivos cursos constantes da relação anexa – *Armando Hildebrand*, Diretor.

Escola Industrial de Orlandia (n. de inscrição 159) – Avenida do Café, 367 – Orlandia – Ent. Mant. Governo do Estado. Cursos: Ginásio Industrial. Aprendizagem: Mecânica geral.

Embora mantendo o curso ginasial, a escola manteve a denominação Escola Industrial até 1965, quando seria transformada em Ginásio Industrial Estadual de Orlandia.

É importante enfatizar que a identidade da escola quanto ao preparo de homens e mulheres em cursos rápidos de escolarização não qualificada persistiu durante algum tempo, concomitantemente ao curso ginasial. Os cursos ordinários e extraordinários de iniciação e de continuação masculinos de Mecânica Geral e Ajustagem Mecânica, e os femininos de Costureira e Educação Doméstica existiram até 1964. Estes foram substituídos, a partir de 1965, por Cursos de Aprendizagem Profissional (CAP), diurnos e noturnos, que se

estenderam até 1970. Neste período, também foram desenvolvidos cursos preparatórios (de 1966 a 1968) e cursos avulsos de iniciação à pintura (1966 e 1967), de natureza profissionalizante (ESCOLA..., 1960; LIMA, 1985). O curso ginásial foi iniciado no ginásio industrial em 1963, com 83 alunos em classes de 1ª série e 16 alunos em uma 2ª série especial, ainda quando a escola tinha a denominação de Escola Industrial. Atendendo alunos de Orlandia e municípios vizinhos de Sales Oliveira, Morro Agudo e Nuporanga, este curso perdurou com inscrições nas séries iniciais até 1974, quando foi sendo extinto gradativamente, até 1978.

Os exames de admissão para ingresso na 1ª série do curso ginásial industrial foram realizados em primeira e segunda épocas, respectivamente, nos dias 13, 14 e 15 de dezembro de 1962, e em 13, 14 e 15 de fevereiro de 1963, perante banca constituída de professores de português, matemática, geografia e história do Brasil, além do escriturário e do diretor da escola. Para serem aprovados, os candidatos eram avaliados em uma escala de zero a dez pontos, nas três colunas de menções de português, matemática e de geografia e história do Brasil. De 105 candidatos foram aprovados 84, ou 80%, em primeira e segunda épocas, sendo 50 masculinos e 34 femininos (ESCOLA..., 1962a).

Uma das fontes compreendeu um livro de matrículas que possibilitou o levantamento de alguns dados, apenas nos anos de 1963 e 1964 nele registrados, por meio de colunas com o número de matrícula, nome, idade, naturalidade, filiação, profissão e nacionalidade do pai, residência, época da inscrição, ano do curso, eliminação, média de exame e observações. Alguns dados a respeito dos alunos matriculados, como a idade no ato da matrícula, domicílio, e sexo foram coletados. No entanto, a coluna referente à profissão do pai não traz informações a respeito, contendo apenas a nacionalidade, que em sua grande maioria era brasileira, com alguns japoneses e portugueses (ESCOLA..., 1960).

A Tabela 14 apresenta o resumo das matrículas do ano de 1963 do curso ginásial industrial.

Tabela 14 – Matrículas do curso ginásial industrial da Escola Artesanal de Orlandia em 1963

	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
1ª Série A	20	11	31
1ª Série B	20	10	30
1ª Série C	10	12	22
2ª Série Especial	10	6	16
TOTAL	60	39	99

Fonte: Escola Artesanal de Orlandia (1960)

De acordo com dados retirados do livro de matrículas citado, os 83 alunos matriculados em primeiro de março de 1963 nas 1^{as} séries A, B e C apresentaram o seguinte perfil:

- quanto ao sexo, 61,5% eram do sexo masculino e 38,5%, do sexo feminino;
- quanto à origem, 37,5% provinham de Morro Agudo, 29% de Orlandia, 29% de Nuporanga, 2,4% de Sales Oliveira e 2,4% não declararam o domicílio;
- quanto às idades no ato da matrícula, estas oscilaram entre 11 e 19 anos, sendo que 27% dos alunos tinham 14 anos, 23% tinham 15, 21% tinham 13, 13% tinham 12, 6% tinham 16, 5% tinham 11, 2% tinham 17, 1% tinha 19 e 2% não tinham idade declarada.

Do total de 83 alunos matriculados na 1^a série, 68 chegaram ao final do ano letivo, com uma evasão de 30%, calculada levando em conta a quantidade inicial de matrículas. O resultado final apresenta 19 promovidos, 32 reprovados e 17 alunos em segunda época. Não foram encontrados dados a respeito dos resultados das segundas épocas para o cálculo de retenção, embora constem 18 repetentes na ata dos exames de admissão para as 1^{as} séries do ano seguinte (ESCOLA..., 1960).

Além das 1^{as} séries, em 1963 também funcionou uma 2^a série, denominada “2^a série especial”. Os alunos diplomados na 2^a série artesanal passaram por exames de adaptação, conforme o artigo 51, parágrafo 2º da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Estes foram realizados em primeira época em 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27 e 28 de junho, e em segunda época, nos dias 27, 29, 30 e 31 de agosto, nas disciplinas de português, matemática, ciências, história, geografia, inglês e desenho, perante uma banca examinadora composta por dois professores de cada disciplina. Foram inscritos 21 candidatos, tendo sido aprovados 11 alunos. A 2^a série especial foi composta por 16 alunos, verificando-se a excepcionalidade de seu funcionamento a partir de agosto do corrente ano (ESCOLA..., 1960; 1962b).

O livro de matrículas permitiu o levantamento dos dados abaixo a respeito dos alunos matriculados na 2^a série especial de 1963:

- quanto ao sexo, 62,5% eram do sexo masculino e 37,5%, do sexo feminino;
- quanto à origem, 44% eram oriundos de Orlandia, 37% de Sales Oliveira e 19% de Morro Agudo;

- quanto às idades, 25% tinham 16 anos; alunos e alunas de 14, 15 e 17 anos compreenderam uma porcentagem de 19% em cada idade mencionada, e os que possuíam 13, 18 e 20 anos representaram 6% em cada idade.

No final do ano, nove alunos frequentavam a 2ª série, configurando uma evasão de 43%, calculada a partir da quantidade inicial de matrículas, sendo que seis foram promovidos, dois ficaram de segunda época e um foi reprovado. O resultado da segunda época não consta das fontes consultadas, prejudicando o cálculo da retenção e aprovação, embora nos exames de admissão para a mesma série no ano seguinte constem dois candidatos repetentes (ESCOLA..., 1962b).

Neste ano de 1963 também funcionou o curso ordinário e extraordinário de Ajustadores e Torneiros Mecânicos, com 30 alunos (ESCOLA..., 1964a).

A implantação do curso ginásial e o prognóstico de aumento do corpo discente suscitaram providências no sentido da construção de um prédio mais apropriado para a escola. Sendo assim, o deputado estadual orlandino, Maurício Leite de Moraes apresentou o Projeto de Lei nº 1.658, de 10 de junho de 1963, solicitando verba para que a prefeitura municipal construísse o prédio. No entanto, este Projeto de Lei não teve sucesso e a escola permaneceu nas mesmas dependências da Avenida do Café. A justificativa do citado projeto de lei, publicada no DOE de 19/06/1963, segue abaixo:

A escola industrial de Orlandia, uma das mais antigas de nosso estado, é um estabelecimento de ensino profissional que dá assistência à numerosa juventude, tanto da cidade, como das localidades vizinhas, tais como Morro Agudo, Sales de Oliveira, Nuporanga e outras. A Escola Industrial se tem afirmado como um estabelecimento de primeira ordem, e a ela vem afluindo um volume de interessados cada vez maior, impondo-se como solução para a mocidade da região dada a condição de zona paulista intensamente industrializada como é Orlandia, com um enorme mercado de trabalho para o trabalhador especializado que a Escola diploma. Está dentro da atual política da Secretaria de Educação a ampliação de institutos de ensino profissional, sendo mesmo objetivo do Estado a criação de Universidades Técnicas. O atual prédio da Escola de Orlandia não atende mais ao número de candidatos que a procuram. Impõe-se a sua instalação condigna, estando a Prefeitura local interessada em contribuir com o seu quinhão para a edificação de um prédio à altura das necessidades locais. Daí a apresentação

do presente projeto de lei que atende a uma necessidade vital do município e traduz a aspiração geral do povo de Orlândia. (SÃO PAULO, 1963b, p. 13).

No ano de 1963, mereceu destaque na cidade a fundação da Cooperativa dos Agricultores da Região de Orlândia (Carol), por iniciativa de um grupo de 59 produtores, em 29 de fevereiro deste ano. A cooperativa agrícola, que trouxe um grande impulso econômico para a região, tinha o objetivo de integrar o cooperado na busca de soluções conjuntas para amenizar os custos dos insumos e melhorar a lucratividade, voltadas ao melhoramento tecnológico e a novas alternativas (FÉLIX, 2012).

Figura 23 – Cooperativa Carol em 1977



Fonte: Prefeitura Municipal de Orlândia (2013)

A história da Carol colecionou grandes sucessos, como expansões para os estados de Mato Grosso e Tocantins, a partir de 1990. Suas instalações compreenderam lojas, estruturas de armazenagem e outros empreendimentos, sendo que, em 2010, foi vendida para um grupo de estrangeiros (FÉLIX, 2012).

Para o ano de 1964, os exames de admissão para ingresso na 1ª série do curso ginásial industrial foram realizados em primeira e segunda épocas, respectivamente nos dias 12, 13 e 14 de dezembro de 1963, e em 13, 14 e 15 de fevereiro de 1964, perante banca constituída de professores de português, matemática, geografia e história, além do escriturário e do diretor da escola. A aprovação seguiu os moldes do ano anterior, e de 68 candidatos foram aprovados 47%, em primeira e segunda épocas (ESCOLA..., 1960; 1962a).

A Tabela 15 apresenta o resumo das matrículas do curso ginásial industrial em primeiro de março de 1964.

Tabela 15 – Matrículas no curso ginásial industrial da Escola Artesanal de Orlandia em 1964

	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
1ª Série A	23	10	33
1ª Série B	16	10	26
TOTAL	39	20	59
2ª Série	18	11	29
3ª Série	3	1	4
TOTAL	60	32	92

Fonte: Escola Artesanal de Orlandia (1960)

As 1^{as} séries A e B foram constituídas de 59 alunos com o perfil abaixo (ESCOLA..., 1960):

- quanto ao sexo, 66% eram do sexo masculino e 39%, do feminino;
- quanto à origem, 61% eram de Orlandia, 27% provinham de Morro Agudo, 10% de Nuporanga e um aluno era de Sales Oliveira (1,7%);
- quanto às idades no ato da matrícula, estas oscilaram entre 11 e 18 anos, sendo que 29% dos alunos tinham 13 anos, 18% tinham 11, 15% tinham 12, 12% tinham 15, 12% tinham 16, 7% tinham 11, 3,5% tinham 17, 1,5% tinham 18 e 1,5% não declarou idade.

Em 1964, além das 1^{as} séries funcionaram também uma 2ª série com 29 alunos e uma 3ª série com quatro alunos no curso ginásial, seis alunos no curso ordinário de Mecânica Geral, e 97 alunos e alunas nos cursos extraordinários noturnos de Mecânica Geral e Economia Doméstica, totalizando 103 matrículas (ESCOLA..., 1960).

Dos 59 alunos matriculados nas 1^{as} séries do curso ginásial industrial, 53 compareceram aos exames finais, configurando uma evasão de 10%, calculada a partir da quantidade inicial de matrículas. O resultado final compreendeu 34 promovidos, considerando as aprovações também em segunda época. Dos 29 alunos matriculados na 2ª série do curso ginásial, 26 compareceram aos exames finais, configurando uma evasão de 10%, calculada a partir da quantidade inicial de matrículas. O resultado final compreendeu 17 promovidos após a segunda época. A 3ª série apresentou quatro alunos matriculados no início do ano e seis no final, com cinco promovidos após a segunda época (ESCOLA..., 1962b).

Em uma das fontes consultadas foi encontrado um quadro de horários no qual constava a quantidade de aulas semanais, ministradas de segunda-feira a sábado, nas três 1^{as} séries do curso ginásial em funcionamento. As duas aulas semanais de Educação Física masculina e uma aula semanal de Educação Física feminina não constam do quadro porque

não houve especificação da série nas quais deveriam constar. A Tabela 16 apresenta as disciplinas com a respectiva distribuição por série:

Tabela 16 – Distribuição de aulas conforme o horário do curso ginásial, na 1^a, 2^a e 3^a série, em 1964, na Escola Industrial de Orlândia

DISCIPLINAS	1ª SÉRIE	2ª SÉRIE	3ª SÉRIE
Português	5	5	4
Matemática	4	4	4
Ciências	2	2	2
História	2	2	-
Geografia	2	2	2
Inglês	-	-	2
Desenho	2	2	2
Canto Orfeônico	1	1	1
Artes Ind./Economia Dom.	8	8	-
Práticas Profissionais	-	-	9

Fonte: Escola Artesanal de Orlândia (1962b)

Silva (2013) apresenta a grade curricular vigente para o ginásio industrial, na década de 1960, da atual Etec José Rocha Mendes, na cidade de São Paulo, com algumas diferenças da escola objeto deste trabalho. Nas 1^{as} e 2^{as} séries, as disciplinas de cultura geral eram as mesmas acima apresentadas, porém com a inserção de inglês. As disciplinas de cultura geral ou artes industriais eram constituídas de aulas de pintura, tipografia e encadernação, serralheria, fundição, ajustagem, eletricidade, marcenaria, entalhamento e tornearia. Na 3^a e 4^a séries, a grade difere pela não inserção de desenho, que na escola estava incluído em todas as séries. As aulas de práticas profissionais e tecnologia estavam atreladas às áreas, como a de mecânica de máquinas e eletrotécnica.

Uma vez que não havia ainda a 4^a série e, conseqüentemente, nenhum concluinte do curso ginásial industrial em 1964, no livro de registro de diplomas constaram somente cinco certificados de conclusão do curso de Mecânica Geral (ESCOLA..., 1964b).

Em 1964 funcionaram ainda os seguintes cursos extraordinários de qualificação no período noturno: Torneiro Mecânico, com 11 matrículas; Ajustadores Mecânicos, com 20 matrículas; Eletricidade, com 18 matrículas; e duas turmas de Corte e Costura, com 48 alunas, perfazendo um total de 97 alunos (GINÁSIO..., 1967).

Neste ano, foi iniciada na cidade a dinamização do parque municipal, chamado de “gruta”, que continuou até 1969. Este parque, que recebeu o nome de Parque Municipal Cyro Armando Catta Preta, em homenagem ao prefeito, representa um ponto turístico da cidade até

os dias de hoje, constituindo uma reserva ecológica com trilhas e diversas instalações voltadas ao lazer, com piscina de água mineral tratada, campo de futebol, quadras de voleibol, basquetebol e tênis, e quiosques para churrasco. Para as crianças, oferece um amplo e sombreado parque infantil, sendo que, quando inaugurado, tinha uma concha das águas e dos sons e pista de aerodelismo (FERREIRA, 1969; FÉLIX, 2012).

A cidade de Orlandia, em sua trajetória de progresso, estava preparada para acolher a instalação do ginásio industrial, que será apresentado na próxima seção.

4 O GINÁSIO INDUSTRIAL

Esta seção pretende acompanhar a trajetória da atual Escola Técnica Estadual Professor Alcídio de Souza Prado, de Orlândia, em continuidade com suas transformações na década de 1960, a partir da seção anterior, compreendendo a mudança da Escola Industrial para Ginásio Industrial, em 1965, e para Ginásio Industrial Estadual Prof. Alcídio de Souza Prado, em 1968. Em 1976, a escola objeto deste trabalho foi transformada em Centro Estadual Interescolar Professor Alcídio de Souza Prado, sendo que o final do período deste trabalho foi delimitado em 1978, quando recebeu o nome de Escola Estadual de 2º grau Prof. Alcídio de Souza Prado, coincidindo com o término do curso ginásial ou de 1º grau.

Sendo assim, quando, no ano de 1965, a Escola Industrial mudou de denominação, passando a se chamar Ginásio Industrial Estadual de Orlândia, conforme Decreto nº 44.533, publicado em 19 de fevereiro de 1965, isto ocorreu de forma um pouco tardia, uma vez que o curso ginásial já funcionava desde 1963, sendo seu diretor Luiz Fregonesi Filho e o assistente de diretor, Adonae Rodrigues de Lima (LIMA, 1985).

Figura 24 – Pátio interno do prédio principal da rua Hum



Fonte: Etec, Centro de Memória (s.d.)

A foto apresentada na Figura 24, pertencente ao acervo do Centro de Memória da Etec Prof. Alcídio de Souza Prado, provavelmente tenha sido tirada por um profissional em algum evento comemorativo, em meados de 1965. Nela encontram-se fotografados o diretor Luiz Fregonesi Filho à direita, e os professores de cultura técnica, a partir da esquerda, Emílio Misao Mishima, Adonae Rodrigues de Lima, Vanor Simões e Paulo Affonso Perujo, no pátio interno do prédio principal da Rua Hum com a Avenida do Café.

Em 12, 14 e 15 de dezembro de 1964, foram realizados exames de admissão em primeira época, e em 11, 12 e 13 de fevereiro de 1965, em segunda época, para a 1ª série do curso ginásial industrial do ano de 1965, para 78 candidatos, com 51 (65%) aprovações. As provas realizadas foram de português, matemática, e de geografia e história (ESCOLA..., 1962a).

Com o alunado do curso ginásial industrial aumentando gradativamente, neste ano de 1965 funcionaram duas 1^{as} séries, A e B, com 55 alunos matriculados; duas 2^{as} séries, A e B, com 42 alunos matriculados; uma terceira série, com 13 alunos matriculados; e uma 4ª série do curso ginásial, com quatro alunos matriculados. O livro de matrículas que passou a ser utilizado a partir de 1965 permitiu pesquisar somente o sexo e a origem dos alunos, sendo que o levantamento abaixo se refere às 1^{as} séries (ESCOLA ARTESANAL DE ORLÂNDIA DE ORLÂNDIA, 1962b):

- quanto ao sexo, 71% eram do sexo masculino e 39%, do feminino;
- quanto à origem, 38% eram de Orlandia, 36,5% de Morro Agudo, 23,5% de Nuporanga e 2% de Sales Oliveira.

A Tabela 17 apresenta o resumo das matrículas do ano de 1965.

Tabela 17 – Matrículas no curso ginásial industrial na Escola Industrial de Orlandia em março de 1965

	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
1ª Série A	30	4	34
1ª Série B	9	12	21
2ª Série A	19	6	25
2ª Série B	5	12	17
3ª Série	10	3	13
4ª Série	3	1	4
TOTAL	77	38	114

Fonte: Escola Artesanal de Orlandia (1962b)

Ao se fazer uma comparação entre o domicílio declarado dos alunos matriculados em 1963 e 1964, percebe-se o aumento na quantidade de alunos de Orlandia de 44% para 62%, sendo que, neste ano, apesar da porcentagem de domicílios de alunos ter sido mais distribuída, o município orlandino apresenta a maior.

Na ata das notas finais, em dezembro de 1965, eram frequentes 41 alunos na 1ª série, configurando uma evasão de 25%, calculada a partir da quantidade inicial de matrículas. No

resultado final constaram 22 alunos promovidos, em primeira e segunda épocas. Na 2ª série, eram frequentes 30 alunos no final do ano, com uma evasão de 28%, calculada a partir da quantidade inicial de matrículas, sendo que 17 alunos foram promovidos após os resultados da segunda época. Na 3ª série, eram frequentes nove alunos no final do ano, com uma evasão de 30%, calculada a partir da quantidade inicial de matrículas, sendo que nove foram promovidos após o resultado da segunda época. A 4ª série era frequentada por quatro alunos, em dezembro, que haviam se matriculado no início do ano letivo, não havendo, portanto, nenhuma evasão, sendo todos concluintes do curso ginasial (ESCOLA..., 1962b).

O certificado representado na Figura 25, registrado em livro próprio, conferiu a conclusão do Curso Ginásial Industrial, não constando em seu verso quais disciplinas específicas foram cursadas, uma vez que o espaço para tal registro encontra-se em branco.

Figura 25 – Certificado de conclusão do curso ginasial Industrial do Ginásio Industrial Estadual de Orlandia (frente)



Fonte: Etec, Diretoria de Serviço Acadêmica (s.d.)

Figura 26 – Certificado de conclusão do curso ginasial industrial, do Ginásio Industrial Estadual de Orlandia (verso)



Fonte: Etec, Diretoria de Serviço Acadêmica (s.d.)

Os quatro concluintes de 1965 tinham idades entre 14 e 19 anos, sendo três alunos no curso ginásial com especialidade em Mecânica Geral, e uma aluna com especialidade em Economia Doméstica. Em livro próprio encontram-se registradas as disciplinas gerais cursadas, que foram português, matemática, ciências, história, geografia, desenho e inglês, nas quatro séries, com exceção de história, ausente na 3ª série, geografia, ausente na 4ª série, e inglês, presente nas duas últimas séries. As disciplinas específicas compreenderam desenho, nas quatro séries, e prática profissional, na 3ª e 4ª séries. As práticas educativas constantes, que não tiveram menções atribuídas, com avaliação por frequência, foram canto orfeônico e educação física. As disciplinas específicas na especialidade Mecânica Geral eram desenho, artes industriais e prática profissional, e na especialidade Economia Doméstica eram desenho e prática profissional (ESCOLA..., 1964b).

No ano de 1965, também foram iniciados os cursos de aprendizagem profissional (CAP) e, conforme dados constantes em certificados de conclusão de Mecânica Geral, o aluno era “admitido sem vestibular e sob regime de Têrmo e Portaria nº 50, de 8 de dezembro de 1962, da Diretoria de Ensino Profissional”. O curso tinha a duração de três anos, com as disciplinas gerais de português, matemática, ciências e estudos sociais e específicas de desenho, prática profissional e tecnologia (ESCOLA..., 1964b).

Neste ano também foram realizadas quarenta matrículas em Mecânica Geral, em duas turmas, sendo uma diurna e outra noturna, e uma turma noturna de Corte e Costura, com 14 alunas, perfazendo um total de 54 matrículas nos cursos ordinários (GINÁSIO..., 1967).

Os exames de admissão para a 1ª série do curso ginásial industrial do ano de 1966, seguindo os mesmos moldes dos anteriores, ocorreram em 10, 11 e 13 de dezembro de 1965 em primeira época e, em segunda época, em 12, 14 e 15 de fevereiro de 1966, para 89 candidatos, tendo sido aprovados 57 (64%) (ESCOLA..., 1962a).

A Figura 27 apresenta uma foto da participação da escola em desfile cívico realizado em 7 de setembro de 1965, cujo tema era voltado às figuras históricas brasileiras, com o personagem Tiradentes sobre um carro alegórico, conforme publicação no jornal estudantil *Alcídio News*, de 3 de novembro de 1995, pertencente o Centro de Memória da Etec Prof. Alcídio de Souza Prado. Conforme legenda da foto, constam as informações de que Tiradentes foi representado pelo aluno José da Silva, tendo sido registradas as presenças, em segundo plano, dos professores Emilio Misao Mishima e Rosivaldo Azis (RECORDANDO, 1995).

Figura 27 – Desfile comemorativo em 1965

Fonte: Etec, Centro de Memória (s.d.)

A Tabela 18 apresenta o resumo das matrículas de primeiro de março de 1966, não constando nenhum dado a respeito dos matriculados, o que impossibilitou a construção do perfil dos alunos.

Tabela 18 – Matrículas no curso ginásial industrial do Ginásio Industrial de Orlândia em 1966

	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
1ª Série A	20	20	40
1ª Série B	18	9	27
TOTAL	38	29	67
2ª Série	17	9	26
3ª Série	7	10	17
4ª Série	7	2	9
TOTAL	69	50	119

Fonte: Escola Artesanal de Orlândia (1962b)

Nas 1^{as} séries, dos 67 alunos matriculados, 60 permaneceram até o final do ano, configurando uma evasão de 10%, calculada a partir da quantidade inicial de matrículas, sendo que 32 foram promovidos em primeira e segunda épocas. Na 2ª série, dos 26 matriculados, 21 permaneceram até o final do ano, configurando uma evasão de 19%, calculada a partir da quantidade inicial de matrículas, sendo que 13 alunos foram promovidos após o resultado da segunda época. Na 3ª série, permaneceram 15 matriculados, com uma

evasão de 11%, calculada a partir da quantidade inicial de matrículas, sendo que oito alunos foram promovidos após os resultados da segunda época. Na 4ª série, os nove alunos matriculados concluíram o curso (ESCOLA..., 1962b).

Dos nove concluintes do curso ginásial industrial, sete fizeram-no na especialidade Mecânica Geral e duas alunas na especialidade Economia Doméstica. Os alunos concluintes tinham de 14 a 22 anos, e as alunas, 16 anos (ESCOLA..., 1964b).

No ano de 1966, quanto aos Cursos de Aprendizagem Profissional (CAP), funcionaram os de Mecânica Geral, com 44 matrículas, Corte e Costura, com 46 matrículas, turma mista com nove alunos, perfazendo um total de 99 matrículas, e ainda duas turmas de curso avulso de Pintura, com 38 matrículas e duração de cinco meses (GINÁSIO..., 1967).

Quanto à turma mista, constatou-se que os alunos e alunas remanescentes das 1^{as} séries de diferentes cursos eram agrupados em uma série única, em virtude da evasão na série anterior.

Os exames de admissão para a 1ª série do curso ginásial industrial para o ano letivo de 1967 foram realizados em primeira época nos dias 5, 6 e 7 de dezembro de 1966, e em segunda época, em 13, 14 e 15 de fevereiro de 1967, nos mesmos moldes dos anteriores. Dos 145 candidatos, foram aprovados 84, com uma taxa de aprovação de 58% (ESCOLA..., 1962a).

A Tabela 19 apresenta o resumo das matrículas de primeiro de março de 1967, não constando nenhum dado a respeito dos matriculados, o que impossibilitou a construção do perfil dos alunos.

Tabela 19 – Matrículas no curso ginásial industrial no Ginásio Industrial de Orlândia em 1967

	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
1ª Série A	18	13	31
1ª Série B	20	13	33
1ª Série C	14	19	33
1ª Série D	14	13	27
TOTAL	66	58	124
2ª Série A	19	0	19
2ª Série B	0	22	22
TOTAL	19	22	41
3ª Série	9	8	17
4ª Série	4	6	10
TOTAL	98	94	192

Fonte: Escola Artesanal de Orlândia, 1962b.

As 1^{as} séries ginasiais apresentaram 95 alunos no final do ano, configurando uma evasão de 23%, calculada a partir da quantidade inicial de matrículas. No final do ano, 54 alunos foram aprovados após os resultados da segunda época. Nas 2^{as} séries permaneceram 37 alunos, configurando uma evasão de 10%, calculada a partir da quantidade inicial de matrículas, havendo no resultado final 24 alunos aprovados após os resultados de segunda época. A 3^a série terminou o ano letivo com 16 alunos e uma taxa de evasão de 6%, calculada a partir da quantidade inicial de matrículas, e com nove aprovações após os resultados de segunda época. A 4^a série não apresentou nenhuma perda, e no final do ano apresentou cinco concluintes e cinco reprovações após os resultados de segunda época (ESCOLA..., 1962b).

Os cinco concluintes do curso ginasial industrial tinham idades entre 16 e 17 anos, sendo dois alunos com especialidade em Mecânica Geral e três alunas com especialidade em Economia Doméstica (ESCOLA INDUSTRIAL, 1964b).

Neste ano de 1967, também funcionou o curso de aprendizagem profissional de Mecânica Geral, com 68 matrículas, Corte e Costura, com 84 matrículas, e uma turma mista com 19 alunos, totalizando 171 matrículas, e ainda o curso avulso de Iniciação à Pintura, com 21 alunas (GINÁSIO..., 1967).

No ano de 1967 também constaram dez concluintes em cursos de aprendizagem industrial, sendo sete com especialidade em Mecânica Geral e três em Corte e Costura. As idades dos alunos oscilaram entre 16 e 20 anos, e das alunas entre 17 e 22 anos (ESCOLA INDUSTRIAL, 1964b).

Em todo o período cronológico considerado, de 1949 a 1978, o ano de 1967 foi o que mais teve alunos em cursos profissionalizantes. A partir desse ano, a quantidade foi decrescendo até a extinção destes cursos, em 1970. Embora com muitos alunos, a escola procurava oferecer, na medida do possível, condições de aprendizado nas disciplinas técnicas, na oficina e na sala de Economia Doméstica.

A Figura 28 apresenta uma foto sem data, parte do acervo iconográfico do Centro de Memória da Etec Prof. Alcídio de Souza Prado, que registrou o ambiente interno da oficina mecânica pertencente ao conjunto dos prédios da rua Hum, demonstrando a presença de muitos tornos acomodados em várias bancadas, para aulas do curso de Mecânica Geral e da disciplina de marcenaria.

Figura 28 – Oficina Mecânica do Ginásio Industrial



Fonte: Etec, Centro de memória, (s.d.)

4.1 O Ginásio Industrial Professor Alcídio de Souza Prado

Em 1968, a partir de 15 de maio, a escola recebeu o nome de seu patrono, passando a ser denominada Ginásio Industrial Professor Alcídio de Souza Prado, conforme a Lei nº 10.114, de 13 de maio de 1968, publicada no DOE de 14 de maio de 1968 (p. 8).

Na justificativa do Projeto de Lei nº 822 (SÃO PAULO, 1967), de 12 de dezembro de 1967, publicado no DOE de 15 de dezembro de 1967, que solicita mudanças de denominações para nove escolas estaduais, constam dados biográficos do professor Alcídio de Souza Prado. Por ser um tanto longa, constam abaixo alguns trechos:

O Prof. Alcídio de Souza Prado nasceu na cidade de Morro Agudo, Estado de São Paulo, aos 3 de fevereiro de 1917, vindo a falecer em São Paulo, aos 29 de outubro de 1966. Filho de lavradores de nosso interior, apenas pôde iniciar sua vida de estudos aos 12 anos de idade, em Orlandia, onde, finalmente concluiu com excepcional brilho o curso ginásial no antigo Liceu de Orlandia [...] quase adolescente, concorrer a uma vaga para a cadeira de Português naquele mesmo estabelecimento que um ou dois anos antes o vira obter a primeira colocação em todos os exames das cinco séries em que se dividia o curso ginásial [...] São Paulo e aqui, ao lado das aulas de línguas néo-latinas que ouviu na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, distribuiu amizade e cultura aos alunos do velho e tradicional Liceu Eduardo Prado [...] fundou escolas, semeando luzes. E

nasceram a “Laffayette” na Lapa (hoje Instituto de Educação “Anhanguera”) e o Externato Pinheiros (onde funciona hoje a Escola Israelita “Chaim N. Bia-(ilegível) e a Escola Técnica de Comércio “Campos Elíseos” [...] ministrava aulas por correspondência, de Português (especialmente de redação, no que era um técnico) [...] Concorrendo a uma vaga para lecionar na Escola Industrial “Getúlio Vargas”, logrou obter o 2º lugar na classificação, em razão da contagem de pontos favorável àquele que se classificou em primeiro. No entanto, suas provas foram de tal qualidade que, excepcionalmente, o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) não o quis perder e admitiu-o para si mesmo. Passou então a exercer o cargo de Técnico de Administração [...] chegou a Delegado do DASP em São Paulo. Bacharel em Direito pela famosa Faculdade do Largo de São Francisco [...] Ingressou no magistério superior para lecionar na Escola de Administração de Empresas da Fundação “Getúlio Vargas” em São Paulo [...] rumou êle para os Estados Unidos da América do Norte e, na Universidade de Michigan conquistou, galhardamente, o título de “Master of Business Administration” [...] Para êle, estudo e trabalho faziam parte de um mesmo conceito, soavam a mesma tônica e tinham a mesma intensidade, refletindo-se no futuro do desenvolvimento, que sempre esteve em sua mira, com que tanto sonhou e pelo qual (ilegível) tudo ao seu alcance. (SÃO PAULO, 1967, p. 45-46).

Por ocasião das comemorações dos 60 anos da escola objeto deste trabalho, em 2009, foi organizado um concurso para escolha de uma gravura, que posteriormente foi inserida em selo comemorativo produzido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. O vencedor do concurso foi um aluno, autor da gravura abaixo, na qual se encontra a figura do patrono da escola, Prof. Alcídio de Souza Prado, tendo ao fundo um desenho do prédio atual da escola.

Figura 29 – Selo comemorativo dos 60 anos



Fonte: Etec Professor Alcídio de Souza Prado (s.d.)

Os exames de admissão para a 1ª série do curso ginásial industrial para o ano letivo de 1968 foram realizados em primeira época em três de dezembro de 1967 com candidatos organizados em três turmas e, em segunda época, com duas turmas, em 11 de fevereiro de 1968, para o curso diurno e o curso noturno. Em atendimento às instruções da Portaria nº 30, do Departamento de Ensino Profissional, de 8 de novembro de 1967, e comunicados de 23 de novembro e 1º de dezembro de 1967, os exames de admissão foram constituídos de prova de português e matemática. Dos 201 candidatos, 124 foram aprovados, com uma taxa de aprovação de 61% (ESCOLA..., 1962a).

A Tabela 20 apresenta o resumo das matrículas de primeiro de março de 1968, quando a escola ainda não havia recebido o nome de seu patrono, tendo 184 alunos no período diurno e 75 no noturno, não constando nenhum dado a respeito dos matriculados, o que impossibilitou a construção do perfil dos discentes.

Tabela 20 – Matrículas no curso ginásial industrial do Ginásio Industrial de Orlândia em 1968

	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
1ª Série A	22	14	36
1ª Série B	13	16	29
1ª Série C (tarde)	14	14	28
1ª Série D (noite)	16	22	38
1ª Série E (noite)	37	0	37
TOTAL	102	66	168
2ª Série A	16	13	29
2ª Série B	13	13	26
TOTAL	29	26	55
3ª Série	12	15	27
4ª Série	4	5	9
TOTAL	147	112	259

Fonte: Escola Artesanal de Orlândia (1962b)

As 1^{as} séries ginásiais, com 119 alunos no final do ano, configuraram uma evasão de 29%, calculada a partir da quantidade inicial de matrículas. No final do ano, 99 alunos foram aprovados após o resultado da segunda época. Nas 2^{as} séries permaneceram 45 alunos, configurando uma evasão de 18%, calculada a partir da quantidade inicial de matrículas, havendo no resultado final 38 alunos promovidos após os resultados de segunda época. A 3ª série terminou o ano letivo com 23 alunos e uma taxa de evasão de 15%, calculada a partir da quantidade inicial de matrículas, e com todos os alunos promovidos após os resultados de

segunda época. A 4ª série não apresentou nenhuma perda e no final do ano apresentou nove concluintes após os resultados de segunda época (ESCOLA..., 1962b).

Os concluintes do curso ginasial industrial do ano de 1968 compreenderam cinco alunos com especialidade em Mecânica Geral, com idades entre 16 e 21 anos, e quatro alunas com especialidade em Economia Doméstica, com idades de 21 a 17 anos. Nas cópias dos certificados deste ano das alunas constaram como disciplinas específicas artes industriais, iniciação profissional, desenho, artes aplicadas, boas maneiras, noções de dietética, puericultura, relações familiares e noções de enfermagem (ESCOLA INDUSTRIAL, 1964b).

Os cursos de aprendizagem profissional tiveram, neste ano, 32 matrículas em Mecânica Geral, 64 em Corte e Costura e 23 na turma mista, perfazendo um total de 119 matrículas, distribuídas em dez turmas, sendo duas diurnas e oito noturnas (GINÁSIO..., 1967). O curso avulso de iniciação à pintura, com 27 alunas, não consta do livro de matrículas, mas aparece em um dos documentos visitados (ESCOLA..., 1964a).

No ano de 1968 também constam 15 concluintes em cursos de aprendizagem industrial, sendo cinco com especialidade em Mecânica Geral, com idades entre 17 e 21 anos, e dez em Corte e Costura, com idades entre 16 e 21 anos (ESCOLA INDUSTRIAL, 1964b).

Uma das principais preocupações do ginásio industrial, e que constou em ata de reunião pedagógica, foi a organização da tradicional exposição dos trabalhos dos alunos no final de ano, determinada legalmente por portaria, com convocação da presença dos professores (GINÁSIO INDUSTRIAL ESTADUAL PROFESSOR ALCÍDIO DE SOUZA PRADO, 1968).

O aumento do alunado da escola objeto deste trabalho acompanhou o desenvolvimento da cidade.

Conforme o jornal *O Prumo*, Orlândia contava, em 1968, com 14.500 habitantes, sendo dez mil residentes na zona urbana em 2.200 prédios construídos, dos quais 2.100 eram servidos pelas redes de água e esgotos e por energia elétrica, tendo sido pavimentados 130 quarteirões em cinco anos. O orçamento municipal era ultrapassado, na região, apenas pelos das prefeituras das cidades de Ribeirão Preto e Franca (SABIA..., 1969). Portanto, a década de 1960 foi marcada pelo crescimento e desenvolvimento da cidade, aliados às melhorias na infraestrutura. Com as denominações de “cidade jardim”, “capital do arroz”, “capital dos jardins e avenidas” somou à Vila Marcussi existente as Vilas Jurca, Tinazo e Bucci (A CRIAÇÃO..., 1969).

O ano de 1968 foi muito significativo para Orlândia, uma vez que ocorreu a I Festa do Arroz, realizada de 8 a 16 de junho, incluída no calendário turístico oficial do estado e com o *slogan* “Joguem arroz sobre Orlândia” (FESTA, 1969).

Como evento cultural, merece menção a inauguração da biblioteca municipal, em março de 1968. Instalada no prédio antigamente destinado à cadeia municipal, denominada popularmente de “péla porco”, iniciou suas atividades com acervo totalmente adquirido por doação e atendia, nos primeiros anos de funcionamento, cerca de trezentos sócios, com frequência diária de 35 pessoas, entre adultos e crianças (BIBLIOTECA PÚBLICA, 1969).

A Figura 30 apresenta uma foto atual do Palácio da Cultura Municipal, cujo prédio anteriormente abrigou a Biblioteca Municipal.

Figura 30 – Palácio da Cultura, antiga Biblioteca Municipal



Fonte: Prefeitura Municipal de Orlândia (2013)

Para o ano letivo de 1969, os exames de admissão para a 1ª série do curso ginásial industrial foram realizados em primeira época em 14 e 15 de dezembro de 1968, com candidatos organizados em três turmas, e em segunda época, com duas turmas, em 11 de fevereiro de 1969, para os cursos diurno e noturno, nos mesmos moldes dos exames de admissão anteriores. Dos 155 candidatos, foram aprovados 105, com uma taxa de aprovação de 68% (ESCOLA..., 1962a).

A tabela 21 apresenta o resumo das matrículas em 3 de março de 1969, sendo 233 alunos matriculados no período diurno e 156 no noturno, não constando nenhum dado a respeito dos matriculados, o que impossibilitou a construção do perfil dos discentes.

Tabela 21 – Matrículas no curso ginásial industrial no GIE Prof. Alcídio de Souza Prado em 1969

	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
1ª Série A	20	12	32
1ª Série B	17	14	31
1ª Série C	14	15	29
1ª Série D	18	13	31
1ª Série E (noite)	31	0	31
1ª Série F (noite)	19	24	43
TOTAL	119	78	197
2ª Série A	16	15	31
2ª Série B	14	18	32
2ª Série C (noite)	27	0	27
2ª Série D (noite)	11	16	27
TOTAL	68	49	117
3ª Série (diurna)	11	13	24
3ª Série (noite)	11	16	27
TOTAL	23	29	52
4ª Série	9	14	23
TOTAL	219	170	389

Fonte: Escola Artesanal de Orlândia (1962b)

As 1^{as} séries ginásiais, com 141 alunos no final do ano, configuraram uma evasão de 29%, calculada a partir da quantidade inicial de matrículas e quatro transferências recebidas. No final do ano, 93 alunos foram aprovados após o resultado da segunda época. Nas 2^{as} séries permaneceram 90 alunos, configurando uma evasão de 23%, calculada a partir da quantidade inicial de matrículas, havendo no resultado final 77 alunos promovidos após os resultados de segunda época. As 3^{as} séries terminaram o ano letivo com 50 alunos e uma taxa de evasão de 4%, calculada a partir da quantidade inicial de matrículas, e com 40 alunos promovidos após os resultados de segunda época. No final do ano, a 4ª série tinha 22 alunos, configurando uma evasão de 4%, calculada a partir da quantidade inicial de matrículas, todos concluintes após os resultados de segunda época (GINÁSIO..., 1969).

Os 22 concluintes do curso ginásial industrial do ano de 1969 compreenderam oito alunos e 14 alunas com idades entre 16 e 20 anos (ESCOLA INDUSTRIAL, 1964b).

Neste ano, os cursos de aprendizagem profissional receberam 17 matrículas em Mecânica Geral e 26 em Corte e Costura, perfazendo um total de 43, quantidade bem abaixo do ano anterior (GINÁSIO..., 1967).

Observa-se que tais cursos foram apresentando um grande declínio, com 171 matrículas em 1967, 119 em 1968 e apenas 43 neste ano de 1969, com 22 concluintes, sendo

10 com especialidade em Mecânica Geral, com idades entre 16 e 23 anos, e 12 em Corte e Costura, com idades entre 14 e 21 anos (ESCOLA INDUSTRIAL, 1964b).

No entanto, a quantidade de alunos foi aumentando significativamente por conta do curso ginásial, e as instalações da Avenida do Café tornaram-se insuficientes e inadequadas. O diretor da escola, professor Luiz Fregonesi Filho, não media esforços para estabelecer diálogos e solicitações junto à prefeitura municipal no sentido de promover ampliações nas instalações escolares.

Como resultado destas solicitações, medidas foram sendo tomadas gradativamente. Conforme documento encontrado, consta uma primeira ampliação do prédio, ocorrida, provavelmente, em 1968. Aos 525 m² foram acrescentados outros 181 m², perfazendo um total de 706 m², com a construção de uma sala de artes industriais e uma sala de ciências (GINÁSIO INDUSTRIAL ESTADUAL PROF. ALCÍDIO DE SOUZA PRADO, 1973).

Esta reforma foi notícia no jornal *O Prumo*, que enumera, além das melhorias citadas, a construção de sala anexa ao galpão das máquinas e reconstrução de portão e muro, com uma despesa de NCr\$ 30.000,00 por parte da prefeitura municipal (O POETA..., 1969).

Mesmo com a ampliação do prédio, foram locadas salas de aula no colégio comercial para acomodar alunos, conforme consta também na mesma reportagem do jornal *O Prumo* (O POETA..., 1969).

Em 1969, apoiado pela equipe escolar e pelos discentes, o diretor Luiz Fregonesi Filho lançou sua candidatura para vereador, sendo eleito para o mandato de 1969-1972 (EPPSG..., 1982). A escola obteve junto à prefeitura municipal a construção de mais quatro salas de aula, conforme reportagem de abril de 1969, do jornal *O Regional*, com o título “Ginásio Industrial: mais quatro salas de aula” (GINÁSIO..., 1969). Estas foram concluídas no mesmo ano, conforme notícia de julho com o título “Quase concluídas as novas salas do Ginásio Industrial” (QUASE..., 1969).

Além de a representatividade da escola perante a comunidade ser expressa pelo aumento de seu alunado, também ocorria em aspectos políticos, sociais e culturais, conforme notícias veiculadas pelo jornal *O Regional*. Nelas consta a participação em um desfile comemorativo ao Dia do Soldado, em agosto, juntamente com outras escolas da cidade (DIA..., 1969), a divulgação de uma visita feita pelos alunos à X Bienal de São Paulo em outubro (GINÁSIO..., 1969) e o baile de formatura, realizado em clube tradicional da cidade (TUDO PREPARADO..., 1969). A participação em evento esportivo na cidade de Mococa segue transcrita abaixo.

IX SEMANA DO ENSINO INDUSTRIAL

De 7 a 13 de outubro, o Ginásio Industrial Prof. Alcídio de Souza Prado estará participando desta semana na cidade de Mococa, juntamente com as cidades de Batatais, Casa Branca, Ribeirão Preto, São Joaquim da Barra e Igarapava, nas modalidades de atletismo, natação, ginástica, basquetebol.

No dia 12 haverá a coroação da Mais Bela Esportista, sendo nesta noite a representante de Orlandia a Srta. Íris Vasconcelos.

Nosso Ginásio Industrial muito se destacou nas competições dos anos anteriores e espera-se novamente uma boa figura nesta jornada esportiva. (IX SEMANA..., 1969).

A preocupação com as providências e a organização da equipe escolar voltadas a eventos próprios e participações externas puderam ser constatadas em atas de reuniões pedagógicas registradas em livro próprio, além dos registros cotidianos. No ano de 1969, o planejamento de eventos dedicados às datas comemorativas como o Dia Pan-Americano, de Tiradentes e da Semana do Trânsito, por exemplo, foi registrado com distribuição de trabalhos em equipes na reunião de 25 de março. Os resultados da participação da escola na Maratona Intelectual da V Semana do Ensino Industrial (SEI), ocorrida em São Joaquim da Barra, foram apreciados na reunião de 31 de outubro. As convocações para comparecimento e distribuição de funções na diplomação dos concluintes, em 13 de dezembro, e na exposição de trabalhos dos alunos, em 14 e 15 de dezembro, fizeram parte da pauta de reunião de 12 de dezembro (GINÁSIO INDUSTRIAL ESTADUAL PROFESSOR ALCÍDIO DE SOUZA PRADO, 1968).

Convém ressaltar que as outras escolas da cidade, como o Instituto de Educação e o Colégio Comercial, também mereceram muitas manchetes relacionadas aos mesmos aspectos já citados, sendo que o Instituto de Educação destacou-se também com muitas notícias esportivas e de eventos culturais internos.

O crescimento da cidade fez-se sentir no final da década de 1960, podendo ser representado por um artigo publicado no jornal *O Regional*, com o título “Cada três dias, um prédio”, com a marcante inauguração do primeiro arranha-céu orlandino, denominado Edifício Vera Cruz, noticiada na seção Sociedade e Derivados do mesmo jornal, em 16 de agosto de 1969 (CADA TRÊS DIAS..., 1969; SOCIEDADE, 1969), e do Cine Ribalta (CINE..., 1969), cujo nome foi escolhido em concurso aberto à população, conforme propaganda veiculada no jornal *O Prumo*.

ÓTIMA OPORTUNIDADE

Grande concurso para a escolha do nome do novo CINEMA da Capital do Arroz. Ganhe uma permanente gratuita, válida por um ano, sugerindo um nome bastante sugestivo.

Para sua resposta, use o cartão anexo a este jornal e deposite nas urnas espalhadas por tóda a cidade.

Concurso válido até 30/4/69.

(ÓTIMA..., 1969).

As indústrias orlandinas eram constituídas por empresas com algum tempo de funcionamento, bem como por muitas outras surgidas na década de 1960.

Empresas mais antigas fizeram-se representar em propagandas em jornais da época, como a edição comemorativa de *O Prumo*. Entre estas, merecem destaque as da Metalúrgica Orlandia (fundada em 1954 a partir da Fábrica de Pregos de Orlandia – Fapol); da Companhia Mogiana de Óleos Vegetais (Comove, fundada em 1950), produtora do sabão Elmo, óleo de caroço de algodão Saboroso, óleo de amendoim Maricota e óleo de soja Heloísa; da Usina de Beneficiamento de Algodão (Elmo S.A.); da Indústria Fabrizio O. R. Junqueira, fabricante do torrador de café Fabrizio e artefatos de ferro e aço (considerada a primeira indústria orlandina); e do Estabelecimento Bordignon, produtor de massas semolina.

Propagandas de outros empreendimentos recentes demonstraram a diversificação de investimentos, cujos produtos serviam como suporte para as empresas maiores e evidenciavam novos caminhos na indústria. Ressaltam-se as propagandas de uma fábrica de laticínios (fabricante da manteiga Aviação), de beneficiamento de arroz (Arroz Benini, tido pelo proprietário como “o caçula da capital do arroz”, e Arroz Saboroso S.A.), de derivados de milho (Produtos Alimentícios J. Abrão Ltda.); de comércio de sacarias (J. Silveira, sacarias em geral); de depósito de aguardente (Princesinha, apresentada pelos fabricantes como “o aperitivo da cidade”), entre outras publicadas na edição comemorativa de *O Prumo* (1969).

Muitos estabelecimentos eram voltados à indústria automotiva e de outros veículos, como revendedores, postos de serviços, lojas de fornecimento de peças e acessórios em geral e oficinas mecânicas. O transporte rodoviário pela via Anhanguera encurtava as distâncias da cidade, tanto para Uberaba, em Minas Gerais, como para Ribeirão Preto e para a capital do estado. Neste sentido, podem ser citadas a revendedora Ford A. Alves, Oimasa (revendedora de implementos agrícolas), J. C. Barroso Veículos (revendedora Volkswagen), Palma & Cia.

Ltda. (revendedora Chrysler), João Denipoti S.A. (revendedora Chevrolet) e Luiz Mariotto S. A. (revendedora Mercedes Benz), bem como as renovadoras, que eram pequenas empresas especializadas em distribuição, reformas e cargas de baterias para veículos em geral, conforme propagandas veiculadas em *O Prumo*, de 1969.

A presença significativa destas empresas voltadas a veículos diversos demonstra que a ferrovia perdia gradativamente sua hegemonia para os novos símbolos de modernidade, representados pelos automóveis, caminhões e ônibus. Esta mudança aos poucos trouxe consequências para a fluidez do trânsito, tanto nas ruas e avenidas da cidade como em sua entrada, realizada pelo denominado “trevo da morte”, conforme artigo publicado no jornal *O Regional*, de 10 de abril de 1969, com o título “Acidentes: de quem é a culpa?” (ACIDENTES, 1969).

O cenário educacional orlandino também acompanhou o crescimento do município. Em atendimento à clientela do ensino primário, funcionavam escolas rurais nas fazendas Agudo, São João, Capão do Meio e Santa Gertrudes. Na cidade havia o Grupo Escolar Cel. Francisco Orlando, um segundo grupo escolar inaugurado em 1962, posteriormente denominado Grupo Escolar Profa. Iracema Miele, e o curso primário anexo ao Instituto de Educação de Orândia, com promessas políticas de construção de mais duas escolas, um grupo escolar na vila Jardim Boa Vista e outro na vila Bucci.

O ensino particular era representado pela Escola de Comércio, e o ensino secundário, pelo Instituto de Educação de Orândia e pelo Ginásio Industrial.

Fechando o cenário orlandino no final da década de 1960, o destaque maior foi a realização da II Festa do Arroz, de 7 a 15 de junho de 1969, com uma intensa programação voltada a iniciativas políticas, comerciais, agrícolas e de lazer, com a presença do secretário da agricultura estadual, Antônio José Rodrigues Filho, na cerimônia de abertura (O SECRETÁRIO..., 1969).

Para o ano letivo de 1970, os exames de admissão para a 1ª série do curso ginásial industrial foram realizados em primeira época nos dias 8 e 09 de dezembro de 1969, e em segunda época, em 2 e 3 de fevereiro de 1970, para os cursos diurno e noturno, nos mesmos moldes dos exames de admissão anteriores. Dos 282 candidatos, foram aprovados 206, com uma taxa de aprovação de 73% (ESCOLA..., 1962a).

A Tabela 22 apresenta o resumo das matrículas efetuadas no dia primeiro de março de 1970, sendo 283 no período diurno e 273 no período noturno, não constando nenhum dado a respeito dos matriculados, o que impossibilitou a construção do perfil dos alunos.

Tabela 22 – Matrículas no curso ginásial industrial no GIE Prof. Alcídio de Souza Prado em 1970

	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
1ª Série A	24	14	38
1ª Série B	25	17	42
1ª Série C	16	17	33
1ª Série D	16	16	32
1ª Série E	17	16	33
1ª Série F (noite)	38	0	38
1ª Série G (noite)	20	19	39
1ª Série H (noite)	19	20	39
TOTAL	175	119	294
2ª Série A	N/C	N/C	32
2ª Série B	9	14	23
2ª Série C (noite)	17	24	41
2ª Série D (noite)	32	0	32
TOTAL	-	-	128
3ª Série A	15	24	39
3ª Série B (noite)	24	0	24
3ª Série C (noite)	18	19	37
TOTAL	57	43	100
4ª Série A	5	6	11
4ª Série B (noite)	8	15	23
TOTAL	13	21	34
TOTAL GERAL	-	-	556

Fonte: Ginásio Industrial Estadual de Orlândia (1969)

Na Tabela 22, como não consta a relação de alunos matriculados na 2ª série A, não foi possível completar os totais relativos ao sexo. As 1^{as} séries ginásiais, com 196 alunos no final do ano, configuraram uma evasão de 33%, calculada a partir da quantidade inicial de matrículas. No final do ano, 128 alunos foram aprovados após o resultado da segunda época. Nas 2^{as} séries permaneceram 99 alunos, configurando uma evasão de 22%, calculada a partir da quantidade inicial de matrículas, havendo, no resultado final, 82 alunos promovidos após os resultados de segunda época. As 3^{as} séries terminaram o ano letivo com 75 alunos e uma taxa de evasão de 25%, calculada a partir da quantidade inicial de matrículas, e com 59 alunos promovidos após os resultados de segunda época. No final do ano, as 4^{as} séries tinham 34 alunos, não configurando nenhuma evasão, com 33 alunos concluintes após os resultados de segunda época (GINÁSIO..., 1969).

Os 33 concluintes do curso ginásial industrial do ano de 1970 compreenderam 13 alunos, com idades entre 14 e 23 anos, e 20 alunas com idades entre 15 e 21 anos (ESCOLA INDUSTRIAL, 1964b).

Os cursos de aprendizagem profissional tiveram, neste ano, apenas três matrículas em Mecânica Geral e seis em Corte e Costura, perfazendo um total de nove matrículas em seu último ano de funcionamento (GINÁSIO..., 1967).

No ano de 1970, também constaram sete concluintes em cursos de aprendizagem profissional, sendo dois alunos com especialidade em Mecânica Geral, com idades de 16 e 17 anos, e cinco alunas em Corte e Costura, com idades entre 17 e 26 anos (ESCOLA INDUSTRIAL, 1964b). Destes, seis alunos e uma aluna fizeram exame de adaptação para a 3ª série ginásial, que consistiram em provas de geografia e história (GINÁSIO..., 1967).

Silva (2013) apresenta uma grade curricular vigente para o Colégio Industrial na década de 1970, para o curso técnico em Mecânica, em estudo sobre a Escola Técnica Estadual José Rocha Mendes, em São Paulo, com três séries no curso diurno, e quatro no curso noturno. A parte comum constava de língua portuguesa e literatura, matemática e educação física e estava presente em todas as séries, com exceção da 4ª. Além destas, na 1ª série havia química e física; na 2ª série, biologia e educação moral e cívica; e na 3ª série, história e OSPB. Na parte diversificada, a disciplina produção mecânica estava presente em todas as quatro séries, desenho técnico mecânico aparecia nas três últimas séries, sendo que na primeira havia desenho técnico. As disciplinas “órgãos de máquinas”, “resistência dos materiais” e ainda “tecnologia dos materiais, máquinas e ferramentas” estavam presentes na 3ª e nas 4ª séries. Além das citadas, como disciplinas da parte diversificada exclusivas da 1ª série, havia ainda “tecnologia mecânica”; na 2ª série, “mecânica aplicada”; na 3ª série, “ensaios tecnológicos dos materiais” e “organização e normas”; e na 4ª série havia “eletrotécnica”.

Da mesma forma que nos anos anteriores, a cidade festejou a III Festa do Arroz, de 27 de junho a 5 de julho de 1970, com a presença do governador Laudo Natel no dia de sua abertura, na qual ocorreu o desfile comemorativo que, a pedidos da comunidade em geral, foi realizado novamente, com destaque para a atuação dos ginásios, conforme notícia de *O Regional*:

DESFILE: ATRAÇÃO MAIOR NO SÁBADO

Marcado para as 18 horas, o desfile teve seu início além das 19 horas porque o Sr. Laudo Natel foi retido em conferência com os prefeitos da região além do tempo calculado. O desfile foi aberto pela Banda do 3º BP de Ribeirão Preto que executou dobrados em homenagem ao futuro governador. Surgiu na avenida logo depois a fanfarra do Ginásio Comercial, em uniformes azuis

e vermelhos. Passaram dois batalhões dos ginásios estaduais, um representando as artes; era o Instituto de Educação de Orlândia. O outro, o Ginásio Industrial Prof. Alcídio de Souza Prado trouxe seus alunos e carros representando uma alegoria em homenagem a Orlândia. Representando o Brasil nos esportes, com grande número de figurantes passou a representação do Ginásio Comercial [...] O desfile atingiu o auge no sábado. Esteve melhor do que os outros dois realizados em anos passados, por ocasião da I e II Festa do Arroz. Tanto superou as expectativas que foi necessário reprisá-lo. No programa constava apenas uma apresentação do desfile. Entretanto, dado o entusiasmo do público e os elogios recebidos, das autoridades presentes, no sábado, a Comissão Organizadora se viu obrigada a realizá-lo na terça-feira, dia trinta, o que foi feito com o mesmo brilhantismo. (DESFILÉ..., 1970).

A escola também realizou outros eventos representativos perante a comunidade, como o VI Seminário do Ensino Industrial, promovido pelo Ginásio Industrial, que recebeu quinhentos alunos das escolas pertencentes à Inspetoria Regional de Franca, de 12 a 19 de setembro de 1970 (VI SEMINÁRIO..., 1970). A participação na confecção do tapete da procissão de Corpus Christi também foi notícia do jornal *O Regional*.

CIDADE SE ENFEITOU DIA 28

Dia vinte e oito, dia de Corpo de Cristo, as ruas de Orlândia, em algumas partes, receberam vários grupos de estudantes, destacando-se os do Ginásio Industrial, que realizaram delicados trabalhos ornamentais e decorativos.

Isto já está se tornando tradicional em nossa cidade, e a exemplo de Matão, cidade que primeiro usou de tais recursos, tudo é feito para que a procissão, conduzindo a figura do Salvador, percorra as várias partes da cidade, por sobre flôres e motivos cristãos.

Neste ano, os destaques estiveram defronte a duas igrejas, na rua Hum e defronte a Prefeitura. (CIDADE..., 1970, p. 1).

Para o ano letivo de 1971, os exames de admissão para a 1ª série do curso ginásial industrial foram realizados em primeira época em 1º de dezembro de 1970, e em segunda época, em 1º e 2 de fevereiro de 1971, para os cursos diurno e noturno, nos mesmos moldes dos exames de admissão anteriores. Dos 270 candidatos, foram aprovados 203, com uma taxa de aprovação de 75% (ESCOLA..., 1962a).

A Tabela 23 apresenta o resumo das matrículas efetuadas no dia 1º de março de 1971, sendo 332 no período diurno e 315 no noturno, não constando nenhum dado a respeito dos matriculados, o que impossibilitou a construção do perfil dos alunos.

Tabela 23 – Matrículas do curso ginásial industrial no GIE Prof. Alcídio de Souza Prado em 1971

	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
1ª Série A	26	14	40
1ª Série B	26	14	40
1ª Série C	20	20	40
1ª Série D	15	26	41
1ª Série E	32	0	32
1ª Série F (noite)	35	0	35
1ª Série G (noite)	24	10	34
1ª Série H (noite)	22	11	33
TOTAL	200	95	295
2ª Série A	20	24	34
2ª Série B	14	24	38
2ª Série C (noite)	24	20	44
2ª Série D (noite)	45	0	45
TOTAL	103	68	171
3ª Série A	21	17	38
3ª Série B (noite)	39	0	39
3ª Série C (noite)	19	26	45
TOTAL	79	43	122
4ª Série A	8	11	19
4ª Série B (noite)	22	18	40
TOTAL	30	29	59
TOTAL GERAL	412	235	647

Fonte: Ginásio Industrial Estadual de Orlândia (1969)

As 1^{as} séries ginásiais, com 189 alunos no final do ano, configuraram uma evasão de 36%, calculada a partir da quantidade inicial de matrículas. No final do ano, 153 alunos foram aprovados após o resultado da segunda época. Nas 2^{as} séries permaneceram 131 alunos, configurando uma evasão de 23%, calculada a partir da quantidade inicial de matrículas, havendo, no resultado final, 120 alunos promovidos após os resultados de segunda época. As 3^{as} séries terminaram o ano letivo com 101 alunos e uma taxa de evasão de 17%, calculada a partir da quantidade inicial de matrículas, e com 98 alunos promovidos após os resultados de segunda época. As 4^{as} séries apresentaram no final do ano 56 alunos, configurando uma evasão de 5%, calculada a partir da quantidade inicial de matrículas, com 56 concluintes após os resultados de segunda época (GINÁSIO..., 1969).

Os 56 concluintes do curso ginásial industrial do ano de 1971 compreenderam 29 alunos, com idades entre 14 e 25 anos, e 27 alunas com idades entre 14 e 23 anos. No ano de 1971, também constou apenas um concluinte no curso de aprendizagem profissional, com especialidade em Mecânica Geral, com 20 anos (ESCOLA..., 1964b).

A partir do ano letivo de 1972 não foram mais realizados exames de admissão para a 1ª série ginásial, uma vez que a Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, ampliou a obrigatoriedade escolar de oito anos no ensino de 1º grau.

A Tabela 24 apresenta o resumo das matrículas efetuadas no dia 6 de março de 1972, com a denominação de 5ª, 6ª, 7ª e 8ª séries, conforme a Lei em vigor, sendo 380 no período diurno e 348 no período noturno, não constando nenhum dado a respeito dos matriculados, o que impossibilitou a construção do perfil dos alunos.

Tabela 24 – Matrículas do 1º grau, de 5ªs a 8ªs séries no GIE Prof. Alcídio de Souza Prado em 1972

	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
5ª Série A	25	18	43
5ª Série B	24	18	42
5ª Série C	28	16	44
5ª Série D	19	20	39
5ª Série E	18	20	38
5ª Série F (noite)	21	18	39
5ª Série G (noite)	24	14	38
5ª Série H (noite)	38	0	38
TOTAL	197	124	321
6ª Série A	25	16	41
6ª Série B	13	15	28
6ª Série C	16	14	30
6ª Série D (noite)	40	0	40
6ª Série E (noite)	19	21	40
TOTAL	113	66	179
7ª Série A	12	14	26
7ª Série B	10	13	23
7ª Série C (noite)	41	0	41
7ª Série D (noite)	19	23	42
TOTAL	82	50	132
8ª Série A	15	11	26
8ª Série B (noite)	29	0	29
8ª Série C (noite)	15	26	41
TOTAL	59	37	96
TOTAL GERAL	451	277	728

Fonte: Ginásio Industrial Estadual de Orlândia (1969)

As 5ªs séries, com 214 alunos no final do ano, configuraram uma evasão de 33%, calculada a partir da quantidade inicial de matrículas. No final do ano, 198 alunos foram

aprovados após o resultado da segunda época. Nas 6^{as} séries permaneceram 150 alunos, configurando uma evasão de 16%, calculada a partir da quantidade inicial de matrículas, havendo, no resultado final, 140 alunos promovidos após os resultados de segunda época. As 7^{as} séries terminaram o ano letivo com 116 alunos e uma taxa de evasão de 12%, calculada a partir da quantidade inicial de matrículas, e com 115 alunos promovidos após os resultados de segunda época. As 8^{as} séries tinham 91 alunos no final do ano, configurando uma evasão de 5%, calculada a partir da quantidade inicial de matrículas, com todos concluintes após os resultados de segunda época (GINÁSIO..., 1969).

Os 91 concluintes do curso ginásial industrial do ano de 1972 compreenderam 56 alunos, entre 14 e 30 anos, predominando as idades de 17 e 18 anos entre os formandos, e 35 alunas entre 14 e 23 anos, predominando as idades de 15 e 16 anos (GINÁSIO..., 1972).

No registro de cada certificado de conclusão do curso ginásial industrial consta a seguinte observação: “O presente certificado, expedido nos termos dos artigos 16 e 66 da Lei federal nº 5.692/71, é equivalente à conclusão dos estudos de 1º grau nos termos do artigo 18 da referida lei federal” (GINÁSIO..., 1972).

A escola, ainda preocupada com a organização e participação em eventos considerados significativos para o ensino industrial, fez constar em livro próprio, na ata de reunião pedagógica de 5 de agosto de 1971, a escolha de alunos para participarem da Maratona de Batatais, e em 10 de agosto de 1972, a confecção de perguntas pelos professores a serem enviadas à comissão organizadora da Maratona Intelectual da VIII SEI, a ser realizada no ano seguinte (GINÁSIO..., 1968).

Nos anos de 1971 e 1972 foram realizadas a IV e V Festas do Arroz, nos mesmos moldes das anteriores, porém sem a mesma grandeza, uma vez que a diversificação de culturas em virtude do avanço da soja e a industrialização estavam mudando o perfil econômico da cidade (O ASSUNTO..., 1973).

No ano de 1973, conforme ata de 16 de fevereiro do mesmo ano, foram realizadas as matrículas do curso ginásial, conforme a Tabela 25.

Tabela 25 – Matrículas do 1º grau, de 5^{as} a 8^{as} séries no Ginásio Industrial Estadual Prof. Alcídio de Souza Prado em 1973

	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
5ª Série A	24	18	42
5ª Série B	26	13	39
5ª Série C	25	19	44
5ª Série D	22	19	41
5ª Série E (noite)	24	22	46
5ª Série F (noite)	45	0	45
TOTAL	166	91	257
6ª Série A	23	18	41
6ª Série B	23	16	39
6ª Série C	16	24	40
6ª Série D (noite)	20	25	45
6ª Série E (noite)	40	0	40
TOTAL	122	83	205
7ª Série A	13	19	32
7ª Série B	9	15	24
7ª Série C (noite)	19	24	43
7ª Série D (noite)	43	0	43
TOTAL	84	58	142
8ª Série A	3	24	27
8ª Série B (noite)	16	28	44
8ª Série C (noite)	38	0	38
TOTAL	57	52	109
TOTAL GERAL	429	284	713

Fonte: Ginásio Industrial Estadual de Orlândia (1969)

As 5^{as} séries ginasiais, com 171 alunos no final do ano, configuraram uma evasão de 33%, calculada a partir da quantidade inicial de matrículas. No final do ano, 135 alunos foram aprovados após o resultado da segunda época. Nas 6^{as} séries permaneceram 180 alunos, configurando uma evasão de 12%, calculada a partir da quantidade inicial de matrículas, havendo, no resultado final, 119 alunos promovidos após os resultados de segunda época. As 7^{as} séries terminaram o ano letivo com 114 alunos e uma taxa de evasão de 19%, calculada a partir da quantidade inicial de matrículas e com 86 alunos promovidos após os resultados de segunda época. As 8^{as} séries tinham, no final do ano, 102 alunos, configurando uma evasão de 6%, calculada a partir da quantidade inicial de matrículas, com 97 concluintes após os resultados de segunda época (GINÁSIO..., 1969).

Os 97 concluintes do curso ginasial industrial do ano de 1973 tinham entre 14 e 34 anos, sendo que entre os 57 alunos predominaram as idades de 16 e 17 anos e entre as 40

alunas entre 14 e 24 anos predominaram as idades de 16 e 17 anos (GINÁSIO INDUSTRIAL ESTADUAL PROF. ALCÍDIO DE SOUZA PRADO, 1972).

Com a maior quantidade de alunos até então verificada em sua história, o grande problema da escola era a acomodação adequada da clientela do curso ginásial. Embora os alunos deste curso na cidade estivessem distribuídos entre o Ginásio Industrial e o Instituto de Educação, e a região tivesse recebido dois ginásios, em Nuporanga e Sales Oliveira, em 1970, diminuindo, desta forma, o fluxo de alunos para Orlândia, conforme noticiado pelo jornal *O Regional* (SALES..., 1970; GINÁSIO..., 1970), persistia a necessidade de um prédio adequado.

As participações da escola foram registradas, em 1973, pelo jornal *Folha de Orlândia* em várias reportagens. Na coluna Síntese Esportiva foi citada a participação na VIII Semana do Ensino Industrial (SEI), de 7 a 12 de outubro em Mococa (GINÁSIO INDUSTRIAL NA VIII SEI, 1973), e na coluna Dia-a-Dia ficou registrada a notícia abaixo

PEQUENA MOSTRA INDUSTRIAL

Alunos do Centro Cívico do Ginásio Industrial realizaram, como tarefa da Gincana do Soldado Constitucionalista, que estão promovendo naquele estabelecimento, uma mini-exposição das indústrias de Orlândia, no edifício do Banco do Brasil. (PEQUENA MOSTRA INDUSTRIAL, 1973).

A foto da Figura 31, pertencente ao acervo iconográfico do Centro de Memória da Etec Prof. Alcídio de Souza Prado, retrata o *stand* de uma das várias empresas orlandinas representadas, o da Sociedade Mogiana de Algodão (Somalgo), empresa de beneficiamento de algodão, com a participação de alunas da escola na mostra ocorrida no recinto do Banco do Brasil. Nesta exposição, em 1973, foram representadas as principais indústrias de Orlândia por grupos de alunos, conforme notícia já apresentada do jornal *Folha de Orlândia*, com o título “Pequena mostra industrial”.

Figura 31 – Mostra no Banco do Brasil

Fonte: Etec, Centro de Memória, s.d.

Ainda na área da Educação, a cidade foi mobilizada para homenagear o professor Geraldo Rodrigues em virtude de sua aposentadoria, após ter permanecido como diretor do Instituto de Educação desde 1934, quando esta escola denominava-se Liceu Municipal de Orlandia, até 1º de fevereiro de 1973. As homenagens estenderam-se pelos dias 7, 8 e 9 de setembro, em eventos que constituíram a Festa da Gratidão (UMA CIDADE..., 1973).

Conforme ata de 11 de fevereiro de 1974, na escola objeto deste trabalho, foram realizadas as matrículas iniciais do curso ginásial, conforme a Tabela 26.

Tabela 26 – Matrículas do 1º grau, de 5^{as} a 8^{as} séries no
GIE Prof. Alcídio de Souza Prado em 1974

(Continua)

	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
5ª Série A	25	18	43
5ª Série B	20	16	36
5ª Série C	17	17	34
5ª Série D	20	17	37
5ª Série E (noite)	21	20	41
5ª Série F (noite)	36	0	36
TOTAL	139	88	227
6ª Série A	21	14	35
6ª Série B	19	21	40
6ª Série C	17	24	41
6ª Série D (noite)	20	27	47
6ª Série E (noite)	42	0	42
TOTAL	119	86	205

Tabela 26 – Matrículas do 1º grau, de 5^{as} a 8^{as} séries no
GIE Prof. Alcídio de Souza Prado em 1974

(Conclusão)

	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
7ª Série A	15	23	38
7ª Série B	15	17	32
7ª Série C (noite)	18	29	47
7ª Série D (noite)	44	0	44
TOTAL	92	69	161
8ª Série A	11	14	25
8ª Série B (noite)	14	22	36
8ª Série C (noite)	29	0	29
TOTAL	54	36	90
TOTAL GERAL	404	279	683

Fonte: Ginásio Industrial Estadual de Orlândia (1969)

Embora na Tabela 26 constem apenas os períodos diurno e noturno do livro de matrículas, a disposição dos registros – separando as classes diurnas em dois grupos por uma linha em branco – e a quantidade de classes de alunos sugerem que no período da manhã funcionaram duas 5^{as}, duas 6^{as}, uma 7^a e uma 8^a séries, e no período da tarde duas 5^{as}, uma 6^a e uma 7^a séries, acomodando, desta forma, os 361 alunos do curso diurno e os 322 do noturno.

As 5^{as} séries, com 164 alunos no final do ano, configuraram uma evasão de 28%, calculada a partir da quantidade inicial de matrículas. No final do ano, 111 alunos foram aprovados após o resultado da segunda época. Nas 6^{as} séries permaneceram 161 alunos, configurando uma evasão de 22%, calculada a partir da quantidade inicial de matrículas, havendo, no resultado final, 96 alunos promovidos após os resultados de segunda época. As 7^{as} séries terminaram o ano letivo com 120 alunos e uma taxa de evasão de 26%, calculada a partir da quantidade inicial de matrículas, e com 104 alunos promovidos após os resultados de segunda época. As 8^{as} séries apresentaram, no final do ano, 82 alunos, configurando uma evasão de 9%, calculada a partir da quantidade inicial de matrículas, com 74 concluintes após os resultados de segunda época (GINÁSIO..., 1969).

A partir de 1974 não foram encontrados lançamentos a respeito de registro de diplomas, inviabilizando o levantamento dos dados relativos às idades dos 41 alunos e 33 alunas concluintes do curso ginásial.

O ano de 1974 marcou a história da escola pela comemoração de seu jubileu de prata, constituída de eventos internos voltados à equipe escolar e alunos e uma cerimônia com a

presença de autoridades locais, seguida de grande desfile pelas ruas principais da cidade, marcando os 25 anos de sua instalação.

Figura 32 – Desfile comemorativo dos 25 anos do Ginásio Industrial



Fonte: Etec, Centro de Memória (s.d.)

A foto acima, pertencente ao acervo iconográfico do Centro de Memória da Etec Prof. Alcídio de Souza Prado, apresenta um carro alegórico puxado por trator, constituído de três arcos, com alunas representando as cores das bandeiras brasileira, paulista e do Ginásio Industrial, ponto alto do desfile comemorativo dos 25 anos da instalação da escola. O desfile ainda trazia pelotões de alunos representando os esportes e outras atividades escolares e era puxado pela fanfarra do próprio ginásio.

Conforme ata de 25 de junho de 1974, registrada em livro próprio, as homenagens pelo jubileu de prata foram concluídas por uma missa em ação de graças, atividades esportivas durante toda a semana, e uma cerimônia comemorativa, realizada em 28 de junho, às 10h, na frente do prédio principal da escola, com a presença da equipe escolar, alunos, autoridades locais e o secretário da educação, Paulo Gomes Romeo. Após a cerimônia, foi servido um aperitivo, preparado por professores, e um churrasco, servido pelos alunos (GIE..., 1968)

Na cerimônia comemorativa foi entregue uma placa de prata ao secretário da Educação. Outra placa comemorativa foi afixada no *hall* da entrada principal do prédio atual (Figura 33).

Figura 33 – Placa comemorativa do jubileu de prata



Fonte: Acervo da pesquisadora

Na década de 1970, o progresso orlandino era manifestado por notícias do jornal *Folha de Orândia*, com dados numéricos que o confirmavam. As terras no estado de São Paulo haviam valorizado 242% e os terrenos na região central da cidade tiveram seu valor equiparado aos de Brasília (EM SÃO PAULO..., 1974); a população, que no censo de 1960 compreendia 12 mil habitantes, havia aumentado para 18 mil em 1970 e para 25 mil em 1974, conforme a prefeitura municipal (VALORIZAÇÃO..., 1974). Em levantamento feito pela revista *Exame*, entre as quinhentas maiores empresas brasileiras classificadas pelas vendas, duas pertenciam à cidade, a Produtos Alimentícios Orândia, em 210º lugar, e a Companhia Mogiana de Óleos Vegetais, em 307º (ENTRE AS QUINHENTAS..., 1974).

Instalada em dezembro de 1973, surgiu no cenário orlandino a empresa Intelli-indústria, de terminais elétricos, que com o *slogan* “a segurança nas pontas de um fio”, iniciou suas atividades fabricando luvas de emenda, conectores e terminais de cobre. Completando 40 anos de funcionamento, atualmente ela representa uma das grandes empresas da cidade, desenvolvendo programas sociais, como o projeto “Adolescente no Esporte”, e financiando um time de futsal de projeção nacional (INTELLI..., 1974; INTELLI..., 2013).

Acompanhando o rastro de progresso orlandino, foram tomadas providências para o devido atendimento aos alunos do Instituto de Educação e do Ginásio Industrial. O prédio do Instituto de Educação passou por uma reforma (REFORMA..., 1974) e o Ginásio Industrial ganhou um novo prédio. A abertura de concorrência para a construção e o início desta, em novembro de 1974, foram noticiados (GINÁSIO..., 1974; OITENTA..., 1974).

No ano de 1975, a expansão econômica e industrial da cidade foi registrada conforme artigo do jornal *Folha de Orândia*, cujo assunto principal referiu ao início da construção de

um novo prédio, para acompanhar a notável expansão da Metalúrgica Orlândia S/A (AS INDÚSTRIAS..., 1975).

Quanto à educação, conforme artigo publicado no jornal *Folha de Orlândia*, o número de estudantes orlandinos era de 6.179, sendo que 180 estudantes viajavam para Ribeirão Preto como universitários ou para fazer cursinho preparatório para vestibulares. O mesmo artigo apresenta os seguintes dados sobre os corpos docente e discente das escolas abaixo (NAS ESCOLAS..., 1975):

- Instituto de Educação Estadual de Orlândia: 1760 alunos e 50 professores;
- Ginásio Industrial Estadual Professor Alcídio de Souza Prado: 860 alunos e 27 professores;
- Colégio Comercial de Orlândia: 220 alunos e 12 professores;
- Gesc Cel. Francisco Orlando: 726 alunos e 20 professores;
- Gesc Iracema Miele: 482 alunos e 16 professores;
- Gesc Jardim Boa Vista: 570 alunos e 12 professores;
- Curso Primário Anexo do IEEO: 300 alunos e 9 professores;
- Gesc Maurício Leite de Moraes: 200 alunos e 6 professores;
- PIM Irma de Miranda Melo: 270 alunos e 8 professores;
- Escolas isoladas (emergenciais, municipais e classes comuns): 451 alunos;
- Mobral: 120 alunos e 4 professores;
- Ensino Supletivo: 180 e 5 professores;
- Escolinha Mogli: 40 alunos e 4 professores.

Quanto ao ensino, este ano foi marcado pela implantação da setorização da rede física paulista, com remanejamento compulsório de alunos, professores e cursos em escolas de 1º e 2º graus. Procurando garantir as mudanças impostas, foi realizado um curso sobre as matérias do núcleo comum com professores da Secretaria da Educação, em São Joaquim da Barra, com a participação de docentes daquela cidade, de Orlândia, Ipuã, Sales Oliveira, Morro Agudo e Nuporanga (CURSO..., 1975). Em Orlândia, o Ginásio Industrial passou a ser a única escola estadual a oferecer este grau de ensino, o que foi noticiado no jornal *Folha de Orlândia*, com o título “Ginásio Industrial já tem o 2º grau” (GINÁSIO..., 1975b).

Sendo assim, conforme ata de 12 de fevereiro do mesmo ano, foram realizadas as matrículas iniciais, conforme a Tabela 27.

Tabela 27 – Matrículas do primeiro grau, de 5^{as} a 8^{as} séries e da 1^a série do segundo grau no GIE Prof.

Alcídio de Souza Prado em 1975

	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
5ª Série A	30	15	45
5ª Série B	28	15	43
5ª Série C	29	14	43
5ª Série D	19	20	39
5ª Série E	17	21	38
5ª Série F (noite)	40	0	40
5ª Série G (noite)	22	20	42
5ª Série H (noite)	21	20	41
TOTAL	206	125	331
6ª Série A	22	13	35
6ª Série B	21	15	36
6ª Série C	20	18	38
6ª Série D (noite)	20	23	43
6ª Série E (noite)	42	0	42
TOTAL	125	69	194
7ª Série A	14	14	28
7ª Série B	8	17	25
7ª Série C (noite)	17	30	47
7ª Série D (noite)	43	0	43
TOTAL	82	61	143
8ª Série A	8	16	24
8ª Série B	8	8	16
8ª Série C (noite)	12	27	39
8ª Série D (noite)	30	0	30
TOTAL	58	51	109
TOTAL GERAL	471	306	777
1ª Série A (noite)	45	0	45
1ª Série B (noite)	0	35	35
TOTAL	45	35	80
TOTAL GERAL	516	341	857

Fontes: Ginásio Industrial Estadual de Orândia (1969), Ginásio Industrial Estadual Prof. Professor Alcídio de Souza Prado (1975)

Da mesma forma que no ano de 1974, embora constem apenas os períodos diurno e noturno no livro de matrículas, a disposição dos registros – separando por uma linha em branco as classes diurnas em dois grupos – e a quantidade de classes sugerem que no período da manhã funcionaram três 5^{as}, duas 6^{as}, uma 7^a e uma 8^a séries, e no período da tarde, duas 5^{as}, uma 6^a, uma 7^a e uma 8^a séries, acomodando, desta forma, os 410 alunos do curso diurno e os 367 do curso noturno.

As 5^{as} séries ginasiais, com 235 alunos no final do ano, configuraram uma evasão de 29%, calculada a partir da quantidade inicial de matrículas. No final do ano, 177 alunos foram aprovados. Nas 6^{as} séries permaneceram 147 alunos, configurando uma evasão de 24%, calculada a partir da quantidade inicial de matrículas, havendo, no resultado final, 123 alunos promovidos. As 7^{as} séries terminaram o ano letivo com 115 alunos e uma taxa de evasão de 19%, calculada a partir da quantidade inicial de matrículas e com 107 alunos promovidos. As 8^{as} séries apresentaram, no final do ano, 100 alunos, configurando uma evasão de 8%, calculada a partir da quantidade inicial de matrículas, com 98 concluintes. Na conclusão do curso ginasial, 35 alunos optaram por Mecânica Geral, 24 alunas por Economia Doméstica e 11 alunos e 21 alunas por Desenho Técnico. Também neste ano, a segunda época deu lugar ao período de recuperação, conforme a Lei nº 5.692/71 (GINÁSIO..., 1969).

As oitenta matrículas do 2º grau, no período noturno, foram preenchidas com 45 alunos no curso de Técnico Auxiliar de Mecânica e 35 alunas no curso técnico de Economia Doméstica, conforme ata de 17 de fevereiro do mesmo ano. Destes, 26 alunos permaneceram até o final do ano, configurando uma evasão de 42%, calculada a partir das matrículas iniciais, sendo que 25 deles foram aprovados. Das alunas, 24 chegaram ao final do ano, configurando uma evasão de 31%, calculada a partir das matrículas iniciais, sendo que 20 foram promovidas (GINÁSIO..., 1975).

Apesar da inserção do 2º grau, a escola seguiu sua rotina de ginásio industrial, mantendo as atividades inerentes a este curso. Iniciativas a serem tomadas quanto à montagem da exposição dos alunos no final do ano, com possibilidades de ser realizada no novo prédio, ainda em construção, e a participação na Maratona Intelectual e Desportiva, a ser realizada durante a Semana do Ensino Industrial, em Franca, de 22 a 29 de novembro, foram registradas em atas de reuniões pedagógicas de 16 de outubro e 4 de novembro de 1975 (GINÁSIO..., 1968).

Novos assuntos, porém, entraram em pauta nas mesmas reuniões, provenientes das mudanças relativas à setorização da rede física local, que colocou a escola em evidência perante a comunidade orlandina. Segue abaixo um trecho da reunião pedagógica de 4 de novembro de 1975.

O sr. Diretor [...] para tratar dos seguintes assuntos: 1 – concurso entre escolares “Reserve sua vaga”, uma solicitação do Diretor Regional de Educação de Ribeirão Preto, através da circular 01/11, no sentido de conscientizar os alunos e pais de alunos sobre as inscrições e matrículas nas

escolas. Os professores deverão instruir os alunos da melhor maneira para que eles tenham êxito nesta tarefa; 2 – redistribuição da Rede Física. O grupo local deliberou, salvo instruções superiores, que o 2º grau será somente no Ginásio Industrial, que o 1º grau, da 1ª a 8ª séries, será nos outros estabelecimentos; que em 1976, este Ginásio não terá a 5ª série e nos anos subsequentes, uma série por ano será suprimida. Disse mais que, o professor ou funcionário que der informação propositadamente distorcida estará sujeito às sanções do Decreto-Lei nº 477 (GINÁSIO..., 1968, p. 59).

O concurso “Reserve sua vaga” foi realizado, com publicação dos nomes dos alunos classificados no jornal *Folha de Orlândia*, em novembro de 1975 (NOTÍCIAS..., 1975). Estes registros denotam o estranhamento da população quanto à setorização compulsória, que interferiu na escolha dos pais dos alunos quanto à matrícula de seus filhos na escola de sua preferência. Também a insegurança da equipe escolar fez-se sentir em vários trechos dos registros das reuniões pedagógicas, como nas de 16 de outubro e de 4 de novembro:

Chamou a atenção, o Sr. Diretor, no que diz respeito aos trabalhos para a Exposição, que nas últimas exposições esses trabalhos têm sido apresentados em número e qualidade inferiores às outras exposições. Disse mais que tem observado uma certa apatia por parte dos senhores professores na elaboração desses trabalhos e que certos professores dão aulas com desinteresse, esquecendo-se que o ponto alto do ensino industrial é justamente as disciplinas Sondagem de Aptidão e Iniciação para o Trabalho. Observou ainda o Sr. Diretor que é necessário lançar mão do material existente no almoxarifado, senão o estoque tende a aumentar cada vez mais. (GINÁSIO..., 1968, p. 58).

Comunicou, também aos professores, que está afixado no quadro de avisos, orientação sobre Concurso de Remoção, Concurso de Ingresso. 13 – Quermesse da APM. O Sr. Diretor solicitou a colaboração de todos os professores durante os dias de quermesse, sem o que, não terá sucesso. (GINÁSIO..., 1968, p. 59).

Observa-se que as disciplinas da cultura técnica deixaram de existir por conta da Lei nº 5.692/71, sendo substituídas por “sondagem de aptidões” e “iniciação para o trabalho”, no 1º grau.

A construção do novo prédio do Ginásio Industrial prosseguia e, localizado na parte nobre da cidade, já atingia o segundo pavimento, conforme artigo do jornal estudantil *Alcídio News*, cuja foto, pertencente ao Centro de Memória da Etec Prof. Alcídio de Souza Prado, apresenta várias pessoas sobre a laje do primeiro pavimento do prédio em construção após comemorações do aniversário da cidade, em 30 de março de 1975. Estão presentes alunos uniformizados e caracterizados com vestimentas da fanfarra, em virtude da participação em desfile comemorativo realizado anteriormente, professores, professoras, o vice-diretor, professor Adonae Rodrigues de Lima, e o diretor, Luiz Fregonesi Filho.

Figura 34 – Construção do segundo pavimento do prédio do Ginásio Industrial Professor Alcídio de Souza Prado



Fonte: Etec, Centro de Memória (s.d.)

O Ginásio Industrial também recebeu equipamentos do governo do estado, como um laboratório de ciências completo, constituído de unidades de física, química, biologia e metrologia (GINÁSIO..., 1975).

O Instituto de Educação de Orlândia, conforme Resolução SE 13, de 21 de janeiro de 1976, publicada no Diário Oficial de 22 de janeiro de 1976, passou a oferecer somente o primeiro grau, uma vez que foi transformado em Escola Estadual de 1º grau de Orlândia. Porém o curso normal permaneceu neste ano de 1975 na mesma escola, conforme notícia do jornal *Folha de Orlândia*, com o título “Curso Normal Profissionalizante no IEEO”, cujo último parágrafo se encontra transcrito abaixo (CURSO..., 1975).

O Instituto, por sua vez, já tradicional neste ensino profissionalizante, sempre contou e conta com um sólido corpo docente à altura de oferecer ótima formação aos jovens normalistas.

Neste contexto, como o Ginásio Industrial tornou-se a única escola estadual da cidade de Orlandia a oferecer o 2º grau, conforme a rede física determinada pela Lei nº 5.692/71, a partir de 1976 ele acolheu os alunos do anterior Instituto de Educação de Orlandia e o curso ginasial foi sendo extinto, não havendo matrículas na 5ª série neste ano.

4.2 O Centro Estadual Interescolar Professor Alcídio de Souza Prado

Também neste ano de 1975, conforme Resolução nº 13, de 21 de janeiro de 1976, da SE do estado de São Paulo, a escola teve seu nome alterado para Centro Estadual Interescolar Professor Alcídio de Souza Prado.

Para Ribeiro, Teixeira e Magalhães (2013), os centros interescolares representaram uma adequação a vários fatores oriundos da Lei nº 5.692/71. A obrigatoriedade da educação dos 7 aos 14 anos criou uma nova demanda, com exigência de ampliação de capacidade de matrícula, levando a soluções mais econômicas, além da construção de novas escolas, resultando em uma formação interescolar com cursos agrupados em um mesmo prédio ou em prédios próximos, como foi o caso da escola técnica de Pindamonhangaba, objeto de estudo das pesquisadoras.

As matrículas do 1º grau em 1976 ficaram assim constituídas, conforme ata de 4 de março.

Tabela 28 – Matrículas do 1º grau, de 6^{as} a 8^{as} séries no
Centro Estadual Interescolar Prof. Alcídio de Souza Prado em 1976
(Continua)

	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
6ª Série A (manhã)	16	16	32
6ª Série B (manhã)	17	16	33
6ª Série C (tarde)	15	17	32
6ª Série D (tarde)	15	15	30
6ª Série E (noite)	19	25	44
6ª Série F (noite)	40	0	40
TOTAL	122	89	211

Tabela 28 – Matrículas do 1º grau, de 6^{as} a 8^{as} séries no
Centro Estadual Interescolar Prof. Alcídio de Souza Prado em 1976
(Conclusão)

	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
7ª Série A (manhã)	19	21	40
7ª Série B (tarde)	15	15	30
7ª Série C (noite)	17	19	36
7ª Série D (noite)	30	0	30
TOTAL	81	55	136
8ª Série A (tarde)	11	20	31
8ª Série B (noite)	36	0	36
8ª Série C (noite)	16	25	41
TOTAL	63	45	108
TOTAL GERAL	266	189	455

Fonte: Ginásio Industrial Estadual de Orlândia (1969)

Conforme consta no livro de matrículas consultado, no início do ano de 1976 funcionaram três salas no período da manhã (6^{as} A e B e 7ª A), com um total de 105 alunos, quatro salas no período da tarde (6^{as} C e D, 7ª B e 8ª A), com um total de 123 alunos, e seis salas no período noturno (6^{as} E e F, 7^{as} C e D, 8^{as} B e C), com 227 alunos, totalizando 455 alunos nos três períodos.

As 6^{as} séries ginásiais, com 167 alunos no final do ano, configuraram uma evasão de 20%, calculada a partir da quantidade inicial de matrículas. No final do ano, 149 alunos foram aprovados. Nas 7^{as} séries permaneceram 114 alunos, configurando uma evasão de 16%, calculada a partir da quantidade inicial de matrículas, havendo no resultado final, 103 alunos promovidos. As 8^{as} séries terminaram o ano letivo com 100 alunos e uma taxa de evasão de 7%, calculada a partir da quantidade inicial de matrículas, e com 99 alunos concluintes do curso ginásial (GINÁSIO..., 1975).

O 2º grau ficou constituído nas séries abaixo, conforme ata de matrícula de 4 de março do ano de 1976:

Tabela 29 – Matrículas do 2º grau no Centro Estadual Interescolar
Prof. Alcídio de Souza Prado em 1976

	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
1ª A (manhã)	19	26	45
1ª B (tarde)	15	23	38
1ª C (tarde)	9	16	25
1ª D (noite)	25	20	45
1ª E (noite)	27	18	45
1ª F (noite)	24	21	45
1ª G (noite)	28	17	45
TOTAL	147	141	288
2ª A (manhã)	20	21	41
2ª B (tarde)	15	18	33
2ª C (noite)	20	16	36
2ª D (noite)	20	18	38
2ª E – Tec. Aux. Mecânica (noite)	25	0	25
2ª E – Tec. Economia Domest. (noite)	0	20	20
TOTAL	100	93	193
3ª A – Ciências Fís. e Biol. (manhã)	12	14	26
3ª B- Ciências Fís. e Biol. (tarde)	12	13	25
3ª C – Ciências Fís. e Biol. (noite)	18	19	37
3ª D – Ciências Fís. e Biol. (noite)	15	19	34
TOTAL	57	65	122
2ª Normal (manhã)	0	17	17
3ª Normal (manhã)	1	16	17
4ª Normal (manhã)	1	22	23
TOTAL	2	55	57
TOTAL GERAL	306	354	660

Fonte: Ginásio Estadual Industrial Professor Alcídio de Souza Prado (1975)

Em virtude de matrículas suplementares e de transferências recebidas, os números acima sofreram algumas modificações, com o total de alunos do 2º grau passando de 660 para 682 matriculados.

Considerando a quantidade real de 682 alunos matriculados, no período da manhã funcionaram três salas do 1º grau com 105 alunos, e seis salas de 2º grau e do curso normal, recém-chegado, com 174 alunos, totalizando 279 alunos. No período da tarde funcionaram quatro salas do 1º grau, com 123 alunos, e quatro do 2º grau, com 124 alunos, totalizando 247 alunos. No período da noite funcionaram seis salas de 1º grau, com 227 alunos, e nove salas do 2º, com 384 alunos, sendo que a 2ª série E era dividida em Técnico de Auxiliar de Mecânica e Economia Doméstica, totalizando 611 alunos. Desta forma, a escola possuía, em 1976, 1.137 alunos (GINÁSIO..., 1975).

As 1ªs séries do 2º grau, com 241 alunos no final do ano, configuraram uma evasão de 18%, calculada a partir da quantidade real de matrículas. No final do ano, 237 alunos foram

promovidos. Nas 2^{as} séries do 2º grau permaneceram 182 alunos, configurando uma evasão de 8%, calculada a partir da quantidade real de matrículas, havendo, no resultado final, 180 alunos promovidos. As 3^{as} séries do 2º grau terminaram o ano letivo com 110 alunos e uma taxa de evasão de 12%, calculada a partir da quantidade real de matrículas, e com 105 alunos concluintes. O curso normal, com 62 alunos, teve 58 aprovados, sendo que 28 concluíram o curso (GINÁSIO..., 1975).

O aumento do corpo discente para 1.141 alunos, neste ano de 1976, acompanhou o desenvolvimento e crescimento da cidade. No artigo intitulado “Orlândia através dos censos”, o crescimento populacional da cidade foi apresentado como “explosivo”. De acordo com dados do IBGE, foram comparadas as populações orlandinas de 1950 (10.877 habitantes, com 6.934 moradores na zona rural), 1960 (12.244 habitantes, com 5.346 moradores na zona rural), e de 1970 (18.308 habitantes, com 3.173 na zona rural). O artigo também apresentou as quantidades previstas de 23 mil a 25 mil habitantes no ano de 1976, com apenas 1,2 mil moradores na zona rural. Portanto, além do crescimento populacional, também houve um aumento significativo da população urbana em relação à rural (ORLÂNDIA..., 1976).

Mudanças também ocorreram no perfil econômico. Segundo estimativa do Banco do Brasil, a cidade, que no passado era essencialmente agrícola e produtora de café (tendo, inclusive, sido denominada “Capital do Arroz”), em 1976 era possuidora de uma moderna agropecuária e um expressivo parque industrial constituído por uma grande cooperativa de agricultores, de empresas com representatividade nacional, oito bancos e duas caixas econômicas. A região, constituída pelas cidades de Orlândia, São Joaquim da Barra, Morro Agudo e Ipuã, teve seu perfil agrícola completamente mudado, com previsão para produção de 230 mil toneladas de cana-de-açúcar, 2.790 mil sacas de milho, 2.100 mil sacas de soja, 612 mil sacas de algodão, 218 mil sacas de arroz e 38 mil sacas de café (36 ANOS..., 1976).

Em artigo da *Folha de Orlândia*, na seção “Seis Flashes Sociais”, o progresso da cidade foi expresso pelo aumento do movimento bancário, demonstrado pelas reformas e ampliações dos prédios dos bancos, refletindo a “pujança do movimento financeiro” (PODEMOS..., 1976).

A cidade também foi merecedora da construção de novo trevo de acesso, por meio da via Anhanguera, em substituição ao anterior, denominado “trevo da morte” (TREVO..., 1976).

A busca de uma nova identidade econômica para a cidade foi percebida por meio do artigo “Semana da Pátria e Feira Agro-Pecuária”:

O traço marcante de todas as festas a serem promovidas pelo Conselho de Turismo é o fato formativo, cívico, de forma que as festas proporcionassem, além do lazer que visam, também um proveito espiritual para aqueles que delas participarem. Assim, na Semana da Pátria, que envolve todo o sentimento de brasilidade, teremos a realização da I Feira Agro-Industrial da Alta Mogiana – Faiam, que necessitará, para sua concretização, do apoio do nosso comércio, nossa agricultura, pecuária e indústria. Esta festa virá em substituição à Festa do Arroz, que foi suspensa em virtude das grandes obras de infra-estrutura que se realizaram em Orlandia, e após reestudos, voltará agora sob a forma de uma grande Feira Agro-Industrial. (SEMANA..., 1976, p. 2).

No entanto, uma iniciativa de um grupo de empresários viria determinar o futuro agrícola de toda a região, que acabaria por se tornar grande produtora de cana-de-açúcar. A Usina Açucareira Vale do Rosário e o Banco do Brasil, em uma iniciativa pioneira, formalizaram um contrato que, pela primeira vez no País, instituiu o Programa Nacional do Alcool. O empréstimo, assinado na agência de Orlandia do citado banco, foi considerado pelos empresários um “contrato sem risco” (INICIADO..., 1976).

O aumento de 100% do eleitorado nos últimos dez anos sugere uma melhoria na taxa de analfabetismo, uma vez que no artigo intitulado “Cresce o eleitorado” foi realizado este levantamento, levando-se em conta a quantidade de eleitores, por cada ano, de 1964 a 1975, tendo como base o mês de dezembro e, em 1976, o mês de fevereiro, cujos dados seguem relacionados: 1964 – 3.862 eleitores; 1965 – 3.914 eleitores; 1966 – 4.166 eleitores; 1967 – 4.313 eleitores; 1968 – 4.757 eleitores; 1969 – 4.958 eleitores; 1970 – 6.212 eleitores; 1971 – 6.323 eleitores; 1972 – 7.008 eleitores; 1973 – 7.356 eleitores; 1974 – 7.731 eleitores; 1975 – 8.234 eleitores; e 1976 – 8.340 eleitores (CRESCER, 1976).

Quanto à escola, o ano de 1976 marcou a mudança e instalação para o prédio novo da Avenida Dez, e os preparativos para tal foram iniciados, conforme artigo do mês de fevereiro.

Já iniciou o trabalho da Secretaria e a mudança de maquinário pesado para o Centro Inter-Escolar Professor Alcídio de Souza Prado, recente denominação do Ginásio Industrial. O magnífico prédio, inteiramente concluído e aceito pelo Estado, começa a se encher de vida. Era, sem dúvida, a velha aspiração da cidade que desafiou inúmeras administrações durante 25 anos enquanto a escola se acomodava em prédio da Prefeitura. (O PRÉDIO NOVO, 1976).

Sendo assim, em 30 de março de 1976, nas comemorações do aniversário da cidade, o prédio foi inaugurado em um grande evento político, como mostra um trecho da notícia que recebeu o título “Povo simpatizou com o Governador na grande festa de aniversário”.

A presença do governador Paulo Egídio Martins foi o grande destaque das festividades da Cidade. Acompanhado do Secretário da Agricultura, Pedro Tassinari Filho, do Trabalho, Jorge Maluly Neto, da Administração, Adhemar de Barros Filho, e de outras autoridades do Governo, chegou a Orlândia vindo do Congresso dos Municípios, inaugurando pela manhã o magnífico prédio do Centro Interescolar Alcídio de Souza Prado, que, iniciado no Governo de Laudo Natel, foi concluído em seu mandato. Saudado pelo diretor da escola, Luiz Fregonesi Filho, Paulo Egídio falou sobre a reforma do ensino, cortando em seguida, juntamente com o Dr. Paulo Gomes Romeo, que era o Secretário da Educação de Natel, a fita inaugural. (POVO..., 1976, p. 1).

O evento acima mereceu uma placa comemorativa que se encontra afixada na entrada do prédio, com a seguinte inscrição:

Este prédio foi inaugurado em 30 de março de 1976, sexagésimo aniversário de Orlândia, sendo Paulo Egidio Martins, governador do estado, José Bonifácio Coutinho Nogueira, secretário da Educação, Cyro Armando Catta Preta, prefeito municipal, Abdala Abraão, presidente da Câmara, Luiz Fregonesi Filho, diretor da escola.

Figura 35 – Placa comemorativa da inauguração da Etec



Fonte: Acervo da pesquisadora

A rotina da escola, embora com influências do aumento e diversidade da clientela, procurou seguir dentro de sua normalidade, conforme notícias a respeito de várias iniciativas ou eventos, como a eleição da rainha dos estudantes (RAINHA DOS ESTUDANTES, 1976), eleições escolares para a diretoria do grêmio estudantil (ELEIÇÕES ESCOLARES, 1976), campanha beneficente (CAMPANHA..., 1976) e outros. Também foi iniciado um jornal estudantil, denominado *Apelo*, sendo que a escolha deste nome foi explicada por seus redatores como sendo a voz do estudante contra a censura e a favor da liberdade, procurando o aperfeiçoamento do ensino. Neste jornal havia uma coluna denominada Perguntas da Caixa Amarela, que publicava as sugestões dos alunos depositadas nesta caixa (PERGUNTAS..., 1976).

Embora não seja o propósito deste trabalho, foram observadas inserções de determinações legais e recomendações de mudanças na rotina escolar constantes em reuniões pedagógicas, tais como relacionadas ao conceito de avaliação, assunto principal em reuniões de 22 de maio, 18 de junho e 13 de julho, replanejamento, autoavaliação, reposição de aulas, horas-atividades (HAs) e outros (GINÁSIO..., 1968).

O sentimento patriótico também continuou enfatizado, conforme ata de reunião pedagógica de 13 de agosto, na preparação dos festejos da Semana da Pátria, com o planejamento de um carro alegórico para o desfile com o tema “Este é um país que vai para frente”. Outros festejos e palestras foram organizados, de acordo com o Comunicado Conjunto COESP-CEI-CMC⁵, publicado no *Diário de Orlândia* em 30 de julho de 1976, ressaltando-se a visita do “fogo simbólico”, que consistiu em uma tocha acesa que visitou as escolas, ficando sob guarda em cada uma delas durante 24 horas, por um professor e dois alunos uniformizados, substituídos de hora em hora (GINÁSIO..., 1968).

Os festejos da Semana da Pátria, conforme publicações no jornal *Folha de Orlândia* consistiram de vários eventos, como a apresentação de uma peça teatral na escola, com o tema “Brasil em Revista” (CEI..., 1976). A visita do fogo simbólico fez jus a um diploma de participação (DIPLOMA..., 1976), embora o ponto alto das comemorações tenha sido o desfile escolar (GRANDIOSO..., 1976), que mereceu um agradecimento especial feito pelo diretor aos alunos participantes, publicado em jornal (CENTRO..., 1976).

⁵ COGSP- CEI- Coordenadores de Ensino da Grande São Paulo e Interior-CMC - Comissão Estadual de Moral e Civismo

Da mesma forma que o Centro Interescolar da escola objeto de estudo deste trabalho, também muitas notícias referem-se a eventos da Escola de 1º grau de Orlândia, identificada em muitas delas como ex-IEEO (Instituto Estadual de Educação de Orlândia), relativas a apresentações de fanfarra (FANFARRA..., 1976; FANFARRA EM, 1976), noite beneficente (GENTE..., 1976), e outras, merecendo destaque uma festa realizada em homenagem à aposentadoria de dois professores do antigo Instituto de Educação, chamada de “Noite da Gratidão”, com a participação da comunidade em geral (NOITE..., 1976; EX-IEEO..., 1976).

Em 1977, o quadro de matrículas do 1º grau ficou assim constituído, conforme resumo no livro respectivo (Figura 35).

Tabela 30 – Matrículas do 1º grau, de 7^{as} a 8^{as} séries no Centro Estadual Interescolar Prof. Alcídio de Souza Prado em 1977

	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
7ª Série A (manhã)	18	14	32
7ª Série B (manhã)	12	18	30
7ª Série C (tarde)	13	17	30
7ª Série D (noite)	28	12	40
7ª Série E (noite)	25	13	38
TOTAL	96	74	170
8ª Série A (manhã)	14	15	29
8ª Série B (tarde)	16	16	32
8ª Série C (noite)	30	15	45
TOTAL	60	46	106
TOTAL GERAL	156	120	276

Fonte: Ginásio Industrial Estadual Professor Alcídio de Souza Prado, 1975.

Conforme consta no livro de matrículas consultado, no início do ano de 1977 funcionaram três salas no período da manhã (7^{as} A e B e 8^a A), com um total de 81 alunos, duas salas no período da tarde (7^a C e 8^a B), com um total de 62 alunos, e três salas no período da noite (7^{as} D e E e 8^a C), com 123, perfazendo um total de 276 alunos.

Nas 7^{as} séries permaneceram, no final do ano, 129 alunos, configurando uma evasão de 24%, calculada a partir da quantidade inicial de matrículas, havendo, no resultado final, 106 alunos promovidos. As 8^{as} séries terminaram o ano letivo com 88 alunos e uma taxa de evasão de 17%, calculada a partir da quantidade inicial de matrículas, e com 66 alunos concluintes do 1º grau (GINÁSIO..., 1975).

Uma vez que o 2º grau, após a matrícula inicial, apresentou variações na quantidade de alunos, foi acrescentada uma coluna na Tabela 31 que representa as matrículas reais, com a quantidade de alunos de cada sala conforme as atas finais do ano de 1977.

Tabela 31 – Matrículas do 2º grau no Centro Estadual Interescolar

Prof. Alcídio de Souza Prado em 1977

SALAS	MASCULINO	FEMININO	TOTAL DE MATRÍCULAS INICIAIS	TOTAL DE MATRÍCULAS REAIS
1ª A (manhã)	26	18	44	43
1ª B (tarde)	11	25	36	31
1ª C (tarde)	9	23	32	31
1ª D (noite)	20	20	40	44
1ª E (noite)	21	21	42	44
1ª F (noite)	19	23	42	43
1ª G (noite)	20	23	43	43
TOTAL	126	153	279	279
2ª A (manhã)	26	4	30	32
2ª B (manhã)	8	20	28	31
2ª C (tarde)	1	28	29	28
2ª D (noite)	32	2	34	33
2ª E (noite)	35	0	35	34
2ª F (noite)	15	22	37	37
2ª G (noite)	0	33	33	32
TOTAL	117	109	226	228
3ª A (manhã)	13	23	36	37
3ª B (manhã)	14	17	31	33
3ª C (noite)	21	15	36	34
3ª D (noite)	16	19	35	35
3ª F (noite)	22	20	42	42
TOTAL	86	94	180	181
3ª Normal (manhã)	0	13	13	13
4ª Normal (manhã)	0	13	13	13
TOTAL	0	26	26	26
TOTAL GERAL	329	382	711	714

Fonte: Ginásio Industrial Estadual Professor Alcídio de Souza Prado (1975)

Considerando a quantidade real de 990 matrículas, no período da manhã funcionaram duas salas do 1º grau, com 59 alunos, e sete salas de 2º grau e do curso normal, com 202 alunos, totalizando 261. No período da tarde funcionaram três salas do 1º grau, com 84 alunos e três do 2º grau, com 90 alunos, totalizando 174. No período da noite funcionaram três salas de 1º grau, com 133 alunos, e dez salas, com 422 alunos, totalizando 555 (GINÁSIO..., 1975).

As 1^{as} séries do 2º grau, com 218 alunos no final do ano, configuraram uma evasão de 22%, calculada a partir da quantidade real de matrículas. No final do ano, 120 alunos foram promovidos. Nas 2^{as} séries do 2º grau permaneceram 196 alunos, configurando uma evasão de 14%, calculada a partir da quantidade real de matrículas, havendo no resultado final 177 alunos promovidos. As 3^{as} séries do 2º grau terminaram o ano letivo com 170 alunos e uma taxa de evasão de 6%, calculada a partir da quantidade real de matrículas, e com 134 alunos

concluintes. O curso normal, em extinção, com 23 alunas no final do ano, configurou uma evasão de 11%, com todas promovidas, sendo que dez concluíram o curso (GINÁSIO..., 1975).

Ainda no ano de 1977, as 2^{as} séries do 2º grau recebiam a denominação de técnicos em desenho mecânico, desenho técnico, documentação médica e economia doméstica.

Quanto à cidade de Orlandia, esta se estendia principalmente em direção ao Jardim Boa Vista, bairro que mereceu melhorias, como a dinamização da praça central, construção de quadra esportiva e recapeamento de ruas, uma das metas do prefeito empossado seis meses antes. Outras prioridades citadas em seu programa de governo foram relativas ao abastecimento de água, construção de casas populares e construção de uma torre para melhor transmissão da TV Tupi, canal 4 (EDGAR..., 1977).

Uma melhoria intensamente aguardada foi a construção do novo trevo rodoviário, ligação entre a cidade e a via Anhanguera, em substituição ao “Trevo da Morte”, cuja obra foi priorizada pelo governo do estado, conforme manchete na primeira página do jornal *Folha de Orlandia* (TREVO..., 1977). Também estavam sendo construídos trechos da Ferrovia Paulista S.A. (Fepasa), com um novo traçado, em um canteiro de obras com centenas de trabalhadores (MANCHETINHAS..., 1977), no ano em que a Comove completava 25 anos de instalação (COMOVE..., 1977).

Em planta geral da cidade, pertencente ao cadastro fiscal imobiliário urbano do município de Orlandia, constam anotações a respeito das escolas de primeiro grau instaladas a partir da setorização implantada na cidade. A Escola Estadual de Primeiro Grau Coronel Francisco Orlando possuía dez salas de aula “próprias” e duas adaptadas, com capacidade de funcionamento de 12 classes no período da manhã, 11 no período da tarde e período noturno ocioso. A Escola Estadual de Primeiro Grau “Artur Oliva”, no bairro Jardim Boa Vista, com seis salas, tinha capacidade de funcionamento de seis classes nos períodos da manhã e tarde, e à noite, cinco classes. A Escola Estadual de Primeiro Grau Oswaldo Ribeiro Junqueira possuía 16 salas de aula e duas adaptadas, com capacidade de funcionamento de 13 classes no período da manhã, 12 no período da tarde e 11 no período da noite (FIORILLI, 1975).

Duas ressalvas fazem-se necessárias quanto aos dados acima. A primeira é que não foram confrontados com nenhuma outra fonte, e a segunda refere-se à data de levantamento dos dados, uma vez que, apesar da confecção da planta constar como sendo do ano de 1975, foi somente a partir de 1978 que a Escola Estadual de Primeiro Grau de Orlandia mudou de denominação para Escola Estadual de Primeiro Grau (EEPG) Oswaldo Ribeiro Junqueira.

No ano de 1977, conforme nova administração municipal, o tradicional desfile cívico que marcava as comemorações de aniversário da cidade, em 30 de março, foi substituído por uma cerimônia cívica, competições esportivas, shows de cantores e infantis, e concurso de violeiros, entre outros (ALTEMAR E SHOW DISNEY, 1977). O desfile cívico em comemoração à Semana da Pátria teve a participação das escolas da cidade, fato registrado em uma pequena notícia na coluna social do jornal *Folha de Orlândia* (SETE DE SETEMBRO, 1977).

Com a definição do perfil da clientela a partir das mudanças impostas pela rede física, as escolas também adequaram seus eventos e atividades. Sendo assim, o Centro Interescolar mereceu notícias a respeito de participação em competições escolares, como na Copa Centreville entre equipes de basquetebol (CEI..., 1977), no campeonato colegial (EQUIPES..., 1977) e na olimpíada de matemática (VENCENDO A OLIMPÍADA, 1977). No final do ano, a formatura ocorreu no Cine Ribalta, com entrega de certificados para formandos do 1º e 2º graus (ATO..., 1977).

A Escola de Primeiro Grau de Orlândia fez-se representar por notícias voltadas ao seu tipo de clientela, como o funcionamento da biblioteca escolar (BIBLIOTECA INFANTIL, 1977; MARCANDO BOM, 1977), as atividades da fanfarrinha (FANFARRA DA EEPG, 1977), excursões realizadas (EXCURSÃO À USINA, 1977), atividades educacionais, como uma gincana cívico-cultural interna entre as turmas (CLASSE CONTRA CLASSE, 1977; CLASSE X CLASSE, 1977) e exposição de trabalhos manuais e pintura dos alunos (EXPOSIÇÃO DE TRABALHOS, 1977).

4.3 A Escola Estadual de Segundo Grau Professor Alcídio de Souza Prado

A escola objeto deste trabalho também teve sua denominação alterada, passando de Centro Interescolar para Escola Estadual de Segundo Grau Professor Alcídio de Souza Prado, conforme artigo 2º, Inciso I do Decreto nº 7.400/75, em 28 de janeiro de 1978, por oferecer somente o 2º grau, uma vez que este ano de 1978 marcou o final do curso de 1º grau nessa escola.

Em 1978 esta contava com somente quatro 8^{as} séries, conforme a Tabela 32, sendo consideradas as matrículas iniciais e as matrículas reais, que constam na ata de final de ano.

Tabela 32 – Matrículas das 8^{as} séries do 1º grau na Escola Estadual de Segundo Grau
Prof. Alcídio de Souza Prado em 1978

SÉRIES	MATRÍCULAS INICIAIS	MATRÍCULAS REAIS
8ª Série A (manhã)	25	27
8ª Série B (tarde)	32	29
8ª Série C (noite)	32	32
8ª Série D (noite)	37	39
TOTAL GERAL	126	127

Fonte: Ginásio Industrial Estadual Professor Alcídio de Souza Prado (1975)

Conforme consta no livro de matrículas consultado, no ano de 1978, funcionou uma 8ª série no período da manhã, com 27 alunos, uma no período da tarde, com 29 alunos, e duas no período noturno, com 71 alunos.

As 8^{as} séries terminaram o ano letivo com 103 alunos e uma taxa de evasão de 19%, calculada a partir da quantidade real de matrículas, e com 98 alunos concluintes (GINÁSIO INDUSTRIAL ESTADUAL PROF. ALCÍDIO DE SOUZA PRADO, 1975).

O 2º grau, em 1978, também apresentou variações na quantidade de alunos após as matrículas iniciais e, por esta razão, foi acrescentada uma coluna na Tabela 33, que representa as matrículas reais, com a quantidade de alunos de cada sala conforme as atas finais do ano.

Considerando o total real de 756 matrículas no ano de 1978, no período da manhã funcionou uma sala de 1º grau com 27 alunos e sete salas de 2º grau e do curso normal com 175 alunos, totalizando 202. No período da tarde funcionaram uma sala do 1º grau, com 29 alunos, e três do 2º grau, com 88 alunos, totalizando 117. No período da noite funcionaram duas salas de 1º grau, com 71 alunos, e doze salas com 366 alunos, totalizando 437 (GINÁSIO..., 1975).

As 1^{as} séries do 2º grau, com 294 alunos no final do ano, configuraram uma evasão de 23%, calculada a partir da quantidade real de matrículas. No final do ano, 216 alunos foram promovidos. Nas 2^{as} séries do 2º grau, dos 139 alunos configurou-se uma evasão de 17%, calculada a partir da quantidade real de matrículas, havendo, no resultado final, 115 alunos promovidos. As 3^{as} séries do 2º grau terminaram o ano letivo com 156 alunos e uma taxa de evasão de 15%, calculada a partir da quantidade real de matrículas, e com todos os 156 alunos concluintes. O curso normal terminou o ano com 11 alunas, todas concluintes, tendo o curso sido encerrado (GINÁSIO..., 1975).

Tabela 33 – Matrículas do 2º grau na Escola Estadual de Segundo Grau
Prof. Alcídio de Souza Prado, em 1978

SALAS	TOTAL DE MATRÍCULAS INICIAIS	TOTAL DE MATRÍCULAS REAIS
1ª A (manhã)	43	41
1ª B (manhã)	42	42
1ª C (tarde)	41	43
1ª D (noite)	40	41
1ª E (noite)	40	42
1ª F (noite)	41	42
1ª G (noite)	43	43
TOTAL	290	294
2ª Setor Primário (manhã)	24	21
2ª Setor Secundário (manhã)	21	19
2ª Setor Primário (tarde)	23	22
2ª Setor Primário (noite)	24	32
2ª Setor Secundário (noite)	24	26
2ª Mecânica (noite)	19	19
TOTAL	135	139
3ª Auxiliar Documentação Médica (manhã)	23	21
3ª Desenho Mecânico (manhã)	20	20
3ª Auxiliar Documentação Médica (tarde)	23	23
3ª Auxiliar Documentação Médica (noite)	30	33
3ª Economia Doméstica (noite)	24	24
3ª Auxiliar Técnico em Mecânica	19	19
3ª Desenho Mecânico	22	22
3ª Ciências Físicas e Biológicas	23	23
TOTAL	184	185
4ª Normal (manhã)	11	11
TOTAL GERAL	620	629

Fonte: Ginásio Industrial Estadual Professor Alcídio de Souza Prado (1975)

No livro de reuniões pedagógicas constam apenas atas de duas reuniões, que registraram orientações aos professores quanto ao estudo do regimento escolar que, entre outras disposições, determinava a eleição do conselho de escola. Outros aspectos foram enfatizados, como recuperação de alunos e eleição de representantes de classe (GINÁSIO INDUSTRIAL ESTADUAL PROFESSOR ALCÍDIO DE SOUZA PRADO, 1968).

Segue abaixo a Tabela 34, com dados mais gerais a respeito do curso ginásial desta escola, considerado desde seu início em 1963, até sua extinção, em 1978.

Algumas ressalvas fazem-se necessárias como:

- no ano de 1963, na coluna 2, constam porcentagens de aprovação nos exames de admissão da 1ª e 2ª séries separadamente;
- na coluna 2 foi calculada a porcentagem de alunos aprovados no curso de admissão até 1971, último ano em que foi realizado;
- na coluna 4 foi considerada a quantidade de matrículas no início do ano e, na coluna 5, a quantidade de alunos que constam nas atas de exames dos finais de cada ano;
- a evasão foi considerada tomando como total os alunos matriculados no início do ano, bem como a porcentagem calculada;
- a porcentagem de promoção foi calculada a partir da quantidade de alunos que permaneceram no final do ano, representados na coluna 7a, e a porcentagem de promoção calculada levando-se em conta os alunos matriculados no início do ano na coluna 7b;
- nos anos de 1963 e 1964 foram considerados como promovidos os alunos aprovados apenas em 1ª época, não havendo dados do resultado da 2ª época.

Tabela 34 – Curso ginásial de 1963 a 1978, na escola objeto deste trabalho.

(Continua)

1 ANO	2 % APROV. ADMISSÃO	3 SÉRIE	4 MATR. INÍCIO ANO	5 ALUNOS FINAL ANO	6 EVASÃO		7 PROMOÇÃO		
					Qde. Alunos	%	Qde. Alunos	%A	%B
1963	80%	1ª	83	68	25	30%	19	28%	22%
		2ª	16	9	7	43%	6	67%	37%
TOTAL	52%		99	77	22	32%	25	32%	25%
1964	47%	1ª	59	53	6	10%	34	64%	57%
		2ª	29	26	3	10%	17	65%	58%
		3ª	4	6	0	0%	5	83%	125%
TOTAL			92	85	7	7%	56	66%	60%
1965	65%	1ª	55	41	14	25%	22	54%	40%
		2ª	42	30	12	28%	17	57%	40%
		3ª	13	9	4	30%	9	100%	69%
		4ª	4	4	0	0%	4	100%	100%
TOTAL			114	84	30	26%	52	62%	45%

Tabela 34 – Curso ginásial de 1963 a 1978, na escola objeto deste trabalho.

(continuação)

1 ANO	2 % APROV. ADMISSÃO	3 SÉRIE	4 MATR. INÍCIO ANO	5 ALUNOS FINAL ANO	6 EVASÃO		7 PROMOÇÃO		
					Qde. Alunos	%	Qde. Alunos	%A	%B
1966	64%	1ª	67	60	7	10%	32	53%	48%
		2ª	26	21	5	19%	13	62%	50%
		3ª	17	15	2	11%	8	53%	47%
		4ª	9	9	0	0%	9	100%	100%
TOTAL			119	105	14	11%	62	60%	52%
1967	58%	1ª	124	95	29	23%	54	57%	43%
		2ª	41	37	4	10%	24	65%	58%
		3ª	17	16	1	6%	9	56%	53%
		4ª	10	10	0	---	5	50%	50%
TOTAL			192	158	34	17%	92	58%	48%
1968	61%	1ª	168	119	49	29%	99	83%	59%
		2ª	55	45	10	18%	38	84%	69%
		3ª	27	23	4	15%	23	100%	85%
		4ª	9	9	0	0%	9	100%	100%
TOTAL			259	196	63	29%	169	86%	65%
1969	68%	1ª	197	141	56	29%	93	66%	47%
		2ª	117	90	27	23%	77	86%	66%
		3ª	52	50	2	4%	40	80%	77%
		4ª	23	22	1	4%	22	100%	95%
TOTAL			389	303	86	22%	232	77%	59%
1970	73%	1ª	294	196	98	33%	128	65%	43%
		2ª	128	99	29	22%	82	83%	64%
		3ª	100	75	25	25%	59	79%	59%
		4ª	34	34	0	0%	33	97%	97%
TOTAL			556	404	152	27%	302	75%	54%
1971	73%	1ª	295	189	106	36%	153	81%	52%
		2ª	171	131	40	23%	120	92%	70%
		3ª	122	101	21	17%	98	97%	80%
		4ª	59	56	3	5%	56	100%	95%
TOTAL			647	477	170	26%	427	90%	66%

Tabela 34 – Curso ginásial de 1963 a 1978, na escola objeto deste trabalho.

(continuação)

1 ANO	2 % APROV. ADMISSÃO	3 SÉRIE	4 MATR. INÍCIO ANO	5 ALUNOS FINAL ANO	6 EVASÃO		7 PROMOÇÃO		
					Qde. Alunos	%	Qde. Alunos	%A	%B
1972		5ª	321	214	107	33%	198	93%	61%
		6ª	179	150	29	16%	140	93%	78%
		7ª	132	116	16	12%	115	99%	87%
		8ª	96	91	5	5%	91	100%	95%
TOTAL			728	571	157	21%	544	95%	75%
1973		5ª	257	171	86	33%	135	77%	52%
		6ª	205	180	25	12%	119	66%	58%
		7ª	142	114	28	19%	86	75%	60%
		8ª	109	102	7	6%	97	95%	89%
TOTAL			713	567	146	20%	437	94%	61%
1974		5ª	227	164	63	28%	111	68%	49%
		6ª	205	161	44	22%	96	60%	47%
		7ª	161	120	41	26%	104	87%	64%
		8ª	90	82	8	9%	74	90%	82%
TOTAL			683	527	156	23%	385	73%	56%
1975		5ª	331	235	96	29%	177	75%	53%
		6ª	194	147	47	24%	123	84%	63%
		7ª	143	115	28	19%	107	93%	75%
		8ª	109	100	9	8%	98	98%	90%
TOTAL			777	597	180	23%	505	85%	65%
1976		5ª	----	-----	-----	---	----	---	---
		6ª	211	167	44	20%	149	89%	70%
		7ª	136	114	22	16%	103	90%	76%
		8ª	108	100	8	7%	99	99%	91%
TOTAL			455	381	74	16%	351	91%	77%
1977		5ª	-	-	-	-	-	-	-
		6ª	-	-	-	-	-	-	-
		7ª	170	129	41	24%	106	82%	62%
		8ª	106	88	18	17%	66	75%	62%
TOTAL			276	217	59	21%	172	79%	62%

Tabela 34 – Curso ginásial de 1963 a 1978, na escola objeto deste trabalho.

(Conclusão)

1 ANO	2 % APROV. ADMISSÃO	3 SÉRIE	4 MATR. INÍCIO ANO	5 ALUNOS FINAL ANO	6 EVASÃO		7 PROMOÇÃO		
					Qde. Alunos	%	Qde. Alunos	%A	%B
1978		5 ^a	-	-	-	-	-	-	-
		6 ^a	-	-	-	-	-	-	-
		7 ^a	-	-	-	-	-	-	-
		8 ^a	127	103	24	19%	98	95%	78%

Fonte: Escola Artesanal de Orlandia (1960; 1962a; 1962b), Ginásio Industrial Estadual de Orlandia (1969), Ginásio Industrial Estadual Professor Alcídio de Souza Prado (1975)

A Tabela 35 apresenta dados a respeito do 2º grau, desde seu início, em 1975, até 1978, considerando que:

- na coluna 4 foram consideradas as matrículas iniciais e, na coluna 5, as matrículas após transferências;
- na coluna 6 foram considerados os alunos que permaneceram até o final do ano;
- na coluna 7 foi considerada a porcentagem de evasão a partir das matrículas reais;
- na coluna 8 constam os alunos promovidos;
- na coluna 9 foi calculada a porcentagem de aprovação levando-se em conta a quantidade de alunos frequentes no final do ano;
- na coluna 10 foi calculada a porcentagem de aprovação levando-se em conta a quantidade de alunos constantes nas matrículas reais.

Tabela 35 – Segundo grau, de 1975 a 1978, na escola objeto deste trabalho

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
ANO	CURSO	SÉRIE	MATR. INICIAIS	MATR. REAIS	ALUN. FINAL ANO	% EVASÃO	PROM.	% APROV.	% APROV.
1975	2º grau	1ª	80	80	50	60%	45	90%	56%
1976	2º grau	1ª	288	296	241	18%	237	98%	80%
		2ª	193	198	182	8%	180	99%	91%
		3ª	122	125	110	12%	105	95%	84%
	Normal	2ª, 3ª, 4ª	57	63	62	0%	58	93%	92%
TOTAL			660	682	595	13%	580	97%	85%
1977	2º grau	1ª	279	279	218	22%	120	55%	43%
		2ª	226	228	196	14%	177	90%	77%
		3ª	180	181	170	6%	134	78%	74%
	Normal	3ª e 4ª	26	26	23	11%	23	100%	88%
TOTAL			711	714	607	15%	454	75%	63%
1978	2º grau	1ª	290	294	294	23%	216	74%	73%
		2ª	135	139	139	17%	115	83%	83%
		3ª	184	185	156	15%	156	100%	84%
	Normal	4ª	11	11	11	100%	11	100%	100%
TOTAL			620	629	600	46%	498	83%	79%

Fontes: Ginásio Industrial Estadual de Orlandia, 1969; Ginásio Industrial Estadual Professor Alcídio de Souza Prado, 1975.

Uma vez que o curso ginasial, com denominação alterada para ensino de 1º grau, foi encerrado na escola focada em 1978, também este trabalho teve como delimitação o citado ano, deixando, portanto, de acompanhar a trajetória da atual Etec Professor Alcídio de Souza Prado, de Orlandia.

Merecem registro, porém, as mudanças de denominação que se seguiram na escola objeto deste trabalho, sempre com o nome de seu patrono: Escola Estadual de Segundo Grau, em 1978, Escola Estadual de Primeiro e Segundo Graus, em 1980, Escola Técnica de Segundo Grau, em 1989, Escola Técnica Estadual (ETE), em 1994, quando passou para a rede de escolas do Centro Estadual Tecnológico Paula Souza, sendo que, atualmente, apenas a sigla foi alterada para Etec.

De qualquer forma, a escola objeto deste trabalho permanece em sua trajetória, oferecendo cursos profissionalizantes e de ensino médio até os dias de hoje e instalada no

mesmo prédio da Avenida Dez. É merecedora de novos estudos e olhares focados em trechos de seu caminho ainda não estudados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De uma forma diversa da maioria dos estudos a respeito do ensino profissional, que envolve aspectos da racionalização do ensino e a socialização do trabalhador, o presente estudo buscou, como principal objetivo, demonstrar a inserção da escola profissional objeto deste trabalho no contexto econômico e social da cidade e da região na qual se encontra inserida, bem como sua importância como instituição escolar. Para tal, tornou-se necessário investigar sua ação tanto no preparo de mão de obra necessária ao mercado de trabalho local, por meio de cursos profissionalizantes, como na formação de estudantes no curso ginásial.

Sendo assim, a intenção da pesquisadora, após sua introdução, foi proporcionar ao leitor uma familiaridade quanto à trajetória do ensino profissional paulista, uma vez que este tipo de ensino tem muitas particularidades legais e diferentes enfoques que lhe são atribuídos. O título desta seção (O ensino profissional estadual paulista: de compensatório e assistencial a escola técnica profissional do trabalhador urbano), referindo-se ao ensino profissional, inicialmente considerado compensatório e assistencial, e hoje voltado à formação do profissional urbano, demonstra algumas das ambiguidades atribuídas ao ensino profissional.

A terceira e quarta seções (O ensino profissional estadual na cidade de Orlandia e O Ginásio Industrial, respectivamente), delimitando o espaço do estudo para uma pequena cidade do interior, buscaram apresentar o entorno no qual a escola objeto deste trabalho encontra-se inserida, tomando como suporte a história local e fontes disponíveis constituídas por documentos, fotos e jornais de cada época.

Os documentos encontrados e utilizados como fontes revelaram alguns aspectos internos da escola, tais como sua organização, clientela, gestão e instalações físicas, sendo que outros ainda devem ser desvelados, como os aspectos relacionados à equipe escolar. Os jornais espelharam visões da sociedade a respeito da instituição escolar sob a interpretação da classe dominante que os escrevia.

A divisão do recorte temporal, de 1949 a 1978, em duas seções tem a justificativa nos diferentes perfis e missões que a escola assumiu em sua trajetória.

Na terceira seção, de 1949 à década de 1960, há uma escola pequena com a finalidade de oferecer uma formação aligeirada em atendimento ao mercado de trabalho local, predominantemente apoiado em uma economia agrícola, por meio de cursos ordinários e extraordinários de Mecânica Geral, Serviços Domésticos e Corte e Costura. Ao passar por várias etapas, como curso profissional, escola artesanal e escola industrial, esta instituição

escolar, ao adquirir um espaço próprio para seu funcionamento na Avenida do Café, foi conquistando uma representatividade cada vez maior perante a cidade e a região.

A quarta seção foi delimitada a partir da denominação Ginásio Industrial, quando a escola foi deixando de oferecer cursos profissionais de formação rápida e preenchendo seu espaço com o alunado do Ginásio Industrial. Este curso passou a dividir as atenções da população orlandina com o curso ginásial propedêutico oferecido no Instituto de Educação, embora cada um fosse portador de suas particularidades.

A demarcação temporal final do período estudado em 1978 está associada ao fato de o curso ginásial, até então denominado de 1º grau, deixar de existir na escola para dar lugar ao 2º grau. Este período, no qual o nome do patrono é inserido à denominação do Ginásio Industrial, atinge seu ponto máximo quanto à representatividade e importância na cidade quando, como Centro Estadual Interescolar, recebe um prédio novo e toda a clientela do 2º grau da cidade. Desta forma, encerra-se um tempo na história da escola, demarcado pelo curso ginásial industrial, que ficou na memória de muitas gerações como a época da “escola industrial”.

O acompanhamento da trajetória histórica desta instituição escolar faz surgir questionamentos. Como, tendo nascido de forma acanhada e humilde, com poucos alunos e compartilhando instalações físicas, foi esta entidade escolar se firmando por tantas décadas, sendo hoje reconhecida como uma instituição pública de grande representatividade na cidade, com mais de mil alunos?

Algumas reflexões são levantadas a respeito, sendo que a Tabela 36 busca apresentar, de forma bem sucinta, dados a respeito do período considerado, retirados de três fontes encontradas, uma vez que para Mogarro (2005), fontes múltiplas apresentam perspectivas diversas, permitindo a apreensão da realidade educativa e refletindo a pluralidade dos meios de intervenção dos atores nela envolvidos.

Na Tabela 36, a fonte 1, denominada “Fonte de 1964”, compreende duas folhas datilografadas em segunda via com papel carbono, contendo dados de 1949 a 1974 (ESCOLA..., 1964a). A fonte 2, denominada “Fonte de 1970”, consiste em uma listagem de matrículas totais dos alunos, em cada ano, parte integrante de um documento copiado juntamente com um histórico da escola (GINÁSIO..., 1970). A fonte 3, denominada de “Livros de Matrícula”, compreende os livros de matrícula consultados do curso ginásial/1º grau, do 2º grau e dos cursos de aprendizagem profissional. Tais livros compreenderam o *Livro de Matrículas: Curso de Ajustagem Mecânica – 1960 a 1963* e *Ginásio Industrial – 1963 a 1964*, da Escola Artesanal de Orlandia (ESCOLA..., 1960); *Livro de Atas de*

Matrículas e Notas de Aproveitamento da Escola Artesanal de Orlandia (ESCOLA..., 1962b); Livro de Registro de Inscrições, exames de admissão, matrículas e notas finais dos cursos extraordinários e de Aprendizagem Profissional diurno e noturno do Ginásio Industrial Estadual de Orlandia (GINÁSIO..., 1967); Livro de atas de matrículas, aprovação e conclusão dos alunos do Curso Ginásial Industrial do Ginásio Industrial Estadual de Orlandia (GINÁSIO..., 1969); e Livro de matrículas e exames finais dos Cursos de 2º grau (GINÁSIO..., 1975). Não foram encontrados livros a respeito dos cursos constantes na fonte 1 de 1966 a 1968, denominados “Preparatório”.

Tabela 36 – Comparação de matrículas efetuadas na escola objeto deste trabalho de 1949 a 1978

(Continua)

DENOMINAÇÕES DA ESCOLA	ANO	1 - FONTE DE 1964			2 - FONTE DE 1970	3 - LIVROS DE MATRÍCULA	
		Cursos Profissionais	Curso Ginásial	Total			
CURSO PRÁTICO PROFISSIONAL DE ORLÂNDIA	1949	70		70	70		
	1950	124		124	124		
	1951	98		98	98		
	1952	152		152	152		
	1953	149		149	149		
ESCOLA ARTESANAL DE ORLÂNDIA	1954	100		100	100		
	1955	75		75	75		
	1956	137		137	137		
	1957	160		160	160		
	1958	161		161	161		
	1959	136		136	136		
	1960	130		130	130		
	1961	138		138	128		
	1962	94		94	94	Ginásial/1º grau	Total
ESCOLA INDUSTRIAL ESTADUAL DE ORLÂNDIA	1963	30	100	130	153	99	129
	1964	103	92	195	298	92	195
GINÁSIO INDUSTRIAL ESTADUAL DE ORLÂNDIA	1965	53	114	167	167	114	168
	1966	99	119	218	218	119	218
	1967	227	192	419	419	192	363
GIE PROFESSOR ALCÍDIO DE SOUZA PRADO	1968	212	259	471	471	259	378
	1969	30	389	419	605	389	432
	1970	8	556	564	565	556	565
	1971		647	647		647	647
	1972		728	728		728	728
	1973		713	713		713	713

Tabela 36 – Comparação de matrículas efetuadas na escola objeto deste trabalho de 1949 a 1978

(Conclusão)

DENOMINAÇÕES DA ESCOLA	ANO	1 - FONTE DE 1964			2 - FONTE DE 1970	3 - LIVROS DE MATRÍCULA	
		Cursos Profissionais	Curso Ginásial	Total			
CENTRO ESTADUAL INTERESCOLAR	1974		683	683	2º grau	683	683
PROF. ALCÍDIO DE SOUZA PRADO	1975				80	777	857
ESCOLA ESTADUAL DE 2º GRAU PROF. ALCÍDIO DE SOUZA PRADO	1976				682	455	1137
	1977				714	276	990
	1978				629	127	756

Fontes: Escola Industrial de Orlândia (1964, 1964b), Ginásio Industrial Estadual Professor Alcídio de Souza Prado (1970), Escola Artesanal de Orlândia (1960, 1962b), Ginásio Industrial Estadual de Orlândia (1967, 1969), Ginásio Industrial Estadual Professor Alcídio de Souza Prado (1975)

No entanto, confrontando-se os totais de matrículas das três fontes, constata-se que:

- nos anos de 1949 a 1962 os totais de matrículas de cada ano, nas três fontes, são os mesmos;
- no ano de 1963 há concordância entre os totais das fontes 1 e 3 (129 e 130), mas total discrepância com a fonte 2 (153);
- no ano de 1964 há uma concordância aproximada entre os totais das fontes 1 e 3 (189 e 195), mas grande discrepância com a fonte 2 (298);
- no ano de 1965 há apenas diferença de uma matrícula da fonte 2 (167) em relação às fontes 1 e 3 (168);
- no ano de 1966 há concordância nas três fontes porque o curso preparatório foi incluído no total dos cursos CAP na fonte 1;
- no ano de 1967 há concordância com as fontes 1 e 2 (419), mas discrepância com a fonte 3 (363), que pode ser justificada pelo curso preparatório, cujo livro de matrículas não foi encontrado;
- no ano de 1968 há concordância com as fontes 1 e 2 (471), mas discrepância com a fonte 3 (378), que pode ser justificada pelo curso preparatório, cujo livro de matrículas não foi encontrado;
- no ano de 1969 há desencontro entre as três fontes;
- no ano de 1970 há apenas um aluno de diferença entre as três fontes;
- nos anos de 1971 a 1974 há concordância nas duas fontes com dados referentes a estes anos;

- a partir de 1975, permanece apenas a fonte 3, sendo que, nos anos seguintes, as matrículas consideradas foram as reais, ou seja, com transferências recebidas após as iniciais.

Grosso modo, porém, pode-se observar que, nos primeiros anos de funcionamento da escola, com a exclusividade dos cursos profissionais até 1962 – sejam ordinários ou extraordinários, para a clientela feminina ou masculina –, a finalidade da escola era apenas a de oferecer preparo que possibilitasse inserção rápida no mercado de trabalho.

A clientela tinha suas origens nas cidades vizinhas e, em sua maior parte, na zona urbana da cidade de Orlandia, embora a população da zona rural fosse predominante no município na década de 1950, decrescendo na década de 1960.

Os alunos e alunas procuravam os cursos profissionais após o término do curso primário. A idade mais comum no ato da matrícula era 14 anos, embora, para os meninos, tenha havido idades de 12 a 20 anos, e para as meninas, de 12 a 27 anos, estas últimas, mais velhas, talvez porque o curso de Corte e Costura fosse atrativo para todas as idades.

Reflexões podem ser feitas a respeito dos fatores que tornavam a escola atraente para a clientela dos cursos profissionais. Porém a razão principal para os meninos era a rápida inserção no mercado de trabalho a partir da aquisição de habilidades básicas, sem nem mesmo concluírem o curso. Para as meninas, a aspiração principal não era a inserção no mercado de trabalho, que ainda não estava voltado ao público feminino, mas a ampliação de qualidades nas lidas domésticas e a aquisição de alguma cultura geral. Um fator positivo para todos os cursos era o oferecimento de material pela escola para as aulas práticas. Desta forma, os alunos e alunas não tinham qualquer despesa em seus estudos, sendo que, como já dito, seus trabalhos eram oferecidos à venda ao público em geral nas exposições do final do ano.

A representatividade da escola perante a comunidade por meio da clientela dos cursos profissionalizantes era manifestada em ocasiões comemorativas, destacando-se os desfiles cívicos, formaturas e exposições de trabalhos, amplamente divulgados pelos jornais locais. Para os desfiles cívicos, a escola investia em carros alegóricos, construídos na oficina de mecânica e marcenaria, e em vestimentas para os alunos, que, confeccionadas pelas professoras e alunas nas aulas de corte e costura, também eram gratuitas para os participantes, uma vez que a confecção e os materiais eram igualmente doados pela escola.

As formaturas e as exposições eram marcadas no final do ano com convite estendido à comunidade em geral. As exposições atraíam um público que, adquirindo as peças oferecidas, na maioria das vezes não dava oportunidade de compra aos próprios alunos que as haviam

confeccionado. Uma vez que os cursos oferecidos eram de Costura e Bordados, Economia Doméstica e Mecânica Geral, no qual estavam incluídas aulas de marcenaria e desenho, eram colocados à venda, principalmente, artefatos de ferro, como ferramentas diversas, e de madeira, como pequenos móveis. A parte feminina era representada por vestimentas diversas, desde chapéus, vestidos e aventais até peças de enxovais para noivas e bebês, bordadas à mão.

Como não foram encontradas informações detalhadas a respeito das exposições orlandinas, podem ser apreciadas outras da região, de escolas semelhantes. As exposições da Escola Profissional Dr. Júlio Cardoso, de Franca, são apresentadas conforme trecho abaixo, por Borini:

Todos os produtos dos trabalhos realizados nas oficinas eram vendidos nas exposições, realizadas no início de dezembro, e a inauguração era sempre abençoada por um padre. Todas as seções apresentavam seus trabalhos: Corte e Costura, Rendas e Bordados, e Roupas Brancas - jogos de cama de seda, opala e linhos, roupas femininas, masculinas e infantis; jogos de mesa e banho com ricos bordados, trabalhados pelas alunas; trabalhos de seriação; belos trabalhos de enfeites com flores e bordados e de arte culinária. A Marcenaria, além dos trabalhos de seriação, ótimos conjuntos de: copa e dormitório, brinquedos, porta-vaso, porta-talher, macetes de carne, rolos de massas, potes de temperos, pilões, quadros, painéis, lustres torneados. (2013, p. 147).

Barone (2011) registrou um relato sobre as exposições da escola profissional de Ribeirão Preto – José Martiniano da Silva –, afirmando que as exposições eram um espetáculo à parte, com a competência da escola e o talento dos alunos apresentados à população por meio das peças expostas.

As formaturas, solenidades aguardadas pelos concluintes dos cursos, eram prestigiadas pelas famílias dos alunos e pelos professores e funcionários, convocados previamente para comparecerem ao evento. As autoridades locais, como o prefeito municipal e o padre local, também tinham presença confirmada, uma vez que este tipo de evento oferecia oportunidade de inclusão de discursos políticos em sua pauta.

No contexto de uma cidade pequena, desfiles comemorativos, exposições e formaturas representavam uma mudança na rotina local e uma quebra no cotidiano escolar em razão das expectativas geradas, tanto antes como durante os eventos.

Portanto, as exposições, formaturas e desfiles comemorativos reforçaram a imagem positiva da escola perante a comunidade, principalmente em seus primeiros anos de funcionamento.

Muitos fatores, porém, como já elencados, contribuíram para o questionamento da real necessidade da existência de uma escola que, de 1949 a 1962, funcionou apenas com cursos ordinários e extraordinários profissionais de um ou dois anos, que ultrapassaram a quantidade de 150 matrículas anuais em apenas três anos deste período. E considerando que estas matrículas eram iniciais em cada ano, na verdade a escola trabalhava com quantidades bem menores em virtude de seu processo de seletividade, flagrado nas taxas de aprovação do exame de admissão, nas porcentagens de evasão, de perda e de aprovação.

Sendo assim, se a principal finalidade desta escola era a inserção de seus concluintes no mercado de trabalho, na verdade seu funcionamento era pautado em um processo inverso e não inclusivo, iniciado pelo exame de admissão e seguindo até o término dos cursos.

O exame de admissão, motivo de apreensão dos alunos e suas famílias, era motivo até da existência de cursos particulares preparatórios anunciados pelo jornal local, como já evidenciado neste trabalho.

A seletividade continuava flagrada nas taxas de evasão, que durante os cursos ordinários e extraordinários, de 1949 a 1964, foi de 53% no total, conforme a Tabela 12. A perda, ou seja, a diferença de matrículas iniciais e de alunos concluintes foi de 76%, reafirmando o questionamento a respeito da finalidade de inserção no mercado de trabalho.

Muitos fatores externos e internos relacionados à escola dividiram a responsabilidade por esta seletividade, que ocorria desde o exame de admissão. Entre os fatores internos, já foram citados a estrutura rígida dos cursos, exames e provas individualizados em grande número de disciplinas, acarretando um calendário sobrecarregado de avaliações teóricas e práticas, e outros, como falta de professores especializados. Entre os fatores externos, os destaques foram para o aproveitamento precoce da clientela masculina no mercado de trabalho, antes da conclusão dos cursos, e dificuldade de transporte, apesar da existência deste desde a zona rural e outras cidades vizinhas.

Porém, alguns ex-alunos, moradores de Orlândia, lembram a época dos cursos profissionais como um período de satisfação com a escola e sua equipe, que pareciam desenvolver um currículo voltado ao perfil do alunado, com metodologias mais concretas e práticas, em um clima de afinamento de interesses e aspirações.

Os cursos ordinários, com a duração de dois anos, e os extraordinários, de um ano, diurnos e noturnos, que estiveram presentes desde 1949, persistiram até 1964, quando foram

sucedidos pelos cursos de aprendizagem profissional, que concederam um novo formato ao oferecimento deste tipo de ensino, prolongado até 1970.

Sendo os únicos cursos oferecidos pela escola até 1962, uma vez que o curso ginásial foi iniciado em 1963, os cursos profissionais apresentaram uma demanda pequena, porém estável, que deve ter justificado o funcionamento da escola. A presença desta regularidade demonstrou que tais cursos eram reconhecidos pela cidade, e que os pais, ao matricularem seus filhos, confiavam na escola, que atendia às suas expectativas.

Como já dito, alguns fatores podem ter favorecido a implantação e funcionamento desta escola em seu início. O poder político e a elite econômica local viam nos cursos oferecidos ao público masculino uma solução para a formação de mão de obra adequada às necessidades do mercado de trabalho da época. Também, o compartilhamento de suas instalações físicas durante seus dez primeiros anos não demandava grandes despesas para sua manutenção.

Outro fator positivo constituiu-se no fato de que o primeiro diretor da escola, professor Jacinto do Amaral Narducci, além de ter sido responsável pela instalação do Curso Prático Profissional, era também jornalista local e pode ter fortalecido de forma benéfica a imagem da escola perante a população orlandina.

Outro aspecto relevante refere-se ao perfil dos primeiros diretores, como Lázaro de Oliveira e Luiz Fregonesi Filho que, por terem sido professores antes de assumir cargos de gestão, eram conhecedores da rotina escolar. Ambos foram contratados desde o início do funcionamento da escola, sendo que o professor Lázaro assumiu as funções de mestre de Ajustagem Mecânica em 7 de março de 1949 e o professor Luiz, em 12 de setembro do mesmo ano, de contramestre da mesma disciplina (CURSO PRÁTICO, 1949e).

Quando as matrículas dos cursos profissionais declinaram no início dos anos 1960, teve início o curso ginásial industrial, em 1963, que trouxe novo alento à então Escola Industrial.

O curso ginásial industrial atraiu uma clientela com outro perfil, interessada na continuidade de estudos. Inicialmente as aulas eram no período da manhã e da tarde, mas a partir de 1968 foram oferecidas no período noturno, conforme as fontes encontradas.

Em seus três primeiros anos de funcionamento foi possível levantar a origem dos alunos matriculados, em virtude do modelo do livro de matrículas. Em 1963, a clientela era oriunda mais das cidades da região do que da cidade de Orlandia, que contribuía com apenas 29% dos alunos, ficando atrás das cidades de Morro Agudo e Nuporanga. No ano seguinte, a situação inverteu-se, com 66% de alunos orlandinos. Em 1965, apesar de a porcentagem de

alunos provenientes da cidade ter caído para 38%, ainda foi a maior deste ano, demonstrando que, no geral, a clientela havia apresentado um equilíbrio.

A idade média dos alunos no primeiro ano de funcionamento foi de 14 e 15 anos, variando de 11 a 19 anos. Em 1964, a idade média baixou para 13 anos, variando de 11 a 18 anos.

Em todos os anos de funcionamento do curso ginásial, com exceção de 1976, houve predominância de alunos do sexo masculino. Apesar de a maioria das classes ser mista, quando a quantidade de alunos permitia, montavam-se classes masculinas, em sua maioria noturnas, ocorrentes de 1968 a 1976. Somente em 1975 foi montada uma classe exclusivamente do sexo feminino.

Com uma evasão média de 21,4% (conforme a Tabela 36), o curso ginásial industrial, que a partir de 1972 recebeu a denominação de 1º grau, passou a ser o curso exclusivo da escola a partir de 1971. A maior quantidade de alunos foi atingida em 1975, declinando gradativamente em quantidade de matrículas até ser extinto em 1978 para dar lugar ao 2º grau.

Quando foi iniciado, em 1963, com classes únicas de 1ª e 2ª séries, o curso ginásial industrial chegou ao final do ano com 77 alunos, dos 99 matriculados no início do ano. Com um exame de admissão seletivo, apresentou uma aprovação média de 65% nos exames realizados de 1963 a 1971, quando foi aplicado pela última vez.

A quantidade de alunos promovidos em todo o período de funcionamento do curso ginásial e do primeiro grau teve porcentagens abaixo de 75% nos anos iniciais, sendo que, após 1968, foram para mais de 75%, com exceção de 1974, cuja porcentagem média foi de 73%.

Em 1971, último ano do curso ginásial industrial, quando foi substituído pelo novo formato de 1º grau, este curso estava consolidado na escola, com uma demanda crescente e taxa de promoção de 90%, demonstrando sua harmonização com o ambiente escolar e a clientela.

A extinção do curso ginásial industrial pela aplicação da Lei nº 5.692/71, com sua grade curricular constituída de disciplinas gerais e de cultura técnica, provocou a destruição da identidade do curso, que vinha desde sua instalação, em 1963. Encerrava-se, desta forma, outra etapa da história da escola.

Embora a substituição do curso ginásial industrial pelo curso de 1º grau não tenha alterado a demanda, representando a aceitação do alunado, o mesmo não ocorreu quanto à equipe escolar que, entre outras mudanças, sofreu a alteração das disciplinas de cultura técnica pelas de sondagem de aptidões, conforme a Lei nº 5.692/71.

Desta forma, a história desta escola, bem como o perfil dos alunos e da equipe escolar, foi sendo construída, principalmente, pela oferta de seus cursos. De 1949 a 1962 havia somente cursos profissionais; de 1963 a 1970, os cursos profissionais e o curso ginásial industrial eram oferecidos concomitantemente. De 1971 a 1974 o curso de 1º grau prevaleceu exclusivo, quando o 2º grau foi instalado.

A trajetória da escola de 1949 a 1978, marcada por diferentes ofertas quanto aos cursos profissionalizantes e do curso ginásial, pode suscitar algumas reflexões quanto à sua representatividade perante a comunidade. Sendo assim, ao buscar-se o objetivo pretendido neste trabalho, qual seja, demonstrar a inserção da escola profissional no contexto econômico e social da cidade e sua importância como instituição escolar, este pode ser apreciado pela diversidade de notícias verificadas nos jornais locais. Entre estas, pela quantidade e importância concedidas, merecem destaque as notícias voltadas às exposições, desfiles comemorativos e formaturas escolares.

As notícias relacionadas às exposições foram maiores nos anos iniciais do período considerado, com registro de notícias selecionadas de 1951 e 1954 (FORMATURA DOS ALUNOS..., 1951; EXPOSIÇÃO..., 1954), embora, pelas referências encontradas a respeito, estes eventos, juntamente com as formaturas, constituíram um dos pontos altos do calendário escolar dos cursos profissionalizantes (BARONE, 2011; BORINI, 2013; LIMA, 2007).

As notícias a respeito das formaturas mantiveram-se em pequena quantidade e constantes, uma vez que, juntamente com as exposições, marcavam o encerramento do ano letivo. Com muita pompa, eram constituídas de eventos formais de grande relevância social, sendo que a notícia de 1951 traz a programação do evento, constituída de entrega de diplomas e de discursos do orador, do diretor da escola e do paraninfo da turma de formandos (FORMATURA..., 1951). Da mesma forma, uma notícia de 1969 apresenta a expectativa em torno da solenidade de entrega de diplomas (TUDO..., 1969), e em 1977, na coluna social, ficou registrado o ato solene de entrega de certificados para formandos de 1º e 2º graus, realizado no Cine Ribalta (ATO..., 1978).

A relação da escola com a comunidade empresarial foi expressa por meio de uma exposição que ocorreu em 1973, em um espaço cedido pela agência local do Banco do Brasil. Nela, foram representadas muitas empresas de Orlândia em *stands* nos quais alunas e alunos, inseridos em cenários temáticos, apresentaram a natureza da empresa. Embora tenha sido um evento expressivo, foi noticiado em uma coluna denominada Dia-a-Dia. Com uma nota intitulada “Pequena Mostra Industrial”, a exposição foi apresentada como parte de uma tarefa relativa à Semana da Pátria (PEQUENA..., 1973). No ano de 1976, um trabalho de alunos do

2º grau foi notícia, uma vez que grupos de alunos visitaram empresas orlandinas para escrever suas histórias, que foram publicadas, gradativamente, em várias edições (CEI..., 1976).

Eventos esportivos também se fizeram presentes, porém mais no final do período e atrelados ao curso ginásial. É o caso da participação da escola na IX Semana do Ensino Industrial em Mococa (IX SEMANA..., 1969), da participação em competição de basquetebol (Centreville) (CEI..., 1977) e de campeonato colegial (EQUIPES..., 1977), havendo muitas outras notícias de alunos do Centro Interescolar participando de eventos esportivos diversos. Eventos culturais foram representados por inserções nos jornais a respeito de competições culturais entre as escolas profissionais da região de Franca, como os seminários do Ensino Industrial (VI SEMINÁRIO..., 1970) e competições de matemática (VENCENDO..., 1977).

Eventos diversos que envolveram alunos de forma mais atuante manifestaram-se por alunos do curso ginásial ou do 2º grau, demonstrando uma mudança gradativa de interesses, como a visita à X Bienal em São Paulo (GINÁSIO..., 1969) e a participação da escola na confecção de tapetes na procissão de Corpus Christi (CIDADE..., 1970). Eventos mais diversificados foram registrados em 1976, como as eleições da rainha dos estudantes e da diretoria do grêmio estudantil (RAINHA..., 1976; ELEIÇÕES..., 1976). Outro evento noticiado na coluna Viva a Vida foi promovido pelo centro cívico, denominado “Os jovens ajudam os velhos”, e voltado aos idosos da Conferência Vicente de Paula local (CAMPANHA..., 1976).

Os eventos cívicos tiveram inúmeras inserções em todo o período considerado, constando também como uma das grandes preocupações da equipe escolar registrada em atas de reuniões pedagógicas. Estes eventos envolviam datas diversas, como o Dia do Soldado (DIA..., 1969) e comemorações cívicas de 7 de Setembro. Merece destaque a visita do fogo simbólico, que constituiu em uma tocha acesa, guardada por 24 horas em cada escola da cidade (DIPLOMA..., 1976), e outras (SETE, 1977).

Nas atas de reuniões pedagógicas, registradas em livro próprio, as datas cívicas aparecem como obrigatórias, com cronogramas e distribuição dos professores em equipes de trabalho. Sendo assim, foram encontrados registros de comemorações do Dia Pan-Americano e Tiradentes, em reunião de 25 de março de 1969; Soldado Constitucionalista, em reunião de 21 de maio de 1970; Semana da Pátria, em reunião de 10 de agosto de 1972; hasteamento da bandeira, em reunião de 24 de agosto de 1972; Dia da Bandeira, em reunião de 6 de novembro de 1972; Dia do Soldado Constitucionalista, em reunião de 18 de maio de 1973; Comemoração da Semana da Pátria, com o *slogan* “O Brasil merece o nosso amor”, em

reunião de 23 de agosto de 1973; Revolução de março de 1964, em reunião de 25 de março de 1974; aniversário da cidade, com participação da escola em desfile com alegoria sob o tema “Embratel”, em reunião de 30 de março de 1974; Semana da Pátria, em reunião de 13 de agosto de 1976, com desfile comemorativo com carro alegórico com o tema “Este é um País que vai para frente” (GINÁSIO..., 1968).

Porém, conforme o grau de importância concedido e depoimentos orais, os eventos que mais ficaram marcados na memória de ex-alunos foram os desfiles comemorativos. Prestigiados pela população e autoridades locais, tiveram grande relevância social, demonstrada pela representatividade e tratamento concedidos às notícias a respeito, ocorrentes em todo o período estudado (O DESFILE..., 1961; RECORDANDO..., 1995; DESFILE..., 1970; GRANDIOSO..., 1976).

Enquanto jornais, fotos e gravuras consistiram em fontes que revelaram o cotidiano escolar e momentos de sua quebra, compreendidos pelos desfiles comemorativos e cívicos, exposições, formaturas e outros, nas fontes consultadas constituídas por livros de matrículas pôde-se verificar a confiança que a população depositou na escola por meio do registro de quantidade de alunos nos diferentes cursos em diferentes épocas.

De qualquer forma, as fontes revelaram a harmonia da escola ante sua missão formadora, tanto nos cursos profissionalizantes como nos cursos ginásial e até no 2º grau, iniciado no período considerado, mas também como instituição escolar que conquistou representatividade local.

No entanto, o período cronológico considerado neste trabalho passou por um grande desafio pela implementação da rede física estadual que, por conta da Lei nº 5.692/71, determinou alterações no oferecimento dos cursos locais, quando a escola recebeu todos os alunos de 2º grau de outras escolas, tornando-se a única a oferecer este curso na cidade.

Alguns artigos demonstraram os protestos quanto aos rumos da educação após a Lei nº 5.692/71. Algumas inserções podem ser citadas, como as intituladas “Problemas na Educação” (PROBLEMAS..., 1975), “Estudantes voltam a aprender a escrever” e “Doutores e Estudantes Cruzinhas” que apresentam críticas em relação aos exames vestibulares (ESTUDANTES..., 1974; DOUTORES..., 1974), “Problemas de Educação” (PROBLEMAS..., 1975) e “O escândalo do dinossauro”, que argumenta contra a destruição da educação humanística (O ESCÂNDALO..., 1975).

As mudanças da rede física local, de efeito impactante quanto ao 2º grau, referiram-se principalmente ao Instituto de Educação que, apesar de possuir uma grande tradição como escola de ensino propedêutico e secundário, passou a ser escola de 1º grau. Um protesto

encontra-se registrado no artigo abaixo, publicado no jornal *Folha de Orlândia*, de autoria da professora da citada escola, Sylvia Ferreira Jorge Schaffer (SCHAFFER, 1976).

A GRANDE NAU QUE FICOU SEM PASSAGEIROS

Finalmente a vaidade pessoal de alguns venceu a batalha e Orlândia perdeu uma escola de 2º Grau. Perdeu aquela escola, que há tantos anos vem se aprimorando para que os seus mestres tenham, cada vez mais, condições de enriquecer a cultura dos seus alunos, aquela escola com a qual o Estado gastou, há pouco mais de um ano, um milhão de cruzeiros na sua reforma.

Os jovens de Orlândia perderam a sua escola e os velhos mestres, aqueles concursados, que vem se desgastando para que esta juventude consiga vencer a guerra do vestibular, perderam os seus alunos.

E enquanto enterra-se uma escola, choram os velhos mestres e gargalham aqueles que se alegraram diante de sua morte.

E sem saber de nada, emudecem os pais e o seu silêncio joga a última pá de terra sobre o 2º grau do I.E.E. de Orlândia.

Onde está o povo de Orlândia que deixa a sua cidade à mercê de meia dúzia de homens, alguns que mal conhecem esta terra, para que eles decidam sobre o destino de nossas escolas?

Onde está o povo de Orlândia, que assiste de braços cruzados à queda de uma organização, construída sobre alicerces sólidos de mais de meio século?

Onde está o povo de Orlândia que não se revolta quando a sua cidade, pioneira na educação dos seus filhos, perde uma escola?

Lutamos até o último dia pela não concretização deste plano absurdo que ora está sendo executado na rede educacional de Orlândia. De nada valeu a nossa luta, de nada valeu o nosso apelo aos líderes da nossa cidade, de nada valeu o nosso idealismo de tantos anos, de nada valeu a nossa vontade de proporcionar mais escolas para os nossos jovens.

De nós, velhos mestres, foi roubado até o direito de opção, pois nem sequer podemos acompanhar nossos alunos; devemos permanecer onde estamos, na escola de 1º grau (a que foi reduzido o nosso I.E.E.O.); devemos ensinar alunos de 5ª a 8ª séries e tudo o mais que poderíamos dar de conhecimento deverá ficar enterrado com a nossa escola de 2º grau.

E o mestre, que “é um homem, uma mulher, jamais um qualquer”, fica esquecido num porto, numa grande nau, cheia de âncoras e de salva-vidas, mas vazia de passageiros. (p. 1).

A escola objeto deste trabalho também encontrou muitas dificuldades ao se tornar a sede exclusiva do 2º grau local, sendo que algumas estão expressas em fragmentos de um documento encontrado em segunda via em papel carbono (EEPSG..., 1982).

As escolas de 2º grau, por ministrarem cursos profissionalizantes, foram instaladas dando preferência aos antigos Ginásios Industriais, por terem toda a estrutura necessária, ficando a direção da mesma sob a responsabilidade do diretor mais qualificado [...] O Ginásio Industrial era uma escola que funcionava em perfeita harmonia, o relacionamento entre direção, professores e alunos era dos melhores, qualquer problema era solucionado com respeito, amor e carinho, de interação perfeita entre toda a sua população, trabalhava-se em equipe, todos tinham seus direitos e deveres e deles todos se conscientizavam a bem do sucesso de cada um e da própria escola. O aluno era a figura principal do processo educativo e nele se dirigiam todas as atenções de todos, no sentido de melhor orientá-lo na escolha de sua profissão. [...] Com a reforma, a escola teve que absorver de uma só vez todos os alunos em nível de 2º grau do então Instituto de Educação de Orlândia, o que foi uma catástrofe. Os alunos vindos daquela escola, inconformados, por que mal orientados, tudo fizeram para tumultuar o ambiente escolar.

O Ginásio Industrial que até então funcionava em clima de bem estar; que orgulhava-se do seu corpo docente e discente entrava repentinamente numa fase de deterioração. Com novos cursos, impostos pela lei, cujos currículos pouco ofereciam; com o desmantelamento de seu corpo docente e a vinda de outros professores, desinteressados pelo futuro da escola e dos próprios alunos deixou de ser aquela escola onde existia o bom entendimento. Aquela interação, corpo administrativo-docente-discente, fundamental ao êxito de ensino, desapareceu desgraçadamente. Aquela atmosfera tão salutar, conquistada com dedicação, amor e trabalho, deu lugar à insatisfação e à desconfiança pela falta de objetividades dos cursos que óra a escola oferecia e que a direção infelizmente nada podia fazer, pois eram impostos pelos órgãos da educação.

Sucumbia assim a escola construída ao longo dos anos [...]. Seus equipamentos de custos vultosos deixaram de ser usados para dar lugar a cursos de futuros duvidosos. Aquela escola que marcou época pela grandeza de seus cursos e conhecida na região por suas exposições de fim de ano, quando apresentava os trabalhos confeccionados por seus alunos; aquela escola que quando dos seus desfiles cívicos atraía a atenção de toda a região, já não existe mais, por culpa exclusiva da ignorância e falta de sensibilidade de pseudo-educadores que viviam fóra da realidade [...]. O ensino em geral foi despedaçado com a reforma. A sua qualidade deixa muito a desejar, enquanto a educação não merecer o devido respeito e atenção do govêrno jamais o ensino retomará o rumo tão desejado e já conquistado em épocas anteriores. (p. 5-6).

Estes dois documentos, independentemente de suas cargas emocionais, revelam protestos contra as mudanças impostas pela rede física e demarcam o fim de um período saudoso do ginásio industrial e da escola de 1º grau.

Porém, *grosso modo*, apesar dos conflitos e mudanças, o tecnicismo da LDB de 1971 conferiu vigor às escolas técnicas que, ao receberem a clientela do 2º grau, conforme a distribuição da rede física, tiveram de prosseguir com sua história centrada no ensino profissionalizante, embora sob novo formato de compulsoriedade.

Ao encerrar as considerações a respeito do período demarcado para este trabalho, torna-se oportuna uma volta aos dias atuais, quando a cidade de Orlandia, com 42 mil habitantes, representa uma cidade próspera, que com o índice de IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) de 0,780, ocupa a 66ª posição do estado de São Paulo. Possui 31 mil veículos, ou seja, um carro para cada 0,72 habitantes, cem médicos, duzentos advogados e mais de 130 dentistas. A mortalidade infantil da cidade é zero, e a expectativa de vida é de 93,7 anos (CALIFÓRNIA, 2013).

Após o final do período demarcado neste trabalho, a instituição sofreu mudanças de denominações e de secretarias estaduais, constituindo-se atualmente Escola Técnica Estadual Professor Alcídio de Souza Prado. Pertencente ao Centro Estadual Paula Souza, encontra-se instalada no mesmo endereço da Avenida Dez, sendo conhecida também como Etec Alcídio.

No primeiro semestre no corrente ano de 2014 houve 1.091 matrículas, sendo:

- 401 no ensino médio (período da manhã);
- 105 no curso técnico em informática integrado ao ensino médio (período integral);

- 124 nos cursos técnicos em enfermagem, em informática e em informática para internet (período da tarde);
- 309, na sede em Orlandia, nos cursos técnicos em administração, contabilidade, farmácia, finanças, informática e marketing, e 152, nas classes descentralizadas de Sales Oliveira, nos cursos técnicos em administração, contabilidade, informática para internet, recursos humanos e serviços jurídicos (período da noite), num total de 461 matrículas.

Sendo assim, o acanhado Curso Prático Profissional instalado em uma pequena cidade do interior paulista continua sua missão de preparar profissionais para o mercado de trabalho e completar a educação básica por meio do ensino médio e ensino técnico integrado ao médio. Inserido no contexto econômico e social local, oferecendo ensino profissional como um direito, e não um privilégio, a jovens e adultos, oportuniza melhorias quanto ao perfil do trabalhador para sua inserção ou requalificação no mercado de trabalho que, em sua volatilidade e diante das novas tecnologias, exige formação constante, no sentido inverso à informalidade e baixa qualificação.

Ainda como instituição escolar, além da formação de técnicos voltados ao mercado de trabalho em seus cursos profissionais, a escola tem como missão o preparo de adolescentes para a vida a partir do ensino médio.

Ao refletir sobre a história desta escola, constituída de períodos diferentes, determinados principalmente pelas ofertas de seus cursos, o presente estudo buscou demonstrar sua inserção no contexto econômico e social da cidade de Orlandia, bem como sua importância como instituição escolar, deixando a possibilidade de outras perspectivas a serem visualizadas com novos olhares a respeito da importância do ensino profissional.

FONTES

ACADEMIA PAULISTA DE EDUCAÇÃO. Disponível em: <<http://www.apedu.org.br>>. Acesso em: 8 abr. 2013.

ACIDENTES. **O Regional**. Orândia, Ano 1, n. 2, 10 abr. 1969.

ALTEMAR E Show Disney. **Folha de Orândia**, Orândia, Ano 5, n. 189, p. 3, 2 abr. 1977.

A NOSSA escola normal. **Cidade de Orândia**, Orândia, Ano 3, n. 105, 11 mar. 1951.

ARROZ BENINI. **O Prumo**. Orândia, número único, 1º fev. 1969.

ARROZ BREJEIRO. **O Prumo**. Orândia, número único, 1º fev. 1969.

ARROZ SABOROSO. **O Prumo**. Orândia, número único, 1º fev. 1969.

ATO SOLENE de entrega de certificados. **Folha de Orândia**, Orândia, Ano 5, n. 221, p. 2, 7 jan. 1978.

AUTO ELÉTRICA Atanis. **O Prumo**, Orândia, número único, 1 fev. 1969.

A. ALVES S. A. Indústria e Comércio. **O Prumo**, Orândia, número único, 1 fev. 1969.

A CRIAÇÃO de nossas vilas. **O Prumo**, Orândia, número único, 1 fev. 1969.

A ESCOLA de Comércio. **Cidade de Orândia**. Orândia, Ano 3, 10 jun. 1951.

AS INDÚSTRIAS de Orândia. **Folha de Orândia**, Orândia. Ano 3, n. 111, 9 ago. 1975.

BIBLIOTECA INFANTIL da EPG de Orândia. **Folha de Orândia**, Orândia, Ano 5, n. 191, p. 3, 16 abr. 1977.

BIBLIOTECA Pública. **O Prumo**, Orândia, número único, 1º fev 1969.

BLOG ORLÂNDIA.ZIP.NET. **Relembrando e conhecendo pessoas com nomes homenageados em prédios públicos...** Disponível em <<http://orlandia.zip.net/>>. Acesso em: 21 mar. 2013.

BRASIL. Portaria da Diretoria do Ensino Industrial de 2 de janeiro de 1964. Autoriza o funcionamento e expedição de diplomas e certificados com validade nacional nos estabelecimentos de ensino industrial. **Diário Oficial da União**, Seção I- Parte I. Brasília, 13 jan. 1964, p. 305-307.

BRASIL. Decreto n. 7.566, de 23 de setembro de 1909. Créa nas capitais dos Estados da Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Disponível

em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf. Acesso em: 14 jun. 2014.

BRASIL. Decreto n. 9.070, de 25 de outubro de 1911. Dá novo regulamento às escolas de aprendizes artífices. **Diário Oficial da União**, Seção I. 27 out. 1911, p. 13.927. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-9070-25-outubro-1911-525591-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 14 jun. 2014.

BRASIL. Decreto n. 13.064, de 12 de junho de 1918. Dá novo regulamento às Escolas de aprendizes artífices. **Diário Oficial da União**, Seção I. 25 jun. 1918, p. 13.927. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-13064-12-junho-1918-499074-republicacao-95621-pe.html>. Acesso em: 14 jun. 2014.

BRASIL. Lei n. 3.552, de 16 de fevereiro de 1959. Dispõe sobre nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 17 fev. 1959. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3552.htm. Acesso em: 14 jun. 2014.

CADA TRÊS DIAS, um prédio. **O Regional**, Orlandia, Ano 1, n. 25, 4 out. 1969.

CALIFÓRNIA BRASILEIRA. **Revista Hoje**, Orlandia, dez. 2013. (Edição Especial de Natal).

CAMPANHA: OS JOVENS ajudam os velhos. **Folha de Orlandia**, Orlandia, Ano 4, n. 172, p. 6, 27 nov. 1976.

CASA BUCCI. **Cidade de Orlandia**. Orlandia, Ano 2, 18 fev. 1951.

CASA SÃO JOÃO. **Cidade de Orlandia**. Orlandia, Ano 2, 18 fev. 1951.

CASA São João e Cine São João. **O Imparcial**, Orlandia, 1º jan. 1955.

CEI ALCÍDIO de Souza Prado: Semana da Pátria. **Folha de Orlandia**, Orlandia, Ano 5, n. 159, p. 6, 28 ago. 1976.

CEI NA COPA Centreville. **Folha de Orlandia**, Orlandia, Ano 4, n. 191, p. 3, 16 abr. 1977.

CENTENÁRIO da EMEB Coronel Francisco Orlando. **Feitiço da Vila**, Orlandia, Ano 16, n. 765, 10 mai. 2014.

CENTRO ESTADUAL Interescolar Professor Alcídio de Souza Prado. **Folha de Orlandia**, Orlandia, Ano 4, n. 165, p. 3, 9 out. 1976.

CIDADE SE ENFEITOU dia 28. **O Regional**, Orlandia, Ano 2, n. 52, 2 jun. 1970.

- CINE RIBALTA, hoje sua inauguração. **O Regional**, Orândia, Ano 1, n. 25, 4 out. 1969.
- CLASSE CONTRA CLASSE. **Folha de Orândia**, Orândia, Ano 5, n. 195, p. 3, 21 mai. 1977.
- CLASSE X CLASSE. **Folha de Orândia**, Orândia, Ano 5, n. 196, p. 2, 28 mai. 1977.
- COMOVE, 25 ANOS. **Folha de Orândia**, Orândia, Ano 5, n. 217, p. 1, 5 nov. 1977.
- COMPANHIA MOGIANA de Óleos Vegetais. **O Prumo**, Orândia, número único, 1º fev. 1969.
- COOPERATIVA CAROL em 1977. s.d. Disponível em <<http://www.orlandia.sp.gov.br>>. Acesso em: 14 jun. 2014.
- CRESCE O ELEITORADO. **Folha de Orândia**, Orândia, Ano 3, n. 139, 27 mar. 1976.
- CURSO DE ADMISSÃO. **Cidade de Orândia**. Orândia, Ano 2, n. 97, p. 4, 14 jan. 1951.
- CURSO DE ADMISSÃO GRATUITO. **Cidade de Orândia**. Orândia, Ano 2, n. 100, p. 4, 23 fev. 1951.
- CURSO NORMAL Profissionalizante no IEEO. **Folha de Orândia**, Orândia, Ano 3, n. 89, 23 fev. 1975.
- CURSO PRÁTICO do ensino profissional de Orândia. **Livro de atas e exames – 1949-1952**. Orândia, 1949a.
- CURSO PRÁTICO do ensino profissional de Orândia. **Livro de matrículas – secção masculina. 1949-1959**. Orândia, 1949b.
- CURSO PRÁTICO do ensino profissional de Orândia. **Livro de matrículas – secção feminina. 1949-1961**. Orândia, 1949c.
- CURSO PRÁTICO do ensino profissional de Orândia. **Livro de termos de posse e compromisso n. 1. 1949-1960**. Orândia, 1949d.
- CURSO PRÁTICO do ensino profissional de Orândia. **Livro de registro de títulos**. Orândia, 1949e.
- CURSO PRÁTICO do ensino profissional de Orândia. **Livro de atas de exames dos cursos extraordinários de iniciação**. Orândia, 1950.
- CURSO PRÁTICO do ensino profissional de Orândia. **Livro de atas e exames. 1953-1956**. Orândia, 1953.

CURSO PRÁTICO do ensino profissional de Orlandia. **Livro de atas de exames dos cursos extraordinários de iniciação**. Orlandia, 1954.

CURSO PRÁTICO do ensino profissional de Orlandia. **Livro de atas e exames – 1956-1960**. Orlandia, 1956.

CURSO PRÁTICO do ensino profissional de Orlandia. **Livro de atas e exames. 1960-1962**. Orlandia, 1960.

CURSO SOBRE matérias do núcleo comum do ensino de 1º grau. **Folha de Orlandia**, Orlandia, Ano 2, n. 122, 1 nov. 1975.

DESFILE: atração maior no sábado. **O Regional**, Orlandia, Ano 2, n. 57, 5 jul. 1970.

DERIVADOS DE milho Pajal. **O Prumo**, Orlandia, número único, 1º fev. 1969.

DIA DO SOLDADO em Orlandia. **O Regional**, Orlandia, Ano 1, n. 20, p. 4, 30 ago. 1969.

DIPLOMA DE PARTICIPAÇÃO na 1ª corrida do fogo simbólico da Pátria. **Folha de Orlandia**, Orlandia, Ano 4, n. 163, p. 3, 25 set. 1976.

DOUTORES e estudantes “cruzadinhas”. **Folha de Orlandia**, Orlandia, Ano 1, n. 74, p. 1, 21 jan. 1974.

EDGAR BENINI: seis meses de administração. **Folha de Orlandia**, Orlandia, Ano 5, n. 206, 13 ago. 1977.

EEPSG PROFESSOR ALCÍDIO DE SOUZA PRADO. **Origem e história da EEPSG Professor Alcídio de Souza Prado**. Orlandia, 1982.

ELEIÇÕES ESCOLARES. **Folha de Orlandia**, Orlandia, Ano 4, 10 jul. 1976.

ELÉTRICA DADINHO. **O Prumo**, Orlandia, número único, 1º fev. 1969.

ELMO S.A. **Folha de Orlandia**, Orlandia, Ano 2, n. 107, 22 jul. 1962.

ELMO S.A. E Cia. Mogiana de Óleos Vegetais. **O Imparcial**, Orlandia, Ano 1, n. 154, 18 jan. 1955.

EM 1913, Orlandia merecia registro em publicação britânica. **Feitiço da Vila**, Ano 2, 2ª quinzena de março, 1999.

EM SÃO PAULO, terras aumentam 242%. **Folha de Orlandia**, Ano 2, n. 49, p. 3, 28 abr. 1974.

ENTRE AS QUINHENTAS mais, duas são de Orlandia. **Folha de Orlandia**, Ano 2, n. 68, p. 1, 6 out. 1974.

ESCOLA ARTESANAL DE ORLÂNDIA. **Livro de matrículas:** curso de Ajustagem Mecânica – 1960 a 1963 e ginásio industrial – 1963 a 1964. Orlandia, 1960.

ESCOLA ARTESANAL DE ORLÂNDIA. **Livro de atas dos exames de admissão ao ginásio industrial.** Orlandia, 1962a.

ESCOLA ARTESANAL DE ORLÂNDIA. **Livro de atas de matrículas e notas de aproveitamento.** Orlandia, 1962b.

ESCOLA ARTESANAL DE ORLÂNDIA. **Apuração das notas.** Orlandia, s.d.

ESCOLA INDUSTRIAL DE ORLÂNDIA. **Registro federal e documentos biográficos.** Orlandia, 1964a.

ESCOLA INDUSTRIAL DE ORLÂNDIA. **Registro de diplomas e certificados de conclusão de cursos dos alunos da Escola Industrial de Orlandia.** n. 1. Orlandia, 1964b.

ESCOLA NORMAL – apelo ao deputado Oswaldo Ribeiro Junqueira. **Cidade de Orlandia**, Orlandia, Ano 4, n. 159, 25 mai. 1952.

ESCOLA PROFISSIONAL. **Cidade de Orlandia.** Orlandia, Ano 3, n. 57, 2 abr. 1951.

ELEIÇÕES ESCOLARES. **Folha de Orlandia**, Orlandia, Ano 4, n. 152, jul. 1976.

EQUIPES DO CEI sagram-se campeãs regionais. **Folha de Orlandia**, Orlandia, Ano 5, n. 200, 25 jun. 1977.

ESCOLA PROFISSIONAL – Matrículas. **Cidade de Orlandia.** Orlandia, Ano 2, n. 98, 21 jan. 1951.

ESTABELECIMENTO BORDIGNON. **O Imparcial**, Orlandia, 1º jan. 1955.

ESTABELECIMENTO BORDIGNON. **O Prumo**, Orlandia, número único, 1º fev. 1969.

ESTUDANTES VOLTAM a aprender... **Folha de Orlandia**, Orlandia, Ano 2, n. 75, p. 1, 11 nov. 1974.

ETEC – ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSOR ALCÍDIO DE SOUZA PRADO. **Centro de Memória.** Orlandia, s.d.

ETEC – ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL PROFESSOR ALCÍDIO DE SOUZA PRADO. **Diretoria de Serviço Acadêmica.** Orlandia, s.d.

EXCURSÃO À USINA Açucareira de Pontal. **Folha de Orlândia**, Orlândia, Ano 5, n. 216, 22 out. 1977, p. 2.

EX-IEEO HOMENAGEIA professores. **Folha de Orlândia**, Orlândia, Ano 4, n. 171, 20 nov. 1976.

EXPOSIÇÃO de trabalho da EEPG Orlândia. **Folha de Orlândia**, Orlândia, Ano 5, n. 216, p. 2, 22 out. 1977.

EXPOSIÇÃO DE TRABALHOS dos alunos da Escola Profissional. **O Imparcial**, Orlândia, n. 151, 12 dez. 1954.

FÁBRICA DE LATICÍNIOS. **Folha de Orlândia**, Orlândia, Ano 2, n. 107, 22 jul. 1962.

FANFARRA DA EEPG de Orlândia. **Folha de Orlândia**, Orlândia, Ano 5, n. 208, p. 2, 27 ago. 1977.

FANFARRA DA E. E. de 1º Grau de Orlândia – Ex- IEEO. **Folha de Orlândia**, Orlândia, Ano 4, n. 150, p. 2, 24 jun. 1976.

FANFARRA em destaque – EPG de Orlândia. **Folha de Orlândia**, Orlândia, Ano 4, n. 158, p. 3, 21 ago. 1976.

FERREIRA, Otacílio Gonçalves. Gruta: perfil de um administrador. **O Prumo**, Orlândia, número único, 1º fev. 1969.

FESTA do Arroz: uma tradição a se manter. **O Prumo**, Orlândia, número único, 1º fev. 1969.

FIORILLI SOCIEDADE CIVIL LTDA. – Planejamento e execução de sistemas. **Cadastro fiscal imobiliário urbano do município de Orlândia**. Planta Geral da Cidade. Orlândia, 1975.

FORMATURA DOS ALUNOS da Escola Profissional de Orlândia. **Cidade de Orlândia**. Orlândia, Ano 3, 16 dez. 1951.

GENTE SEMPRE JOVEM – noite beneficente. **Folha de Orlândia**, Orlândia, Ano 4, n. 151, p. 2, 30 jul. 1976.

GINÁSIO FUNCIONA em agosto. **O Regional**, Orlândia, Ano 2, n. 52, 2 jun. 1970.

GINÁSIO INDUSTRIAL Estadual de Orlândia. **Livro de registro de inscrições, exames de admissão, matrículas e notas finais dos cursos extraordinários e de aprendizagem profissional diurno e noturno**. Orlândia, 1967.

GINÁSIO INDUSTRIAL Estadual Prof. Alcídio de Souza Prado. **Livro de registro de atas de reuniões pedagógicas do Ginásio Industrial Estadual Professor Alcídio de Souza Prado de Orândia.** Orândia, 1968.

GINÁSIO INDUSTRIAL Estadual de Orândia. **Livro de atas de matrículas, aprovação e conclusão dos alunos do curso ginásial industrial.** Orândia, 1969a.

GINÁSIO INDUSTRIAL e a Bienal. **O Regional**, Orândia, Ano 1, n. 28, p. 4, 25 out. 1969b.

GINÁSIO INDUSTRIAL: mais quatro salas de aula. **O Regional**, Orândia, Ano 1, n. 1, p. 1, 24 abr. 1969c.

GINÁSIO INDUSTRIAL Estadual Prof. Alcídio de Souza Prado. **Livro de registro de diplomas ou certificados de conclusão dos alunos deste Ginásio Industrial Estadual “Professor Alcídio de Souza Prado” de Orândia.** nº 2. Orândia, 1972.

GINÁSIO INDUSTRIAL Estadual Prof. Alcídio de Souza Prado. **Ampliações do prédio.** Orândia, 1973a.

GINÁSIO INDUSTRIAL NA VIII SEL. **Folha de Orândia**, Orândia, Ano 1, n. 24, 21 out. 1973b.

GINÁSIO INDUSTRIAL: aberta nova concorrência. **Folha de Orândia**, Orândia, Ano 2, n. 68, p. 1, 15 set. 1974.

GINÁSIO INDUSTRIAL ESTADUAL PROF. ALCÍDIO DE SOUZA PRADO. **Livro de matrículas e exames finais dos cursos de 2º grau.** Orândia, 1975a.

GINÁSIO INDUSTRIAL já tem o 2º grau. **Folha de Orândia**, Orândia, Ano 2, n. 85, 26 jan. 1975b.

GINÁSIO INDUSTRIAL recebeu laboratório. **Folha de Orândia**, Orândia, Ano 3, n. 108, p. 2, 19 jul. 1975c.

GRANDIOSO DESFILE ESCOLAR. **Folha de Orândia**, Orândia, Ano 3, n. 161, p. 6, 11 set. 1976.

HOMENAGEM ao professor Cyro Armando Catta Preta. **Folha de Orândia**, Orândia, 30 mar. 2010. (Edição especial)

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico:** Série regional de São Paulo. Rio de Janeiro: 1º set. 1940. Disponível em:

<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/65/cd_1940_p17_t1_sp.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico**: Série regional de São Paulo. Rio de Janeiro, 1950. Parte XVII. 3 t.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico**: Série regional de São Paulo. Rio de Janeiro: 1954. v. 25. t. 1.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico**: Série regional de São Paulo. Rio de Janeiro: 1955. v. 25, t. 2.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: 1957. v. 29.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico**. Série regional de São Paulo. Rio de Janeiro: 1962a. v. 1, t. 13.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agrícola**. Série regional de São Paulo. Rio de Janeiro: 1962b. v. 2, t. 11, 2ª Parte.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo industrial**. Série regional de São Paulo. Rio de Janeiro: 1962c. v. 3, t. 6.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sinopse preliminar do censo demográfico**. Série regional de São Paulo. Rio de Janeiro: 1962d.

INDÚSTRIA FABRIZIO. **Cidade de Orlândia**, Orlândia, Ano 2, 18 fev. 1951.

INDÚSTRIA FABRIZIO O. R. Junqueira. **Folha de Orlândia**, Orlândia, Ano 2, n. 107, 22 jul. 1962.

INICIADO em Orlândia o Programa Nacional do Alcool. **Folha de Orlândia**, Orlândia, Ano 4, n. 161, p. 1, 11 nov. 1976.

INTELLI, nossa nova indústria. **Folha de Orlândia**, Orlândia, Ano 2, n. 73, p. 2, 27 out. 1974.

INTELLI completa. **Revista Hoje**, Orlândia, dez. 2013. (Edição especial de Natal).

IX SEMANA do Ensino Industrial. **O Regional**, Orlândia, Ano 1, n. 20, 30 ago. 1969.

J. C. BARROSO VEÍCULOS S.A. **O Prumo**, Orlândia, número único, 1 fev. 1969.

J. SILVEIRA. **O Prumo**, Orlândia, número único, 1 fev. 1969.

JOÃO DENIPOTI S/A. Representações, comércio e indústria. **O Prumo**, Orlândia, número único, 1º fev. 1969.

LIMA, Adonae Rodrigues de. **Dados históricos da EEPSG Prof. Alcídio de Souza Prado, de Orlândia**. Orlândia, 7 ago. 1985.

MANCHETINHAS. Obras da Fepasa. **Folha de Orlândia**, Orlândia, Ano 5, n. 220, p. 3, 26 nov. 1977.

MARCANDO BOM funcionamento da Biblioteca da EEPG Orlândia. **Folha de Orlândia**, Orlândia, Ano 5, n. 209, p. 4, 6 set. 1977.

MARIOTTO. Luiz Mariotto S.A. **O Prumo**, Orlândia, número único, 1º fev. 1969.

METALÚRGICA ORLÂNDIA S.A. **Folha de Orlândia**, Orlândia, Ano 2, n. 107, 22 jul. 1962.

NAS ESCOLAS, formação e cultura. **Folha de Orlândia**, Orlândia, Ano 3, n. 93, 30 mar. 1975.

NOITE da gratidão. **Folha de Orlândia**, Orlândia, Ano 4, n. 175, p. 8, 18 dez. 1976.

NOTAS locais. **O Imparcial**, Orlândia, n. 164, p. 1, 13 mar. 1955.

NOTÍCIAS do ginásio industrial. **Folha de Orlândia**, Orlândia, Ano 3, n. 124, 22 nov. 1975.

NOVO diretor da Escola Profissional. **Cidade de Orlândia**. Orlândia, Ano 2, n. 100, 4 fev. 1951.

O ASSUNTO do momento: soja. **Folha de Orlândia**, Orlândia, Ano 1, n. 4, 12 mai. 1973.

O ESCÂNDALO do dinossauro. **Folha de Orlândia**, Orlândia, Ano 2, n. 88, p. 1, 16 fev. 1975.

O DESFILE do instituto de educação. **Folha de Orlândia**, Orlândia, Ano 2, n. 69, 22 out. 1961.

O GOVERNADOR Lucas Nogueira Garcez. Hóspede oficial do deputado Oswaldo Junqueira. **Cidade de Orlândia**. Orlândia, Ano 3, n. 118, 1º jul. 1951.

O POETA, a educação e o ensino. **O Prumo**, Orlândia, número único, 1 fev. 1969.

O PRÉDIO novo. **Folha de Orlândia**, Orlândia, Ano 3, n. 32, 7 de fevereiro de 1976.

O SECRETÁRIO da Agricultura inaugurou a II Festa do Arroz. **O Regional**, Orlândia, Ano 1, n. 11, p. 1, 15 jun. 1969.

OIMASA. Orlândia e Implementos Agrícolas S/A. **O Prumo**, Orlândia, número único, 1º fev. 1969.

OITENTA homens estão construindo o ginásio industrial. **Folha de Orlândia**, Orlândia, Ano 2, n. 77, p. 1, 28 nov. 1974.

ORLÂNDIA através dos censos. **Folha de Orlândia**, Orlândia, Ano 3, n. 139, 27 mar. 1976.

ÓTIMA oportunidade. **O Prumo**, Orlândia, número único, 1º fev. 1969.

PALMA & Cia. Ltda. **O Prumo**, Orlândia, número único, 1º fev. 1969.

PEQUENA MOSTRA industrial. **Folha de Orlândia**, Orlândia, Ano 1, n. 10, 8 jul. 1973.

PERGUNTAS da caixa amarela “Apelo”. **Jornal Apelo**. Orlândia, Ano 1, n. 3, p. 2, abr. 1976.

PODEMOS MEDIR o progresso de nossa cidade pelo seu movimento bancário. **Folha de Orlândia**, Ano 4, n. 159, p. 2, 28 ago. 1976.

POVO SIMPATIZOU com o Governador, na grande festa de aniversário. **Folha de Orlândia**, Orlândia, Ano 3, n. 140, 3 abr. 1976.

PRÉDIO DO GINÁSIO ESTADUAL DE ORLÂNDIA. s.d. Disponível em <<https://www.facebook.com/IeeoOrlandia>>. Acesso em: 14 jun. 2014.

PRINCESINHA. **O Prumo**, Orlândia, número único, 1º fev. 1969.

PROBLEMAS de educação. **Folha de Orlândia**, Orlândia, Ano 2, n. 84, 19 jan. 1975.

PROBLEMAS na educação. **Folha de Orlândia**, Orlândia, Ano 2, n. 82, 5 jan. 1975.

PROMULGADA a Lei nº 2.947, que cria o colégio, em Orlândia. **O Imparcial**, Orlândia, 23 jan. 1955.

PROFESSOR JACINTO do Amaral Narducci. **Cidade de Orlândia**, Orlândia, Ano 2, n. 103, 25 fev. 1951.

QUASE concluídas as novas salas do Ginásio Industrial. **O Regional**, Orlândia, Ano 1, n. 15, p. 1, 17 jul. 1969.

RAINHA DOS ESTUDANTES. **Folha de Orlândia**, Orlândia, Ano 4, n. 149, 14 jun. 1976.

RECORDANDO... **Alcídio News**. Orlândia, Ano 1, n. 5, p. 1, 3 nov. 1995.

REDE de escolas normais do estado. **Cidade de Orlandia**, Orlandia, Ano 4, n. 156, 4 mai. 1952.

REFORMA do Instituto. **Folha de Orlandia**, Orlandia, Ano 1, n. 37, p. 3, 14 fev. 1974.

RENOVADORA ORLÂNDIA. **O Prumo**, Orlandia, número único, 1º fev. 1969.

RENOVADORA ÚNICA. **O Prumo**, Orlandia, número único, 1º fev. 1969.

SABIA QUE... **O Prumo**, Orlandia, número único, 1º fev. 1969.

SCHAFFER, Sylvia Ferreira Jorge. A grande nau que ficou sem rumo. **Folha de Orlandia**, Orlandia, Ano 3, n. 131, p. 1, 31 jan. 1976.

SALES OLIVEIRA ganha ginásio. **O Regional**, Orlandia, Ano 2, n. 54, 17 jul. 1970.

SÃO PAULO (Estado). Decreto-Lei nº 16.108, de 14 de setembro de 1946. Determina os moldes da criação dos cursos. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**. Diário do Executivo. São Paulo, 18 de setembro de 1946, n. 207, p. 2.

SÃO PAULO (Estado). Lei nº 77, de 23 de fevereiro de 1948. Dispõe sobre criação de curso prático no interior do Estado. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**. Diário do Executivo. São Paulo, 24 fev. 1948, p. 2.

SÃO PAULO (Estado). Lei nº 2.663, de 21 de janeiro de 1954. Transforma em escolas artesanais ou escolas de iniciação agrícola os atuais cursos práticos de ensino profissional, criados nos moldes do Decreto-Lei n. 16.108, de 14 de setembro de 1946, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**. Diário do Executivo. São Paulo, 22 jan. 1954a, p. 3.

SÃO PAULO (Estado). Lei nº 1.214, de 25 de outubro de 1910. Autoriza o governo a realizar uma operação de crédito até a quantia de 10.500:000\$000, destinado à construção de prédios escolares e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**. Diário do Executivo. São Paulo, 27 out. 2010.

SÃO PAULO (Estado). Lei nº 1.215, de 31 de Outubro de 2010. Autoriza o governo a realizar no país ou no estrangeiro uma operação de crédito de 25:000:000\$000 para atender ao pagamento de vários serviços da Estrada de Ferro Sorocabana. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**. Diário do Executivo. São Paulo, 22 jan. 1954a, p. 3.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 23.227-E de 24 de março de 1954. Determina o tipo de estabelecimento a cursos do ensino profissional. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**. Diário do Executivo. São Paulo, 9 nov. 2010.

SÃO PAULO (Estado). Lei nº 6.052, de 3 de fevereiro de 1961. Dispõe sobre o ensino estadual de Ensino Industrial e de Ensino de Economia Doméstica e de Artes Aplicadas, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**. Diário do Executivo. São Paulo, 4 fev. 1961, p. 3.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 41.895 de 30 de abril de 1963. Altera a denominação e estabelece a categoria de estabelecimentos de ensino subordinados ao Departamento de Ensino Profissional, da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**. Diário do Executivo. São Paulo, 4 mai. 1963a, p. 5.

SÃO PAULO (Estado). Projeto de Lei nº 1.658, de 10 de junho de 1963. Solicita auxílio à Prefeitura Municipal de Orlandia, para construção de prédio próprio da Escola Industrial da referida cidade. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**. Diário do Executivo. São Paulo, 19 jun. 1963b, p. 13.

SÃO PAULO (Estado). Projeto de lei nº 822, de 12 de dezembro de 1967. Solicita mudanças de denominações para nove escolas estaduais. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**. Diário do Executivo. São Paulo, 15 dez. 1967, p. 45-46.

SEMANA DA Pátria e Feira Agro-Industrial. **Folha de Orlandia**, Ano 3, n. 130, p. 2, 24 jan. 1976.

SETE DE SETEMBRO. **Folha de Orlandia**, Orlandia, Ano 5, n. 210, p. 2, 10 set. 1977.

SOCIEDADE E DERIVADOS. **O Regional**, Orlandia, Ano 1, n. 18, p. 2, 16 ago. 1969.

TREVO de Orlandia. **Folha de Orlandia**, Ano 4, n. 147, p. 7, 25 mai. 1976.

TREVO ENTRE as obras a serem primeiro realizadas. **Folha de Orlandia**, Orlandia, Ano 5, n. 212, 24 set. 1977.

36 ANOS ajudando a fomentar a fatura. **Folha de Orlandia**, Ano 4, n. 144, p. 4, 30 abr. 1976.

TUDO PREPARADO para o baile. **O Regional**, Orlandia, Ano 1, n. 33, p. 2, 29 nov. 1969.

UMA CIDADE se mobiliza. **Folha de Orlandia**, Ano 1, n. 17, p. 1, 29 ago. 1973.

UMA HISTÓRIA em pílulas: o embrião de Orândia. **Feitiço da Vila**, Orândia, 17 mar. 2010.

VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA em Orândia. **Folha de Orândia**, Ano 2, n. 53, p. 1, 7 jul. 1974.

VENCENDO A OLIMPÍADA de Matemática. **Folha de Orândia**, Orândia, Ano 5, n. 214, p. 2, 8 nov. 1977.

VI SEMINÁRIO do Ensino Profissional. **O Regional**, Orândia, Ano 2, n. 54, 17 jul. 1970.

REFERÊNCIAS

- ABRAHÃO, Azis. **Contribuição para a história do ensino secundário em Orlândia**. Orlândia: Folha de Orlândia, 1984.
- APEDU. **Zoraide Rocha de Freitas**: Cadeira 35. s.d. Disponível em: http://www.apedu.org.br/home/index.php?option=com_content&view=article&id=37&Itemid=80. Acesso em: 8 abr. 2013.
- AZANHA, José Mário Pires. Ulhôa Cintra: um estadista da educação. **Revista USP**, São Paulo, n. 42, p. 104-107, jun.–ago. 1999.
- BARONE, Lígia Aparecida Corrêa. Considerações do ensino profissional a partir de relatos de ex-alunas da Escola José Martimiano da Silva de Ribeirão Preto, nas décadas de 40, 50 e 60. In: CARVALHO, Maria Lúcia Mendes de (Org.). **Cultura, saberes e práticas**. São Paulo: Centro Paula Souza, 2011. p. 147-164.
- BASTOS, Adélia Diniz Junqueira. **Lendas e tradições da família Junqueira**. 2. ed. Ribeirão Preto: s.ed., 1999.
- BENEDETTI, Marlene Aparecida Guiselini. A escola Trajano de Camargo de 1953 a 1957: O curso industrial básico e os extraordinários. In: CARVALHO, Maria Lúcia Mendes de (Org.). **Patrimônio, currículo e processos formativos**. São Paulo: Centro Paula Souza, 2013. p. 317-334.
- BORINI, Joana Célia de Oliveira. As mudanças em currículos dos cursos da Etec Dr. Júlio Cardoso de 1945 a 1965. In: CARVALHO, Maria Lúcia Mendes de (Org.). **Patrimônio, currículo e processos formativos**. São Paulo: Centro Paula Souza, 2013. p. 137-151.
- BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 ago. 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692impressao.htm>. Acesso em: 22 mai. 2013.
- BUFFA, Ester; NOSELLA, Paollo. **A escola profissional de São Carlos**. São Carlos: EdUFSCar, 1998.
- BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1992. p. 7-37.
- BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CARVALHO, Maria Lúcia. M.; BATISTA, Sueli Soares S. Patrimônio, trabalho e educação: o Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional (1934 a 1948). In: COLÓQUIO LATINO AMERICANO SOBRE RECUPERAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL, 6., 2012, São Paulo. **Anais...** São Paulo: s.ed., 2012. v. 1. p. 1-150.

CATTA PRETA, Cyro Armando. **Orlândia de outros tempos**. Orlândia: Folha de Orlândia, 2007.

CATTA PRETA, Cyro Armando. **Querência**. 2. ed. Orlândia: Folha de Orlândia, 2010.

CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO. **Memorial Mário Covas**: história de escolas estaduais paulistas. s.d. Disponível em <<http://www.crmariocovas.sp.gov.br/neh.php?t=001lo>>. Acesso em: 11 mai. 2013.

CENTRO PAULA SOUZA. **Grupo de memórias**. s.d.a. Disponível em: <<http://www.cpscetec.com.br/memorias>>. Acesso em: 4 jul. 2013.

CENTRO PAULA SOUZA. **Plano plurianual de gestão**. s.d.b. Disponível em: <<http://www.cpscetec.com.br/planoescolar>>. Acesso em: 22 mai. 2013.

CHARTIER, R. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

CHARTIER, R. O mundo como representação. In: CHARTIER, R. **À beira da falésia**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

COSTA, Alessandra D. M. O poder judiciário, as instituições educativas e as diferentes concepções de educação de menores envolvidos em processos-crime (1930-1960). In: SICCA, Natalina A. L. (Org.). **Cultura e práticas escolares**. Florianópolis: Insular, 2006. p. 79-90.

CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata**. São Paulo: Unesp, 2000a.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. São Paulo: Edunesp, 2000b.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. São Paulo: Unesp, 2000c.

DINIZ, Carlos Alberto. **A educação secundária no interior paulista**: estudo histórico sobre o Ginásio Estadual de Matão. 2012. 117 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara. Araraquara, São Paulo.

ENGE, Rita Beatriz. **Planejamento de rede física escolar**. 2007. 203 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo.

FCLAr –Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara. **Eventos promovidos por docentes, grupos de estudos, projetos de extensão e outros ligados ao departamento de Ciências da Educação**. s.d. Disponível em: <<http://www.fclar.unesp.br/#!/departamentos/ciencias-da-educacao/eventos-promovidos>>. Acesso em: 5 jul. 2013.

FÉLIX, Sandra Regina (Org.). **Orlândia**: cidade das avenidas. São Paulo: Nova América, 2012.

FONSECA, Celso Suckow da. **História do ensino industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: Escola Técnica Nacional, 1961. v. 1.

FONSECA, Celso Suckow da. **História do ensino industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: Senai/DN/DPEA, 1986a. v. 2.

FONSECA, Celso Suckow da. **História do ensino industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: Senai/DN/DPEA, 1986b. v. 5.

FREITAS, Zoraide Rocha de. **História do ensino profissional no Brasil**. São Paulo: [s.ed.] 1954.

FREITAS, Marcos Cezar; BICCAS, Maurilane de Souza. **História social da educação no Brasil (1926-1996)**. São Paulo: Cortez, 2009.

FURTADO, Alessandra Cristina. Arquivos, fontes e instituições: um itinerário de pesquisa sobre o arquivo do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora de Ribeirão Preto-SP (1918- 1960). **Patrimônio e Memória**, São Paulo, Unesp. v. 8, n. 2, p. 186-209, jul.-dez. 2012.

GAETA, Maria Aparecida Junqueira Veiga. **Entre rendas e bordados**: memórias de uma disciplina escolar. s.d. Disponível em: <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema3/0338.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2014.

HILDEBRAND, Armando. Conferência comemorativa do cinquentenário do Ensino Profissional em São Paulo. In: LAURINDO, Arnaldo. (Org.). **50 anos de ensino profissional**. Estado de São Paulo. São Paulo: Irmãos Andrioli, 1962. v. 1. p. 100-107.

HUNT, L. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

JUNQUEIRA, João Francisco Franco Junqueira. **Orlândia de antigamente**: uma memória fotográfica. São Paulo: Massao Ohno, 1999.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Ensino médio e profissional**: as políticas do estado neoliberal. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

LACERDA, Mitsi Pinheiro de. A presença da escola no desfile de aniversário da cidade pequena. **Educação em Perspectiva**, Viçosa, v. 3, n. 2, p. 282-306, jul.-dez. 2012. Disponível em: <http://www.seer.ufv.br/seer/educacaoemperspectiva/index.php/ppgeufv/article/viewFile/289/87>>. Acesso em: 15 jun. 2014.

LAURINDO, Arnaldo. **50 anos de ensino profissional**. Estado de São Paulo. São Paulo: Irmãos Andrioli, 1962. v. 1.

LE GOFF, J. **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

LIMA, Cacilda Comássio. **Educação para o trabalho**: a escola profissional de Franca (1924-1970). 2007. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista, Franca, São Paulo.

LUCA, Tânia Regina de. **São Paulo no século XX**: segunda metade. São Paulo: Organização Poiesis Social de Cultura/Imprensa Oficial do Governo do Estado de São Paulo, 2011.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003.

MANOEL, Ivan Aparecido. **Igreja e educação feminina (1859-1919)**. Uma face do conservadorismo. São Paulo: Edunesp, 1996.

MARTINS, José de Souza. **São Paulo no século XX**: primeira metade. São Paulo: Organização Poiesis Social de Cultura/Imprensa Oficial do Governo do Estado de São Paulo, 2011.

MIMESSE, Eliane. A cultura escolar desvendada no período da reforma do ensino de 1º e 2º graus: os projetos educacionais dos governos paulistas. In: SANTOS, Ademir Valdir dos

Santos; VECHIA, Ariclê (Orgs.). **Cultura escolar e história das práticas pedagógicas**. Curitiba: UTP, 2008. p. 151-167.

MOGARRO, Maria João. Os arquivos escolares nas instituições educativas portuguesas. Preservar a informação, construir a memória. **Revista Pró-Posições**, v. 16, jan.-abr. 2005. Disponível em: <<http://mail.fae.unicamp.br/~proposioes/edicoes/texto198.html>>. Acesso em: 5 jun. 2014.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. Instrução “popular” e ensino profissional: uma perspectiva histórica. In: VIDAL, D. Gonçalves; HILSDORF, M. L. Spedo (Orgs.). **Brasil 500 Anos: tópicos em história da educação**. São Paulo: Edusp, 2001. p. 169-204.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal.; ALVES, Júlia Falivene (Orgs.). **Escolas profissionais públicas do estado de São Paulo: uma história em imagens (Álbum Fotográfico)**. São Paulo: Centro Paula Souza, 2002.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal; ALVES, Júlia Falivene. **A socialização da força do trabalho: instrução popular e qualificação profissional no estado de São Paulo (1873 a 1934)**. Bragança Paulista: Edusf, 2003.

NASCIMENTO, Osvaldo Vieira do. **Cem anos de ensino profissional no Brasil**. Curitiba: IBPEX, 2007.

NUNES, Clarice. **Ensino médio** (diretrizes curriculares nacionais). Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. **Políticas públicas para o ensino profissional: o processo de desmantelamento dos Cefets**. Campinas: Papyrus, 2003.

ORLÂNDIA começou assim. **Jornal Atual**, OrLândia, 28 mar. 1991. Suplemento especial.

PARIS, Mary Lou. Rede física e redistribuição da rede física: à procura de soluções para um amontoado de problemas. **Cadernos Fundap**, São Paulo, ano 2, n. 5, p. 68-78, dez. 1982.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA. **Imagens antigas**. s.d. Disponível em: <<http://www.orlandia.sp.gov.br>>. Acesso em: 12 jun. 2013.

PROST, A. **Doze lições sobre a história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

RAMOS, Marise Nogueira. O ensino médio ao longo do século XX: um projeto inacabado. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena C. B. (Orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil: século XX**. Petrópolis: Vozes, 2005. v. 3. p. 229-241.

RENK, Valquiria Elita. Devoção à Deus e à Pátria: elementos da cultura escolar das escolas polonesas e ucrainas do Paraná. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 5., 2008, Aracaju. **Anais...** Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/455.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2014.

RIBEIRO, Cilmara Aparecida; TEIXEIRA, Lúcia da Silva; MAGALHÃES, Patrícia Campos. Do ensino ferroviário ao ensino industrial: transformações ocorridas entre 1948 e 1974. In: CARVALHO, Maria Lúcia Mendes de (Org.). **Patrimônio, currículo e processos formativos**. São Paulo: Centro Paula Souza, 2013. p. 207-222.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930- 1973)**. 30. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

SANFINS, Anderson Wilker. A Escola Técnica Estadual Rosa Perrone Scavone e as exposições educacionais. In: CARVALHO, Maria Lúcia Mendes de (Org.). **Patrimônio, currículo e processos formativos**. São Paulo: Centro Paula Souza, 2013. p. 79-92.

SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

SILVA, Paulo Eduardo da. O Colégio Industrial Estadual José Rocha Mendes: mudanças e perspectivas (1960 a 1970). In: CARVALHO, Maria Lúcia Mendes de (Org.). **Patrimônio, currículo e processos formativos**. São Paulo: Centro Paula Souza, 2013. p. 153-168.

SILVEIRA, Horácio Augusto da Silveira. As primeiras escolas profissionais do Estado. In: LAURINDO, Arnaldo. (Org.). **50 anos de ensino profissional**. Estado de São Paulo. São Paulo: Irmãos Andrioli, 1962. v. 1. p. 113-116.

SOUZA, Rosa Fátima de. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX** (ensino primário e secundário no Brasil). São Paulo: Cortez, 2008.

SOUZA, Rosa Fátima de. As políticas de expansão e de modernização do ensino secundário no estado de São Paulo e a questão da qualidade da escola pública (1945–1968). CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6., 2011, Vitória. **Anais...** Vitória: Ufes, 2011. 1 CD-ROM.

TAMBERLINI, Ângela Rabello Maciel de Barros. **Os ginásios vocacionais: a dimensão política de um projeto pedagógico transformador**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2001.

TARGINO, Itapuan Bôtto. **100 Anos do ensino industrial brasileiro**. João Pessoa: Ideia, 2009.

ZOTTI, Solange A. **Sociedade, educação e currículo no Brasil:** dos jesuítas aos anos de 1980. Campinas/Brasília, DF: Autores Associados/Plano, 2004.

ANEXO A - LEI Nº 77, DE 23 DE FEVEREIRO DE 1948

(DOE Estado de São Paulo, n. 53, de 24.02.1948, p. 2)

Dispõe sobre criação de cursos práticos no interior do Estado

ADHEMAR DE BARROS, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º – Ficam criados, nos moldes estabelecidos pelo decreto-lei n. 16.108, de 14 de setembro de 1946, Cursos Práticos de Ensino Profissional em Americana, Andradina, Apiaí, Assis, Atibaia, Avaré, Bananal, Barra Bonita, Barretos, Batatais, Bebedouro, Birigui, Bragança Paulista, Brotas, Caconde, Cafelândia, Capivari, Caraguatatuba, Catanduva, Charqueada, Cotia, Cruzeiro, Guaratinguetá, Ibitinga, Igarapava, Iguape, Ipaçu, Iporanga, Itápolis, Itatiba, Itu, Ituverava, Jacareí, Joanópolis, Lorena, Marília, Mirassol, Mogi das Cruzes, Mogi Mirim, Monte Alto, Novo Horizonte, Orlandia, Ourinhos, Paraibuna, Pederneiras, Piedade, Pilar do Sul, Piraju, Pirajuí, Porto Feliz, Presidente Prudente, Ribeira, Salto, Santa Bárbara D'Oeste, Santa Cruz do Rio Pardo, Santa Rita do Passa Quatro, S. Caetano (distrito de Santo André), S. Joaquim, São Joaquim da Barra, S. José do Rio Preto, S. Miguel Arcanjo, S. Roque, S. Sebastião, S. Vicente, Socorro, Sorocaba, Tabapuã, Tambaú, Taubaté, Tietê, Tupã, Ubatuba e Vila Bela.

Artigo 2º – Ficam criadas Escolas Industriais nas cidades de Araraquara, Campinas, Indaiatuba, Jaboticabal, Mogi Mirim e Santo André.

Parágrafo único – o Governo dará preferência, para aproveitamento interino em cargos docentes das Escolas a que se referem este artigo, aos atuais professores e mestres das cidades de Araraquara, Campinas, Indaiatuba, Jaboticabal, Mogi Mirim e Santo André.

Parágrafo único – o Governo dará preferência, para aproveitamento interino em cargos docentes das Escolas a que se refere este artigo, aos atuais professores e mestres das Escolas Profissionais Municipais de Santo André e Araraquara, desde que os mesmos preencham as condições legais.

Artigo 3º Fica extinto o Núcleo de Ensino Profissional atualmente existente na cidade de Araraquara.

Parágrafo único – Serão aproveitados na Escola Industrial de Araraquara os funcionários docentes e administrativos do referido Núcleo, que são subordinados à Superintendência do Ensino Profissional.

Artigo 4º – A despesa decorrente com a execução da presente lei correrá pelas verbas próprias do orçamento vigente, suplementadas oportunamente, se necessário.

Artigo 5º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 23 de fevereiro de 1948.

ADHEMAR DE BARROS

Francisco Brasiliense Fusco

Publicada na Diretoria Geral da Secretaria de Estado de Negócios do Govêrno, aos 23 de fevereiro de 1948.

Cassiano Ricardo – Diretor Geral.

**ANEXO B - RELAÇÃO DE LIVROS ESCOLARES DA ESCOLA TÉCNICA
ESTADUAL PROFESSOR ALCÍDIO DE SOUZA PRADO UTILIZADOS COMO
FONTES DOCUMENTAIS**

TÍTULO	DENOMINAÇÃO DA ESCOLA	ANO	Nº PÁGINAS
Livro de Atas de Exames – 1949-1952	Curso Prático do E.P. de Orlândia	1949	100
Livro de Matrículas – Secção Masculina	Curso Prático do E.P. de Orlândia	1949	100
Livro de Matrículas – Secção Feminina	Curso Prático do E.P. de Orlândia	1949	100
Livro de Termos de Posse e Compromisso n. 1- 1949-1960	Curso Prático do E.P. de Orlândia	1949	50
Livro de Registro de Títulos	Curso Prático do E.P. de Orlândia	1949	50
Livro de Atas de Exames dos Cursos Extraordinários de Iniciação	Curso Prático do E.P. de Orlândia	1950	50
Livro de Atas de Exames 1953-1956	Curso Prático do E.P. de Orlândia	1953	100
Livro de Atas de Exames dos Cursos Extraordinários de Iniciação	Curso Prático do E.P. de Orlândia	1954	100
Livro de Atas de Exames 1956-1960	Curso Prático do E.P. de Orlândia	1956	100
Livro de Matrículas: Curso de Ajustagem Mecânica – 1960 a 1963 e Ginásio Industrial – 1963 a 1964	Escola Artesanal de Orlândia	1960	50
Livro de Atas dos Exames de Admissão ao Ginásio Industrial	Escola Artesanal de Orlândia	1962	50
Livro de Atas de Matrículas e Notas de Aproveitamento	Escola Artesanal de Orlândia	1962	100
Livro de Apuração das Notas	Escola Artesanal de Orlândia	s/d	100
Registro de Diplomas e Certificados de Conclusão de cursos dos alunos da E.I. de Orlândia n. 1	Escola Industrial de Orlândia	1964	200
Livro de Registro de Inscrições, Exames de Admissão, Matrículas e Notas Finais dos Cursos Extraordinários e de Aprendizagem Profissional diurnos e noturnos	Ginásio Industrial Estadual de Orlândia	1967	100
Livro de Registro de Atas de Reuniões Pedagógicas do G.I.E. Professor Alcídio de Souza Prado de Orlândia	Ginásio Industrial Estadual Professor Alcídio de Souza Prado	1968	100

Livro de Atas de Matrículas, Aprovação e Conclusão dos Alunos do Curso Ginásial Industrial	Ginásio Industrial Estadual de Orlandia	1969	200
Livro de Registro de Diplomas ou Certificados de Conclusão dos Alunos deste G.I.E. professor Alcídio de Souza Prado – n. 2	Ginásio Industrial Estadual Professor Alcídio de Souza Prado	1972	200
Livro de Matrículas e Exames dos Cursos de 2º grau	Ginásio Industrial Estadual Professor Alcídio de Souza Prado	1975	200